

TAMIRES DE OLIVEIRA GARCIA

**POLÍTICA CRIMINAL E VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT:**

um estudo com a Polícia Civil e movimentos sociais em Porto Alegre

**CANOAS**

2019

TAMIRES DE OLIVEIRA GARCIA

**POLÍTICA CRIMINAL E VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT:**  
um estudo com a Polícia Civil e movimentos sociais em Porto Alegre

Dissertação apresentada à Universidade La Salle,  
como parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Direito e Sociedade, para obtenção do  
título de mestre em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Almeida da Costa

CANOAS

2019

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G216p Garcia, Tamires de Oliveira.

Política criminal e violência contra a população LGBT [manuscrito] : um estudo com a polícia civil e movimentos sociais em Porto Alegre / Tamires de Oliveira Garcia – 2019.

296 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade La Salle, Canoas, 2019.

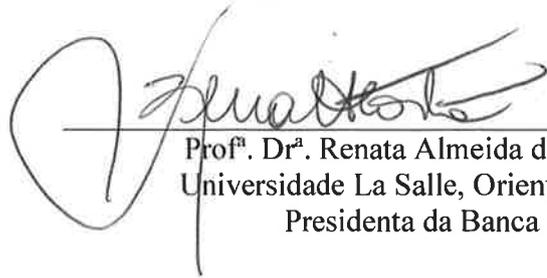
“Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Renata Almeida da Costa”.

1. Homofobia. 2. Política criminal. 3. Polícia civil. I. Costa, Renata Almeida da.  
II. Título.

CDU: 342.726-055.3

**Programa de Pós-Graduação em Direito**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.ª Dr.ª. Renata Almeida da Costa  
Universidade La Salle, Orientadora e  
Presidenta da Banca



---

Prof Dr. Daniel Achutti  
Universidade La Salle



---

Prof. Dr. José Angel Brandariz Garcia  
Universidad de la Coruña



---

Prof. Dr. Salo de Carvalho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Área de Concentração:** Direito e Sociedade  
**Curso:** Mestrado Acadêmico em Direito

Canoas, 26 de fevereiro de 2019.

Para Iracema, minha avó (em memória). Uma mulher que me ensinou, sobretudo, o amor e a fé: tudo que hoje me sustenta. A dor não passa, mas pelo tanto que vivemos teria sido desleal desistir.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha família, cujo apoio e suporte foram decisivos no decorrer do mestrado e de toda a minha caminhada acadêmica. Tornei-me destas pessoas que valorizam a família acima de tudo e que procuram estar presentes em todos os espaços - independentemente de credo, de ideologia -, na construção do afeto. Com muita dor, descobri que o afeto é revolucionário. Adri, Rute, Jeider, Iracema, em especial, fazem toda jornada valer.

Dedico minha gratidão e afeto também à minha orientadora, Renata Almeida da Costa, que não só trocou inúmeras experiências acadêmicas comigo nos últimos dois anos, mas também apoiou quando demonstrei minhas tantas inseguranças, encorajou para o futuro de pesquisa científica que acredita que me aguarda (bem mais do que eu mesma) e aconselhou para que eu suportasse os difíceis momentos que passei. Lutar por espaços de equidade, daqui por diante, é com certeza fruto de tê-la como influência e exemplo.

Agradeço imensamente à Taynah. Por ter me ajudado incondicionalmente na realização deste trabalho, por ter me apoiado, mas, principalmente, por também se movimentar com essa vontade louca de mudar o mundo.

Não poderia deixar de agradecer aos afetos que construí na La Salle. Entre um café despretenso, um debate acalorado, uma troca de leituras, este trabalho é (também) consequência das nossas inúmeras trocas. Obrigada, Karen, Jorge, Cláudio, Norberto, Laís, Fiammetta, Marcela, Paloma, Daniel, Luan, Tiago.

Sou grata a todas as trabalhadoras da secretaria de pós-graduação da universidade, cujo empenho tornou nossos estudos possíveis: Patrícia Kayser, Graciele, Vanessa, Matheus (pela lembrança), Peterson (pela lembrança), Silvia, Kamila.

Fui muito acolhida nos espaços da Universidade La Salle, motivo pelo qual tenho muitas razões e pessoas a agradecer na conclusão deste ciclo. Nutro imenso respeito pelo corpo docente do PPG de Direito e Sociedade e sou grata, particularmente, ao professor Daniel, pelas contribuições na banca de qualificação, mas principalmente pelo carinho e generosidade de sempre; à professora Paula, pela representatividade e pela sintonia nos debates que travamos e que tanto contribuíram na minha caminhada; à professora Fernanda Medeiros, por inspirar tanto e por me fazer toda vez e sempre perceber que Todos juntos somos fortes/Somos flecha e somos arco/Todos nós no mesmo barco/Não há nada pra temer; ainda, à professora Wanda, por ter despertado tanta inquietação científica, por encorajar e por todo auxílio epistemológico que foi transformador.

Não poderia deixar de mencionar as contribuições do professor Augusto Jobim, que há um tempo tenho a alegria de acompanhar, e que também me auxiliou na banca de qualificação e em tantos outros espaços. Agradeço à professora Fernanda Martins pelos conselhos no último Congresso de Ciências Criminais da PUCRS, por inúmeras outras trocas e por também ser inspiração na construção de espaços jurídicos menos desiguais. Sou grata à professora Vanessa Chiari, que me acolheu muitas vezes nas reuniões do seu núcleo de pesquisa na UFRGS, me aconselhou e por quem também nutro imensa admiração e respeito. Ainda, ao professor José Antonio Gerzson Linck, pelas contribuições durante a XIV Semana Científica da Universidade La Salle, que foram fundamentais para melhor compreender o olhar criminológico.

Sou grata à vida por ter me presenteado com a amizade do Matheus, do Bonneau, da Julika, da Fe, da Mel e da Dani. O afago de amor que encontrei em vocês durante esse período foi o que me deu forças muitas vezes, a resistência de vocês diante da exclusão, da desigualdade, da degradação ambiental, dos tantos retrocessos e do desamor me inspira. Em especial ao Matheus-antropólogo agradeço pelas trocas acadêmicas, conselhos, ajuda para as apresentações de trabalhos e pela leitura generosa deste escrito.

Ao meu respirar neste “núcleo duro de afetos”, Larissa e Marcelli, todo meu carinho. Um obrigada jamais bastaria para todo o nosso compartilhamento e segurança de saber que do nosso amor a gente entende.

Aos integrantes do GPESC, com quem sigo trocando experiências, resistências e afetos, Luiza, Fernanda, Titi.

À família que encontrei na terreira Fé, Esperança e Caridade, todo o meu respeito e gratidão. Obrigada, tia Iara, tio Luis, Empresária, Eder, Suzana, Mana, Alice, Priscila, Ana, Wagner, Alexandre, Nataly.

Sou imensamente grata a todas as pessoas que aceitaram participar dessa pesquisa, seja concedendo entrevistas e trocas em tantos espaços, seja indicando materiais para estudo e formas de explorar os contextos que encontrei ao longo da investigação. Este trabalho não seria possível sem elas.

Agradeço, por fim, à minha analista, ela sabe por quê.

É muita gente, é muita troca, é de afeto que se vive. Não aprendi a ser breve, a vida é para a gente se espriar!

## RESUMO

Considerando a relevância dos estudos sobre violência, em especial quando dirigidos a grupos vulneráveis, este trabalho tem por objetivo apresentar as diferentes formas de violência contra a população LGBT e recentes práticas inseridas em políticas criminais da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze pessoas, entre militantes de grupos LGBT de Porto Alegre e servidores da Polícia Civil gaúcha, diálogos que foram transcritos na sua literalidade e constam nos apêndices do trabalho. Essa técnica de investigação envolve a metodologia de histórias orais, em que as entrevistas com as pessoas participantes ficam disponíveis publicamente, podendo ser utilizadas por outros(as) pesquisadores(as). Dessa forma, o escrito foi dividido em três capítulos: i) o primeiro destinado à análise das formas de violência contra a população LGBT, em paralelo à apresentação dos principais debates teóricos acerca das demandas vinculadas à segurança pública e diversidade sexual; ii) no segundo, são expostas as políticas criminais da Polícia Civil, com o projeto de mediação penal Programa Mediar, o novo Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis e o projeto de prevenção delitiva Papo de Responsa; iii) no último capítulo, lançou-se o olhar para os clássicos e recentes referenciais teóricos que tratam de categorias que impactam no campo da segurança pública e da cultura policial no Brasil. O trabalho resultou em um diagnóstico das políticas criminais e formas de acolhimento da Polícia Civil gaúcha, bem como em um panorama do quadro da violência contra a população LGBT.

**Palavras-chave:** política criminal; LGBT; Porto Alegre; violência; Polícia Civil.

## ABSTRACT

Considering the relevance of studies on violence, especially when directed to vulnerable groups, this paper aims to present the different forms of violence against the LGBT population and recent practices inserted in criminal policies of the Rio Grande do Sul Civil Police. For this, semi-structured interviews were conducted with fifteen people, among militants of LGBT groups in Porto Alegre and Civil Police servers from Rio Grande do Sul, dialogues that have been transcribed in their literal form and are included in the work appendices. This research technique involves the oral histories methodology, in what the interviews with the participants remain available publicly and can be used by other researchers. In this way, the dissertation was divided into three chapters: i) the first one aimed at analyzing the forms of violence against the LGBT population, aligned to the presentation of the main theoretical debates about the demands related to public security and sexual diversity; ii) in the second, it is exposed the criminal policies of the Civil Police, with the mediation project of the penal system, the Mediar Program, with the new Department of Attention to Vulnerable Groups and Papo Resposta's the crime prevention project; iii) the last chapter looks at the classic and the recent theoretical references that deal with categories that impact on the field of public security and police culture in Brazil. The work resulted in a diagnosis of the criminal policies and forms of reception of the Civil Police in Rio Grande do Sul and a panorama of the violence against the LGBT population.

**Key-words:** criminal policies; LGBT; Porto Alegre; violence; Civil Police.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL	Academia de Polícia Civil
CEU	Casa do Estudante Gaúcho
CHA	<i>Comunidad Homosexual Argentina</i>
CONCPC	Conselho Nacional dos Chefes de Polícia
DCE	Diretório Central de Estudantes
DECA	Departamento Estadual da Criança e do Adolescente
DPGV	Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis
Ebho	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
GGB	Grupo Gay da Bahia
MHG	Movimento Homossexual Gaúcho
MOHL	<i>Movimiento Homosexual de Lima</i>
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SMDSE	Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBT</b>	<b>22</b>
2.1	DEMANDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DISCRIMINAÇÃO CONTRA A POPULAÇÃO LGBT	22
2.1.1.	Paradas de Orgulho LGBT	27
2.1.2.	Criminalização e recrudescimento penal	33
2.1.3.	Homofobia, discriminação constituída, heteronormatividade e implicações possíveis	39
2.2	FORMAS DE VIOLÊNCIA E ESTUDOS CONCEITUAIS	44
2.2.1.	Violências no espaço urbano x doméstico	45
2.2.2.	Epistemologias lésbicas de violência letal	49
2.2.3.	Violência contra a população LGBT: ódio e cenário político	51
<b>3</b>	<b>POLÍTICA CRIMINAL E PRÁTICAS POLICIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>56</b>
3.1	POLÍTICA CRIMINAL E CENÁRIO POLÍTICO DELITIVO	58
3.1.1	Contexto criminal na América Latina	61
3.2	PROGRAMA MEDIAR: UM EXPERIMENTO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA POLÍCIA	64
3.2.1.	Capacitação de servidores(as) para o Programa	67
3.2.2.	O modelo restaurativo	68
3.3	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS	73
3.3.1.	Formação para o atendimento no Departamento	79
3.3.2.	Prevenção no DECA e DENARC	81
<b>4</b>	<b>GESTÃO DE CONFLITOS: O BINÔMIO PODER JUDICIÁRIO E POLÍCIA</b>	<b>90</b>
4.1	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS: O JUDICIÁRIO COMO INSTITUIÇÃO POR EXCELÊNCIA	90
4.2	SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA NO BRASIL	94
4.2.1.	Segurança pública: um debate contemporâneo e histórico	95
4.2.2.	Polícia Civil: um recorte necessário	97
4.3	CULTURA POLICIAL: RAÍZES AUTORITÁRIAS E DEMOCRATIZAÇÃO INACABADA	101
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>126</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>138</b>
	APÊNDICE A – ENTREVISTA 1	138
	APÊNDICE B – ENTREVISTA 2	145
	APÊNDICE C – ENTREVISTA 3	155
	APÊNDICE D – ENTREVISTA 4	164
	APÊNDICE E – ENTREVISTA 5	181
	APÊNDICE F – ENTREVISTA 6	196
	APÊNDICE G - ENTREVISTA 7	211
	APÊNDICE H - ENTREVISTA 8	230
	APÊNDICE I - ENTREVISTA 9	246
	APÊNDICE J – ENTREVISTA 10	265
	APÊNDICE K – ENTREVISTA 11	275
	APÊNDICE L - DIÁRIO DE CAMPO	289

APÊNDICE M - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (INTEGRANTES DA POLÍCIA CIVIL)	292
APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPOS LGBT)	294

## 1 INTRODUÇÃO

Essa investigação é resultado de duas trajetórias. Ou melhor, da relação entre os caminhos que trilhei na militância que venho desenvolvendo e da caminhada que percorri ao longo da pesquisa. Nas linhas que seguem, procuro explicar, entre tantas imbricações, a escolha do tema que envolveu as formas de violência contra a população LGBT<sup>1</sup> e as políticas criminais desempenhadas pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Para isso, importa destacar uma questão de ordem subjetiva: antes de ingressar na universidade, como bolsista do ProUni, não achava que teria acesso a um ensino numa rede privada de uma instituição como a PUCRS - reconhecida nacionalmente por seus cursos e excelente estrutura. Já na graduação, passei por longos períodos de exclusão, naquilo que descobri ser um espaço extremamente elitizado de ensino: a escola de Direito.

Já no terceiro semestre, tivesse acesso à pesquisa, mediante a participação em grupo de estudos em dogmática penal. Desde então, no ano de 2012, a pesquisa no ambiente jurídico se tornou o que eu acreditava como possibilidade de atuação. E a docência se tornou um sonho. Ocorre que junto com o sonho, surgiram também inúmeras inseguranças em relação ao abastado campo que circunda o espaço das investigações.

Antes mesmo da conclusão da graduação, não acreditava que haveria espaço na pós-graduação em Direito para alguém como eu: uma mulher periférica e que, ao olhar do que socialmente é esperado, se apresenta de forma desviante. A sorte que tive foi a de encontrar no movimento estudantil espaços de oxigenação que me permitiram perceber que a universidade está para além do ensino tecnicista das escolas de Direito - característica que tenho visto que marca o ensino jurídico de forma generalizada.

Com o tempo aprendi que as universidades se estruturam a partir de três pilares: i) a pesquisa; ii) o ensino; e iii) a extensão. Na graduação encontrei espaço somente na pesquisa, para a qual me dediquei e, na medida das minhas limitações, empenhei esforços para seguir atuando.

Foi na pesquisa que desenvolvi meus primeiros estudos sobre crime, controle social, sistema de justiça e polícia no Brasil, junto ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de

---

<sup>1</sup> O uso do termo LGBT é adotado conforme denominação aprovada na I Conferência Nacional LGBT, para se referir a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (travestis, transexuais e transgêneros). O termo pode assumir outros formatos, com a inversão da ordem das letras, duplicação do “t” para agregar outras identidades (o “I” de intersexual ou o “Q” de *Queer*) ou o aparecimento de um “+” como sinal de agrupamento depois da sigla. Dessa forma, o que se percebe é que a denominação está em aberto, sujeita a contestações, variações e mudanças, sendo utilizada nesse formato no trabalho como forma reduzida de uma categoria ampla e complexa do conjunto de diferentes identidades. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

Segurança e Administração da Justiça Penal. Nessa rede, aprendi que sobre a produção científica recai maior valor quando ela pode apresentar respostas aos conflitos que pairam na sociedade.

Posteriormente, tive a oportunidade de seguir meus estudos no Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle, sendo agraciada com bolsa integral PROSUC/CAPES<sup>2</sup>. Quando ingressei no curso, recentemente tinha recebido uma das notícias mais impactantes de minha curta caminhada: um diagnóstico psiquiátrico de transtorno de humor bipolar. Nas primeiras aulas, estava imersa na crise maníaca que afetou minha vida em inúmeros aspectos, mas no que diz respeito aos espaços acadêmicos, atingia minha capacidade de concentração, de tomada de decisões razoáveis, me deixava inquieta, em constante hipervigilância, entre outras.

Quando ingressei no Mestrado, meu estado psiquiátrico não permitia acreditar que seria capaz de conduzir a pesquisa que agora apresento, tampouco de concluí-la no tempo previsto. Seguindo o tratamento de forma disciplinada e contando com imenso apoio de minha orientadora, que me permitiu ter acesso a espaços privilegiados no âmbito de pesquisa, fui desenvolvendo a investigação e entreguei os resultados em tempo.

Foi a partir destas premissas que vi a necessidade de escrever em primeira pessoa até aqui, bem como todos os dados que obtive a partir do trabalho etnográfico, personificando as notas reveladas a partir do meu olhar (HARAWAY, 1995). No desenvolvimento desta investigação, as interações entre mim e as pessoas que entrevistei foram marcadas pelo posicionamento que adotava no campo, que certamente modulou em algum aspecto as ações e representações entre os agentes envolvidos no cenário, o que encarei como “[...] a expressão de uma posição ético-científica voltada para a melhor e mais rica compreensão dos fenômenos sociais, tendo como base o respeito aos indivíduos e grupos investigados” (VELHO, 2005, p. 12).

Este escrito, no entanto, não conta somente com os traços que perpassam minha trajetória. O olhar lançado sobre os dados encontrou no campo inúmeras narrativas, além de manifestações aprofundadas sobre o tema da pesquisa. Essas tantas marcas que atravessam o trabalho tornaram indispensável uma diversidade de gêneros textuais, contando com as figuras narrativa, descritiva e argumentativa.

---

<sup>2</sup> Em cumprimento à Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, deve ser apontado que este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O escrito cuida do objeto de estudo da investigação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade La Salle, tendo a estudante contado com apoio financeiro da instituição mencionada.

O tema das políticas públicas e das violências direcionadas para a população LGBT toma cada vez mais destaque - seja na mídia, nos embates políticos, nos trabalhos acadêmicos. Abordar as formas de violência em diálogo com as posturas institucionais dos órgãos de Segurança Pública, portanto, é o que dá direção à formulação da problemática dessa pesquisa.

Dito isto, cumpre esclarecer que esse trabalho não trata de: i) sexualidade; ii) gênero e identidade de gênero. Em outras palavras, a pesquisa teve como tema as formas de violência contra a população LGBT e o tratamento dado pela Polícia Civil, em um recorte temático que envolve segurança pública e política criminal.

Isso posto, passo a desenhar o percurso que percorri ao longo da investigação, tratando de aspectos de ordem objetiva. Para isso, vale lembrar que, ao início - ou seja, ao tempo da banca de qualificação -, o projeto propunha uma pesquisa de campo junto ao Programa Mediar da Polícia Civil, por meio do método de estudo de caso. Superada a amplitude apresentada como objeto à época e fazendo-se os ajustes de delimitação, junto à orientadora, o trabalho tomou um rumo mais delimitado.

O tema central da investigação foi direcionado para a possibilidade de composição de conflitos na Polícia Civil, por meio de experiência desenvolvida pela instituição no Estado do Rio Grande do Sul: o Programa Mediar. A partir desse tema, o estudo abrangeria a capacidade de resolução de conflitos delitivos relacionados à população de gays, lésbicas, bissexuais e travestis/transsexuais (LGBT).

O problema de pesquisa foi formulado a partir da seguinte pergunta: o Programa Mediar, desenvolvido pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, é capaz de atender às demandas de violência da comunidade LGBT?

Em suma, o olhar lançado neste estudo se volta para questões sistemáticas da relação entre Direito e Segurança Pública. Não adotar uma abordagem que tratasse da tradicional dicotomia entre crime e controle social foi um desafio que desde o início da investigação propus, na linha de seguir estimulando as bases criminológicas numa ampliação de marco teórico em complemento à implementação do diálogo entre estudos empíricos e teóricos.

Estudos sobre o sistema de justiça no Brasil, desde os anos 1980, têm se ocupado de rupturas e continuidades do que se convencionou chamar de “processo de democratização do Estado e da sociedade” (SINHORETTO, 2011). São inúmeras pesquisas que analisam macro e microcontextos para tanto denunciar práticas hierarquizantes e excludentes, quanto compreender desconstruções e mudanças institucionais, transformações jurídicas e reorientações de identidades corporativas.

Muitas mudanças e propostas de mudanças institucionais marcaram a década de 1980, visando à ampliação dos princípios que norteiam o Estado Democrático de Direito. Nessa linha foram empenhados esforços para consolidar na Constituição de 1988 normas que garantissem direitos e implementassem medidas para que isso se consolidasse. Uma possível reforma do Judiciário expressava a expectativa por transformação do cenário jurídico. (MELLO; LUPETTI, 2011)

A partir desse cenário se desenvolveram as principais hipóteses colocadas nesta investigação. Impera a articulação interdisciplinar do presente trabalho a partir da perspectiva sociológica indispensável para vislumbrar os possíveis espaços de emancipação existentes entre os mecanismos de controle e vigilância institucionalizados nas estruturas jurídicas (AZEVEDO, 1999).

Desse modo, foram elencadas essencialmente duas hipóteses para a investigação: i) as principais pautas do(s) movimento(s) LGBTs atualmente dizem respeito à demanda punitiva para o tratamento de conflitos delitivos violentos, buscando a tutela do Estado pelo recrudescimento penal; e ii) as instituições do Estado têm procurado apresentar práticas alternativas ao sistema penal tradicional, mas não dão conta da demanda delitiva e acabam por reproduzir os mesmos signos seletivos da estrutura clássica.

O discurso punitivo latino-americano vem mostrando que não se sustenta há muito, deixando inegáveis demonstrações de que as respostas tradicionais do sistema penal restam falidas – a morosidade das decisões, a seletividade, o encarceramento em massa são marcas disso. Ainda assim, as respostas à sensação de insegurança geral serviram para (re)produzir o mesmo velho sistema. A situação que se coloca na atualidade, portanto, pode aqui ser chamada de crise – não porque de algum modo os mecanismos possam atingir a programação estabelecida pelo discurso jurídico-penal, e sim porque já não existem mais formas que sustentem o discurso penalista no sistema jurídico. (ZAFFARONI, 1991)

Além disso, a pesquisa teve como objetivo principal investigar possibilidades de resolução de conflitos delitivos, bem como as práticas institucionais adotadas neste processo, no que tange a violências perpetradas contra a população LGBT. Como objetivos específicos, destaco as propostas: i) investigar mecanismos utilizados para a produção de alternativas à administração da justiça penal; ii) averiguar como é operado o sistema de mediação adotado pela Polícia Civil; iii) verificar se a Polícia Civil reconhece a identidade LGBT como marco de conflito e como se dão suas práticas com essa população; iv) investigar se os movimentos LGBTs reconhecem na polícia uma instituição capaz de gerir os conflitos que dizem respeito à

identidade, sexualidade e gênero; e v) identificar as formas de manifestação de violências direcionadas à população LGBT.

No percurso desenvolvido, foi adotada a forma de investigação multimetodológica (FONSECA, 2002), com pesquisa bibliográfica descritiva, análise documental e estudo empírico. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica e análise documental relacionada à temática da investigação. Em um segundo momento, o trabalho empírico se deu por meio de:

i) entrevistas semiestruturadas com militantes de grupos LGBTs organizados;

Os convidados a participar da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória, sendo que os primeiros convidados foram pessoas que a pesquisadora conheceu em eventos acadêmicos sobre a temática do trabalho. A partir dos primeiros contatos, a pesquisadora solicitou indicação de integrantes de outros grupos organizados no(s) movimento(s) LGBT.

Este método é conhecido como *snowball*, no qual os participantes são recrutados através de amigos, conhecidos de pessoas já entrevistadas. O objetivo é convidar para participar da pesquisa pessoas envolvidas com a militância junto à comunidade LGBT, de modo que conheçam as demandas dessa população, tratando-se, portanto, de uma amostragem por cadeias de referências para recrutamento de integrantes de grupos organizados no ativismo e atividades da temática LGBT. (GOODMAN, 1961)

O objetivo junto às entidades de militância foi o de colher dados em diferentes espaços destinados a atender demandas da comunidade LGBT. Desde grupos políticos (partidários ou não), até a seleção de um *pub* conhecido como o mais antigo para receber esse público na cidade de Porto Alegre, são espaços que contribuíram com informações referentes às disputas e demarcações que permeiam as diferentes violências perpetradas contra esse grupo de sujeitos.

Por certo, a escolha destes grupos compõe a construção de uma rede de instituições que contribuíram no fornecimento de dados para encontrar parâmetros de quais são as violências percebidas por estas militâncias em seus espaços de atuação. Portanto, a adoção do método de recrutamento de pessoas respeitou tão somente as instituições que aceitaram previamente coparticipar do projeto de investigação aqui apresentado.

O campo escolhido se deve ao fato de o Programa Mediar ter sido desenvolvido a partir da ideia de oferecer um tratamento diferenciado a grupos considerados vulneráveis dentro do Cartório da 3ª Delegacia de Canoas. O referido cartório operava no atendimento de vítimas de conflitos delitivos e uma das demandas resultou na criação do Programa, caso que envolvia um

sujeito homossexual que tinha interesse em realizar mediação junto à parte com quem teve problemas<sup>3</sup>.

Assim sendo, a técnica de pesquisa a partir de entrevistas permitiu apontar quais são as principais demandas da população LGBT sobre segurança e violência na atualidade. Com isso, compreende-se que conhecendo as pautas de grupos organizados foi possível construir um panorama do cenário de conflitos que podem chegar ao sistema de justiça.

Ainda, o trabalho empírico se deu: ii) junto ao Programa Mediar, projeto desenvolvido dentro das delegacias da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores do sistema.

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante prévio consentimento dos e das participantes – quando não permitidas as gravações, os dados foram registrados em diário de campo. As entrevistas foram realizadas em local sugerido pelos participantes. Foi reforçado pela pesquisadora que este local deveria ser um espaço acolhedor, ou seja, silencioso, reservado para possibilitar um maior conforto ao participante. Não havendo indicação pelo participante, a entrevistadora fez sugestões de locais como bibliotecas, cafés ou espaços na Universidade La Salle.

Esses cuidados foram tomados em orientação dada pelo Comitê de Ética da Universidade da La Salle. Considerando que algumas entrevistas se realizariam com pessoas que eram consideradas como pertencentes de grupos vulneráveis, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do órgão institucional, tendo aprovação concedida sob o Parecer n. 2.843.287, de 24 de agosto de 2018 (documentação anexa).

Com a experiência junto ao Comitê de Ética, percebi que a pesquisa estava suscetível a apresentar diferentes riscos. Em relação à quantidade de perguntas, poderia surgir o constrangimento, o cansaço e o medo em função da identificação.

Considerando esses fatores, antes da realização das entrevistas, foi apresentado o termo de consentimento para informar sobre a voluntariedade; que a pessoa poderia não responder a qualquer momento, bem como retirar o seu consentimento para o uso de dados; que seria garantida a confidencialidade em relação à identidade dos participantes. A intenção foi minimizar os riscos e, não sendo possível, não gerar danos.

Outra vez preciso retomar o debate sobre os dilemas éticos da pesquisa empírica no Direito. Agora com os resultados da pesquisa e inclusive tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética para desenvolver a investigação, me sinto na responsabilidade de tecer algumas

---

<sup>3</sup> Informações constantes da entrevista no apêndice J.

considerações sobre o caminho que trilhei - note-se, no entanto, que não o faço para me queixar do quão burocrático foi esse processo, mas da maneira como ele se dá.

Antes disso, é preciso assumir que é minoritária a pesquisa de campo no Direito, preterida pela tradicional revisão bibliográfica, reprodução de análises de legislações e fomento à chamada “doutrina” jurídica. Desse modo, eu e inclusive alguns(mas) colegas não sabíamos como proceder em relação ao Comitê de Ética, também não encontramos uma orientação comum do Programa de Pós-Graduação para as pesquisas desenvolvidas com seres humanos. Felizmente foi possível encontrar na secretaria do Comitê um excelente auxílio para os procedimentos.

Acredito que estamos vivendo um período de descobertas e da abertura para uma nova epistemologia jurídica: aquela voltada para a pesquisa científica e empírica. Esse é um momento de embates acadêmicos e para os quais é preciso assumir posição. Faz-se necessário lançar mão de um olhar que jamais será imparcial, conduzir a investigação por induções que são marcadas e que retratam um estado da arte em constante modificação.

Comprometer-se com o diálogo entre o Direito e a Sociedade, na pesquisa, abre portas para o uso de metodologias pouco exploradas no ramo jurídico. Valer-se de etnografia, por exemplo, reconhecida forma de pesquisa da Antropologia, impõe relações no campo em que as trocas são negociadas entre grupos, indivíduos e pesquisador(a).

Coloco estas questões para ponderar qual é o lugar do Comitê de Ética nas pesquisas jurídicas, considerando que são coletivos compostos majoritariamente por profissionais da área da saúde. Qual é o espaço existente para o cumprimento irrestrito das burocracias impostas por um Comitê de Ética Científica?

Tendo em conta que o Direito ocupa a área das ciências sociais aplicadas e do esforço que é feito por pesquisadores e pesquisadoras que conduzem com seriedade suas pesquisas, é preciso cada vez mais comprometer o jurídico com o social, não com as amarras burocráticas. Só quem produz pesquisa empírica sabe a dificuldade que existe em estar buscando dados com seres humanos, procurando deixar as pessoas à vontade e, ao mesmo tempo, tentando manter aquele estranhamento, bem como o exótico e o familiar no contato com o que é considerado “objeto” na investigação (DA MATTA, 1978).

Na pesquisa que este escrito envolve, não tive grandes dificuldades em coletar assinaturas, ou com outras burocracias - uma ou outra situação mais complicada, mas não que fosse um real empecilho. Todos os documentos necessários foram juntados para a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética. Mas coloco aqui a responsabilidade coletiva de pesquisadores que procuram (e, no caso do Programa da La Salle, exigem) desenvolver pesquisas de campo:

e as pessoas analfabetas, como fazem para assinar um termo de consentimento que poderia ser aceito informalmente? E se a pesquisa é feita junto a povos originários?

A pergunta que me faço, ao analisar a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que trata de diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos, é: qual ciência estamos produzindo? De que forma queremos que nossas investigações sejam legitimadas? Acredito que é preciso uma posição em relação à diferença existente na produção científica na área da saúde e na jurídica (e social). Se é necessário que uma pesquisa seja aprovada por um órgão como um Comitê de Ética, se faz urgente ocupar esses espaços, para garantir que essas (e tantas mais) ponderações sejam pautadas.

Feitas essas observações, passo a apontar as opções feitas ao longo do percurso investigativo. Importa destacar que foi realizada uma escolha epistemológica para a leitura da realidade brasileira sobre violência e democracia. Como forma de valorizar a produção teórica local, mas não somente, também rompendo com a metodologia que permite que o eurocentrismo<sup>4</sup> se consolide até mesmo nas pesquisas que analisam microcontextos nas ciências humanas e ciências sociais aplicadas, este texto adota o uso de teóricos e teóricas brasileiras, sobrepondo-se ao uso de teorias exógenas.

Com relação ao percurso realizado, que compreendeu a interação com movimentos organizados em torno das pautas LGBTs e também com agentes da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, encontrei “(...) um fio condutor implícito, o binômio sociedade e estado, que se desdobra nas relações de poder, seus regimes de verdade e suas formas de administração de conflitos”. Essas articulações se inscreveram no campo que vem sendo disputado por inúmeros setores e no qual tenho procurado repousar minhas investigações, qual seja o da segurança pública. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017, p. 153)

A metodologia foi desenvolvida por meio da técnica de história oral com dados gerados pela pesquisadora. Como explica Alexander Freund (2009), a história oral não costuma ser considerada como um processo gerador de dados, tendo-se em conta que é o investigador que identifica os sujeitos de pesquisa. No entanto, mais do que um procedimento técnico operado em um caminho investigativo, pode-se dizer que “um grande número de histórias orais foram criadas como fontes primárias para outros pesquisadores, e não como fontes para responder a problemas específicos de pesquisa”.

---

<sup>4</sup> Diversos foram os argumentos que sustentaram intervenções supostamente civilizadas do mundo moderno em zonas consideradas “não-civilizadas”. Algumas justificativas envolvem a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis e a possibilidade de disseminar valores tidos como universais. São argumentos de ordem moral, mas que foram acompanhados de benefícios materiais obtidos pela exploração territorial. (WALLERSTEIN, 2007)

Dessa forma, o que diferencia história oral de entrevistas qualitativas é que histórias orais são acessíveis a outros investigadores, ficando disponíveis em meio público. São entrevistas realizadas por áudio ou mídia de vídeo, podendo ser resumidas e transcritas e o material de gravação, descartado. O conteúdo das entrevistas, portanto, é arquivado de maneira que outros investigadores podem usar em seus trabalhos com o próprio objeto, sendo considerado como dados gerados em processo (de pesquisa), da mesma maneira que os produzidos para outros fins que não os que o pesquisador tem à mão. (FREUND, 2009)

Por conter esse caráter investigativo, as entrevistas foram desenvolvidas com um roteiro guia, para não descuidar de nenhuma informação essencial, mas os diálogos se estenderam de forma a também compreender as vivências de “agentes históricos, seus caminhos e descaminhos, bem como suas maneiras de fazer” (DOMINGUES; CARROZZA, 2013, p. 143). Foram encontros que permitiram conhecer os laços de sociabilidades contidos nos espaços da pesquisa - entidades de militância e departamentos de polícia -, fazendo com que a reunião desses dados permitisse compreender, entre tantas coisas, os processos de criação de políticas criminais e de iniciativas de enfrentamento coletivo de grupos LGBTs.

Com essas perspectivas, cumpre esclarecer que, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com quinze pessoas, entre ativistas de grupos LGBTs e profissionais da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Em função da quantidade extensa de material, somente constam nos apêndices a transcrição na literalidade das entrevistas utilizadas ao longo do trabalho ou relatadas em diário de campo. Os áudios foram entregues quando do depósito da dissertação e estarão à disposição de qualquer pessoa interessada por um período de 5 anos, sendo posteriormente descartados, como fora indicado pelo Comitê de Ética da Universidade da La Salle e como consta do acertado nos termos de consentimento das entrevistas (documento em anexo).

No capítulo que abre o desenvolvimento do trabalho, apresento as formas de violência sofridas pela população LGBT que percebi nas narrativas com as quais tive contato. É o espaço reservado para a análise de resultados empíricos da pesquisa associados a categorias teóricas que permitem compreender o preconceito contra a diversidade sexual e suas influências nas manifestações de condutas violentas.

No capítulo seguinte, são abordadas as políticas criminais desenvolvidas pela Polícia Civil gaúcha, com a apresentação de dados oficiais de documentos institucionais e por meio de informações colhidas nas entrevistas. Entre estas medidas, destaca-se o surgimento do Programa Mediar da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, a maneira como se espelhou no projeto de mediação da Polícia Civil de Minas Gerais e o modo de organização institucional e formação

de profissionais para atuar no programa. Também mostro como acompanhei o nascimento do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV), sua colocação no organograma da polícia, demonstrando os objetivos que essa divisão pretende alcançar.

Por fim, o último capítulo trata do debate teórico sobre justiça, segurança pública e polícia no Brasil, começando pelo espaço onde se dá a resolução de conflitos por excelência no país: o Judiciário. Em seguida, traço um apanhado do desenvolvimento do pensamento dos principais referenciais nacionais nas Ciências Sociais em pesquisas sobre violência e cultura policial. Em suma, esse desenho de ideais é posto lado a lado com informações coletadas em entrevistas, permitindo a comparação do cenário investigado com o quadro conceitual.

## 2 VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

Este capítulo se destina à identificação das violências sofridas pela população LGBT. Adentrando à complexidade do assunto, a pesquisa aborda a população LGBT e as novas formas de gestão de conflitos por parte de agentes institucionais de Segurança Pública no Brasil. Logo, são apresentadas definições semânticas para compreender o preconceito contra a diversidade sexual, também expondo as demandas dos movimentos LGBTs.

Juntamente com essas abordagens estão relacionadas informações do estudo de campo desenvolvido junto a grupos políticos da cidade de Porto Alegre, ao passo que foram colacionados trechos de entrevistas e dados de documentos. Acredita-se que é em função do que motiva a organização de grupos que se manifestam importantes demandas, ao tempo em que é também através desse ativismo que é possível fazer uma leitura dos fenômenos da atualidade e das expressões que mais importam a essa pesquisa: as que têm relação com a violência.

### 2.1 DEMANDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DISCRIMINAÇÃO CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

No que diz respeito ao debate sobre a população LGBT, pode-se afirmar que o tema circula cada vez mais entre trabalhos acadêmicos, apontando-se como um dos fatores desencadeantes do constante embate político, como ocorreu nas eleições de 2010, em que o casamento *gay* e a criminalização da *homofobia* foram pautas na agenda eleitoral, ou até mesmo em função da presença de personagens homossexuais em novelas que são transmitidas em rede nacional. (POSSAMAI; NUNES, 2011). Da mesma maneira, novamente em 2014 a pauta LGBT foi invocada na eleição presidencial e mais seguidamente novelas de horário nobre surgiram com presença de homossexuais ou transexuais.

Considerando esse constante interesse em trabalhar com o tema, destaca-se o trecho do artigo de Paulo César Possamai e Anderson da Cruz Nunes (2011, p. 2): “A escolha de trabalhar com a homofobia consiste numa vontade de entender os motivos que levam uma pessoa a cometer tal violência. Além disso, constatamos, nos últimos anos, um aumento considerável de crimes dessa natureza no Brasil”. Os termos revelam que a dita homofobia tem sido vista como um fenômeno homogêneo, que denota violência e criminalidade, enquanto atos praticados em função de preconceito contra a população LGBT não são criminalizados no país e essas vivências podem se manifestar de diferentes formas.

Trata-se de um cenário em que o tema da violência contra a população LGBT é recorrente não só entre grupos ativistas, mas também no debate público e na esfera privada. O assunto circula desde mesas de grandes gestões (do Estado ou empresas) a mesas de bar, entre músicas de *drag queens* ou novelas de TV aberta, do conforto do lar a manifestações públicas, o que se expressa nos mais diferentes campos.

Nessa análise, é possível tratar das novelas já veiculadas com personagens gays, lésbicas e até transexuais na Rede Globo. A audiência de telenovela mais baixa da emissora em 2018 atingiu 12,7 pontos, considerando que cada ponto representa 71.855 domicílios<sup>5</sup>. Analisando dessa maneira, é possível compreender como o debate relativo à diversidade de identidade de gênero e orientação sexual tem tomado uma proporção cada vez maior no cenário nacional.

Fernanda Nascimento da Silva (2015) aponta que as construções de sentidos produzidas nas narrativas midiáticas acerca da população LGBT são complexas e podem ser contraditórias, apresentando quebras de paradigmas ou manutenção de padrões já estabelecidos socialmente. Compreendendo a telenovela como o principal produto da cultura da mídia nacional, a autora aduz para a ampla repercussão dos significados que emergem a partir deste local.

Pode-se falar de representações limitantes, em maioria respondendo a padrões heteronormativos de comportamento e carentes de diversidade sexual, fator que se confirma com a predominância de personagens gays.

No que se refere às lésbicas, detectou-se que, diferentemente dos homens homossexuais, são personagens com uma sexualidade mais regulada, nas quais somente aquelas com performatividade de gênero heteronormativa têm legitimidade para a vivência de relacionamentos. Bissexuais, travestis e transexuais foram praticamente invisíveis nas tramas, tendo adquirido exíguo aparecimento apenas nas últimas décadas. (SILVA, 2015, p. 153-154)

As comunicações midiáticas podem reproduzir a lógica de performatividade heteronormativa com aproximação de valores considerados como os mais adequados socialmente, considerados entre relações de procriação, monogâmicas e estáveis, ao mesmo tempo que dão visibilidade a discussões sobre preconceitos e discriminações, valorizando um debate significativo. São análises que demonstram a existência, por um lado, de construções, enquanto por outro revelam paradoxos complexos e também simbólicos. (SILVA, 2015)

Caio Cesar Klein (2016) analisa as representações advindas de mídia policial, que atuam na produção de discursos sobre o crime e o criminoso. A partir da veiculação de notícias com conflitos que envolvem travestis, constatou que os discursos combinam duas características

---

<sup>5</sup> Os números são da Kantar Ibope, da Grande São Paulo, considerado o mercado mais importante do país e que apresenta 28,9% de influência no Painel Nacional de Televisão (PNT). Dados disponíveis em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-diaria-do-horario-nobre/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

fundamentais: a performatividade dos enunciados de gênero<sup>6</sup> e a produção e distribuição assimétrica de bens simbólicos, manifestações que podem operar na maneira como as pessoas acessam conhecimento, ou como (re)conhecem e identificam seu gênero.

Essa combinação produz um aprofundamento de discursos violentos e excludentes quando associados à identidade de gênero, contribuindo para a construção de um imaginário de uma falsa relação entre criminalidade e gênero - movimento marcado pela carência de contexto sobre a violência urbana e sobre o mercado sexual e de drogas ilícitas como determinantes nestas relações. Dessa maneira, o pesquisador afirma que “o discurso desses jornalistas culpabiliza o trabalho sexual como se esse fosse a causa dos eventos violentos que ocorrem em seu contexto”. (KLEIN, 2016, p. 112)

Novamente é possível perceber a existência de uma dualidade de representações no que se refere às relações entre identidade de gênero e crime. De acordo com a investigação realizada por Klein (2016), as travestis envolvidas em alguma situação delitiva, quando entrevistadas, revelam também a realidade violenta que enfrentam, denunciando a violência policial e problematizando o tratamento desigual que recebem, ou até assumindo suas identidades marginais, apresentando vivências marcadas por relações de desigualdade - movimento que revela uma forma de ressignificar a visibilidade para um momento em que deveriam ser vistas na figura do acusado/criminoso.

Quanto a demandas judiciais por direitos, o militante 6 revelou que eram as problemáticas de cunho patrimonial que chegavam à entidade no período que havia atendimento jurídico, de modo que a atuação permitia conquistas na área cível. O grupo conquistou a primeira decisão que permitiu o casamento entre duas mulheres, junto ao STJ, bem como a primeira retificação civil de mulher transexual do Brasil, de Marcelly Malta, reconhecida ativista junto à população transexual em Porto Alegre e que é presidente do grupo Igualdade RS. Além disso,

E... muita coisa de família que a gente tinha também porque na época não tinha, na época não dava pra fazer nenhuma união estável ainda. Então a gente tinha alguns

---

<sup>6</sup> Os estudos sobre os enunciados performativos de gênero começaram a surgir em meados dos anos 1980, a partir dos questionamentos acerca da constituição social e histórica das categorias de gênero, raça e classe para romper com a crença em uma “unidade essencial” a respeito do ser mulher enquanto categoria capaz de agregar naturalmente todas as mulheres (HARAWAY, 1994). Posteriormente, emergiu a Teoria *Queer*, no movimento de i) contestar a rigidez de identidades homossexuais restritas a guetos isolados; e ii) assumir que essas identidades não eram mais fixas e precisavam ser interpeladas para produzir uma ruptura na estrutura social. Nessa linha de pensamento, gênero opera enquanto ordem performativa de repetição e reprodução de enunciados vinculados ao binarismo masculino/feminino. (BUTLER, 2012; ARÁN, 2006) Nessa lógica, Beatriz Preciado (2008, p. 86) resume o gênero como “un sistema de reglas, convenciones, normas sociales y prácticas institucionales que producen performativamente el sujeto que pretenden describir. [...] no como una esencia o una verdad psicológica, sino como una práctica discursiva y corporal performativa a través de la cual el sujeto adquiere inteligibilidad social y reconocimiento político”.

casos de exceção, assim, de companheiro que falecia e o outro ficava completamente sem nada, né? Daí tinha que entrar na justiça contra a família. E o primeiro casamento que saiu na época, um casal de mulheres, foi o STJ que aprovou num recurso especial que permitiu que elas registrassem casamento, foi pelo Somos. Bastante tempo atrás. Que mais teve, Ah! Também um dos primeiros casos de retificação de registro civil – a gente tinha bastante casos lá assim –, que foi o da Marcelly Malta que é presidente do Igualdade, também foi lá pelo Somos no tempo que eu tava lá estagiando.<sup>7</sup>

O mesmo ativista relata que o cenário é de conquista de algumas garantias precárias por meio de decisões judiciais. Um marco histórico na conquista de direitos da população LGBT foi a possibilidade de união entre pessoas não-heterossexuais, demanda que foi resolvida judicialmente por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) número 4277.

Neste ponto, interessante é a ponderação do eixo investigativo de Jacson Gross (2017), que apontou que entre casais homossexuais masculinos em Porto Alegre e Região Metropolitana do Rio Grande do Sul que tiveram adoções homologadas pelo poder judiciário não se observou nenhum comportamento institucional de cunho preconceituoso. Mais que isso, o pesquisador indica que os casais revelam que foram tratados com carinho no percurso de adoção.

Diferente é o que se visualiza em relatos sobre o olhar da sociedade em geral. Nesse ponto, é uníssona a ocorrência de eventos preconceituosos, destacando-se os episódios:

[...] preconceito de um padre, protelando o batismo com o argumento de que precisava instruções da autoridade a ele superior, em se tratando de uma criança adotada por homossexuais; de um pai, proibindo que seu filho frequente a casa do casal homossexual; dos pais, que não levaram seus filhos à festinha de aniversário da criança adotada pelo casal homossexual, etc. (GROSS, 2017, p. 135)

Gross (2017) explica que esses casais contornam as situações discriminatórias, buscando seus direitos de cidadania, tratamento igualitário para que suas demandas sejam atendidas. O autor não deixa de perceber que esse movimento se deve ao fato de ter realizado investigação junto a grupos que pertencem a camadas sociais médias, que conhecem seus direitos - como um dos casais, em que os próprios buscaram administrativamente o reconhecimento de seu direito à licença correspondente ao tempo da adoção, fazendo sua própria argumentação na defesa desse interesse, o que demonstrou o nível de instrução e conhecimento acerca de direitos.

Mesmo considerando um avanço em termos de visibilidade, o ideal de ter essas conquistas amparadas por lei não foi alcançado, cenário que o militante 6 dissocia das vias democráticas e representativas. Além disso, aponta que no mesmo passo que há algum avanço, também ocorre algum retrocesso em termos de reação conservadora.

É que direitos LGBT têm vários prismas, assim, né? Nos últimos tempos, me parece que houve certo avanço em relação a direitos civis, né? Como casamento, união

---

<sup>7</sup> Apêndice F.

estável – claro que tudo de uma forma precária, assim, né? Porque o judiciário que tem que garantir, a gente não consegue fazer isso pela via democrática e representativa, assim, né? Mas me parece que nesse campo tem havido um certo avanço, assim, né? Mas esse avanço sempre vem acompanhado de um retrocesso, né? É como se... quando aumenta a visibilidade desses grupos, sempre há uma reação, né, conservadora que a gente observa. E acho importantíssimo que o judiciário tenha garantido algumas coisas porque realmente do jeito que tá, que é o nosso Congresso, não dá, simplesmente não dá, então o mínimo tem que ser garantido. E realmente, o ideal seria que essas conquistas aí que foram feitas via judicial, elas sejam incorporadas na legislação no futuro, assim, né. Mas não sabemos em quanto tempo isso vai acontecer.

No que diz respeito à união entre pessoas LGBTs, destaco a posição de Steven Buttermann (2012, p. 165) sobre a visibilidade de políticas dessa natureza. O autor aponta para a existência de uma controvérsia entre a divulgação de conquistas e, ao mesmo tempo, de altas estatísticas de violência letal. Nessa análise, as representações jornalísticas refletem uma ambiguidade que pode ser demonstrada pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo, medida que confere dignidade aos cidadãos LGBTs e contribui para capacitá-los a cultivar o respeito e a coragem para resistir às injustiças sociais, ao mesmo tempo em que são conhecidos dados como os do Grupo Gay da Bahia, por exemplo.

O militante 3, que atua na causa há 28 anos, afirma que percebe muitas mudanças quanto aos direitos para a população LGBT:

Olha, eu acho que alterou bastante, a gente não pode negar que houve muitos avanços porque veja bem: nós saímos de uma população que não existia enquanto cidadãos, entendeu, não éramos cidadão de direito, nós não existia enquanto sujeito político, eu diria, e partimos para um espaço de ocupação. Então muitas decisões judiciais, de forma aleatória no Brasil inteiro e principalmente no Rio Grande do Sul ali por 96, 97, 98, começaram a suscitar esse debate. É claro que nós instigava isso. Ah, adoção! Ah, casou tem direito porque separou. Ah! Bom. Todas essas situações que já tão mais ou menos naturalizadas e tal, começou a se dar, ou seja, as pessoas por ter essa orientação sexual ou de expressão sexual, elas não podem ser descobertas pela constituição federal, aquele entendimento, né? Que as pessoas têm na sua... e eu acho que se avançou bastante nesse sentido, né? Então nós temos hoje, eu diria, uma proteção bem maior do que o que se tinha antigamente. Claro, talvez ainda tenha algumas arestas, assim, né, mas eu acho que hoje a gente tem, tem avançado bastante nesse sentido.<sup>8</sup>

Isso demonstra que o ativismo coletivo foi significativo para a consolidação da pauta em torno do casamento igualitário, por exemplo, ao mesmo tempo em que a reivindicação por direitos feita de forma individual não pode esmorecer. Nessa construção, compreende-se que os relatos, em comunhão com a pesquisa de Gross, demonstram que, mesmo com conquistas, é preciso a todo tempo (re)afirmar a necessidade de equidade - como foi o caso do casal de homens que pleiteou para conseguir gozar de licença paternidade quando ao tempo da adoção.

---

<sup>8</sup> Apêndice C.

### 2.1.1. Paradas de Orgulho LGBT

Além destas demandas, cumpre referir um importante evento para a manifestação de pautas são as Paradas LGBTs que ocorrem em diversas cidades. A militante 5 destaca que “[...] a Parada é algo que já tomou corpo, né? Já anda sozinha. Então... mas por isso que é importante, mais agora, participar. Agora por outras razões. Antes porque não tinha então tu tinha que marcar presença. Hoje já existe essa cultura, já tá fortalecida”<sup>9</sup>. A militante informou ainda que a organização da Parada Livre é desenvolvida de modo coletivo, com a reunião regular de representantes de vários grupos e entidades que defendem a causa LGBT em Porto Alegre.

Então, agora a gente tem que tá lá pra levar questões porque nós mesmos já pensamos que poderia ser diferente, sabe? Mas não somos nós que temos que decidir sozinhos, né? É o coletivo que decide, então precisa tá lá pra pautar. É uma maneira também de nós, nós percebemos que muitas famílias vão e participam, esperam esse momento pra ir lá. Tem muitas crianças ao longo do tempo, assim, da história, a Parada eu acompanho desde o início, né? Não existia o [REDACTED] ainda e já existia a Parada. Então eu acompanho desde o início e vi que houve muita mudança em relação ao público que participa, né? Que vai assistir e tal. Então hoje tu tem muita criança participando que vão, que adoram ver os shows, muitas famílias, né?<sup>10</sup>

No Brasil, o ano de 1980 pode ser apontado como um pontapé para o desenvolvimento dos movimentos de reivindicações da comunidade LGBT, em uma manifestação que reuniu em torno de mil pessoas e que foi convocada pelos movimentos homossexual, negro e feminista. Em 13 de junho ocorreu o que Moacir Lopes de Camargos (2018, p. 422) chamou de “nosso Stonewall”, motivada para contestar um delegado de São Paulo, Richetti, que promovia uma espécie de limpeza social no centro da cidade e que tinha como foco as ruas do gueto gay [sic] da cidade, com a prisão arbitrária de prostitutas, homossexuais e travestis.

Há também registro de uma marcha em Copacabana no ano de 1995, também em junho, reunindo cerca de três mil e quinhentas pessoas em uma manifestação com uma longa bandeira das cores do arco-íris. Camargos complementa, ainda, que o “mais próximo que antecede ao que podemos chamar de Parada, em São Paulo, foi um ato público que ocorreu no dia 28 de junho de 1996 na Praça Roosevelt e promovido pelo Grupo Corsa que já estava investindo nas comemorações do 28 de junho”. (CAMARGOS, 2018, p. 424)

Regina Facchini (2005) explica que foi um evento importante na articulação da primeira Parada de São Paulo. Foi um evento em que as pessoas ficaram sabendo “pelo boca a boca” sem sair às ruas – motivo pelo qual a reunião teve o nome de ato e não parada. Mesmo sem sair às ruas, o microfone foi utilizado e aberto espaço para falas e recados.

<sup>9</sup> Apêndice E.

<sup>10</sup> Apêndice E.

Além disso, Camargos (2018) relembra da exibição do filme “Stonewall” no Festival Mix Brasil, também em 1996, quando vários grupos militantes da cidade de São Paulo começaram a se organizar para realizar a Primeira Parada, que ocorreu em 1997. À época, o evento teve o nome de Parada do Orgulho GLT, tendo sido organizado pelo Grupo Corsa junto com outros coletivos de São Paulo.

A Primeira Parada de São Paulo contou com a participação do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de São Paulo, do Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP (Caheusp), da Etcétera e Tal, da Associação para Prevenção e Tratamento da Aids (APTA), de Anarco-punks e do Núcleo GLTT do PSTU. A manifestação teve como tema “Somos muitos, estamos em todas as profissões” e ocorreu no dia 28 de junho de 1997, em lembrança à Revolta de Stonewall, com a participação de cerca de duas mil pessoas. (CAMARGOS, 2018, p. 425)

As três primeiras Paradas tiveram como foco a visibilidade do movimento e da liberdade sexual, uma das principais pautas da época. A partir daí, outras Paradas passaram a ser organizadas em outras cidades, em outros estados do país, quase sempre no mês de junho em comemoração ao 28 de junho de 1969. (CAMARGOS, 2018)

No que diz respeito ao formato dos atos, diferentemente do que ocorre em outros países, as Paradas LGBTs no Brasil adquiriram “outra conotação, ou seja, podemos afirmar que ela subverte, sai da esfera social da ideologia dominante e carnaliza em pleno dia, provoca o riso” (CAMARGOS, 2018, p. 428). Na sua estrutura, o evento adquire o modelo de massa, sem alas separadas e homogêneas – como na Chicago dos anos 1990, por exemplo. Ao tratar da Parada de São Paulo, Moacir Lopes de Camargos explica:

Nas Paradas brasileiras, por não haver divisão entre atores e espectadores, há uma liberdade na manipulação de uma série de signos verbais e não verbais que permitem a criação de personagens que subvertem a ordem. É necessário enfatizar que na Parada, pelo fato de acontecer em um espaço aberto da cidade e, embora tenha uma organização que coordena e planeja a festa, qualquer pessoa (independente da sua orientação sexual [e identidade de gênero, acrescentamos]) pode participar das reuniões semanais, trabalhar, desenvolver um projeto, ser voluntário da Associação da Parada e participar tanto dos preparativos da festa quanto se jogar e se perder nela. Diferente do carnaval no sambódromo (local fechado, de acesso restrito), a festa da Parada não tem um script, não segue uma ordem fixa, ela é informal, dionísica. (CAMARGOS, 2018, p. 429)

A esse respeito, importam as considerações de Buttermann (2012) sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, considerada a maior do planeta. Ao analisar o cenário brasileiro, imerso em propostas legislativas que restringem o tratamento sobre orientação sexual em escolas, por exemplo, ou mesmo que deslegitimam a união afetiva entre parcerias LGBTs, o autor aponta para um contexto machista e patriarcal que promove a invisibilidade de identidades sexuais e de gênero que não correspondem ao ideal heteronormativo.

Ponderando a tensão existente entre as relações de visibilidade e do “armário”, Butterman (2012, p. 167-168) questiona o que é menos perigoso: “o simplesmente *ser* no mundo, sem proclamar nenhum tipo de política de identidade, ou esse gesto encerraria o perigo de extinguir a diferença e promoveria ainda mais intolerância”? Para o autor, essas podem ser consideradas estratégias de sobrevivência básica e autopreservação de pessoas assumidamente LGBTs no contexto de índices de violência que só parecem crescer.

Nas paradas atuais, é possível perceber um tensionamento entre os tradicionais ritos carnavalescos e as reivindicações por um caráter considerado mais político, que não remonte somente à ideia de festa. Camargos (2018, p. 433) questiona a postura que nega a festa carnavalesca, aduzindo que esse posicionamento é o da “cidade letrada [que] quer um discurso (erudito) do poder político, econômico, religioso ou de um militante que integra a semântica do homem ablativo que habita essa cidade, um homem não sexuado, um ser do qual se esquece o sexo e pretende, por excelência, ser masculino, dominante.

O militante 6 demonstrou que por mais que eventos de grande visibilidade da comunidade LGBT sejam importantes e que os projetos desenvolvidos pelas entidades de militância possam ter repercussão na prevenção à violência, isso não pode ser um trabalho delegado às ONGs. Acredita que o papel dessas instituições é atuar nas lacunas do que o Estado não consegue, mas não em uma pauta como violência.

Porque assim, a utilidade do terceiro setor tá em exatamente tomar ações pontuais do trabalho do Estado que são muito especializadas, né, pra isso que o terceiro setor existe. Agora... não pode jogar nas costas das ONGs, tipo, enfrentar a violência. Não! Isso é (riso breve) uma função de Estado, né? E... daí a gente fica nesse trabalho de formiguinha, assim.

Mais do que isso, o mesmo ativista revela que, a partir das atividades que acompanha, nenhuma política de enfrentamento à violência contra a população LGBT está sendo implementada por parte do Estado. No município de Porto Alegre, destaca a falta de apoio à Parada Livre, por exemplo, que é um evento que reúne inúmeras pessoas uma vez ao ano para dar visibilidade às pautas e às identidades da população LGBT.

É, é que aqui, políticas de Estado de enfrentamento à violência LGBT, no momento, não vejo nenhuma sendo executada, assim, né? O que tu tem é, uma vez por ano, uma campanha e olha lá, assim. Tu vê Porto Alegre, o município não apoio nem mais a parada livre, sabe? Que é o evento que dá mais visibilidade a essa pauta, município não apoia. Cada vez mais difícil ter ações desse tipo na escola, então... realmente, na atualidade aqui em Porto Alegre, eu não vejo nenhuma política eficaz sendo feita.

O que ocorreu pontualmente em Porto Alegre foi que a prefeitura suprimiu apoio financeiro desde o ano de 2017<sup>11</sup>, omissão que foi revertida por meio dos seguintes

<sup>11</sup> Em 2018 mais uma vez a Prefeitura de Porto Alegre não faz repasse financeiro. O que fez foi isentar a organização do evento das taxas de uso de espaço público (que a própria prefeitura cobra), valor que a

movimentos: i) doações da sociedade civil, sindicatos e figuras públicas; ii) realização de eventos em casas noturnas; iii) doações de valores por meio da plataforma virtual *apoia.se*; iv) patrocínio de empresas privadas, como a do aplicativo de mobilidade 99 APP; v) venda de produtos como ecobags, bottons, camisetas e canecas com o tema do evento. O valor arrecadado fechou um caixa de R\$81.919,00 (oitenta e um mil novecentos e dezenove mil reais), com despesas que somaram R\$50.699,67 (cinquenta mil seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos), restando para o caixa do evento de 2019 o montante de R\$31.219,33 (trinta e um mil duzentos e dezenove reais e trinta e três centavos)<sup>12</sup>.

Nas relações analisadas, é possível perceber dois movimentos opostos: ao tempo em que se observa a diminuição de incentivo estatal para a promoção de manifestações sociais para a comunidade LGBT, parece haver, em sentido oposto, um aumento do interesse de setores privados nesse investimento. Nos casos examinados, o apoio vem de aplicativos de mobilidade que com frequência são denunciados socialmente pela falta de segurança em trajetos, com situações que envolvem discriminação e preconceito contra a população LGBT.

A empresa Uber destacou-se na área privada promovendo campanhas como a “Vamos Juntos” ou até mesmo apoiando financeiramente e participando com trios elétricos em Paradas de Orgulho LGBT<sup>13</sup>. Como o aplicativo de mobilidade reúne inúmeros colaboradores em diferentes localidades, o projeto Vamos Juntos se propõe a cuidar de ações de conscientização da própria equipe, abertura de espaços para a inclusão de trabalhadores LGBTs<sup>14</sup> e vinculação

---

Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE) informou que representa cerca de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). (G1/RS, 2018)

<sup>12</sup> Os dados são da prestação de contas da Parada Livre, documento que é público e pode ser obtido pela solicitação informal a qualquer membro da organização do evento. Como esta pesquisa envolveu a participação de grupos LGBTs que compunham esta organização, foi possível entrar em contato para demandar a declaração. (PARADA LIVRE, 2018)

<sup>13</sup> Em São Paulo, desde 2017 a empresa contribui financeiramente com o evento, considerada a maior Parada do mundo. Em 2018, a conhecida cantora Pablo Vittar se fez presente no trio da parceira. No Rio de Janeiro, o ano de 2018 foi o terceiro em que a Uber esteve presente na Parada do Orgulho LGBT, tendo o trio elétrico composto por cantoras como Gretchen, a *drag queen* Gloria Groove, entre outras celebridades. O apoio também se destinou à 17ª edição da Parada do Orgulho LGBT da Bahia, que teve a cantora Gilmelândia como atração principal a se apresentar no trio do Uber. Em Fortaleza, o apoio se direcionou ao evento XXIX Parada da Diversidade Sexual do Ceará pelo terceiro ano consecutivo. As participações da empresa ocorreram em Paradas de Orgulho vinculadas à causa LGBT num total de 15 cidades em 2018, implantando as chamadas *rainbow routes*, o que permite que o trajeto mostrado no aplicativo de mobilidade seja colorindo com as cores do arco-íris em todas as viagens na cidade, da semana anterior até o dia do evento. As informações foram veiculadas por meio dos sites: <<https://poenaroda.com.br/featured/uber-confirma-pablo-vittar-em-trio-da-parada-lgbt-de-sao-paulo/>>; <<https://odia.ig.com.br/diversao/2018/09/5578101-uber-apoia-parada-do-orgulho-lgbti-2018-do-rio-e-tera-trio-eletrico-com-gretchen-alinne-rosa-e-mais-artistas.html>>; <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/parada-lgbt/2018/08/gilmelandia-se-apresenta-no-trio-do-uber-na-parada-lgbt-da-bahia>>; <<http://blogs.opovo.com.br/forronejo/2018/06/15/uber-apoia-parada-do-orgulho-lgbtq-em-fortaleza/>>; Acesso em: 03 jan. 2019.

<sup>14</sup> Em meio a denúncias de preconceito de motoristas vinculados à empresa, também se destacam algumas notícias de colaboradores que se cadastraram no aplicativo, como a primeira motorista transexual do Brasil, Nathaly

com outras parcerias. Inúmeros vídeos foram elaborados e encontram-se disponíveis no site da empresa com figuras reconhecidas na comunidade, como Iran Giusti, idealizador da ONG Casa 1, Pedro HMC, Youtuber do Canal Põe na Roda, Jéssica Tauane, do Canal das Bee, a cantora Liniker, a *drag queen* Lorelay Fox e a professora e consultora para assuntos relacionados à diversidade, Anna Castanha<sup>15</sup>.

As iniciativas se sobressaem num contexto em que a empresa que presta serviço de mobilidade é constantemente apontada pela conduta de motoristas que agem de forma discriminatória com pessoas da comunidade LGBT<sup>16</sup>. Por óbvio, ações de mesma natureza também ocorrem em outras empresas, inclusive de grande porte, mas nem sempre é possível visualizar o mínimo empenho que seja para coibir situações de preconceitos com clientes e até mesmo vexatórias entre colaboradores.

Nestes casos - e talvez em tantos outros -, é possível perceber que se tratam de empresas de grande circulação de capital financeiro, em que provavelmente investir em formação e respeito à diversidade custa mais do que eventualmente ter uma notícia divulgada sobre preconceito e discriminação. Situações como essas podem gerar, quando muito, uma indenização, o que não deve ter tanto impacto sobre o montante total de lucro.

As ponderações apresentadas até aqui se inserem nas análises do que se percebe enquanto demandas sociais emergentes no que diz respeito à população LGBT. A visibilidade destas questões no cenário nacional aponta para um contexto em que os temas de diversidade sexual efetivamente deixam de ocupar o armário<sup>17</sup> da história: é possível falar de um tempo em

---

Oliveira, da cidade de Cuiabá (MT), que revelou que pela primeira vez conseguiu ter seu nome social e foto feminina associados à profissão com o registro no aplicativo. Disponível em: <<http://www.hipernoticias.com.br/cidades/primeira-motorista-uber-transsexual-do-brasil-e-de-cuiaba-e-ve-avanco-na-luta-contra-preconceitos/71206>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

<sup>15</sup> Os vídeos e debates podem ser consultados no site da empresa e também são veiculados como mensagens no aplicativo durante as semanas de *rainbow routes*. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/pride/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

<sup>16</sup> Entre as muitas não publicizadas e outras tantas que não é possível reunir, destaco a denúncia virtual da cantora Linn da Quebrada, que tomou as redes quando divulgou em seu Twitter que foi vítima de preconceito: “acabei de passar uma puta situação de constrangimento com a @Uber\_Brasil e não é a primeira vez, lógico. Onde o motorista chega no local de embarque e se recusa a me deixar entrar no carro porque eu sou travesti. E aee @Uber\_Brasil, já recalquei d problemas assim, de assédio”. No mesmo dia, alguns minutos depois, postou também: “Essa não eh uma situação pontual e ocasional, eh estrutural dentro de sua empresa. E não só comigo. Motoristas racistas, homoesbotransfóbicos, elitistas e invasivos. Isso não é por mim, é pra q outras como eu possam se sentir seguras e confortáveis na sua caminhada @Uber\_Brasil”. A artista não conseguiu registrar reclamação em relação ao motorista, pois a corrida foi cancelada e não constava mais entre as suas viagens no aplicativo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2018/08/21/linn-da-quebrada-denuncia-motorista-de-uber-que-a-barrou-no-carro-por-ser-travesti.ghtml>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

<sup>17</sup> A expressão remete ao que a pesquisadora norte-americana Eve Kosofsky Sedgwick (2007, p. 22-23) consagrou como “epistemologia do armário”, na construção da ideia de que o segredo referente à orientação sexual operou como dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas durante o século vinte, em contraposição aos privilégios de visibilidade e hegemonia de valores de heterossexuais, numa estrutura de relação que marcou a história do ocidente enquanto produtora de uma cultura que legitimou a dor de uma comunidade em prol da

que o preconceito e a discriminação ocupam a agenda de políticas públicas, de denúncias de acontecimentos que outrora eram abafados ao arpejo de tantas dores. É possível falar de visibilidade.

Essa reflexão também pode ser encontrada na narrativa do militante 2:

Nós poderia pensar, a gente não tem esses dados e não tinha antigamente, as pessoas tavam muito mais no armário. A nossa visibilidade também provocou uma reação em alguns setores mais conservadores da sociedade. E esses setores, a gente vem passando por um momento político no Brasil nos últimos anos, assim, onde esses setores... no tempo em que iniciamos a militância, ao mesmo tempo que a gente era muito mais, digamos, no armário, nós não ouvia um discurso tão efusivo e tão forte de preconceito como a gente ouve agora. Mesmo com todos os avanços que tiveram, entendeu? Ou seja, então nós provocamos, acredito eu, seja um dos fatores a nossa visibilidade, nosso empoderamento, de tá na rua, de tá na televisão, de tá em tudo que é lugar, a gente tá em tudo que é lugar mesmo, né? Não tem onde não se discuta! Tu vai numa cidade de 10 mil habitantes, já tem uma bicha, uma sapata lá, uma travesti, né, assumida "ah, eu sou isso, sou aquilo".

Constatar que a era do silêncio chegou ao fim exige que se inicie uma nova fase, aquela sobre a qual se pode voltar o olhar para causas e consequências. Relações historicamente estruturadas na lógica do preconceito e do tratamento desigual produzem agressões e legitimam vínculos pessoais, normativas legislativas e estratégias políticas que validam a violência. Outra vez, essa também é a opinião do militante 2:

Eu acho que assim, ó. O debate da violência em relação à população LGBT é um debate que vai muito além da ideia de uma violência, assim, que a gente pode pensar que a pessoa vai agredida e tal. Eu acho que tem questões culturais, ideológicas de construção, entendeu, desses personagens na cidade que envolvem, por exemplo, na minha perspectiva, uma questão moral muito forte sobre nossa sexualidade, entendeu? Porque, né, a gente se não fosse gay, lésbica provavelmente a grande maioria não se atrevia, mas, ou seja, a nossa expressão sexual, ela tem uma construção história que nos colocou num lugar da patologia, da doença, do desvio, da ameaça. E isso sempre constitui um caldo de cultura que legitima a violência e que constrói a violência. Então, na medida em que essas pessoas verem essas pessoas, há uma desqualificação moral, entendeu?

Na percepção do ativista, ainda, são nítidos os cenários em que ele percebe modificações sobre a questão da visibilidade, do empoderamento. O que mais chama atenção nesses apontamentos é a conclusão de que essa visibilidade é o que gera a violência, que a violência é uma consequência de sair do armário:

Quando nós estudava na UFRGS, naquela época, nós entrava na sala de aula e nós virava hetero na hora! Hoje tu é bicha e tu entra na sala de aula e se o professor disser alguma coisa já faz um bafo! As pessoas vão de bandeira pra dentro da universidade, pendurando no, os grêmios estudantis é um monte de sapata, um monte de bicha, na

---

vigência de uma determinada ordem de comportamento. Essa foi a lógica que estabeleceu um regime de relações contraditórias e limitantes sobre privacidade e revelações, público e privado, conhecimento e ignorância, em que a autora aponta que até mesmo as pessoas mais assumidamente gays guardavam segredo (continuavam no armário) em alguma relação importante para elas, seja de cunho pessoal, econômico ou institucional, impondo uma preocupação constante de convivência social para em cada novo encontro desenvolver “novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição”. Segundo ela, essa ordem perdurou até a Revolta de Stonewall (1969), momento marcante no mundo todo para debates e movimentações de demandas LGBT.

minha época não era assim, entendeu? Não havia esse espaço. Só que esse empoderamento também provocou uma reação e essa reação acaba também gerando violência.

### 2.1.2. Criminalização e recrudescimento penal

O relatório do Grupo Gay da Bahia apresenta um tópico sobre impunidade, onde indica percentuais de acusados identificados e de ocorrências que resultaram na abertura de processos. Aqui, é preciso ponderar a metodologia desenvolvida pela ONG para a coleta de dados, que é baseada em notícias veiculadas na mídia e encaminhadas por familiares. É possível compreender que essa amostragem indique em cada notícia uma morte, mas talvez não seja seguro confiar no acompanhamento de cada caso, visto que o relatório não faz menção a isso.

Como um dos últimos elementos do documento, foi registrada a opinião do fundador do GGB no tópico “Solução Contra Crimes Homofóbicos”:

Há cinco soluções emergenciais para a erradicação dos crimes homotransfóbicos: educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos dos LGBT; aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo; políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT; exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos e finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação. A certeza da impunidade e o estereótipo do LGBT como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 21)

É interessante perceber que o único documento recente com alguma compilação no que diz respeito à violência contra a população LGBT demonstra a posição da entidade em diferentes âmbitos de atuação para resolução dos casos. Diferente do que tradicionalmente se salienta, o GGB é um grupo que não se manifesta somente quanto a medidas de cunho punitivista.

Valquíria Cirolini Wendt (2018, p. 29) é categórica ao afirmar que “os movimentos sociais LGBT reivindicam pela criminalização da homofobia, assinalando esta como a principal maneira de diminuir os homicídios de LGBT no país”, considerando a discriminação e o preconceito como motivação para crimes de homicídio contra pessoas LGBT e os números de casos de violência. De maneira semelhante, nesta pesquisa considereei como uma das hipóteses para o desenvolvimento da investigação que as principais pautas do(s) movimento(s) LGBTs atualmente dizem respeito à demanda punitiva para o tratamento de conflitos delitivos violentos, buscando a tutela do Estado pelo recrudescimento penal.

Essa hipótese não só serviu de guia para a elaboração dos roteiros de entrevista como também motivou a estruturação da pesquisa em momentos distintos, tendo contato primeiro com os movimentos LGBTs com o objetivo de investigar suas demandas, e depois chegando à polícia.

Destacando que os direitos civis têm tido maior visibilidade no país, o militante 6 relata que no campo penal é bem diferente: para ele, “a gente tem uma pasmaceira, assim, nada acontece”. Mesmo apontando que o grupo Somos sempre foi favorável a projetos de criminalização da homofobia, maior reprimenda em crimes específicos, tratamento especial para crimes de ódio e a não utilização da qualificadora de motivo torpe para homicídios também são temas que são levantados.

A gente tem dados, dados bem sérios, significativos, né, mas realmente nenhuma atitude é tomada, assim, então nesse campo parece que não tem muito avanço. Mas do tempo em que eu venho militando, o Somos sempre se mostrou favorável a projetos de criminalização da homofobia, por exemplo. Á... eu, pessoalmente, acho que é importante mas tem, na verdade deveria tentar melhorar essa discussão sobre isso porque tem uma onda de criminalização das esquerdas, assim, muitas vezes as esquerdas têm uma onda punitivista, assim, no caso, né? Mas eu acredito que, no mínimo, a gente deveria que ter na legislação penal, de forma mais clara, que a homofobia e crimes cometidos com ódio desse tipo tivessem uma reprimenda penal maior. Por exemplo, as pessoas dizem que, tá lá no motivo torpe, por exemplo, um caso de homicídio, sei lá, mas é muito difícil que isso chegue, né, no judiciário, que o judiciário utilize isso, né? E... e também isso também não dá uma sensação social da proibição, né? Então... eu acho que se aparecesse, se algum dia a palavra homofobia, transfobia estivesse na legislação, isso dá uma sensação de punibilidade maior, assim, talvez, né?<sup>18</sup>

Clássicos estudos criminológicos apontam para a onda punitivista que advém dos movimentos sociais (KARAM, 1996). Diferentemente dessa abordagem, reflexões sobre o porquê da existência dessas demandas podem ser desenvolvidas a partir dos relatos do integrante do grupo Somos, pois o maior desenvolvimento em termos de políticas e conquistas em direitos civis pode apontar para uma maior proporção de demandas e pautas nas questões relacionadas à violência, que envolvem debates de criminalização e formas de aplicabilidade da punição que são pouco conclusivos.

A esse respeito Clara Moura Masiero (2014) pondera a existência de um consenso nas ciências criminais de que o sistema penal é um instrumento ineficaz para a redução da criminalidade, que produz efeitos perversos por meio do encarceramento, tratando-se, portanto, de um meio violento para a resolução de conflitos sociais, tudo isso em contraponto a crescentes demandas sociais por endurecimento penal em resposta aos conflitos. Nesse contexto, os movimentos sociais também reivindicam a utilização do direito penal, no que a autora apresenta

---

<sup>18</sup> Apêndice F.

como um paradoxo consistente na pretensão pelo uso de um aparato violador de direitos humanos para a defesa de direitos humanos.

Na esteira de contextualizar a demanda, Masiero (2014) explica que a orientação sexual e identidade de gênero se mostram como obstáculos para a plena realização de direitos. Com propostas legislativas de criminalização da homofobia, por meio do Projeto de Lei n. 122/2006, é possível visualizar resistência tanto de setores conservadores e fundamentalistas, que argumentam com a violação de liberdade de expressão religiosa, quanto de críticos do sistema penal, que entendem que as vias punitivas devem ser utilizadas como *ultima ratio*, visto estruturar um aparato que promove a violação de direitos humanos, também negando sua eficácia como meio de prevenção e afastando a sua utilização como efeito simbólico de pautas sociais.

Masiero (2014) analisa o cenário brasileiro na contramão de expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, persistindo o preconceito e a discriminação contra a população LGBT tanto de forma velada no cotidiano quando por meio de violências físicas e discursos de ódio. Encara como motivação uma realidade heteronormativa e voltada à regulação de sexualidades e identidades de gênero, propondo a criminalização da homofobia como uma resposta à ausência de quadro normativo voltado à diversidade sexual, o que contribui para a perpetuação da homofobia.

Valquiria Wendt (2018), por sua vez, argumenta que a lei penal brasileira já prevê a proteção a bens jurídicos como a vida, a integridade corporal, a segurança, a liberdade, etc., motivo pelo qual a criminalização da homofobia poderia simplesmente legitimar um discurso de expansão da intervenção criminal. Segundo a autora, nos moldes que propõem os movimentos sociais, a ampliação legislativa serviria apenas para o aumento de penas em condutas já tipificadas pelo código penal, o que confronta os fundamentos do estado democrático de direito, bem como os princípios<sup>19</sup> que envolvem o direito penal mínimo.

Cumprir referir que as demandas punitivas de movimentos LGBTs não são inexplicáveis. As narrativas de casos de violência em espaços urbanos permitem perceber que é sólida a ideia de insegurança nesses ambientes, circunstâncias que diferem da reprodução da

---

<sup>19</sup> Essa é a intervenção que Luigi Ferrajoli (2014) sustenta para um sistema que adote paradigmas garantistas de intervenção, como é o caso da constituição brasileira. Trata-se de um modelo normativo orientado para minimizar a violência e maximizar a liberdade, em que devem ser adotados critérios de racionalidade para a criação de novos crimes e, posteriormente, a prática jurídica também precisa ser de estrito respeito à legalidade. Aqui cuida-se da corrente em que o princípio preponderante é o da utilização do direito penal como *ultima ratio*, ou seja, intervindo de maneira mínima, não utilizando o sistema punitivo como estratégia no enfrentamento das mais diversas questões sociais.

cultura do medo<sup>20</sup>. A ideia da cultura do medo é de que, por ela, a sensação de insegurança se perpetua. Ou seja, essa “cultura” insere a população nas lógicas de incerteza e de insegurança que não resultam de perigos reais, mas imaginários. Logo, se os militantes apontam para situações reais de violência, não se estaria a falar de “sensação” de insegurança, mas de uma insegurança verdadeira.

Diante desse cenário, é possível ponderar não uma justificativa para as demandas punitivas da população LGBT, mas uma explicação do porquê isso acontece. Nada impede, no entanto, que essas demandas não sirvam à disseminação da lógica que permite a formatação do controle social, baseado na insegurança, que tem como consequência a expansão da lógica penal pela sociedade. Nesse sentido:

É sobre o solo urbano, espaço mais privatizado do que público, o local de produção da insegurança e de tentativas de controle social formal e informal (vigilância constante, ofendículas legais e supralégais, resposta armada, repressão penal, são alguns expoentes). (COSTA, 2011, p. 219)

Como apresentado por Vera Regina de Andrade (2016), a expansão da cultura punitiva é baseada no antagonismo entre a maximização do sistema penal e a minimização da cidadania. Nesse cenário, Renata Costa (2011) explica que o espaço urbano está sujeito aos processos de criminalização da pobreza influenciada pela cultura do medo, o que acaba resultando na reprodução da seletividade penal, numa relação claramente cíclica:

Em suma, o óbvio explode: nos espaços urbanos, tem-se a produção do desigual. Em uma sociedade do desigual. Em uma sociedade tendente a rechaçar a desigualdade, o enclausuramento espacial (urbanístico e arquitetônico) produz o medo. Dele emerge a sensação de insegurança. Da insegurança, reivindica-se o seu oposto. Dessa reivindicação, produz-se Direito. E pena. E castigo. E seletividade. E estigma. E medo. E insegurança. E Direito. E pena. E castigo. E seletividade... E... (COSTA, 2011, p. 238)

O que se percebe é que as demandas punitivas da população LGBT, baseadas em perigos reais, não deixam de se inserir na expansão do tecido penal. Um movimento que permita a reprodução do sistema criminal, alargamento da malha carcerária, ou utilização do sistema penitenciário como resposta a condutas de preconceito e discriminação pode ter como consequência um novo formato para as mesmas relações de exclusão e seletividade.

Aqui, importa frisar que não se está fazendo juízo valorativo se isso é aplicável ou inaplicável: o que parece é que as construções em torno desse debate estão longe de ser conclusivas. As ponderações podem ser percebidas como favoráveis e desfavoráveis para

---

<sup>20</sup> Renata Costa (2014) explica que a transição entre o período da modernidade para a sociedade contemporânea possibilitou o surgimento do risco, do fim das certezas e da geração de complexidade nas mais diversas relações. A forma como essas interações se desenvolvem também produz consequência no âmbito criminal, fazendo com que se instale uma expectativa social por segurança (ou diminuição do risco), resultando na exigência de respostas por meio de políticas criminais.

qualquer medida adotada, o que demonstra que, seja ela qual for, a decisão a esse respeito nada mais é do que isso: uma escolha - fora da construção binária do bom *versus* ruim, mas uma preferência inscrita a partir da análise de prioridades.

Além disso, a partir dos relatos é possível encontrar um impasse no que se considera um discurso homogêneo dos movimentos sociais LGBTs no que envolve pautas do sistema penal. Questionada sobre a existência de uma pauta consensual sobre violência contra a população LGBT, uma militante de grupo partidário afirmou:

Eu acho que não tem esse debate ainda. Tanto na minha organização quanto em outros espaços. Eu andei lendo em alguns outros coletivos e alguns espaços LGBT e é muito pouco debatido dentro da criminalização da LGBTfobia. Mas isso ainda é muito difícil. Tem a visão do Jean Wyllys, que não é para criminalizar, mas para agir mais na área da educação e criminalizar de uma forma menor e não encher as cadeias com mais gente. E tem uma forma de não, vamos criminalizar, que nem a questão do racismo, só que o debate ainda não saiu disso. Está no debate, mas as pessoas não amadurecem o debate para escolher: vamos criminalizar ou não vamos criminalizar. Tanto no PSOL é muito confuso isso ainda. Não tem um direcionamento ainda.

Mais do que revelar a ausência de um discurso uníssono sobre o tema, a entrevistada também demonstra incerteza quanto à efetividade da medida para resolver o problema da violência:

Eu tenho as minhas dúvidas. Tipo, causaria medo na sociedade como um todo, mas não inibiria os casos de LGBTfobia. Assim como o racismo, existe racismo em todos os espaços e nem todo mundo é preso e dependendo das pessoas nem ficam presas. E eu acho que se não tiver uma política de ressocialização de uma forma de debater esse tipo de coisa com essas pessoas que forem presas, não tem porque prender essas pessoas, só para encher mais as cadeias e as pessoas saírem de lá com curso profissional de violência. Uma violência vai gerar uma violência maior ainda.

Ainda, acrescento o relato do militante do grupo Nuances, que não acredita que criminaliza a homofobia resolveria a questão da violência:

A questão das travestis: porque que elas são muito mais violentadas? Porque há uma desqualificação moral em cima daquele corpo, daquela pessoa, daquele sujeito, daquela sujeita que faz com que as pessoas se sintam a vontade pra... ou seja, a pessoa já não tem cidadania, a pessoa é menos, é, ou seja, tu desqualifica, tu deixa, tira humanidade dela a partir daí tu... Então marginaliza e a partir daí tu legitima a violência. Então eu acho que tem que ter essa compreensão porque, por isso que é difícil essa questão. Pode ter uma lei, nós podemos ter uma lei que criminalize os atos lgbtfóbicos e tal, podemos ter, o cenário político não é. Mas não é o suficiente porque é uma mudança muito de lógica, de perspectiva, de visão, de várias, que passa por várias questões.

Apesar de apoiar projetos de criminalização da homofobia e debater questões relacionadas à punição de condutas violentas perpetradas contra a população LGBT, o grupo Somos demonstra maior interesse em ações preventivas.

É, o auxílio do Estado é fundamental, assim, né? Nem auxílio, é meio que obrigação do Estado, né? O Somos trabalha por muitos anos na perspectiva de educação para os direitos humanos, né? Então parece mais eficaz educar as pessoas para diversidade sexual pra que não aja, né, esse tipo de violência. Então isso sempre pautou as ações do Somos durante todos esses anos, Somos sempre teve projetos com jovens, projetos com escolas e tudo mais, né? Sempre nessa perspectiva da educação. E é essa

perspectiva que o Estado deveria implementar imediatamente, né? Se não tu vai ficar enxugando gelo pra sempre. Então realmente tem muito trabalho a ser feito porque se o Estado não consegue, ou não tem vontade de discutir esses temas na escola, por exemplo, que que adianta? Não é depois de adulto que as pessoas vão mudar de opinião. Claro que podem, né, mas é muito mais fácil educar as crianças pra isso. Me parece que, pro enfrentamento da violência, a primeira medida a ser adotada é essa, né? Porque depois que a violência ocorre o que que a gente faz? A gente pune?

Nessa abordagem, é possível perceber que grupos ativistas se colocam na posição de cobrar a atuação do Estado por considerar esse exercício essencial à própria ideia de Estado. Além disso, a política de uma educação inclusiva em relação à diversidade teria relação com uma educação para os direitos humanos.

O ativista destaca que, mesmo acreditando que os crimes cometidos contra LGBTs deveriam ser punidos com maior severidade, a questão central é a prevenção à violência, pois depois que foi cometida já não pode ser reparada. Acredita que é papel do Estado implementar formas de prevenção com a educação, com campanhas preventivas, na formação de agentes de segurança pública, inclusive na área da saúde e com professores(as) da rede pública. Chega a dizer que na Polícia Civil cursos de formação já estão sendo desenvolvidos por profissionais qualificadas nos temas,

A gente pune e a gente pune de qualquer forma, né? O que a gente pode fazer é punir mais severamente os crimes cometidos por LGBTfobia? Eu acredito que sim, te falei antes, eu acho que deve ser em uma situação agravante mas depois que a violência aconteceu não adianta mais muito, né? Acho que a questão é a prevenção da violência, assim, né? Então o Estado tem um papel fundamental nisso, seja na educação, seja em campanhas preventivas, seja na... na... na educação dos seus agentes, né? A polícia civil também tava falando sobre isso, eles já têm cursos, eles já têm módulos nos seus cursos pra direitos humanos e direitos sexuais, né? E parece que na academia de polícia eles já tem e eles tem depois cursos avulsos, assim, que eles tão fazendo e chamam, né? Os agentes. Aí, inclusive, as delegadas que tavam lá, duas delas davam aula nesses cursos – o que é muito importante e tem que ser continuado, né? Uma formação que tem que ser continuada, assim. E na polícia muito importante, né, mas deveria haver isso com todas as agências do Estado, quem trabalha em posto de saúde, os professores da rede estadual, da rede municipal, sabe? Principalmente quem trabalha com público, assim, né, deveria haver esse tipo de capacitação.

Na jornada para compreender os elementos que influenciam a agenda dos movimentos LGBTs, o ativista 2 demonstrou que as pautas não são homogêneas. No contexto em que os grupos estão inseridos, as intersecções entre raça, classe e gênero se mostram como características decisivas para tornar as demandas diversas.

Que é da dificuldade do movimento LGBT conseguir se centrar hoje numa única pauta porque o movimento LGBT encabeça, ele encabeça não, ele tem, na sua composição, diversos outros movimentos. Movimentos de mulheres, mulheres participam do movimento LGBT porque tem lésbicas. Movimento negro também participa do movimento LGBT porque tem negros LGBTs. E, embora a pauta das mulheres tenha uma identificação com a questão do gênero, “ah, pra tu tá no movimento feminista, pra tu te identificar como mulher, tu tem que tá...”. Tem a questão global, “ah, vamos lutar contra a opressão que, ao longo da história, foi causada pela gente”. Ou a questão do movimento negro que tem a questão de raça, movimento LGBT é muito

heterogêneo. E, diferente do movimento negro onde tem questão de raça e principalmente, consequentemente, no Brasil, a gente vê uma questão de classe, né?<sup>21</sup>

Mais do que expressar que as pautas não são homogêneas, o ativista revela que os movimentos em geral não conseguem consolidar uma agenda. Ao invés disso, a capacidade de mobilização tem se mostrado unicamente reativa aos ataques a direitos da comunidade LGBT.

Então eu acho que tem muito a ver com isso, o movimento LGBT, ele se unificou em diversos momentos desde 2012 que eu tenho observado, como no Fora Cunha que tinha um ataque direto a questão da orientação sexual mesmo, mas, ao mesmo tempo, ele é sempre um movimento latente, assim, ele tem se movido pela, por questão do momento. Ele não se dissolve completamente, fica numa latência mas, ao mesmo tempo, ele não tá sempre organizado. Então é uma das maiores dificuldades, assim, justamente por ser um movimento tão heterogêneo e tão difícil de unificar num programa mesmo, “ah, essa vai ser a nossa pauta”.

Ainda por meio das narrativas acima analisadas, é possível perceber que existe uma disputa dentro do próprio movimento:

Porque... desde que eu comecei a militar, eu não entendida logo no início, é meio que... vou falar essa palavra mas não que não seja justificável, era meio que um ranço do movimento trans com o movimento dos gays, das lésbicas e dos bissexuais. E eu não entendia muito bem, “nossa mas, tá... tem o movimento LGBT e agora dentro do movimento LGBT tem essa disputa”, né? E eu não entendia muito bem, tipo, porque que ela acontecia ou, “porra, ou tá todo mundo junto ou não”. Então... era meio difícil mas ao longo do tempo a gente começou a discutir porque não é um ranço injustificável, é um ranço justificado porque se um gay, uma lésbica, pessoa bi sofre com preconceito, sofre com, enfim, diversas coisas com relação com a família, com emprego, uma pessoa trans sofre muito mais, tem essa ojeriza ao corpo, a como se configura uma questão de gênero. A gente começou a discutir, não, na verdade é verdade, a gente precisa botar isso mais em protagonismo, né? E o movimento ter também, se empoderou muito mais, eu acho que possibilidade de, de, das pessoas ter, na verdade possibilidade não, né, as pessoas foram, de certa forma, tiveram o privilégio, por exemplo, de entrar na universidade e levar esse discurso pra universidade como a gente viu aqui no Rio Grande do Sul, como a gente viu com a questão da, da... esqueci o nome, da... da menina que a gente fez atividade na PUC do DCE.

Esses dados apontam para dois caminhos. Primeiramente, constata-se a dificuldade de consolidar uma agenda política única no movimento LGBT. Com isso, é visível que as pautas existentes, entre elas a criminalização, não são de reivindicação homogênea entre ativistas e grupos organizados.

### **2.1.3. Homofobia, discriminação constituída, heteronormatividade e implicações possíveis**

As narrativas de militantes LGBTs indicam que as condutas de caráter preconceituoso foram praticadas em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas, associando os relatos, muitas vezes, à existência de uma estrutura responsável pela reprodução da violência

---

<sup>21</sup> Apêndice B.

contra a população LGBT. A disposição social que permite que esse contexto siga se propagando se deve ao que se conhece por heteronormatividade e heterossexismo, elementos que passo a analisar.

Para começar, são necessários alguns apontamentos. Tendo frequentado espaços de militância LGBT desde o ano de 2013 e considerando os relatos de pesquisa de campo que foram colacionados aos anexos, pude perceber que o termo homofobia tem sido amplamente explorado pela comunidade LGBT e pelo senso comum. Isso também pode ser dito quanto às expressões homo-lesbo-trans-fobia ou LGBTfobia.

Poucas e recentes são as produções acerca da violência contra a população LGBT, motivo pelo qual a rede teórica deste escrito é resultado de uma construção própria e do levantamento de outros materiais. Nesta linha, um dos fatores a ser levado em conta é que a violência contra LGBTs deve ser encarada como um problema histórico-social e não fóbico, de modo a não implicar numa fragilização da compreensão sócio-histórica e num esvaziamento político deste fenômeno:

Digo isto porque, primeiramente, a “homofobia” se limita por trazer o prefixo “homo” isoladamente e assim não contemplaria outros sujeitos como as lésbicas, as pessoas bissexuais e as/os transexuais. Quanto ao termo “LGBTfobia”, mesmo incluindo a sigla LGBT na palavra “fobia” e, portanto, contemplando a diversidade sexual e de gêneros, ainda assim provoca um incômodo conceitual por duas razões. Primeiramente porque é comprovado com dados nacionais e internacionais, que no Brasil, pessoas travestis e transexuais são as que mais sofrem pelo extermínio de suas identidades de gênero. Soma-se a isso o fato da travestilidade e transexualidade serem identidades de gênero e não orientação sexual como gay, lésbica e/ou bissexual. Desse modo, a junção de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais numa só sigla confunde e precariza o debate sobre as sexualidades e as identidades, além de homogeneizar a violência entre esses/as LGBTs. (Peixoto, 2019, p. 19)

A partir deste ponto de vista, a autora aponta para diferenciações existentes entre: i) violências que podem ocorrer no contexto de relações sociais do cotidiano que conformam o binarismo de gênero (feminino/masculino; mulher/homem) e dirigem-se à discriminação de orientação sexual; ii) enquanto outras condutas são direcionadas a sujeitos que rompem com este binarismo, para as identidades diversas e divergentes no que diz respeito às determinações biológicas. Trata-se de uma legítima preocupação não no sentido de dividir lutas, mas para demonstrar que é possível – e preciso – haver diferentes olhares e reivindicações entre estes segmentos.

Valdenízia Peixoto (2019) é categórica quando afirma que os termos “homofobia” e “LGBTfobia” apontam para “a compreensão da violência como algo “fóbico”, ou seja, como se fosse um medo, um pânico ou uma aversão a algo ou a alguém motivado por questões muito mais subjetivas, psíquicas e alheias aos incrementos históricos e socioculturais”. Com isso, se dá a ideia de psicopatologização do sujeito homofóbico, atribuindo à discriminação e condutas

violentas a motivação por estados psicológicos individuais, sem considerar a dimensão sociocultural e material calcada numa sociedade patriarcal e heteronormativa.

Nesse ponto, tem-se que foram os estudos na área da saúde (psicologia e psiquiatria, em especial) que legitimaram a patologização da homossexualidade, que durou até meados de 1970. A categoria constava do manual diagnóstico de doenças psiquiátricas da *American Psychiatric Association* (APA) como transtorno de personalidade sexual<sup>22</sup>, perpetuando o estigma relacionado às orientações não heterossexuais. (GONSIORREK, 1991)

Foi por meio do ativismo político que, percebendo que as teorias psicológicas, psiquiátricas e psicanalíticas em torno da homossexualidade contribuía para a manutenção do estigma, se pode romper com a patologização de orientações não heterossexuais. Ativistas compuseram as reuniões da APA para tratar das consequências das categorias diagnósticas psiquiátricas e esse embate culminou na mudança no estatuto diagnóstico da homossexualidade.

Em 1973, a APA removeu o “homossexualismo” da terceira edição do seu manual diagnóstico de doenças mentais (DSM III), em virtude da falta de bases empíricas que associassem a homossexualidade a indicadores de transtornos psicológicos e devido às pressões do movimento pelos direitos sexuais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais). (COSTA; NARDI, 2015, p. 717)

Superada a ideia de homossexualidade como problema de saúde, o tema passa a ser encarado como um desvio social<sup>23</sup>. Em 1972, o psicólogo George Weinberg publica a obra *Society and the Healthy Homosexual* (A Sociedade e o Homossexual Saudável), conceituando homofobia como “o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, autoaversão” (*sic*) (Weinberg, 1972, p. 8). Duas eram as preocupações do autor: i) a de fornecer subsídios de luta para o movimento (dito) gay da época; e ii) a de assentar a discriminação contra homossexuais no campo da patologia, por meio da ideia de fobia.

O termo ganhou popularidade, passando a ser utilizado habitualmente pelo ativismo político e também representando um avanço para a reivindicação de direitos de populações LGBT. Mas não foi somente para a compreensão de preconceitos que o conceito fora utilizado,

<sup>22</sup> Critérios como falta de clareza conceitual, classificação inadequada de participantes, grupos de comparação inadequados, amostragem falha, não observância de fatores sociais possivelmente correlacionados e uso de medidas questionáveis foram apontados como problemas nas pesquisas que amparavam a patologia de homossexualidade, mas o maior catalisador para a mudança no estatuto do diagnóstico foi o ativismo político, não o pretense avanço científico. Esforços políticos remetem a acontecimentos da Europa do século XIX, mas foi no período posterior à Segunda Guerra Mundial que as organizações tiveram maior impacto. (COSTA; NARDI, 2015)

<sup>23</sup> Por desvio compreendem-se as condutas que não correspondem às regras de determinados grupos sociais. Essas regras podem ser tanto formalmente estabelecidas, quanto costumeiramente consolidadas. Parte-se da perspectiva que o desvio é criado pela sociedade, uma vez que “os grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio”, motivo pelo qual a categoria não é uma qualidade do ato, mas uma consequência da aplicabilidade de outras regras positivas e do julgamento resultante do cometimento de condutas contrárias ao regimento. Em outras palavras, o conceito aqui adotado recai sobre o processo pelo qual as pessoas passam a ser consideradas desviantes e todas as reações envolvidas nesta relação (BECKER, 2008, p. 22).

pois também passou a ser reivindicado no ambiente jurídico como justificativa nos crimes anti-homossexuais: instâncias de julgamento judiciais passaram a permitir a defesa de atos violentos por meio da construção de que os transtornos psicológicos acerca da homofobia e/ou via um “pânico homossexual” se deviam a uma homossexualidade latente e reprimida. Foi assim que a aceitação da homofobia como doença mental serviu a diminuir a responsabilidade individual para as consequências do preconceito, associando os comportamentos discriminatórios como algo imutável. (COSTA; NARDI, 2015)

A partir dos estudos de Collen Logan (1996) foi possível demonstrar que homofobia não poderia ser uma doença, mas se constituía em um preconceito. Por meio de um questionário que avaliava as atitudes de estudantes em relação a homens e mulheres homossexuais, o pesquisador constatou que poucas, se é que alguma, respostas poderiam ser consideradas fóbicas. Considerando que a maioria das respostas não foi classificada como fóbica, o autor apontou que condutas anti-homossexuais deveriam ser teorizadas a partir da psicologia do preconceito e não da psicopatologia.

Também surgiram críticas políticas sobre a homofobia ser considerada uma resposta incontrolável e ligada à saúde, uma vez que essa leitura permitiria visualizar o homofóbico menos como agressor e mais como vítima dos homossexuais, sugerindo que o problema seria resolvido com a sua ocultação ou não existência. Além disso, a homofobia enquanto doença poderia ser vista como uma patologia de indivíduos específicos, projetando uma ideia de uma sociedade igualitária e afastando a análise do preconceito como um problema enraizado na estrutura social. (WICKBERG, 2000)

Em resposta às demandas, surgiram outros termos para os estudos do fenômeno do preconceito, sendo o heterossexismo e heteronormatividade os mais citados. O pesquisador Gregory Herek (2004) aponta que heterossexismo teria emergido no interior do movimento por direitos civis, na década de 1970, a partir das ideias de racismo e sexismo. O conceito é utilizado como sinônimo de homofobia, mas a explicação está mais associada ao preconceito enquanto estrutura institucional, material e ideológica da sociedade, em uma abordagem mais sociológica. Para Herek, “o heterossexismo se refere à manifestação e à perpetuação, em instituições como a justiça, a educação e o trabalho, da ideia de que tudo que não é heterossexual tem menos valor e legitimidade.” (COSTA; NARDI, 2015, p. 718)

Heteronormatividade foi um conceito criado por Michael Warner na década de 1990. A construção do autor foi de que a partir dos sexos biológicos (macho, fêmea) se convencionaram expressões de gênero (masculina, feminina) que culminaram nas orientações sexuais: hetero/homossexual. A partir dessa perspectiva, o termo define que esse sistema estabelece a

heterossexualidade como norma, havendo a imposição de uma linearidade entre sexo biológico, gênero e orientação sexual em uma necessária relação de complementaridade. (WARNER, 1993)

Em resumo, numa tentativa de conciliar tais visões por vezes contraditórias, seguindo a proposta de Herek (2004, 2007) pode se dizer que em um primeiro nível, mais próximo da ideia de heteronormatividade, o preconceito se manifesta no conhecimento compartilhado que desqualifica sexualidades, identidades, comportamentos e comunidades não heterossexuais, demarcando grupos sociais e valorando diferentemente esses grupos e seus membros. Um segundo nível se expressa na estrutura da sociedade, nas relações de poder e instituições, por exemplo, negando o acesso a direitos fundamentais à população LGBT. Esse nível corresponde ao que se tem definido como heterossexismo. Por fim, os indivíduos são formados a partir desses modelos e, por meio de suas atitudes e crenças, os reforçam, constituindo o terceiro nível, que pode ser denominado preconceito contra diversidade sexual. (COSTA; NARDI, 2015, p. 719)

Como se percebe, nessa perspectiva, os conceitos não são excludentes e oferecem explicações em diferentes abordagens. Essa construção teórica foi trazida a este texto para diferenciar as formas de expressão do preconceito e de que maneira são criadas as condições para a sua manifestação, de maneira a afastar a possibilidade de o termo homofobia englobar atitudes preconceituosas (violentas ou não) e todo um sistema estrutural que permite a perpetuação da discriminação com a diversidade sexual.

Daniel Borrillo (2016) aponta que a “ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades” se sustenta por diferentes papéis atribuídos ao homem e à mulher, o que naturaliza uma diferenciação entre os dois sexos. Essa relação cuida da chamada ordem “natural” das coisas entre os sexos que determina a existência de uma estrutura social onde o feminino deve ser complementar ao masculino, a partir de uma subordinação psicológica e cultural. Dessa forma se estabelece o sexismo, que

[...] define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmbito da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica da violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária. O sexismo caracteriza-se por uma constante objetificação da mulher. (BORRILLO, 2016, p. 30)

A imposição social desta ordem se reflete também em uma hierarquização das sexualidades, em que a heterossexualidade opera como uma régua para medir toda manifestação de sexualidade. Dessa forma, a construção da normatividade sexual por meio da heterossexualidade compulsória se estabelece a partir da evocação de uma suposta superioridade biológica e moral de comportamento. Esse ideal normativo é chamado heterossexismo, sendo o que consolida a estrutura da existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Outras formas de

sexualidade (e identidades, acrescento) são consideradas “na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização”. (BORRILLO, 2016, p. 31)

As considerações acerca das formas de violência contra a população LGBT, a análise do desenvolvimento dos movimentos de LGBTs e o olhar sobre as narrativas de militantes foram fundamentais para o prosseguimento da apresentação dos resultados da pesquisa de campo. No próximo capítulo, exponho os principais aspectos coletados em entrevistas realizadas com servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em especial no que diz respeito às políticas criminais desenvolvidas para grupos vulneráveis ou que podem ter repercussão para a comunidade LGBT.

## 2.2 FORMAS DE VIOLÊNCIA E ESTUDOS CONCEITUAIS

Neste ponto, cumpre destacar alguns aspectos sobre o cenário político no qual essas violências se inserem. Assim como ocorreu com os debates de gênero, as questões que envolvem sexualidade e violência têm passado por vários processos de transformação no Brasil, que articulam dimensões políticas e sociais.

Regina Facchini e Carolina Branco de Castro Ferreira (2016, p. 4) demonstram como a exposição midiática de acontecimentos, como a organização das Marchas das Vadias, a chamada Primavera Feminista, as denúncias de estupros em universidades ou de estupros coletivos foram importantes para publicizar as diferentes formas de violência contra a mulher e o desigual tratamento de gênero no meio social. Em especial, as autoras tratam de dois movimentos complementares: i) “diz respeito às mudanças que têm difundido e diversificado a produção do sujeito político do feminismo no país”; e ii) “a mudança nas convenções que implicam a percepção, reconhecimento e enfrentamento à violência de gênero”.

Inúmeros fatores influenciaram para que a pauta de gênero tomasse a agenda política nacional, seja por meio de movimentos feministas, estudos acadêmicos ou articulações partidárias. Foram dinâmicas que, em diferentes períodos, abriram espaço para interlocuções socioestatais, criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher, criação de conselhos, secretarias e diferentes formas de organização institucional, entre outras medidas. (FACCHINI; FERREIRA, 2016)

A partir destas considerações é possível encontrar semelhanças entre os percursos de movimentos feministas e LGBTs. Guardadas as devidas particularidades, as formas de

desenvolvimento das pautas e a criação de espaços para o debate de políticas públicas de sexualidade podem mostrar certa afinidade.

Tendo isso em conta, passo a analisar os principais aspectos que encontrei ao longo da investigação junto aos movimentos LGBTs de Porto Alegre sobre violência e a forma como se manifesta nos contextos com os quais tive contato, demonstrando as narrativas sobre violência e sistema penal advindos de grupos ativistas. Nesse cenário, os relatos de campo revelaram caminhos que antes não foram encontrados sobre o tratamento dado para essas pessoas - ao menos não no campo jurídico.

### 2.2.1. Violências no espaço urbano x doméstico

Um dos aspectos percebidos por meio das narrativas das pessoas entrevistadas foram relatos sobre violências ocorridas em meio urbano, não só na rua, mas em ambientes de convivência coletiva, como bares, por exemplo. Quando questionada sobre ter sido vítima de alguma violência, uma ativista de grupo político partidário afirmou:

Diretamente ligada a mim não, mas eu já vi e tive que reagir de alguma forma para defender, em casos de assédio. Num caso aqui de uma festa de Porto Alegre, tinha uma amiga e um cara muito em cima dela, e ela disse que não queria, não queria, e ele insistiu, e ela “cara, não quero”, não sei o que, e eu cheguei nesse meio tempo e dei uma cerveja pra ela e ele se afastou, mas depois ele veio pra cima de novo, puxando o braço dela, tentando ficar com ela a força e eu tive que reagir empurrando ele, chamando a segurança, tentando tirar o cara da volta dela. No final, na saída da festa, ele chamou dois amigos que queriam me bater.<sup>24</sup>

Regina Facchini e Horacio Sívori explicam que as normatividades de gênero podem produzir efeitos no que constitui violência e na construção do ideal de sujeitos morais. As condutas de cunho violento manifestam-se tanto em âmbito público quanto privado e, quando no primeiro, “apontam para novas (e algumas renovadas) disputas em torno de locais e modos de regulação moral e biopolítica<sup>25</sup>”. (FACCHINI; SÍVORI, 2017, p. 12)

Mesmo que, na esfera pública, uma variedade de manifestações de discriminação e preconceito, por meio de agressões físicas, muitas vezes letais, contra LGBTs sejam cada vez mais levadas ao conhecimento coletivo,

<sup>24</sup> Apêndice A.

<sup>25</sup> Importa destacar que biopolítica é o conceito desenvolvido por Michel Foucault para explicar a forma como o poder opera para regular e disciplinar as práticas dos indivíduos. Essa categoria abrange a complexa questão da normalização biológica dos seres humanos, no caminho que o autor trilhou na investigação do problema da governamentalidade. A partir desse conceito, Foucault explica o movimento segundo o qual, a partir do século XVIII, a vida biológica passa a interessar como objeto da política, produzida e administrada para a normalização, para o controle. Para se aprofundar mais é possível consultar, especialmente, as obras “Em defesa da sociedade”, “Nascimento da biopolítica” e “Segurança, território e população”, obras que são resultado de aulas ministradas por Foucault no curso dado no Collège de France entre 1975 e 1979. (FOUCAULT, 1999; 2008a; 2008b)

[...] as teorizações de maior visibilidade e impacto sobre violência no campo dos estudos de gênero e sexualidade versam sobre relações interpessoais ou as que ocorrem em meio à família, relações de parentesco e na esfera doméstica (Gregori, 2010). Parece rentável uma visada teórica mais arrojada de modo a entender melhor como operam essas violências em um âmbito público e também a explorar o que atravessa de modo semelhante violências que têm sido estudadas de forma segmentada: violência contra mulheres, homofobia, transfobia, racismo. Notamos uma significativa fragilidade nas teorias correntes em lidar com o fato de que essas violências (que na ausência de um termo melhor, estamos chamando de públicas) operam no cenário político e social de expansão dos direitos sexuais, expressando uma espécie de *backlash*<sup>26</sup>. Simultaneamente, também chama atenção que exista, dentre essas violências consideradas, uma operação comum que articula humilhação e intolerância. (FACCHINI; SÍVORI, 2017, p. 12)

Considerando o trecho citado, cumpre apresentar outras narrativas que revelam um desigual tratamento em local público. Em entrevista, o militante 3 relatou uma situação em que foi discriminado ao tentar lanchar com outros camaradas em um bar:

Uma vez nós fomos, nós estávamos no Nuances, isso em 98, nós saímos lá da sede do Nuances de noite, fomos numa lancheria na João Pessoa, pedimos xis, entendeu, xis, sentamos na mesa, pedimos xis, cerveja, aquela coisa brincando as bicha, assim, aquela coisa... o cara que fazia xis devia ser um homofóbico muito grande, na hora que a gente pegou o xis e começou a comer era puro sal, o cara encheu de sal todos os xis. Foi uma situação tão ruim, sabe? Não, uma coisa louca, né?<sup>27</sup>

O mesmo ativista narrou uma situação de preconceito também em uma boate, quando tentou entrar com amigos (também gays):

De discriminação, sim. De violência física, assim, nunca me aconteceu nada, assim. Mas de passar por situações, algumas vezes, assim, nada muito, mas algumas vezes sim, por exemplo. Uma vez nós tava com uns amigo, nós fomos pra Caxias, isso que nós era tudo umas bicha classe média branca! Não era nada assim... e nós fomos entrar numa boate, eles viram que nós era gay porque chegamos em 4, 5, 6, 7 mas já faz uns 15 anos isso. Aí quando nós chegamos o cara segurou a porta e disse “não, tá lotado o lugar” e a gente viu que não podia, sabe aquela coisa “ah, alguma coisa tá acontecendo”. Nisso, dali menos de um minuto, alguém saiu e abriu a porta e a gente olhou pra dentro e tava praticamente vazia. Que que a gente fez, a gente pegou e entrou! Sem autorização, entramos e sentamos todos no balcão e tal. Então, é uma atitude de discriminação, né? É uma atitude de discriminação.

Outra situação ocorrida em meio urbano foi relatada pelo militante 2, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Numa ocasião em que estavam reunidos em grupo, na rua, e um amigo estava beijando outro homem, alguém jogou uma lata vazia nos dois, de maneira tão rápida que deixou todos “em choque”:

Ah! Tava pensando comigo uma situação de violência. Mas a gente tava no Rio de Janeiro na Lapa, aí um amigo nosso tava, começou a ficar com um menino, beijando outro e, daqui a pouco, passou um, na verdade eu acho que passou um cara, não lembro direito mas foi muito rápido, e tacou uma latinha, assim, nele. [...] Foi tão rápido e já tava todo mundo tão alterado na Lapa na madrugada que ficou, tipo, ficou aquele meio

<sup>26</sup> *Backlash* pode ser compreendido como o movimento que emergiu na década de 1980 como contra-ataque às conquistas de mulheres, que Susan Faludi (1991) chamou de “guerra não declarada contra as mulheres”. Segundo a autora, essas articulações se transformaram em um fenômeno social que teve repercussão, entre tantos espaços, nas indústrias da moda e da beleza, na retórica da chamada nova direita, em discursos presidenciais e na construção da política antiaborto. (FALUDI, 2001)

<sup>27</sup> Apêndice C.

choque, tipo, “nossa, como que isso aconteceu” e acabamos deixando passar, assim, nem vimos se a pessoa, foi muito rápido.<sup>28</sup>

O mesmo ativista narra que, enquanto figura pública, recebe ofensas nas redes sociais, mas que não há muitos recursos sobre como reagir:

E nas redes sociais também. Assim, tipo, eu, principalmente na campanha agora de 2016, teve bastante ataque em mensagens, assim, mas nenhuma violência. [...] Me ofendendo. [...] É, na verdade, bani da página, bloqueei assim, mas... acho que a nossa descrença também com o que que um print vai fazer, uma denúncia na eleição, sei lá. É descrença com o todo, né, do poder pública porque tá, vai fazer e não vai dar em nada e te desgastar. Acaba que o próprio movimento, eu acho que estimula que as pessoas façam denúncias mas a gente também é tão desacreditado que é uma contradição, né? Mas, claro, eu acho que se fosse algo mais grave, sim mas... tão, pra nós é tão comum ser ofendidos em posts, em mensagens que, que se tornou meio, como que se diz a palavra, é, meio banal.

O relato também revela a falta de interesse em registrar ocorrências sobre fatos que envolvem preconceito, o que também acontece em razão da falta de confiança que isso possa gerar alguma repercussão. A partir disso é possível perceber uma certa contradição nos discursos dos movimentos: ao mesmo tempo que reclamam visibilidade e reivindicam que questões de violência sejam denunciadas e apuradas, quando uma situação ocorre, deixam de mover o poder público, abstendo-se, portanto, de produzir demanda.

A militante 4 aponta que a onda conservadora aumentou, fazendo com que as demonstrações de preconceito em área urbana estejam ocorrendo de maneira legitimada. Um exemplo, para ela, é que a

[...] galera tá andando na rua e levar gusparada, de levar piada gritada na rua, coisa que antes não era, as pessoas passavam do teu lado e falavam baixo. Aqui, no centro de Porto Alegre, as pessoas passam, os caras passam, e falavam as merdas baixo, agora tu vê mais escancarado. Tem gente gritando merda dentro de carro, gritando! Porque tá legitimado e tá muito maior. Se uma pessoa tá gritando contigo dentro de um carro, imagina se tu grita de volta e ele para: deu pra ti. Agora tá legitimado a agressão física porque já falaram que pode, já falaram que tem que corrigir filho, filha, começou a ter um jeitinho diferente é só dalhe uma surra que passa (riso nervoso), entende?

O militante 3 afirma que a produção de discursos violentos para legitimar a reprodução de condutas preconceituosas precisa ser enfrentada. Para o ativista, são questões culturais de civilidade e as mudanças ocorrem num processo gradativo.

Esses dias eu li lá nessas coisas de rede social, assassinaram uma travesti lá um desses crimes bárbaros e tal em Rondônia e tal. Aí a postagem, as pessoas diziam assim "Ah" – ficavam naquela justificativa – "Ah, mas se matam fulano de tal não dão tanta atenção". Aí um cara disse assim "É, mas eu que sou um cara bonito e tal, saio na rua e os gays ficam dando em cima de mim, se eu der um pau neles vão dizer que é homofobia?". Ou seja, já tá introjetado essa ideia, entendeu? Dessa perspectiva política da violência, né? Então é um desafio que a gente tem, um desafio que a gente vai ter que enfrentar. Ou melhor, a gente tá enfrentando isso, né? Mas é um processo que vai demorar muito ainda porque é uma questão de também, ela tá ligada a uma questão de civilidade, de respeito ao direito de ir e vir, da individualidade das pessoas, que na cultura brasileira não é bem assim. A relação da questão de machismo em

<sup>28</sup> Apêndice B.

relação as mulheres que os homens se sentem à vontade pra botar a mão na bunda, chamar de gostosa, essas coisas, elas tão conectadas. Essa invasão do espaço privado que na cultura brasileira é muito grande, e que em outros países já não é tão, tem um respeito maior, isso também tá linkado com a questão da violência, né?

O militante ainda faz uma analogia entre estas formas de violência e as que são dirigidas às mulheres em razão do gênero. Para ele, a violência se reproduz por meio de uma cultura machista, que legitima condutas invasivas, afirmando que essa mesma lógica pode ser associada à comunidade LGBT.

Além das violências percebidas em meio urbano, também foram narradas situações de agressão no ambiente doméstico. Um relato marcante é de um caso que a militante 4 acompanhou como representante da sua entidade, como uma forma de prestar auxílio para uma adolescente do interior:

Meninas do interior, menina do interior que apanha diariamente, que mora com os avós, que apanha diariamente, menina de 14 anos, essa eu conheço porque ela me contou a história dela. Uma dessas ações que eu fiz enquanto diretora LGBT. [...] Apanha até hoje. Mas ela apanha dos avós, não é nem de pai e mãe. A mãe, diz que a mãe tem problema com drogas, e quando a mãe tá em casa, a mãe que protege ela. Só que os avós não aceitam ela e... ela disse que depois que a gente conversou e tal, ela começou a querer se posicionar mais e acontece isso que eu te disse: o cara fica sem reação. Aí ela consegue sair, fugir de alguma maneira. Bem ou mal, são passos pequenos mas eu acredito que com o tempo ela vai ficando cada vez mais forte. É uma menina nova e ela conseguindo a força agora? Nossa... quando ela ficar mais velha, não vão poder com ela.<sup>29</sup>

A esse respeito, cumpre mencionar o trabalho desenvolvido pela Casa 1, uma república de acolhimento para pessoas LGBTs que foram expulsas de suas residências por suas orientações afetivas sexuais e identidades de gênero. O espaço está localizado na região central da cidade de São Paulo e é financiado coletivamente pela sociedade civil, também contando com o apoio de voluntários para manter atividades diversas - culturais, de atendimento jurídico e psicológico, entre outras. Conforme consta na plataforma virtual, a estrutura é a seguinte:<sup>30</sup>

Nossa república de acolhida conta com 20 vagas onde oferecemos o suporte necessário para garantir que as moradoras e moradores tenham conhecimento e acesso a políticas e direitos que não tiveram contato, por motivos variados, a vida toda. Nesse processo, a liberdade e o respeito são questões centrais. No mais, nos estruturamos para que as pessoas que vivem na casa tenham independência, participem das tomadas de decisão e, principalmente, consigam se organizar para seguir seus desejos da melhor forma possível após os três meses de estadia oferecidos pelo projeto.

A existência deste projeto (inovador no contexto brasileiro, é preciso dizer) demonstra que há demanda para que se estruture um ambiente que se proponha a ser acolhedor para quem não teve acesso a esse tratamento pela família. O sobrado verde na esquina do bairro Bela Vista foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 2017, depois de um mês e meio de arrecadação de fundos

<sup>29</sup> Apêndice D.

<sup>30</sup> As informações sobre a Casa 1 constam do site da própria organização. Disponível em: <<http://www.casaum.org/quem-somos/>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

por meio uma de plataforma de *crowdfunding*, que totalizou o valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais). (ESTADÃO, 2017)

A militante 4 também narrou situações de violência nas próprias vivências, quando envolve circunstância entre conhecidos ou amigos. Mais do que isso, aponta para uma importante relação na violência dirigida a mulheres não-heterossexuais, descrevendo que a primeira forma de violência é por meio do assédio, do controle, da tentativa de correção:

Teve também, claro, aí tem caso na adolescência, são casos nos grupos, eu já apanhei, já fui envolvida em briga com mina por causa disso. Tipo, de eu tá no centro com os meus amigos e eu tá com as minhas amigas e começar a questão da sapatão, machorra, né? Adoravam falar na nossa adolescência machorra. E eu falar assim “não, não!” – eu odeio esse termo machorra, odeio, tenho pavor desse termo. Porque, na verdade, a gente ainda fala sapatão porque é aquela coisa pejorativa que a gente usa ao nosso favor e pra chacotar os outros, porque agora foi ressignificado. Mesma coisa o viado, mas entre eles e entre nós. Ai, esse negócio é nosso! (risada) Mas, a mulher ainda, ainda tem, embora tenha crescido, mas ainda tem um grau de violência maior, de violência por ser quem é. Claro, se tu tá num ambiente e tu tá com a tua namorada, companheira, enfim, o assédio, porque a mulher lésbica não é a violência em si, a primeira coisa que recebe é o assédio. Por quê? Porque querem te corrigir, porque acha que tu tem problema porque tu não achou o cara certo. Então tu é assediada em primeiro lugar [...].

A pesquisa de campo apresentada com narrativas de militantes de movimentos LGBTs também foi importante para demonstrar a gravidade e o contexto em que ocorrem as violências em âmbito público e doméstico. São dados que desnudam a forma como se dão não só violências físicas, mas também psicológicas, num recorte em que tomei a liberdade de partir da definição da Organização Mundial da Saúde acerca da violência, sendo esta entendida como o “uso intencional da força ou poder em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (KRUG et al, 2002).

### **2.2.2. Epistemologias lésbicas de violência letal**

Em relação a isso, destaca-se o “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017”, que foi elaborado pelo Grupo de Pesquisa “Lesbocídio – As histórias que ninguém conta”, que compõe o “Núcleo de Inclusão Social – NIS e do Nós: dissidências feministas”, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O documento foi o primeiro desenvolvido para tratar de dados de violência contra mulheres lésbicas e que apresentou diversos conceitos presentes nesse contexto. (PERES; SOARES; DIAS, 2018)

Percebendo que “lesbocídio” não é um termo muito utilizado e debatido em pesquisas acadêmicas, as autoras do dossiê acharam por bem explicar sete tipificações de formas de cometimento de condutas relacionada ao tema. Foram diferenciações conceituadas a partir da

ideia de crimes de ódio, de acordo com as esferas do preconceito contra as lésbicas. (PERES; SOARES; DIAS, 2018)

A primeira tipologia é a de *lesbocídios declarados*, casos em que há confissão quanto à motivação do delito: as pessoas assumem que a conduta praticada foi por reprovar, de alguma forma, a existência das lésbicas. A segunda trata daquelas mortes provocadas pela *demonstração de virilidades ultrajadas*, quando o homem deixado por uma mulher que assumiu posteriormente relação com outra mulher mata a nova companheira e, por vezes, também a ex-mulher. (PERES; SOARES; DIAS, 2018)

A terceira classificação é a de *lesbocídios cometidos por parentes homens*, situações em que o membro da família não se conforma com a relação estabelecida pela mulher com a qual possui parentesco - quando quem é morta é a companheira, “ou seja, alguém que não possui vínculo consanguíneo com o assassino percebe-se que há uma tentativa de zelar pela imagem pública da unidade familiar por meio do extermínio do elemento estranho que macula a imagem da família heterossexual tradicional”. Casos que envolvem *homens conhecidos sem vínculo afetivo-sexual ou consanguíneo* compõem o quarto grupo, podendo ser vizinhos, colegas de infância, colegas de trabalho, amigos íntimos, qualquer pessoa com algum grau de intimidade:

Em alguns casos são assassinadas a lésbica e sua cônjuge. Neste caso, percebe-se que o poderio dos homens se estende para a comunidade, ou seja, para a sociedade civil como um todo. A figura da lésbica enquanto alguém que polui o bairro, que corrompe as memórias da turma da escola ou que constrange o ambiente de trabalho. Assim eles julgam necessário aniquilar as lésbicas e consideram-se como homens dotados, tanto do poder de decisão quanto, do dever de ação. (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 26)

O quinto tipo de lesbocídio é aquele em que a pessoa que empreende a conduta *não tem conexão com a vítima*, casos sem motivação aparente, com condutas que podem envolver altos níveis de crueldade, caracterizando crimes de ódio, sem componentes como roubo, por exemplo. A sexta tipologia é composta por *suicídio ou crime de ódio coletivo*, eventos que envolvem a complexidade da existência em uma sociedade onde “as lésbicas serão sempre forasteiras”, violências que se expressam em duas vias: uma social e outra pessoal. (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 28)

A sétima classificação engloba a *multiplicidade de opressões e o tráfico de drogas*, espaço que reproduz a lógica de preconceitos para estigmatizar pessoas marginalizadas. Para as autoras,

[...] são recorrentes casos em que pessoas que acumulam muitas opressões por serem vítimas de preconceito contra suas existências negras, pobres, lésbicas, jovens, estarem em uma favela ou algo do tipo, sejam tendenciosamente interpretados como questões de vadiagem. A leitura contemporânea para este pensamento eugênico da vadiagem é a catalogação do tráfico de drogas como um mal associado à pobreza. (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 30)

Por fim, destaco que os mais atuais dados apontam para o registro de 54 mortes de lésbicas no Brasil em 2017, havendo um aumento de mais de 237% no número de casos em relação ao ano de 2014 e de 80% em relação ao mesmo período do ano anterior. O maior percentual é observado entre mulheres de 20 a 24 anos (30%), considerando-se que 54% dos casos envolve vítimas lidas como não-feminilizadas<sup>31</sup>.

### **2.2.3. Violência contra a população LGBT: ódio e cenário político**

A análise de literatura entre 2010-2017 sobre assassinatos de LGBTs no Brasil aponta para uma lógica de manutenção da heteronormatividade, como uma forma de “higienização” social. Ainda, os resultados são que “as políticas públicas de segurança para LGBTs precisam considerar as categorias de gênero e cultura LGBTfóbica, pois, em alguns momentos, ecoa-se a impressão de que o Estado nada pode ou deve fazer frente tais crimes” (SOUZA; COELHO; MARTINS; HONORATO, 2019, p. 24).

Valdenízia Peixoto (2019, p. 21) ainda trata de uma dinâmica sistêmica que integra as estruturas do patriarcado, racismo e capitalismo como “planos articulados de opressão e que mostram-se também articulados à esfera da ausência da segurança pública e da justiça”, de modo que, da mesma maneira que o machismo e sexismo estão ligados ao patriarcado, também a heteronormatividade faz parte do aparato que retroalimenta os mecanismos de violação aos corpos LGBTs.

A autora elenca cinco pontos que são determinantes para a produção de valores centrais, simbolismos, instituições, representações sociais e condições materiais que operam de maneira a edificar projetos societários conservadores e capazes de combater e exterminar as diferenças sexuais e de gêneros. O primeiro é a necessidade de reprodução, já que os dispositivos de poder precisam garantir “a sua reprodução por um conjunto de elementos forjados na exploração, dominação, inferiorização e opressão dos gêneros e das sexualidades LGBTs”; o segundo é a geração de valores moralistas, estrutura capaz de operar a transmissão de princípios que atuam como mecanismos “capazes de forjar padrões de sociabilidade tão coesos que qualquer incremento distinto da norma dominante é considerado subversivo”; o terceiro é a elaboração de mecanismos de desigualdades sociais e culturais, a partir das normas de gênero e sexualidade que criam hierarquizações e resultam em desigualdades; o quarto integra a “a manutenção de aparelhos de propagação: os diversos formatos de violência LGBT só foram possíveis de serem

---

<sup>31</sup> O acúmulo de dados do dossiê foi obtido no relatório do GGB.

propagados ao longo de séculos, por meio de aparelhos legítimos de manutenção da vida em sociedade. Esses aparelhos são formados por instituições públicas e privadas”; o último, por fim, é a constituição de saídas de contenção dos problemas/violências autogerados do/pelo próprio sistema, no sentido que os dispositivos que adequam a lógica de discriminação contra a população LGBT também articulam instrumentos de dirimir suas próprias violações. (PEIXOTO, 2019, p. 22-23)

Dentre os fatores considerados para a reprodução de valores que possibilitam a violência estão as lacunas estatais no que tange ao dever de resguardar os corpos, integridade física e as vidas em totalidade da população LGBT. A falta de políticas públicas específicas e prioritárias para este segmento de pessoas e a falta de perspectiva de investigação e análise de suas mortes também contribuem para a manutenção da discriminação e das violações perpetradas contra este público. (PEIXOTO, 2019)

A violência contra a população LGBT no Brasil conta com precárias maneiras de acompanhamento estatístico. Os mais atualizados índices são os do Grupo Gay da Bahia (GGB) - o grupo é uma ONG nacionalmente conhecida voltada para a defesa dos direitos de homossexuais, sendo a mais antiga associação registrada no país, com criação no ano de 1980 e registro em 1983, tendo sido declarada como sociedade de utilidade pública municipal em 1987 (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019) -, que anualmente compila e divulga dados sobre os números de mortes com vítimas que sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais.

O relatório mais recente é de 2018, que registrou 420 mortes - com uma redução de 6% em relação a 2017, entre 320 homicídios e 100 suicídios. O relatório do GGB indica que matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e da África (onde há pena de morte contra os LGBT).

De acordo com o fundador da organização, Luiz Mott:

Tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais mortes são sempre subnotificadas já que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, prova a incompetência e homofobia governamental, já que a Presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao crime de racismo e o Presidente Temer não atendeu ao pleito do Movimento LGBT sequer para ser recebido em audiência. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 6)

Analisando a idade das vítimas letais, o relatório indica que foi de 32,9% o percentual de pessoas entre 18 e 25 anos e 41,2% entre 26 e 40 anos. A taxa mais baixa registrada foi entre maiores de 60 anos, com 1,9%, seguida de jovens abaixo de 18 anos, com 5,7%.

Com relação à identidade das vítimas, os dados revelam que 191 eram gays (45%), 164 trans (39%), 52 lésbicas (12%), 8 bissexuais (2%) e 5 heterossexuais (1%). Nessa conta, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas, motivo pelo qual a ONG avalia que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay.

Além disso, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) afirma que o Brasil segue sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. O “Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018”, desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), aponta para a ocorrência 163 assassinatos de pessoas trans em 2018, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, 4 homens trans e 1 pessoa não-binária, ressaltando-se que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa um esclarecimento de 9% dos delitos.

A partir da análise de discurso de julgamentos do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) sobre crimes letais contra travestis e da etnografia realizada junto ao território das travestis na cidade de Dourados, Simone Becker e Hisadora Beatriz G. Lemes (2014) explicam que o alto risco de morte das travestis se deve ao processo de desumanização dos sujeitos atrelados a esses corpos. Ou seja, a aparência é totalmente determinante para a sua vitimização, já que são corpos vinculados à vida precária da prostituição e às marcas da inconformidade de gênero.

Importam também os contextos das mortes. Percebe-se que as travestis são associadas ao local onde ocorrem os delitos, “no ‘ambiente do crime’, estando ali ao lado de uma encruzilhada, dos suspeitos, na esquina, entre outros signos da sujeira, da criminalidade e/ou da prostituição”. É uma relação que se constroi para depreciar estes sujeitos, em uma constituição que visivelmente vincula as travestis à ordem da criminalidade e marginalidade, o que reproduz o estigma da imoralidade destes espaços. (BECKER; LEMES, 2014, p. 189)

No mesmo sentido, Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) investigaram violências letais contra travestis em boletins de ocorrência, indicando que o tipo de violência é bem diferente da que tende a atingir outras pessoas ‘não-heterossexuais’. Diferentemente de homicídios passionais ou que decorrem da atividade de roubo seguido de morte (latrocínio), as travestis costumam ser mortas na rua, sob a modalidade de homicídio classificada como ‘execuções’, o que se deve tanto ao seu envolvimento com a prostituição, o que as coloca em total exposição pública, quanto aos atributos de gênero que não correspondem à performatividade regulatória. Dessa forma, esse contexto é o que explica a maior

vulnerabilidade experimentada por travestis, se comparadas aos demais sujeitos que escapam à heteronormatividade.

Estas execuções integram o que a literatura chama de crime de ódio, aqueles cometidos não só com o fim próprio do delito (agredir, matar), mas também deixam explícitos requintes de crueldade. Nesses casos, a identidade de gênero e a performance que a travesti incorpora são os fatores determinantes na execução, tendo “como vítimas sobretudo travestis ou homossexuais que apresentavam indicativos externos de *cross-dressing*, como unhas pintadas, pêlos do corpo raspados ou roupas femininas”. (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 236)

Consta também no relatório do Grupo Gay da Bahia que a causa das mortes registradas em 2018 reflete a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo em 124 casos (29,5%), seguida por armas brancas perfuro-cortantes em 99 casos (23,6%), ao tempo que 97 episódios foram de mortes provocadas por agressões físicas (23,1%), com espancamento, asfixia, pauladas, apedrejamento, corpo carbonizado, entre outras.

Em recente pesquisa desenvolvida nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador foram ouvidas 400 pessoas sobre suas percepções sobre violência(s) contra LGBT+ no período eleitoral e violência(s) contra LGBT+ nas redes sociais. Nesta pesquisa, os dados indicam que o principal cenário de violência foram as ruas e locais públicos, com um total de 83% dos casos, enquanto espaços familiares chegaram a 38,5%. (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019)

Ainda neste ponto, considerando os dados das denúncias dirigidas ao Disque 100, no Rio Grande do Sul, entre 2011-2017, é possível perceber que 27,79% dos casos aconteceram na rua; 26,87% em casa; 6,22% no trabalho; 4,39% na casa do suspeito; 2,38% na escola; 2,38% no hospital; 1,10% na igreja; 0,91% na delegacia de polícia; 0,55% no ônibus; e 0,55% em casas prisionais.

Mesmo considerando uma possível subnotificação e a dificuldade de catalogar esses dados, os registros demonstram um cenário grave de vitimização para a população LGBT: as ruas e suas próprias residências não são lugares seguros. Considerando este fator, parece haver: a) uma lacuna de políticas públicas de policiamento ostensivo, que garantisse mais segurança no espaço público; e b) a ausência de política criminal de prevenção a delitos.

Analisando a conjuntura atual, é preciso avaliar que passamos por uma eleição marcada por inúmeros discursos de ódio contra a população LGBT, sendo proclamados inclusive pelo presidente eleito, o que deixa claro que estas circunstâncias foram decisivas para legitimar o preconceito que, além de passar a ser mais demonstrado, também resultou em condutas violentas. A partir destes dados, foi possível perceber que o cenário nacional de violência contra a população LGBT piorou desde o último pleito eleitoral. Constatou-se que 51% das pessoas

entrevistadas sofreram pelo menos uma agressão durante o segundo semestre de 2018 - antes, ao longo e depois das eleições.

Os resultados dessa pesquisa indicam um efetivo aumento da percepção de violências cometidas contra pessoas LGBT+ desde o começo das eleições de 2018 até as primeiras semanas 2019. Neste período, ser LGBT+ no Brasil significou, para ao menos 92,5% dos/as participantes, levar a vida cotidiana em meio a um ambiente político mais agressivo, já que foi esse o percentual que relacionou a percepção do aumento de violência ao período eleitoral e pós-eleitoral. Ainda, 56% das travestis e pessoas trans afirmaram ter sofrido violência mais de 3x motivada por orientação sexual e identidade de gênero durante as eleições de 2018. Outra questão pontuada foi que que 49% de um total de 110 pessoas bissexuais consideraram que as violências aumentaram muito durante as eleições.

São dados significativos e que demonstram que a percepção das pessoas LGBTs é da visualização de uma escalada crescente de violência mesmo com o término do pleito eleitoral. Durante o pleito, se destacou a ampliação do repertório de discriminações e de discursos contrários aos direitos LGBT+ nas ruas e no ambiente familiar.

Durante os meses de campanha, a expressão da violência contra essa população ganhou novos formatos, como ameaças que se utilizavam de propostas de campanhas anti-LGBT+ nas ruas, o uso de gestos simulando armas de fogo e a elaboração de informações falsas ou ofensivas com o objetivo de produzir pânico morais envolvendo gênero e sexualidade. Metade dos/as participantes desta pesquisa, por exemplo, sofreu violência verbal durante as eleições. (Gênero e Número, 2019, p. 61)

Ainda com relação aos dados do Disque 100, os registros sobre os tipos de violência são de 38,93% são de violência psicológica; 37,10% de discriminação; 15,34% de violência física; 2,88% de violência institucional; e 2,11% de violência sexual. O cenário é semelhante na pesquisa realizada depois do último período eleitoral, que demonstra que a maior parte dos registros é de violência verbal, correspondendo a 94%, seguido de 56% de tratamento discriminatório; logo depois 54% de assédio moral, enquanto 13% é de violência física. Isso demonstra que os registros de violência física não são os maiores, o que pode ocorrer por dois motivos: ou porque esse tipo de violência não é o maior, ou em função de subnotificação - ou, ainda, uma combinação de ambos os fatores.

Os registros indicam também que a maior parte das vítimas é do sexo masculino, com 74,58%, enquanto é de 25,42% o percentual de mulheres. Entre essas pessoas, a maioria é de gays, com 41,11%; seguido de 21,67% de transexuais; 14,44% de lésbicas; 14,44% de travestis; e 8,33% de bissexuais.

### 3 POLÍTICA CRIMINAL E PRÁTICAS POLICIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo trata de uma fase do desenrolar do campo empírico: o que foi desenvolvido junto à Polícia Civil. Ao início, a estrutura da pesquisa previa a análise do Programa Mediar, junto ao qual foram realizadas entrevistas para conhecer o seu funcionamento e ter acesso aos dados relativos aos procedimentos.

Posteriormente, para responder à pergunta que foi se moldando ao longo da investigação, outros departamentos da polícia surgiram com uma atuação importante nas questões levantadas acerca da violência contra a população LGBT. Entre essa temática e o desdobramento das entrevistas surgiram dados referentes à política criminal gaúcha, alguns de seus índices oficiais e, principalmente, o olhar de profissionais que atuam em projetos desenvolvidos por meio de políticas criminais e também com diferentes práticas no sistema de segurança pública.

Antes de abordar as políticas e práticas policiais investigadas, é preciso trazer algumas reflexões essenciais para a análise do controle do crime. David Garland (2008) investiga a maneira como o delito se configura atualmente e é representado no pensamento e na prática da população em geral e dos atores estatais. Para ele, o crime e o controle do crime são produtos culturais, motivo pelo qual aborda o conjunto de respostas sociais ao delito, tratando de mudanças que se produziram na resposta social ao delito e as forças sociais, culturais e políticas que operaram transformações tanto no pensamento criminológico, quanto nas políticas criminais e práticas sociais.

Em meio a essa análise, importa a seguinte ponderação:

Todavia, considerando o campo em sua totalidade, devemos ter em mente que as novas práticas e mentalidades coexistem com os resíduos do enquadramento anterior. O foco no novo e no renovado não deve nos levar a negligenciar as práticas e instituições antigas. A história não é a substituição do velho pelo novo, mas a modificação, em maior ou menor medida, de um pelo outro. O *entrelaçamento* do estabelecido com o emergente é o que estrutura o presente e nossa análise deve refletir este fato. (GARLAND, 2008, p. 366)

Para Garland, as mudanças que ocorreram em âmbito de crime e formas de controle social não passaram por transformações de nível institucional, “tal como ocorreu quando se desmontaram as forças e construíram-se penitenciárias em seu lugar”, de modo que a arquitetura penal da modernidade permanece amparada nos mesmos pilares. Ou seja, é visível que as velhas organizações e práticas não foram abandonadas para a construção de novas, podendo-se afirmar

que as mudanças foram no modo de distribuição e nas estratégias de funcionamento do aparato estatal da justiça criminal. (GARLAND, 2008, p. 366-367)

Considerando-se as propostas apresentadas pelo autor, as mudanças que ocorreram como resultado do que chama de modernidade tardia - esta ordem que transformou as relações sociais<sup>32</sup>, econômicas e culturais a partir do século vinte - vieram acompanhadas de uma série de riscos, inseguranças e problemas em relação ao controle social que se refletiram diretamente nas formas de elaborar respostas à questão da criminalidade. Foi assim que se moldaram novos discursos e mecanismos oficiais para o campo do controle do crime.

Importantes mudanças em termos de política criminal foram operadas nos Estados Unidos (EUA) e Grã-Bretanha, locais onde houve aumento da cultura punitiva, adensamento no volume de trabalho nos sistemas penais e maior investimento para a construção de novas penitenciárias. Nessa lógica, as condenações tiveram a quantidade de pena agravada - elevando o tempo médio de encarceramento -, apresentando uma guinada para o uso cada vez mais frequente da prisão (em ambos os países, em que pese em maior medida nos EUA), conseqüentemente causando expansão na indústria prisional, no significado político e cultural da prisão e na composição racial penitenciária. (GARLAND, 2008)

A análise de Garland é inteiramente direcionada ao Reino Unido e aos EUA, mas muitas estratégias de controle do crime na América Latina tiveram como principal referência as práticas elaboradas no contexto estadunidense. Respeitadas as particularidades do contexto latino-americano, é possível perceber políticas de endurecimento penal, também importando a política de guerra às drogas e seus efeitos perversos. (CIFALI, 2016)

Quanto ao setor policial, David Garland (2008) também verificou inúmeras modificações nas estratégias de atuação. Foram mudanças no sentido de um “policiamento dirigido, policiamento comunitário, policiamento para salvaguardar a ordem, policiamento da

---

<sup>32</sup> Garland (2008) explica que havia uma cultura punitiva (*penal welfarism*) que orientava a uma política criminal de tradição liberal dos direitos humanos e relacionada ao ideal ressocializador, que caminhava junto com o estado de bem-estar social (*welfare state*). Tratava-se de uma lógica que apontava para a proteção da sociedade e também do infrator, que sob a tutela do Estado seria tratado, reeducado e recuperado para o convívio social, acreditando-se no poder das instituições para alcançar esses objetivos (ELBERT, 2009). A modificação da dinâmica econômica estatal estabeleceu relações de exclusão de pessoas, tanto em espaços de trabalho, quanto em serviços sociais e até na própria vida social. O Brasil, no entanto, nunca teve o estado de bem-estar social completamente implementado, de maneira que é constante a profunda desigualdade social. Um exemplo de como isso se manifestou em política criminal no país foi a Lei de Execução Penal (LEP), que é do ano de 1984, cujo objetivo fora incorporar paradigmas humanitários e ressocializadores à política criminal nacional. Esse período é marcado pela decadência dos mesmos ideais nos contextos estadunidense e europeu, o que Luiz Antônio Bogo Chies (2013) encara como tardia adesão brasileira a uma ordem pretensamente civilizatória de punição, resultando na ineficácia dos dispositivos legais de cunho humanitário da LEP.

‘qualidade de vida’” (p. 367), implicando atuação mais sensível à pressão pública, disposto a trabalhar com a comunidade e enfatizar a prevenção. Nesse sentido:

Tecnologias de informação e as novas técnicas gerenciais se combinaram para produzir maior controle de recursos e condutas mais dirigidas, pontuais. A polícia iniciou seu ingresso na fase pós-burocrática da instituição, começando a desenvolver vínculos flexíveis com outros parceiros na tentativa de somar forças em lugar de monopolizar os esforços. Outrossim, os objetivos declarados da polícia mudaram, às vezes de forma acentuada, e novas táticas paulatinamente definem como são utilizados seus recursos. Todavia, estudos sobre orçamento e rotinas de trabalho da polícia sugerem que as práticas diárias da maior parte das forças policiais não se alteraram tanto assim. Além disto, as novas prioridades e táticas ainda não levaram a nenhuma reorganização básica da polícia enquanto agência pública. Como entidade pública, financiada pelos contribuintes e encarregada da aplicação da lei, a polícia pública parece ser o mesmo do que era há trinta anos. (GARLAND, 2008, p. 368)

Esses apontamentos são importantes porque na sequência será possível visualizar algumas destas estratégias sendo implementadas pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul. São dados colhidos junto a pessoas responsáveis por essas práticas, que revelam o modo como foram pensadas, a forma de implantação no contexto gaúcho, as orientações sobre capacitação de profissionais e organização estrutural dentro da instituição.

### 3.1 POLÍTICA CRIMINAL E CENÁRIO POLÍTICO DELITIVO

Para analisar o conceito de política criminal, parte-se do chamado “modelo de ciência penal global”, que agrega Criminologia, Política Criminal e Dogmática Jurídico-Penal. Esse modelo foi defendido pela primeira vez por Franz von Liszt, no final do século XIX, no programa científico da *Internationale Kriminalistische Vereinigung* (Associação Internacional de Ciências Criminais), fundada em 1816. (BARATTA, 1981<sup>33</sup>)

Segundo este modelo, as ciências criminais poderiam ser vistas a partir de um conjunto único, em que cada ciência possuiria objeto, método e finalidade diferentes, fazendo delas ciências independentes. Nesta proposta, a criminologia consistiria numa ciência cujo olhar estaria voltado a analisar os fatos sociais considerados reprováveis e abarcados pela lei penal. A política criminal, por sua vez, seria a ciência responsável pelo juízo valorativo destes fatos sociais definidos como relevantes pela Criminologia. A dogmática jurídico-penal seria a responsável pela normatização do fato social, prescrevendo uma conduta reprovável e sua consequente reprovação, em caso de descumprimento da norma<sup>34</sup>. (LISZT, 1926)

<sup>33</sup> Os dados constam na nota 1, página 25.

<sup>34</sup> Von Liszt representou uma segunda versão do positivismo jurídico, que incorporou o pensamento filosófico e os juízos de valor acerca do crime, diferentemente do primeiro representante da escola, Karl Binding, que restringia seu objeto de estudo somente às normas jurídico-penais, aquelas positivadas, excluindo as considerações de cunho filosófico ou a realidade não jurídica. Foi a partir do pensamento da escola de Von

Foi o período da criminologia positivista, em que as investigações baseavam-se no método empírico-naturalista, considerando os dados advindos somente de pesquisas realizadas com sujeitos reclusos ao cárcere, isto é, da fração populacional já selecionada pela engrenagem criminal. Alessandro Baratta (1981) explica que foi um método que acabou por “aceitar acriticamente as definições legais como princípios determinantes para a identificação da realidade [...] [e adotar os] resultados finais de todos os mecanismos de definição e seleção que entram em jogo na aplicação da lei penal”, legitimando o próprio sistema.

Tratava-se de uma ordem investigativa que buscava nos sujeitos selecionados pelo sistema penal todas as variáveis para compreender uma pretensa diversidade em relação aos chamados sujeitos normais. Dessa maneira, o modelo integral de ciência penal teve êxito pela convergência de dogmática e criminologia na legitimação do sistema penal. (BARATTA, 1981)

Foi uma construção importante para que política criminal e criminologia deixassem de ser consideradas ciências meramente auxiliares do direito penal, para ter cada uma seus próprios objetos, sem deixar de haver uma relação entre as três áreas para os temas de crime, criminalidade e o seu combate (DIAS; ANDRADE, 1997). Além disso, cumpre apontar “a influência do modelo de Liszt na elaboração de uma concepção de política criminal ligada ao paradigma etiológico, que consiste na determinação de padrões físicos ou biológicos para a definição de crime e criminoso”, focando o olhar sobre o indivíduo que pratica o delito e não sobre a conduta<sup>35</sup> (FERREIRA, 2016, p. 25).

Este modelo teórico foi criticado por Alessandro Baratta (1998), na medida que não considerava contribuições de áreas como ciência política, sociologia, das teorias da argumentação, da ética social, entre outros campos. Foi quando o autor propôs um novo modelo integrado de ciências criminais, que não se voltasse apenas para os estudos dos três campos da composição original, mas para que também houvesse um espaço para o olhar da criminologia crítica.

Carolina Costa Ferreira sintetiza da seguinte maneira:

Assim, o modelo proposto por Baratta supera o de Liszt no sentido de considerar que o componente criminológico deixa de ser interno para se tornar um dos demais pontos de vistas externos – juntamente com a política criminal, a atuação dos atores do

---

Liszt que se desenvolveu o conceito analítico de crime, que reconhece como delito o fato típico, ilícito e culpável, construção adotada pelo ordenamento penal brasileiro. (BITENCOURT, 2011)

<sup>35</sup> Neste ponto, como bem destacou Carolina Costa Ferreira (2016), “este saber causal gerou, pois, um saber tecnológico: não apenas o diagnóstico da patologia criminal, mas acompanhada do remédio que cura. Instaura-se, desta forma, o discurso do combate à criminalidade (o “mal”) em defesa da sociedade (o “bem”) respaldado pela ciência. A possibilidade de uma explicação “cientificamente” fundamentada das causas enseja, por extensão, uma luta científica contra a criminalidade erigindo o criminoso em destinatário de uma política criminal de base científica. A um passado de periculosidade confere-se um futuro: a recuperação” (ANDRADE, 1996, p. 277-278).

sistema de justiça criminal, a ciência política, as ciências sociais, dentre outros – que podem ser úteis à reflexão sobre os processos de criminalização. (FERREIRA, 2016, p. 26)

Dessa maneira, o ponto de partida estaria direcionado aos processos de criminalização e não ao sujeito que praticou a conduta delitativa. Isto porque a escola de criminologia crítica considera que a criminalidade é distribuída desigualmente de acordo com as estruturas socioeconômicas da sociedade capitalista e com as próprias desigualdades de cunho social entre indivíduos. (BARATTA, 2002)

Deste novo modelo, o que mais impressiona é a proposta de formar um discurso coletivo sobre o controle penal, composto por diferentes agentes e por meio de uma concepção democrática. É uma estrutura de pensamento que considera uma dimensão comportamental da questão criminal:

En lo que concierne a la definición comportamental de la cuestión criminal, sólo un discurso transversal a la división académica del trabajo científico y de la disciplina institucionalizada, puede legitimarse desde el punto de vista epistemológico y político. Tal discurso no puede ser formulado, sino por un sujeto colectivo que se podrá formar, a través de la participación de actores provenientes de las distintas comunidades científicas, cuando a la lógica tradicional de las convocatorias académicas se sustituyera el empeño civil y la demanda política por parte de la comunidad de los ciudadanos y de las instituciones del gobierno local o nacional. Sólo un sujeto tal y un discurso tal, podrán producir un saber social orientado al principio democrático de la interacción entre ciencia y sociedad, un discurso que no desatienda las necesidades reales de los ciudadanos. (BARATTA, 2000, p. 38)

Nesse mesmo sentido são as considerações de Mireille Delmas-Marty, conceituando a política criminal como “o conjunto dos procedimentos pelos quais o corpo social organiza as respostas ao fenômeno criminal”, expandido o clássico conceito de política criminal de Feuerbach (“o conjunto dos procedimentos repressivos por meio dos quais o Estado reage contra o crime”). Dessa maneira, a autora amplia o alcance da titularidade das políticas criminais não só ao Estado, privilegiando os procedimentos baseados na reparação ou na mediação. (DELMAS-MARTY, 2004, p. 42)

Essa extensão da possibilidade de inclusão do corpo social aos elementos de política criminal admite a resposta por grupos, incluindo práticas da sociedade civil, como organização de milícias privadas ou redes de mediação. As estratégias poderiam se moldar de forma ampla, respeitando a lógica de responder ao invés de reagir, introduzindo nesta ordem o aspecto de prevenção ao “fenômeno criminal” (que engloba qualquer comportamento que se distancia das normas, infração ou desvio).

O modelo, mesmo apresentando a positiva ideia de resposta do corpo social e não somente do Estado ao fenômeno criminal, pode parecer amplo e de difícil organização. Além disso, parece abrir espaço para a resolução de conflitos de maneira privada, podendo-se reagir

a condutas de toda ordem, inclusive o que for encarado como desvio por determinados agrupamentos.

Nilo Batista conceituou política criminal da seguinte maneira:

Do incessante processo de mudança social, dos resultados que apresentem novas ou antigas propostas do direito penal, das revelações empíricas propiciadas pelo desempenho das instituições que integram o sistema penal, dos avanços e descobertas da criminologia, surgem princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. A esse conjunto de princípios e recomendações denomina -se política criminal. (BATISTA, 2004, p. 34)

### 3.1.1. Contexto criminal na América Latina

Para compreender um pouco das racionalidades da política criminal contemporânea, parte-se também para a exploração de concepções importantes no contexto da América Latina. A partir dos anos 1990, pode-se compreender que se passa pela ascensão de uma crise de insegurança, causada não só pelas altas taxas de produção da violência, mas também pelas estatísticas de vitimização e, principalmente, por uma sensação de medo instaurada na vida cotidiana que se produz e reproduz nas relações pessoais<sup>36</sup>. (SOZZO, 2012).

Máximo Sozzo (2012) indica que essa crise de insegurança foi um fenômeno instalado política e culturalmente na esfera pública, pelos meios de comunicação e no mundo da política, exigindo respostas governamentais no enfrentamento a estas questões. Segundo o autor, a ascensão da nova direita construiu um imaginário de que havia demanda popular por mais rigidez penal, que pedia por mais punição e que a resposta para o crescimento da insegurança era o endurecimento de penas e, conseqüentemente, o fortalecimento do sistema penal.

O autor explica que, ao início dos anos 1990, quando começou a desenvolver pesquisas empíricas sobre o assunto, os resultados sobre a opinião popular a respeito do que querem para o tema da criminalidade apresentaram-se de maneira ambígua. Quando havia um questionamento direcionado acerca de uma possibilidade de medida punitiva, como sobre a implementação de pena de morte, por exemplo, um percentual significativo assentia com a proposta. Diferentemente, quando as mesmas pessoas eram questionadas sobre a melhor

---

<sup>36</sup> Nesta reflexão, consideram-se as formas de relação interpessoal da contemporaneidade, em que as grandes cidades formaram o lugar por essência da economia monetária, o que estrutura relações estritamente contábeis entre os indivíduos. Assim, o próprio espírito moderno desenvolve suas emoções e valores de diferentes modos, ordenando suas relações temporalmente e de modo objetivo (SIMMEL, 2005). Dessa maneira, a sensação de insegurança moderna não se justifica pela perda de segurança, mas de uma “nebulosidade de seu objetivo”, visto que o individualismo moderno alterou as regras de proteção do nosso tempo, que foram desmanteladas junto com a estrutura estatal, não se consolidando e permitindo a dissolução da ideia de solidariedade e a difusão da ideia de que o perigo está em toda parte (BAUMAN, 2009).

maneira de controle de delitos, as respostas eram muito mais brandas, fazendo referência à melhoria no serviço educacional, necessidade de combate à desigualdade, redução da pobreza e outras. (SOZZO, 2012)

Sozzo (2012) não nega os estudos desenvolvidos na América Latina que corroboram com a ideia de que existe demanda punitiva por parte da opinião pública por todo o mundo, mas indica que se trata de uma construção discursiva marcada por diferenças de classe e que podem ter opiniões variadas sobre o controle penal. Para o autor, o debate público e político construiu uma demanda popular homogênea e uniforme para uma maior punitividade, produzindo uma política criminal voltada para o aprisionamento. Segundo o autor, a América Latina passou por um processo de importação de discursos e técnicas de controle do crime que tiveram como referência as estratégias estadunidenses. Resultado disso é o endurecimento no tratamento da questão criminal nos últimos vinte anos.

Neste ponto, importa mencionar a demanda por criminalização da homofobia, por exemplo, que encontra inúmeros adeptos no Brasil, ao mesmo tempo que encara profunda resistência por outros setores. Criminalizar as condutas de violência de cunho discriminatório contra a população LGBT pode ser vista como uma pauta inserida neste processo de utilização do sistema criminal como forma de resposta aos conflitos dessa natureza. Afinal, o direito penal, dogmaticamente, nada mais é do que a proteção de algo que é considerado um bem muito valioso no seio social e, por isso, deve ser punido: não resta dúvida sobre a existência de um discurso que reivindica maiores sanções aos atos que ferem LGBTs.

No Brasil, é possível perceber que esta racionalidade operou com sucesso, considerando que o país figura como o terceiro país com mais presos no mundo<sup>37</sup>. Com dados alarmantes, o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2018 aponta para 729.463 pessoas encarceradas no ano de 2016, com um déficit de vagas de 358.663, conforme dados do Infopen do mesmo ano.

Mesmo que algumas medidas tenham sido empreendidas no que tange a modificações de tratamento no sistema penal, as taxas de encarceramento seguem aumentando. Exemplo importante para este cenário é a tentativa de produção de alternativas penais, por meio da Lei das Penas Alternativas, de 1998, que encontra resistência enquanto medida de substituição à pena privativa de liberdade até mesmo fora do campo jurídico<sup>38</sup>. (SOUZA; AZEVEDO, 2015)

---

<sup>37</sup> Os dados são do Infopen, Levantamento Nacional de de Informações Penitenciárias, cuja coleta é realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Para maiores informações consultar: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>.

<sup>38</sup> Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstrou que já existiam dificuldades de implementar sanções alternativas à prisão privativa de liberdade mesmo no juizado especial criminal, resultando

Desde o sancionamento presidencial, à época, por Fernando Henrique Cardoso, já se apresentavam os vetos ao recolhimento domiciliar e à advertência, sob a justificativa, de um lado, de não apresentar “o mínimo necessário de força punitiva” para a “prevenção da prática delituosa” e, de outro, pela falta do “indispensável substrato coercitivo”, respectivamente. Guilherme Augusto Dornelles de Souza e Rodrigo Ghiringhelli Azevedo esclarecem:

Argumentos semelhantes serão utilizados, naquele mesmo ano, pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na exposição de motivos do Projeto de Lei nº 4.303, posteriormente aprovado e sancionado como Lei nº 9.839, de 1999, excluindo os crimes militares de menor potencial ofensivo da abrangência dos Juizados Especiais Criminais (JECrim) e a possibilidade de aplicação da transação penal e da suspensão condicional do processo a esses casos. Sete anos mais tarde serão as condutas de menor potencial ofensivo em contexto de violência doméstica que serão excluídas do âmbito dos JECrims pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). (SOUZA; AZEVEDO, 2015, p. 82)

Estes não são casos isolados, outras políticas criminais também apontam para valorização do fortalecimento da resposta punitiva enquanto forma de retribuição e prevenção ao delito<sup>39</sup>. O que mais toma destaque nestas análises é que ao tempo da aprovação da Lei das Penas Alternativas o problema não era a busca por alternativas à pena de prisão, mas que essas medidas não representassem impunidade, demonstrando que as alternativas não operam enquanto ruptura ao modelo da ordem, mas também pela coexistência, continuidade e por meio do funcionamento recíproco. Mais do que isso, a utilização de alternativas penais não apresenta uma relação direta com a redução na utilização da prisão, podendo inclusive ocorrer a expansão tanto do uso da prisão quanto de formas punitivas diversas dela”. (SOUZA; AZEVEDO, 2015, p. 88)

Mesmo assim, Souza e Azevedo (2015) indicam que não é isso que determina que as penas diversas da prisão em nada contribuam para a redução da centralidade do cárcere, ou que não podem integrar uma estratégia ao cárcere, visto que se apresentam como variações em tendências político-criminais. Concluem dizendo que não basta somente instituir formas

---

em um “número de casos sentenciados com penas alternativas que efetivamente chega à fase de execução bastante inferior (praticamente residual) em relação ao número que entra nos juizados e varas criminais e que seria passível de receber a penalização alternativa”. Entre as razões apresentadas pela referida investigação para a não adoção de sanções alternativas constam: i) o elevado número de prescrições; ii) a falta de recursos humanos, especialmente no que tange aos defensores públicos e promotores; iii) a alta incidência da prisão cautelar; iv) o arbítrio excessivo na aplicação da pena, visto que vários juízes entrevistados admitem se basear na intuição, analisando a aparência e o “jeito” do réu e considerando como antecedentes atos infracionais e processos que correm em simultâneo ao que se encontra sob sua apreciação; v) a perceptível resistência de juízes e promotores à aplicação de PMAs; vi) os problemas na execução das penas alternativas, causados pela falta de estrutura para execução e fiscalização do cumprimento deste tipo de sanção. (IPEA, 2014, p. 86-87)

<sup>39</sup> Para saber mais, importante é a dissertação de Guilherme Augusto Dornelles de Souza: SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles de. “Punir menos, punir melhor”: discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Faculdade de Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

alternativas - e complementares - à pena de prisão, é preciso que essas medidas estejam imbuídas em uma racionalidade de ruptura em relação àquelas que legitimam a violência e o sistema penitenciário.

Augusto Jobim do Amaral (2015) é enfático quando aponta que a experiência não cansa de demonstrar que aumentam as alternativas punitivas sem uma efetiva descarcerização ou redução na expansão da prisão. Dito de outro modo, o autor indica que as medidas reformadoras não foram capazes de apresentar não só uma redução da aplicação da pena privativa de liberdade quanto de mostrar-se como estratégia de abolição da instituição carcerária:

‘Cárcere melhor’, tese a que a esta posição subjaz - ainda se fosse aceito o falso argumento de diminuição do impacto da prisão - apenas seria aceitável se, sobretudo, viesse ancorado no ‘menos cárcere’. (ROSA; JOBIM, 2015, p. 22)

Jobim lembra ainda que o intuito de fazer menos aflitivo o sistema penal só produz sentido considerando que “o melhor cárcere é, sem dúvida, aquele que não existe” (BARATTA, 1991, p. 254). Assim, assevera que a política dos substitutos penais não afasta a centralidade da punição como dispositivo de prisão, servindo, inclusive, a reproduzir sua lógica: relegitimando, reforçando e ratificando o próprio sistema, resultando no alargamento do tecido penal. (ROSA; JOBIM, 2015)

Essas são demonstrações de como a política criminal opera causando a inflação exponencial do controle penal, processo chamado de “mais-valia punitiva”, uma vez que produz um resultado diferente do previsto, um preço maior a ser pago. Trata-se de um custo que se reflete tanto pela incapacidade de redução da aplicação punitiva quanto pela expansão do controle penal e da massa carcerária. Valendo-se da ideia de dispositivo, de Michel Foucault, explica que o sistema penal “sempre foi a história da sua própria metamorfose”, na medida que a própria prisão nasceu de um ideal de reforma, o que indica que a dinâmica expansiva do poder punitivo faz com que qualquer “*dispositivo* que for lançado nestas engrenagens, ainda que dotado das melhores intenções, incorporará e não ficará privado de suas propriedades estruturais”. (ROSA; JOBIM, 2015)

### 3.2 PROGRAMA MEDIAR: UM EXPERIMENTO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA POLÍCIA

O Programa Mediar foi um projeto instituído a partir da Portaria nº 168/2014, pela Chefia de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme apresentação que consta em

material<sup>40</sup> da própria polícia, o projeto tem por objetivo atuar na comunicação entre as partes envolvidas em conflitos “de uma forma polarizada para uma forma transversal, tolerante, inclusiva, racional e pacífica, para que estes encontrem juntos uma melhor solução para o conflito que experimentam.”

De acordo com essa lógica, existe uma preocupação no que diz respeito ao papel da vítima no conflito social, afinal, propõe a comunicação entre as partes. Nesse mesmo sentido, David Garland (2008) apontou para a consolidação da figura da vítima no sistema de justiça atual - nos contextos estadunidense e europeu -, a partir do reconhecimento dos direitos da vítima, coleta de sua opinião acerca da concessão de liberdade vigiada, crescimento de grupos de apoio a vítimas e encaminhamento a essas organizações pela polícia.

Foram modificações significativas, mas que repercutiram muito mais nas organizações de apoio às vítimas, não resultando no desenvolvimento de novos aparatos. Foram se desenvolvendo novos mecanismos de reparação e mediação de conflitos, o que retirou certos casos da esfera comum da justiça, já que tem havido um notável aumento de interesse por essa forma de fazer justiça, mas são iniciativas que repercutem minimamente no sistema, tendo visibilidade mais pelo “entusiasmo reformista que atraem do que pela frequência de sua utilização ou pelo impacto no funcionamento da justiça criminal”. (GARLAND, 2008, p. 368-369)

Com relação a esse debate, Nils Christie (1992) apontou para a urgência de pensar as consequências dos estudos criminológicos, contextualizando litígios ocorridos e debatidos em comunidade para evidenciar a ideia de que os conflitos delitivos foram arrancados das partes neles envolvidas a partir do processo penal. O autor indica que percebe que os tribunais onde os conflitos são debatidos não são elementos centrais na vida das pessoas, mas periféricos e secundários.

Para Christie (1992), esse afastamento entre as formas de composição de conflitos e as pessoas se deve a quatro motivos: i) os tribunais estão sediados nos centros administrativos das cidades, distantes das pessoas comuns; ii) além do distanciamento territorial, também a complexidade destes centros faz com que apenas quem é técnico da área se sinta confortável na estrutura, eliminando qualquer possibilidade de pertencimento às partes; iii) é próprio destes espaços que as partes sejam meramente representadas, conferindo a sua presença à marginalidade da arquitetura processual; e iv) a participação nos conflitos penais é conferida a

---

<sup>40</sup> O material foi fornecido por um dos policiais civis que atuam no Programa e com quem foi realizada entrevista para a pesquisa. O documento consta no anexo A do trabalho.

uma das partes e o Estado, com a chamada vítima representada pelo último e “empurrada completamente fora do cenário e reduzida a ser mera desencadeante do assunto” (p. 162).

O conflito é parte do convívio social de maneira inclusive ameaçadora à sociedade de produção de massas em que se vive, uma vez que a participação nos espaços é escassa de tal modo que as instituições e organizações criam monopólios de não-intervenção ao que é exterior. Christie aponta para uma perda coletiva nesse processo, uma perda da própria sociedade de clarificação das normas, resultando numa posse exclusiva de quem pode dizer qual conflito importa, a quem importa, o quanto importa. (CHRISTIE, 1992)

Neste processo, a vítima é tolhida da possibilidade de participação, reconstrução e até recomposição do conflito no qual foi envolvida. “A vítima se encontra tão completamente fora do caso que jamais terá a oportunidade de chegar a conhecer o delinquente. [...] Necessitará de todos os estereótipos clássicos do ‘criminoso’ para buscar uma mínima compreensão de todo o problema.” (CHRISTIE, 1992, p. 171)

Conforme relatos de entrevistas<sup>41</sup>, o Programa começou como projeto piloto no ano de 2013, oportunidade em que foi submetido à apreciação da chefia de polícia da época, que, primeiramente, pediu que a equipe responsável por implantar o programa em âmbito gaúcho fosse a Minas Gerais, considerando que o Programa Mediar foi inspirado em modelo já instalado no estado mineiro<sup>42</sup>. Tendo sido realizada visita para conhecer o único projeto de mediação de conflitos em matéria criminal do país, posteriormente foi permitida a implementação do projeto na 3ª Delegacia de Polícia de Canoas (RS).

Esse projeto submetido à apreciação, então, do chefe de polícia, tá? Que nos chamou lá e disse que achava válido o projeto, que fazia gosto que ele mesmo fosse. Na época, era o delegado Ramon – hoje nosso vice-governador, né? Que fazia questão que fosse implementado, mas antes disso, como nosso projeto era inspirado num projeto que inspirado desde 2006 em Minas Gerais, ele pediu que a gente então fosse – formou uma equipe que então era eu, o comissário Prates e, na época diretora da (não entendi o que falou aqui, o tempo é 2:50), pediu que nós fôssemos até Minas Gerais pra conhecer o projeto lá e pra trocar ideias, né? E saber um pouco da experiência deles com relação a mediação de conflitos em sede de criminal porque a mediação de conflitos, embora já há um bom tempo esteja em voga, principalmente no direito de família e algumas questões civis, com relação a parte criminal, ela ainda é, existem experiências muito superficiais no mundo inteiro, né? Então nós fomos até MG e quando retornamos, então, implementamos ele na forma de piloto.

<sup>41</sup> Os anexos L e N contêm informações sobre a criação e implementação do Programa Mediar.

<sup>42</sup> No estado mineiro, o Projeto Mediar foi implantado como piloto na Delegacia Regional Leste, sendo aplicado inicialmente na 5ª Delegacia Distrital, em que a circunscrição compreende quatorze bairros, com início no ano de 2006. O programa foi desenvolvido em uma parceria entre as instituições que compõem o Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), por meio do Programa Mediação de Conflitos criado pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. (SILVA, 2008)

Depois de nove meses de duração do projeto piloto, a avaliação com relação à não reincidência das partes envolvidas nos conflitos - característica que é a baliza de avaliação do programa - apontou que o percentual não chegou a 1%. Com relação a isso, os dados são de que, mesmo depois de 5 anos desde a implementação e havendo atualmente 49 núcleos em todo o estado, os índices de reincidência nunca ultrapassaram 1%<sup>43</sup>.

Quando nós fomos apresentar os resultados depois dos nove meses da implementação do programa, já havia outro chefe de polícia. Na época daí era o delegado Emerson que, ã... face os resultados, né, com relação – porque o projeto todo é avaliado com relação a não reincidência das partes, né? E esses resultados foram muito positivos, nós não atingimos o índice nem de 1% de reincidência de um conflito entre as partes e esse índice, já cinco anos depois, né? Depois da implementação e agora já com 49 núcleos em funcionamento, ele nunca chegou a 1% dos casos.

Depois dos primeiros meses de desenvolvimento do projeto piloto, o Programa foi estendido à Operação Verão de 2014. Passado esse período de experiência, assumiu uma nova chefia de polícia, que determinou que fossem feitas capacitações de policiais e delegados para a mediação penal.

### **3.2.1. Capacitação de servidores(as) para o Programa**

No início, nem a equipe tinha uma formação completa em mediação penal. Ao ser questionada, uma das entrevistadas relatou:

Na verdade a gente era estudioso, sabe, era uma matéria que me atraía muito. Na verdade eu conhecia muito do projeto do JECrim lá de São Paulo - embora eu entendesse que não fosse o ideal para o momento da realidade aqui do estado, né, porque eles faziam... Na época que nós iniciamos o projeto, nós trabalhávamos única e exclusivamente com mediação de conflito. Nós não fazíamos conciliação. E o projeto de São Paulo sempre trabalhou com a conciliação, né.

Dito em outras palavras, a execução se deu nos moldes do modelo mineiro, tendo como perspectivas os estudos desempenhados por cada membro da equipe de forma individual, não por meio institucional. Os cursos de formação começaram a ser desenvolvidos a partir da gestão de 2014.

A capacitação dos mediadores é desenvolvida em Curso de Formação em Mediadores de Conflitos junto à Academia de Polícia Civil RS (ACADEPOL), em que os professores e formuladores são os próprios membros da equipe de coordenação do Programa. Geralmente, uma capacitação é ofertada a cada dois meses. Em 2018, no entanto, foram realizadas apenas três edições. Os dados que constam dos documentos do programa também apontam que as

---

<sup>43</sup> De acordo com o Anuário da Polícia Civil de 2017, das 1.750 (mil setecentos e cinquenta) mediações realizadas, houve apenas 16 (dezesseis) casos de reincidência. (POLÍCIA CIVIL, 2017)

equipes que atuam nas delegacias de polícia são interdisciplinares e que contam com formação em diversas áreas do conhecimento.

A formação inclui delegados e mediadores, pois cada núcleo deve ser coordenado por um delegado(a) e dois mediadores(as), que necessariamente devem ter realizado o curso. O curso abrange exclusivamente a formação em mediação e outras questões jurídicas, conforme descrito em entrevista:

[...] é curso de formação de mediador. Na verdade a gente faz um apanhado histórico do Direito, né? Até o momento em que estamos, o papel da polícia nesse momento, ã... e daí ingressamos com, com, com conceitos de mediação, de justiça restaurativa, enfim, e depois entramos propriamente dito no programa do mediar, né? E por fim tivemos algumas oficinas pra, pra fortalecer a técnica.

Ou seja, abordagens que digam respeito a direitos humanos, conceitos de gênero, raça ou classe não são tratados durante o curso. Mesmo que essas questões acabem interseccionando os casos que chegam ao Programa, a formação de mediação não cuida de temas específicos, sendo direcionada unicamente para a capacitação na técnica de mediação. Em entrevista, uma policial militar aponta que os casos são divididos por tipo de delito e, ao exemplificar com o crime de injúria, explica: “Interessa que a técnica possa ser utilizada para o crime de injúria independente da motivação”.

O projeto também estabeleceu convênios com universidades que têm a mediação de conflitos no currículo, havendo, inclusive, pessoas que optam por fazer o estágio no núcleo de mediação - elas passam por uma capacitação por EAD, sob a coordenação de um policial com formação em mediação, cumprindo o estágio nos núcleos da polícia. Também houve pedidos de capacitação pelo judiciário e Ministério Público, com demandas para conhecer o curso, tendo sido autorizados pela chefia de polícia somente alguns casos específicos.

### **3.2.2. O modelo restaurativo**

Além do programa aplicar procedimentos de mediação penal, também são realizadas conciliações. As primeiras são feitas em maior proporção, enquanto as últimas são desenvolvidas somente em alguns casos, em geral quando existem questões pecuniárias envolvidas:

[...] são algumas questões pontuais. Por exemplo questões de trânsito, algumas apropriações indébitas, alguns tipos de estelionato onde basicamente não se consegue comprovar a má fé das partes. Tanto é que elas acordam ressarcimento do dano, né? Então nessas questões a gente acaba trabalhando também com a conciliação, ã... mas em parceria com a mediação, a gente sempre trata a relação – que é o objetivo maior da mediação de conflitos, né – e em alguns casos onde há concordância das partes, a gente resolve nas questões patrimoniais também através da conciliação. (Anexo L - Entrevista 12)

Como se percebe, o modelo metodológico adotado pelo Programa Mediar é o de Justiça Restaurativa, fundamentado na Resolução nº 12/2002 da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve os princípios básicos para programas criminais com utilização de justiça restaurativa. Segundo consta do material da Polícia Civil gaúcha, o documento internacional “orienta os países membros a estimularem suas Autoridades de Segurança a fazerem uso da Justiça Restaurativa no âmbito de suas competências”, o que justifica a adoção da mediação como procedimento basilar do projeto penal.

O surgimento de ideias de práticas restaurativas aliadas a um modelo de justiça restaurativa no sistema criminal remonta à falência da concepção de prisão por excelência e à introdução de penas alternativas como forma de reduzir o emprego da prisão. Foi a ineficácia de reformas propostas a esses problemas e o propósito de ressocialização por meio da pena privativa de liberdade dos anos 60 e 70 nos Estados Unidos que demonstraram a necessidade de pensar outras formas de tratar o delito. (PALLAMOLLA, 2009)

Daniel Achutti (2016) explica que se trata de um movimento global, cujo intuito é modificar a maneira como a sociedade responde a crimes e outros comportamentos considerados problemáticos. Assim sendo, não é possível estabelecer um consenso sobre a sua definição e objetivos, o que Raffaella Pallamolla (2009) indica como uma dificuldade para efetivá-los.

Analisando os objetivos do Programa Mediar da Polícia Civil de Minas Gerais, cumpre ressaltar que prescreve uma metodologia baseada na Resolução n. 12/2012 da ONU, a mesma que sustenta o projeto gaúcho. No que diz respeito à implementação da justiça restaurativa na polícia civil mineira, Maria Cecília Torres Alves da Silva esclarece que:

[...] é muito mais um método de trabalho policial que propriamente um procedimento. Por meio do referido método se pretende difundir uma cultura policial de classificação penal de todos os conflitos, objetivando a prevenção. Além disso, observa-se que a comunidade também se beneficia de uma cultura de mediação, que privilegia o acordo e o diálogo, e não as contendas levadas ao conhecimento policial, por vezes apenas por vingança. (SILVA, 2008, p. 26)

O próprio idealizador do projeto mineiro, Anderson Alcântara Silva Melo, aponta que “O Projeto Mediar aplica a mediação de conflitos com base no policiamento orientado para solução de problemas, utilizando de alguns dos princípios de polícia comunitária e os fundamentos de Justiça Restaurativa”. Mais do que isso, indica que o projeto tem por objetivo promover os direitos humanos, com foco na prevenção da violência e da criminalidade. (MELO; PRUDENTE, s/d)

Considerando estes aspectos, os dados de outras investigações indicam que o programa compõe um método de prevenção utilizado pela Polícia Civil para a prática de delitos. Aspectos

como a voluntariedade das partes, informalidade, imparcialidade e neutralidade do mediador, gratuidade, confidencialidade e interdisciplinariedade também são apontados pelos responsáveis como características presentes na aplicação da metodologia.

Em uma das entrevistas realizadas, a policial civil apontou que um dos princípios do Programa Mediar de Porto Alegre é a voluntariedade das partes. Além disso, acrescentou que o motivo pelo qual as taxas de reincidência do Programa são baixas é que a vontade das partes é respeitada, fazendo com que as decisões sejam com base naquilo que as pessoas envolvidas nos conflitos estão dispostas a fazer. Segundo ela:

Mediação de conflitos nada mais é que a prevalência da vontade das partes. O que acontece? Por que geralmente em decisões judiciais se têm um índice tão alto de reincidência? Porque às vezes a vontade de um terceiro, que é o julgador, não se reflete a necessidade e a vontade das partes envolvidas naquele conflito. E não raras vezes tanto o acusado quanto a vítima saem de uma audiência onde um terceiro decidiu o que era melhor para as partes. Então o princípio basilar da mediação é justamente o respeito à vontade das partes.

Um dos princípios visto como essencial para a promoção da justiça restaurativa é o da participação das vítimas e ofensores, devendo as partes decidir o que irá ocorrer no procedimento. Do encontro entre as partes, oitiva de seus relatos e deliberação da melhor maneira de lidar com os danos causados pela conduta considerada desviante, é possível falar em uma construção coletiva do caso, o que levará a uma construção coletiva da decisão. (ACHUTTI, 2016)

Leonardo Sica (2007) explica que nos programas implementados por meio de Justiça Restaurativa é preciso inverter o objeto, tendo como foco as consequências do crime e as relações sociais afetadas pela conduta. Diferente do processo penal tradicional, que atenta à uma determinação precisa de tipo penal e aplicação específica correspondente ao código de lei, a Justiça Restaurativa incorpora questões diversas, que não podem e nem conseguiriam ser abarcadas pela justiça criminal tradicional (ACHUTTI, 2009).

Diante disso, a análise das entrevistas permite concluir que a voluntariedade e a formulação da decisão pelas partes são princípios respeitados nos procedimentos. O que tomou destaque, além da observância a esses fatores, é a recorrente associação de princípios e objetivos do programa à apresentação de taxas de produtividade, como o baixo nível de reincidência das condutas que antes da implementação do programa eram frequentes nas delegacias.

Se, por um lado, isso pode demonstrar que os profissionais entrevistados apontam para dados considerados de eficiência porque estão condicionados a tratar dessa temática, já que são programas vinculados a políticas criminais de gestão, por outro a mesma característica revela que são projetos voltados para a apresentação de resultados. Ou seja, é possível perceber que

são programas gestados para a implementação de práticas absolutamente inovadoras dentro da Polícia Civil, mas também resta nítido que práticas que deveriam ser direcionadas para o tratamento das partes convertem-se em ostentação de soluções por somatório. Tornam-se produto.

A partir dessas considerações observa-se a chamada *economia do castigo*, formada a partir do século dezoito e que reestruturou a gestão das ilegalidades no desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa relação é a que configura o sistema penal como instrumento que segue na administração das ilegalidades, não tendo como foco suprimi-las. Nessa lógica, resta clara a reprodução da engrenagem do sistema punitivo, considerando-se que sua prioridade não está voltada para o acolhimento por meio de uma técnica de resolução de conflitos, mas sim operacionalizando para a produção de resultados. (FOUCAULT, 1987)

Nas palavras de Pallamolla (2017, p. 268),

[...] temas que pareciam centrais para analisar a justiça restaurativa, [...] – democracia, participação, informalização e acesso à justiça –, foram deslocados – enquanto discursos oficiais – para as margens do campo pesquisado. Pôde-se observar que, apesar desses temas estarem presentes nas narrativas e nos discursos de alguns agentes do campo, eles não eram centrais, ou seja, não eram eles que moviam ou impulsionavam a justiça restaurativa.

De modo semelhante, os valores que circulam de maneira recorrente nas narrativas dos policiais civis responsáveis pelos programas de mediação como aqueles atribuídos à Justiça Restaurativa - voluntariedade das partes, informalidade, imparcialidade e neutralidade do mediador, gratuidade, confidencialidade e interdisciplinariedade -, acabam não tendo sendo centrais ao tratar do projeto. As características atribuídas à eficiência e apresentação de resultados tomam, nesse contexto, maior importância.

Outro paralelo entre a justiça criminal tradicional é a não existência de um conjunto de regramentos rígidos a serem seguidos, já que possíveis reparação de danos, restauração de relacionamentos rompidos, entre outros, só é possível em um espaço mais aberto de procedimentos – que são, aí sim, orientados por valores e princípios que guiam as experiências restaurativas. (ACHUTTI, 2016)

Esses valores podem ser divididos em dois ou três grupos. Quando divididos em dois, têm-se i) valores normativos, orientados por responsabilidade ativa, vida social pacífica, respeito e solidariedade; e ii) valores operacionais, que englobam colaboração, empoderamento, encontro, inclusão, educação moral, proteção, reintegração e resolução. (ACHUTTI, 2016)

Quando divididos em três grupos, os a) valores impositivos incluem a não-dominação, empoderamento, respeito aos limites, escuta respeitosa, igualdade de participação pelos participantes, respeito aos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e

na Declaração dos Princípios Básicos da Justiça para as Vítimas de Crime e Abuso de Poder e a possibilidade de submeter o caso à justiça criminal tradicional; b) o segundo grupo abarca as possibilidades de reparação de danos, minimização das consequências emocionais do conflito, restauração da dignidade e a prevenção de novos delitos; c) já o terceiro grupo abrange manifestações espontâneas das partes, podendo ser pedidos de desculpas, manifestação de remorso, entre outros. (ACHUTTI, 2016)

Considerando-se os apontamentos do segundo grupo, portanto, é possível encontrar a prevenção como um valor atribuído à Justiça Restaurativa. Diante disso, a análise revela que o Programa Mediar da Polícia Civil incorpora esse valor como um princípio que estrutura e orienta as práticas do projeto.

Observando a trajetória do Programa Mediar na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, me arrisco a sugerir que o projeto não pode ser visto como uma aplicação mal sucedida da Justiça Restaurativa na instituição policial. Na lógica que Raffaella Pallamolla (2017) apresenta de forma dual, é possível perceber: i) que o projeto materializa uma maneira de institucionalizar uma técnica complexa de resolução de conflitos que envolve princípios, valores e procedimentos diversos, ii) incluída no que a autora propõe chamar de *processo de construção da justiça restaurativa brasileira*.

Com a ressalva no que tange ao espaço - a autora examinou o cenário do Poder Judiciário -, novamente se aplicam as considerações da tese de Pallamolla (2017)<sup>44</sup>, sendo notável o protagonismo institucional no programa da polícia, o que se percebe por agentes policiais que não só operam na prática dos projetos de mediação, mas também produzem academicamente sobre eles e são considerados por sua experiência e acúmulo pioneiro. De outro modo não poderia ser a conclusão quando, para a implementação do programa no RS, os policiais civis foram até Minas Gerais observar o projeto local e receber instruções dos operadores, conferindo o tom *personalizado* ao modo de institucionalização.

Por outro lado, no processo observado na Polícia Civil, não se percebe tanta resistência para as mudanças que envolvem a implantação de projetos relacionados à Justiça Restaurativa. Pelo contrário, quando proposto ao tempo da instalação na delegacia de Canoas, a iniciativa foi apoiada pela chefia de polícia, que recomendou a visita ao local que inspirou o programa

---

<sup>44</sup> Diferentemente do que propõe Pallamolla (2017), a partir dos dados coletados é possível perceber somente o que ela chamou de primeiro nível do protagonismo judicial, que se deu na (também proposta por ela) primeira onda da justiça restaurativa no Brasil. Os níveis intermediário e superior, que implicam maior articulação jurídica e política, não parecem ter se materializado no contexto policial. O que não pode deixar de ser considerado é que o segundo e terceiro níveis, que parecem ter sido decisivos para a expansão da justiça restaurativa, não tenham influenciado para o desenvolvimento do primeiro nível na polícia, ou seja, para a implementação de programas de mediação penal na instituição policial.

para conhecer melhor sua operacionalidade. Dessa maneira, diferente do que foi observado por Raffaella Pallamolla, a cultura jurídica hierárquica e historicamente avessa à democracia não foi obstáculo para o estabelecimento de um projeto que já completou quatro anos e segue em expansão no Estado.

No mesmo sentido são as considerações de André Giamberardino (2015) no caminho examinado para a implantação da justiça restaurativa na Polícia Civil. É possível visualizar uma alternativa ao tradicional procedimento investigativo e, conseqüentemente, punitivo do sistema penal. Na visão do autor, são espaços que se configuram pela dimensão comunicativa entre o que chama de sujeitos vitimizados e criminalizados na busca de medidas criativas e simbólicas de reparação e restauração.

Na relação entre análise e crítica, também é possível observar que as experiências neste sentido são sempre locais e imperfeitas, tornando-se oportuno apreciar as especificidades de cada contexto. Giamberardino (2015, p. 231) indica que não se pode admitir a institucionalização da Justiça Restaurativa de maneira que a prática seja cooptada pelo sistema penal, não se opondo, neste caminho, “à possibilidade estratégica de sua convivência em paralelo, apostando na gradual e inevitável deslegitimação do sistema punitivo decorrente da compreensão, por todos, de que práticas de censura sem punir e sem destruir o outro *são possíveis*”.

Como observou Raffaella Pallamolla (2017), a Justiça Restaurativa tem operado num contexto de reformas do campo da administração de conflitos, aqui especificamente voltada às práticas da Polícia Civil. O modelo que tem se mostrado em desenvolvimento na instituição (em diferentes localidades no Brasil) tem resultado em transformações no sistema de justiça criminal, tanto para não encaminhar todos os procedimentos conforme o rito tradicional quanto para prevenir que novas condutas de mesma natureza ocorram - entre as mesmas partes.

### 3.3 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS

O início do desenvolvimento desta pesquisa se deu junto ao Programa Mediar da Polícia Civil, bem como em contato com grupos ativistas de direitos LGBTs. Foram realizadas entrevistas com essas entidades e, ao longo da entrevista 6, do anexo F, foram apontadas algumas mudanças na estrutura da Polícia Civil, mais especificamente no Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA).

O ativista entrevistado revelou que esteve presente em uma reunião no DECA, representando o grupo Somos, onde estavam reunidos outros grupos LGBTs atuantes na cidade

de Porto Alegre, junto com a então diretora do departamento. O encontro tinha por objetivo explicar que o atual DECA será extinto da estrutura organizacional da polícia, para agrupar um novo órgão: Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV).

A modificação foi estabelecida pela Lei n. 15.120, de 11 de janeiro de 2018, que alterou a Lei n. 10.994, de 18 de agosto de 1997 - ambas normativas estaduais -, que estabelece a organização básica da Polícia Civil. A mudança foi no artigo 9º, inciso V, que expõe os órgãos de execução especializada, vinculados ao Chefe de Polícia:

- V - órgãos de execução especializada, vinculadas ao Chefe de Polícia:
- a) Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito - DPTRAN;
  - b) Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico - DENARC;
  - c) Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC;
  - d) Departamento Estadual da Criança e do Adolescente - DECA;

Com a medida, a alínea d) fica da seguinte forma: “d) Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis - DPGV;”. A nova lei ainda dispõe sobre as atividades designadas ao novo departamento, no artigo 18, inciso IV:

Art. 18 ...

...

IV - ao Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis - DPGV - compete coordenar, fiscalizar e executar as atividades de polícia judiciária e de investigação criminal relacionadas:

- a) aos atos infracionais em que o adolescente figure como infrator e às infrações penais em que a criança e o adolescente figurem como vítimas em razão dessa condição;
- b) às infrações penais em que a mulher e o idoso figurem como vítimas em razão dessa condição;
- c) às infrações penais resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual;

A efetivação desta modificação na estrutura da Polícia Civil está se dando gradualmente. Ou seja, a lei é de janeiro de 2018, mas o departamento ainda não está atuando. A reunião descrita pelo ativista entrevistado do grupo Somos fez parte do que o atual DECA está chamando de “escuta sócio-cidadã”, em que diversos movimentos sociais (ligados aos grupos considerados vulneráveis) estão sendo convidados pela polícia para relatar sua perspectiva sobre a atuação nos casos vinculados a violências contra a população que vai ser atendida pelo novo departamento.

Semana retrasada, eu fui numa reunião representando o Somos no DECA. O DECA foi extinto agora e vai se tornar – é departamento da criança, né – vai se tornar uma delegacia de um outro departamento que foi criado agora por lei, que é o departamento de grupos vulneráveis. Aí esse departamento vai agrupar a delegacia da criança e do adolescente, delegacia da mulher, do idoso e outras delegacias pra cuidar de crimes como os por LGBTfobia, crimes de intolerância religiosa, etc. Aí a atual diretora do DECA, ela chamou, ela tá fazendo, eles chamaram de “escuta sócio-cidadã”, ela tá fazendo com diferentes movimentos. Aí nesse dia que eu fui eram com movimentos LGBT: eles queriam saber, queria um feedback, assim, dos grupos, sobre a atuação da polícia civil exatamente nesses casos, né?

O entrevistado assinalou que a reunião foi conduzida somente por mulheres, o que foi pontuado pela representante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) como algo marcante no encontro. Foram levantados pontos tais como: a) o acolhimento dispensado nos atendimentos nas delegacias de polícia; b) responsabilidade da instituição em colher dados sobre os casos de violência contra a população LGBT; e c) impossibilidade do sistema de registros de catalogar informações sobre a natureza dos crimes vinculados à orientação sexual e identidade de gênero.

O entrevistado do grupo Somos avaliou que a reunião foi positiva para assinalar questões que os movimentos sociais ponderavam como críticas à atuação da polícia. Segundo ele, foi possível propor medidas a serem incorporadas tanto no sistema de registros de boletins de ocorrência, quanto na forma de atendimento para a população LGBT que recorre ao sistema de segurança pública na condição de vítima de violência.

E foi bem interessante a reunião, tava presente também o advogado do Igualdade, eles falaram bastante sobre a, não a abordagem da polícia civil mas o acolhimento, né, o atendimento da polícia civil. Por exemplo, tem muitas travestis que não querem ir na delegacia fazer um boletim de ocorrência, né? Ou vão e depois não querem voltar por causa do tratamento que elas recebem. Ele pontuou bastante isso e a gente chegou em assuntos bem interessantes como, por exemplo, a responsabilidade da polícia civil em criar dados e colher esses dados. Porque, por exemplo, hoje, se o escrivão quiser lá fazer um boletim de ocorrência e dizer que foi homofobia, ele não tem como porque o sistema não permite isso. Não tem um campo no sistema.

O advogado da ONG Igualdade RS, cuja entrevista consta do anexo H, também esteve presente na reunião convocada pela Polícia Civil. De início, diz que a modificação ainda é muito recente e não tem como prever como será o trabalho do novo departamento, mas que a iniciativa é inovadora, sendo o único Estado no país em que haverá uma divisão da polícia organizada para atender grupos vulneráveis.

Tendo acesso a essas informações, interessou-me entrevistar alguém que estivesse responsável pela modificação no DECA. Em contato com uma egressa do curso de Mestrado em Direito e Sociedade da Universidade La Salle, que é inspetora de polícia, foi possível agendar uma entrevista com a delegada responsável pelo departamento. Na data marcada, fui até o local, sendo recebida por outra delegada de polícia que também está acompanhando a transição entre os departamentos. A policial me levou até a sala da chefia, ofereceu café e começamos a conversar sobre sua atuação na instituição: ela revelou que já havia trabalhado com dados sobre violência contra a população LGBT no Estado no ano de 2014, quando atuou junto ao Observatório de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul.

Quando a policial começou a revelar dados que considerei relevantes para a pesquisa, questionei se poderia gravar a conversa, explicando os objetivos da pesquisa e a necessidade de consentimento no fornecimento de dados, convidando-a para participar da entrevista também.

Ela prontamente aceitou, colocando-se à disposição com as informações, mas pediu que ainda não se desse início à gravação, para respeitar o princípio de hierarquia de que a delegada chefe ainda não havia chegado.

Diante disso, os dados compartilhados por ela foram registrados no diário de campo 2. Para garantir a confidencialidade em relação às participantes da entrevista, foram adotadas as expressões “policia 01” para a que já havia confirmado a participação na entrevista, e “policia 02” para a que aceitou o convite na hora.

Durante a entrevista, as policiais informaram que a modificação no DECA está ocorrendo junto com outras novas políticas dentro da Polícia Civil. Entre elas, o desenvolvimento de um novo sistema de registros de ocorrências, pois, segundo a policia 01, o que é utilizado até então é muito antigo.

Na verdade não é só por essa questão, é todo um sistema que tá migrando, né? Porque é um sistema antigo que na questão até de informática não tem até como fazer alterações, né? Acaba ficando, na questão da informática as coisas vão se atualizando, muitas vezes não consegue atualizar um programa antigo, né? Então a criação de um novo programa e a gente tá, junto com a oportunidade desse novo programa de ocorrência, pra incluir várias coisas que durante os anos a gente vai vendo que não... que ficando retrógrado, né?

O novo departamento, além de incluir diferentes pautas para atendimento a grupos vulneráveis, vai contar com um setor de inteligência para mapear as ocorrências registradas. Um novo sistema de registros está sendo desenvolvido, em que, entre outras coisas, haverá campos específicos para preenchimento de orientação sexual e identidade de gênero na hora em que é lavrado o boletim de ocorrência.

A esse respeito o militante 6 manifesta-se sobre a falta de interesse na modificação das estruturas, apontando também o caráter decisionista das práticas empreendidas no momento do registro de ocorrências. Aponta, portanto, que o problema não é a falta de políticas de atendimento para grupos vulneráveis nem a dificuldade de implantar novos mecanismos de ação:

É aí que tá, eu acho que não dá trabalho mudar o sistema, dá trabalho mudar a vontade das pessoas mexer no sistema, né? Porque esses boletins, ninguém preenche boletim de ocorrência entre eles, eles dão *enter* e vão pulando, assim, nunca preenchem tudo, né?

Nesse ponto, cumpre destacar a importância da pesquisa realizada por Valquiria Cirolini Wendt (2018), que analisou inquéritos policiais de delitos cometidos contra pessoas LGBT na 2ª Delegacia de Polícia de Homicídios e de Proteção à Pessoa de Porto Alegre. A investigação apontou para a necessidade de ter dados oficiais - considerados aqueles coletados por órgãos oficiais - sobre estas violências de modo a possibilitar o mapeamento de suas ocorrências e a criação de políticas para a sua resolução.

O DECA se enquadra na divisão de departamentos especializados na estrutura da Polícia Civil, atendendo atualmente crianças e adolescentes vítimas de delitos e adolescentes em conflito com a lei penal. De diferente forma, as delegacias de atendimento à mulher e ao idoso estão vinculadas a outras divisões, que integram departamentos de polícia metropolitana e do interior, de modo descentralizado.

É que hoje o DECA atente só criança e adolescente vítima e adolescente infrator, né? E nós temos a delegacia da mulher e delegacia do idoso. Daí a delegacia da mulher e do idoso estão vinculados a outro departamento que é o departamento de polícia metropolitana que congrega as delegacias de bairro e essa grande de Porto Alegre. Primeira DP, Segunda DP daqui de Porto Alegre, Delegacia da Mulher e Delegacia do Idoso. E acaba elas ficando um pouco... diferentes dentro daquele grupo de delegacias normal, elas são especializadas, né? Então a ideia da chefia de polícia foi criar um departamento que congregasse essas delegacias especializadas, né?

A ideia da modificação, portanto, é que o departamento incorpore essas especializadas já existentes, bem como inclua o atendimento a outras questões que sejam relacionadas a grupos vulneráveis. Segundo as policiais entrevistadas, o objetivo da criação de um novo departamento é padronizar e qualificar o atendimento a esses grupos.

A iniciativa tem um enfoque organizacional também para possibilitar a abertura de delegacias especializadas em locais onde a demanda, quando dissociada, parece pequena para gerar um novo órgão. A policial 01 explicou:

Têm municípios que não tem a possibilidade de criar uma delegacia da mulher, não tem demanda pra criar uma delegacia da mulher e pode ser criado uma delegacia de grupos vulneráveis que vai atender criança e adolescente, mulher, LGBT, questões raciais, permite que se abram delegacias no interior do Estado com um atendimento global onde não seriam abertas porque são cidades pequenas, né? Então inicialmente é mais a questão de ampliar essa questão de padronização, acompanhamento dessas ocorrências, aproximação de Ongs, grupos, e depois a questão mais repressiva daí, né? Com a criação de delegacias. Se começa de uma forma mais de aproximação pra depois criar as delegacias e pra criar delegacias também precisa de policiais, policial capacitado, não dá pra abrir só pra abrir uma porta, né? Tem que abrir e ter espaço pra recursos e policiais, mas o departamento já vai auxiliar muito pra gente começar a falar sobre o assunto, né?

Na intenção de aproximar ONGs e demais entidades, as delegadas revelaram a possibilidade do departamento ser uma referência para esses grupos. Segundo a policial 02: “nós vamos estar fazendo parte de um processo de agrupamento, né? E aqui fica muito descentralizado, como está agora fica descentralizado”. Diante disso, a policial 01 completa: “É, se uma ONG quer um, hoje procura, quer que a gente dê uma atenção em um caso que tá lá no interior, eles vão procurar o chefe de polícia porque eles não têm outra referência. Aí futuramente pode se procurar outro departamento, né?”.

Para aproveitar a oportunidade, questionei sobre a percepção das policiais em relação a crimes voltados à população LGBT que tivessem sido atendidos no DECA. Foi relatado que os atendimentos são principalmente com adolescentes e que as ocorrências são registradas como

“outros crimes do ECA”, visto que não existe uma tipificação legal para o enquadramento no registro.

Policial 01: Tem, principalmente adolescentes, né? Mas, assim, como eu te falei, se hoje tu me perguntar a quantificação, é difícil porque eles não são notificados na ocorrência. A gente pode fazer pesquisas, até não tenho nenhuma ocorrência aqui [procurou por uma ocorrência no local da entrevista] é... ã... aqui ó! Outros crimes do ECA. Daqui a pouco as pessoas colocam “Outros Crimes” ou a pessoa não relata, foi agredida e não relata a motivação do que vai ser apurado somente durante o inquérito.

Policial 02: Às vezes a pessoa não deseja dizer a motivação.

Policial 01: É, às vezes fica envergonhado e não fala, e o policial não sabe fazer essa abordagem, né? E o que a gente pode fazer também é perguntas-chave pesquisando nesse histórico, isso a gente consegue fazer também.

Neste ponto, as policiais informaram que a não existência de uma tipificação legal dificulta o controle quantitativo dos crimes contra adolescentes LGBTs, porque em geral as pesquisas são realizadas de acordo com o crime apontado no boletim de ocorrência. As motivações podem ser esclarecidas durante o inquérito, mas isso não fica registrado.

Segundo as entrevistadas, neste ano o feminicídio foi incluído nas tipificações possíveis no sistema de registros, o que facilitou na busca por dados. Ao fazer uma analogia com as delegacias da mulher e do idoso, ambas as policiais disseram que muitas foram as mudanças depois da promulgação de legislação específica:

Policial 01: [...] Eu já trabalhei na delegacia antes da lei Maria da Penha, a delegacia da mulher depois da lei Maria da Penha é outra delegacia, tem um outro olhar, né? Então é bem importante. A delegacia do idoso que eu também trabalhei lá: depois do Estatuto do Idoso, ela teve um outro olhar.

Policial 01: E... daí então, eu me lembro que quando reinaugurei – que eu vim com a função e reinaugurar a delegacia do idoso, foi logo depois do estatuto. Então assim, sempre se dá uma atenção maior depois de ter uma legislação específica, né, um estatuto...

Policial 02: É, até inclusive no trabalho que eu vejo (inaudível), na finalização do trabalho eu fiz uma observação da possibilidade de se ter realmente uma tipificação do crime, né? Que caracterizasse os crimes de ódio específicos pra população LGBT e mais no fim a gente fala também a respeito de toda uma sistemática de acolhimento como a mulher tem, né? Que hoje não tem.

Ambas as policiais deixam claro que uma tipificação penal seria positiva para a catalogação de dados no sistema e também para o atendimento do grupo a quem a legislação se destina. Ao mesmo tempo, uma das informações compartilhadas pela policial 02 foi que no período em que trabalhou no Observatório de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, em 2014, para haver uma diferenciação dos demais registros, os casos em que havia a motivação de delitos cometidos por preconceito contra pessoas LGBT continham uma bandeirinha do movimento no canto.

Policial 01: Daqui a pouco “homofobia”, daí a pessoa faz pesquisa lá e poucas ocorrências falam em homofobia porque não existe, o ideal seria que existisse a

tipificação

penal.

Policial 02: Facilitaria e seria direto na tipificação. Eu falei pra ela que quem tem carteira de nome social, na época em que foi implantada, foi estabelecido um código de bandeirinha que apareceria quando o observatório fizesse pesquisa, né? Então o observatório faz a pesquisa e ele vê, por isso que eles conseguiram fazer aquele levantamento num universo dos que têm carteira de nome social.

É por isso que é possível perceber, pelos dados compartilhados, que uma tipificação penal facilitaria a catalogação de dados no sistema atual, mas que não é a única alternativa. Além de saber-se que o sistema é antigo, também é possível visualizar outras maneiras de organização de dados - que parecem mais trabalhosas, é claro.

Segundo os dados da mesma entrevista, para a implementação do novo departamento, tem-se em conta a forma como a população percebe a atuação da Polícia Civil. Em relação aos grupos LGBTs, uma das delegadas entrevistadas apontou que pode haver um certo estranhamento entre as pessoas que buscam acolhimento e o que encontram nas delegacias: para ela, a razão é a falta de conhecimento dos profissionais para um melhor atendimento:

E eu, o que que eu sinto? É mais o desconhecimento do policial que acaba muitas vezes, por aquele desconhecimento, até passando uma agressividade pra esconder o desconhecimento dele, né? Então a gente viu que a gente vai ter que trabalhar muito nos cursos de capacitação dos policiais, então o novo departamento vem muito pra essas questões de pensar o assunto, de motivar na questão de capacitação, acompanhamento de ocorrências...

O DPGV já é criado, portanto, com a expectativa de conter espaços de melhor receptividade por parte dos policiais civis. Para isso, será necessário investir em cursos de capacitação para quem for atuar nestes locais. Segundo a policial 02, está sendo elaborada a segunda edição do curso de capacitação do atendimento para grupos vulneráveis junto à ACADEPOL - a organização do curso é feita por ela mesma, que é responsável pela Divisão de Prevenção e Educação do DECA atualmente.

### **3.3.1. Formação para o atendimento no Departamento**

Para melhor compreender, coletei dados sobre a formação de policiais desde o ingresso na Polícia Civil gaúcha: quando da admissão, os profissionais passam por um curso de capacitação na ACADEPOL que conta com diversas matérias relacionadas à atuação jurídica - entre elas, uma temática de direitos humanos, que engloba o exame de legislação vinculada à “diversidade, idoso, mulher, criança”.

Essa capacitação inicial é obrigatória: todo servidor precisa passar por ela antes de começar a atuar na polícia. Os demais cursos são de aderência opcional de cada profissional.

Ou seja, se o policial não quiser, não precisa realizar nenhum curso de formação depois do ingresso na instituição.

O incentivo existente para a realização de cursos são as promoções:

Policial 01: É, daí nós temos as promoções, né? O policial entra primeira classe e sai comissário de polícia. O delegado primeira classe sai quarta classe, daí tem a promoção por antiguidade e promoção por reconhecimento e essa tu junta pontos: cursos, mestrado, doutorado, né? Então quem faz curso ganha certificado na academia de polícia e é pontuado depois pra análise da promoção.

O regramento existente diz respeito somente à valoração dos títulos adquiridos individualmente pelos profissionais. Segundo as entrevistadas, a cada ano os departamentos elaboram cursos a serem desenvolvidos na ACADEPOL, que são oferecidos abertamente aos policiais - por vezes há um direcionamento para públicos específicos, quando a temática é dirigida:

[...] por exemplo, a gente fez, agora tem uma lei nova de depoimento especial pra criança e adolescente. Então a gente fez um curso, a gente abriu vagas obrigatórias para as DPCAs – que são as delegacias da criança e do adolescente – e depois vagas pra listas públicas que qualquer policial se inscrever. Então a gente abre algumas vagas direcionadas e depois vagas pra listas públicas. Direciona o curso de acordo com o interesse do curso, né? Mas sempre abre também pra listas públicas pra todos os policiais participarem, né?

Dito de outro modo, não há na Polícia Civil gaúcha um plano organizativo de capacitação de pessoal tanto para os departamentos quanto para alocação de pessoal em delegacias. As maneiras de possibilitar formação diferenciada para os profissionais são incentivos promocionais individuais, nada que esteja incluído em um plano de gestão com exigências para a atuação em departamentos de atendimentos específicos.

A policial 01 interpõe que as pessoas que trabalham em setores especializados da polícia já têm um perfil diferenciado, acabam estudando mais sobre os assuntos, se interessando pelos temas das delegacias especializadas. Para ela, os cursos de capacitação são mais interessantes para quem não atua nesses espaços, como os profissionais de delegacias de bairro, por exemplo, “porque delegacia de bairro muda muito! Policial muda, um dia tem que tá aqui, outro dia tem que tá lá”, exemplificou inclusive que “no DECA tem gente que começou a vida de policial aqui e tá se aposentando. E isso não tem nas outras delegacias”.

As informações revelam que as chefias de departamento geralmente ficam encarregadas a pessoas que costumam estudar mais os temas daqueles setores, visto que quando atuam naquela área de forma qualificada ficam conhecidas e tidas como referência na polícia. O mesmo não ocorre, segundo as delegadas, nas delegacias de bairro, que têm muita rotatividade de pessoal e onde também não se dá tanta importância à formação dos profissionais.

Segundo as policiais entrevistadas, no departamento em implantação a ideia é que os encarregados pelos espaços sejam capacitados em atendimento a grupos vulneráveis, especialistas nas áreas de abordagem. A atual coordenadora do DECA explicou que o novo departamento vai contar com um diretor de divisão para cada assunto vinculado aos grupos vulneráveis, podendo “auxiliar mais porque a gente não consegue dar conta de tudo”.

Além disso, para oferecer um melhor atendimento, as entrevistadas revelam que seria importante orientações específicas. Para elas, isso se resolveria com cartilhas explicando que tipo de procedimento pode ser adotado e quais as melhores formas de tratar as pessoas:

Policia 01: O que a gente precisava fazer era uma cartilha, a ideia que a gente começou com as reuniões aqui também era fazer uma cartilha. Até a gente começou a fazer a questão das pessoas com deficiência, tem coisas básicas que a gente não sabe! Daí as vezes quer atravessar uma pessoa cega, tu sai tocando na pessoa sem falar pra pessoa que tu tá tocando nela, isso não pode, coisas que a gente não sabe! A própria nomenclatura, um tempo atrás não se podia falar em deficiente físico, né? Era portador de deficiências especiais, agora voltou a nomenclatura de deficiente físico. Então são coisas que a gente poderia colocar numa cartilha básica, questões básicas de né? Isso a gente tá tentando montar, vai ficar pro próximo ano com o novo departamento.

Fica claro, portanto, que existem algumas pessoas especialistas nas temáticas específicas, mas, mesmo assim, existem fatores básicos que ficam absolutamente em aberto sobre o tratamento com os grupos com os quais se pretende atuar. Considerando que houve apenas um curso de capacitação e que não existem as cartilhas, parece que o departamento está sendo implantado com equipe especialista limitada: são chefias que conhecem os temas - por vezes até em profundidade -, o que não ocorre com toda a base de profissionais que vai atuar nas delegacias e demais setores que estarão em contato direto com o público.

### **3.3.2. Prevenção no DECA e DENARC**

Além das características do departamento para atendimento de grupos vulneráveis em implantação, descobri também projetos vinculados à área de prevenção que são desenvolvidos pelo DECA e pelo Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC).

Os dados chamaram a atenção porque, historicamente, as políticas de segurança pública têm priorizado o controle e a punição como reação ao comportamento infracional. Encontrar projetos que contam com estrutura institucional para a prevenção criminal é notável e demonstra iniciativas diferenciadas na organização policial.

Enquanto conceito aplicado a políticas públicas, a prevenção surgiu no campo da saúde, na década de 1950. Diversos são os modelos possíveis de prevenção direcionadas à segurança

pública, podendo haver medidas anteriores ao cometimento de ilícitos e também posteriores. (SILVEIRA, 2014)

Políticas de segurança preventivas podem ser explicadas como medidas orientadas para a redução da incidência e da reincidência de crimes e violências e para a minimização de danos. São focadas na redução, neutralização ou eliminação dos fatores que criam e aumentam riscos de crimes e violências - fatores de riscos -, bem como no fortalecimento dos fatores que diminuem esses riscos - fatores de proteção. (MESQUITA NETO, 2006)

Para essa perspectiva, existem três níveis de prevenção. O primeiro, prevenção primária, tem por objetivo evitar o crime e a violência antes de sua ocorrência com medidas dirigidas à população como um todo. São ações de intervenção no ambiente físico e social, abordando fatores que podem provocar o cometimento de delitos (SILVEIRA, 2014)

Paulo de Mesquita Neto (2006) explica que, em geral, a prevenção primária está associada a políticas de redução da desigualdade econômica, de promoção da educação e saúde, do esporte lazer e cultura, entre outras. São ações que se caracterizam pela anterioridade ao crime e à violência e à ausência de punição ou ameaça de punição e não aos resultados ou consequências da medida.

Diferentemente, a prevenção secundária é aquela dirigida a grupos identificados como potenciais agressores ou vítimas, considerando-se fatores de vulnerabilidade: pela idade, local de moradia, estilo de vida, condições socioeconômicas. O terceiro nível conta com ações de prevenção terciária, como reabilitação e reintegração das vítimas e agressores, compensação, reparação e suporte tanto a vítimas e famílias - abordagens com cuidados de longo prazo. (SILVEIRA, 2014)

Essas concepções conceituais foram expostas para melhor analisar as informações que virão a seguir, de projetos voltados à prevenção criminal desenvolvidos pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul. São ações que tomei conhecimento no decorrer da pesquisa e que, pela pertinência e relação temática com a investigação, também considerei importante compreender a maneira como as políticas ocorrem na instituição.

No DENARC, a divisão de prevenção foi criada junto com o departamento, em função de exigência legal<sup>45</sup> - setor onde a delegada 02 da entrevista 9, anexo I, trabalhou durante quatro

---

<sup>45</sup> A própria redação da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006 prescreve que “Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências”. A legislação, em diversos momentos, faz menção à importância de haver política criminal de prevenção ao uso de drogas, não somente de repressão: mais precisamente, a palavra “prevenção” pode ser encontrada 23 vezes do texto legal. Assim sendo, é possível compreender a razão de haver uma divisão de prevenção desde a criação do DENARC.

anos. No DECA, é considerado um serviço porque está hierarquicamente abaixo de uma divisão, e no DENARC é uma divisão porque está incorporado à estrutura do departamento.

O serviço de prevenção e aqui nós temos uma divisão como se fosse um órgão criado, né, que é a divisão de prevenção e educação. Como se fosse não, é um órgão criado e o serviço não, o serviço do DECA não é um órgão, é um serviço, ele é como se fosse uma parte de um órgão, percebe? E aqui não, aqui nós temos a criação de um órgão. Então tem um código de órgão, tem lotação de servidores, nesse serviço tu também tem, mas a diferença é que na estrutura ele não é considerado um órgão, ele é considerado mais um serviço, mas faz a mesma coisa, mas em regra faz a mesma coisa de educação. (Anexo K, Entrevista 11)

O trecho acima colacionado é de entrevista realizada com a policial responsável pela Divisão de Prevenção e Educação do DENARC, que explicou o processo de desconcentração administrativa dos órgãos da Polícia Civil do RS. Nota-se que a profissional deixa claro que mesmo que a estrutura da instituição seja distinta nos dois departamentos, o trabalho realizado (em relação à prevenção e educação) é o mesmo.

Ainda sobre a estrutura, a policial civil responsável pela divisão de prevenção do DENARC explicou:

E aqui também tem DEIC, onde o DEIC dentro da DAE – que é a divisão de assessoramento especial -, eles também têm um serviço de prevenção, de prevenção. Que que acontece? Por que que eu explico isso? Vamo lá. Todos os três departamentos aqui – DECA, DENARC, DEIC – trabalham com, além de outros programas, trabalham juntos com um programa chamado Papo de Resposta, tá? [...] Não é uma divisão, não é um órgão. Como órgão só tem no DENARC, DECA e o DEIC, mas aqui são serviços e aqui é uma divisão, a única que é divisão é aqui [...].

Na oportunidade, enquanto falava ela elaborava um desenho explicativo do organograma da instituição gaúcha, em que DECA, DENARC e o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) fazem parte dos órgãos de execução especializada. A explicação segue a seguinte estrutura:



Fonte: site da Polícia Civil do Rio Grande do Sul (organograma)<sup>46</sup>

O principal projeto em desenvolvimento pelos departamentos é o Papo de Resposta, que foi criado no ano de 2016 pela chefia de polícia da atual gestão, sob coordenação do delegado Emerson Wendt. O programa é articulado pelos serviços de educação e prevenção do DECA e pela divisão de prevenção do DENARC.

O programa foi desenvolvido a partir de uma iniciativa que já estava em curso no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, sendo o primeiro o pioneiro. Os primeiros departamentos a conhecer e executar o projeto foram o DECA e DENARC:

E quem tava aqui era o delegado Sávio, então o delegado [REDACTED] e a delegada [REDACTED] foram ao RJ conhecer o programa Papo de Resposta porque eles fizeram, ã, existe uma associação chamada CONCPC – que é o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia. Nesse conselho, o delegado geral do RJ apresentou o programa Papo de Resposta como um programa que estaria dando resultados, enfim, que eles já tinham implementado desde 2014. Então o chefe de polícia que como já era uma iniciativa que tava dando certo, né? Ele entendeu que queria adotar o programa aqui, e o ES já tinha feito isso antes de nós. Então ele trouxe o programa pra cá, consequentemente trouxe o criador, que é o [REDACTED] [...]. E aí se resolveu implementar a partir dessa visita, isso final de 2016.

Os profissionais mencionados, à época, coordenavam o DENARC e o DECA, respectivamente. Foram os responsáveis por viajar ao Rio de Janeiro, conhecer o programa Papo de Resposta e depois implementá-lo na estrutura da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Segundo a entrevistada do DENARC, esses delegados e mais uma equipe “tiveram a capacitação lá a partir da visita técnica lá no RJ”.

Em uma característica comum com o início do desenvolvimento do Programa Mediar, o Papo de Resposta também começou a ser desenvolvido depois de uma visita ao local onde o projeto já vinha ocorrendo, o que demonstra uma preocupação da instituição em conhecer o projeto que pretende implementar. Também da mesma maneira, a instituição do projeto se deu sem um curso de capacitação vinculado à ACADEPOL, contando apenas com a expertise dos profissionais que foram até o local e com a perícia pessoal de cada um.

O primeiro curso de capacitação voltado para o Papo de Resposta foi meses depois da implementação do programa. Os primeiros passos do projeto foram em outubro de 2016, enquanto

[...] o primeiro curso de multiplicadores ou foi maio ou foi junho de 2017. A gente já tinha um tempo de implementação já, só que as pessoas começaram aderir o projeto da polícia, os servidores policiais nos começaram a demandar – tanto a academia quanto a, a delegada [REDACTED] e o delegado [REDACTED] pra que se fizesse um curso de multiplicadores.

<sup>46</sup> Disponível em: < <https://www.pc.rs.gov.br/organograma>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

<sup>47</sup> Toda vez que a identidade de alguma pessoa foi mencionada tachei o nome, de maneira a preservar a identificação das pessoas envolvidas na pesquisa.

O primeiro curso de formação foi realizado diante da demanda de servidores para que outros colegas da polícia pudessem também executar o programa em suas regiões. A delegada responsável pela divisão de prevenção do DENARC informou que a coordenação de multiplicadores do programa é feita por ela e pela delegada coordenadora do DECA, explicando que “(...) nós preparamos o curso de multiplicadores, nós implementamos e executamos junto com a academia de polícia o curso de multiplicadores. Nós fazemos a supervisão deles também. Então tudo funciona a partir desse trabalho central”.

Multiplicadores são os profissionais que realizam os cursos de capacitação oferecidos pela ACADEPOL para implantar o Papo de Resposta, considerando-se que já foram realizados 2 ou 3 cursos e que existem 60 multiplicadores em todo o Estado. Multiplicadores foi uma categoria criada pelo programa gaúcho, pois o do Rio de Janeiro funciona de maneira diferente.

No RJ como é que ele funciona? Eles fizeram uma central de distribuição, como se fosse isso, tá? Uma central onde eles fazem a organização das palestras e fazem a divisão vinculada à chefia de polícia, como uma forma de tu conseguir em termos de treinamento pra essas pessoas, pra que elas estejam sempre atualizadas com as novas situações que aparecem, com a forma de abordagem, enfim, é mais fácil tu concentrar e ter esses multiplicadores sabendo o que eles estão fazendo, né? Tipo de abordagem que eles tão tratando, enfim, como é que tá funcionando. [...] Nós criamos, então, dentro dessa estrutura das três, dos três departamentos especializados como se fosse essa central da chefia de polícia do RJ, só que aqui a gente subdividiu em razão das áreas temáticas porque no RS nós temos uma questão a mais. Nós trabalhamos com o Papo de Resposta com as especializadas do DEIC, então eles falam aqui sobre meio ambiente, eles trabalham a questão dos crimes cibernéticos, eles trabalham outras questões que, por exemplo, no RJ não trabalham de forma específica. Então a gente dividiu pelas áreas temáticas.

Dessa maneira, o Papo de Resposta, enquanto programa e estrutura, está vinculado apenas aos departamentos ligados aos órgãos de execução especializada da Polícia Civil gaúcha. Para atender também departamentos ligados aos órgãos de execução regionalizada, seja metrópole ou interior, são capacitados profissionais “multiplicadores” do projeto.

Que que nós fizemos a partir do Papo de Resposta? A gente criou multiplicadores do Papo de Resposta e esses multiplicadores, eles tão atuando no DPI [Departamento de Polícia do Interior] e na DPM [Departamento de Polícia Metropolitana]. Então se tu fores em Alegrete hoje, tu vai ter um, um... dois, três! Três servidores que tem treinamento pra trabalhar com programa de prevenção no Papo de Resposta.

Ou seja, o programa conta com uma estrutura na capital gaúcha, que é da coordenação do DECA, DENARC e DEIC, mas também é executado fora da região metropolitana por outros profissionais. A ideia é que os multiplicadores realizem todos o mesmo trabalho, visto que têm a mesma capacitação junto à ACADEPOL.

No que tange ao DECA, a atividade de educação e prevenção interessa porque o departamento está passando pela transição para atender os chamados grupos vulneráveis. Dessa maneira, o trabalho que hoje é mais voltado para adolescentes e crianças também deverá ser

moldado para a prevenção de violência de cunho religioso, contra idosos, mulheres, pessoas LGBT, negros e negras, que representam o público que o DPGV vai atender.

Para trabalhar com o programa Papo de Resposta com coordenação de diferentes departamentos, a responsável do DENARC explicou a estratégia:

Na verdade, ã, nós temos uma agenda unificada, a gente resolveu unificar essa agenda até pra que a gente soubesse onde um vai tá em cada dia, não sei se os guris comentaram isso, mas nós temos essa agenda unificada que é uma agenda que fica via Google, ferramentas do Google também. E ali a gente vai preenchendo e colocando as datas onde nós temos, onde os outros têm. Nós fazemos algumas ações em conjunto, né? Como, por exemplo, a gente vai trabalhar agora no Anchieta no dia 29, também DENARC e DECA vão estar lá o dia todo, mas já teve ações conjuntas em vários outros lugares, várias outras escolas. E normalmente nós, nós, ã, fazemos reuniões periódicas pra gente ir conversando.

A agenda online serve para organizar os locais onde são desenvolvidas ações, enquanto as reuniões cuidam de aspectos de planejamento coletivo. É possível apreender que os assuntos tratados nas ações do programa não são somente vinculados às temáticas de cada departamento: drogas e menores em conflitos com a lei penal.

[...] às vezes a escola nos chama pra falar de drogas porque a direção entende que seja interessante falar de drogas ou a direção entende que a grande questão a ser resolvida dentro da escola é a questão das drogas, e aí a gente chega lá e os adolescentes querem falar de outras coisas ou a demanda que eles têm de escuta são outras. Vou te dar um exemplo, nós fomos em uma escola, não vou especificar por causa do sigilo, mas nós fomos em uma escola em que nós fomos chamados pra trabalhar a questão das drogas. E nós chegamos lá e a questão toda envolvia a questão disciplinar, eminentemente a questão disciplinar. Aí os professores começaram, os alunos começaram a falar e conversar sobre isso, e eu disse “Gente, vocês tão falando sobre a questão disciplinar”, e aí os professores “É, é isso, jogam bolinha de papel”, não sei o que, era absolutamente isso, questão comportamental, e absolutamente a questão de falta de diálogo. Ou seja, eles não tavam conseguindo conversar e se entender até chegar em algum ponto. E aí nós começamos a fazer um trabalho com eles, depois fomos lá, fizemos doações de livros porque a biblioteca deles tava fechada, e aí, enfim, né? As coisas melhoraram, tiveram resultados positivos. Então essas questões, às vezes tu vai com um objetivo, mas a demanda que chega lá não é a mesma.

O programa Papo de Resposta, portanto, suscita o debate de questões que nem sempre foram preparadas quando a ação da polícia foi pensada. Perceber que o programa pode ter uma amplitude muito maior do que pretende, enquanto projeto de prevenção ao uso e tráfico de drogas, tem pelo menos dois reflexos importantes: a) um no que diz respeito ao acesso a questões sociais delicadas dentro das escolas e na formação dos próprios adolescentes; e b) outro relacionado à responsabilidade atribuída à instituição policial, por demonstrar que os agentes que estão desenvolvendo o programa precisam ter preparo para lidar com todas essas demandas.

Constatar que surgem outras demandas durante as ações do programa também apontou para uma reflexão da própria coordenadora de ação no DENARC:

Pois é, isso é um dos pontos que – eu assumi aqui em outubro de 2017 quando eu vim pra cá, e uma das questões que nos mobilizava, na verdade, né? Talvez a mim

mobilizava um pouco mais, era a questão da gente trabalhar só com o *blá* como eu digo, né? Só com a palestra ou, enfim, só com uma palestra informativa ou um pouco mais quadrado, digamos assim, que fosse mais... não que ela não funcione ou que não seja uma ação importante, né? Toda ação que leva informação, ela é importante, mas a dúvida que nós tínhamos e aquilo que a gente começou a repensar – até pensando com os jovens – se referia até quanto, né, isso tava sendo absorvido ou não. E aí nós começamos a trabalhar com outras formas de intervenção e isso também foi muito trabalhado no curso que nós tivemos no início do ano que o [REDACTED] esteve aqui. E... e eu conversei muito com ele, eu disse “Olha, eu acho que a gente tem que mudar a forma de abordagem, a gente tem que rever isso” tal e tal, e a gente começou a mudar isso, a gente começou a mudar um pouco a cara do tipo de abordagem com os jovens, de realmente transformar em uma prática mais dialógica onde eles conseguem falar, onde eles se sentem a vontade, onde eles – e isso foi uma transformação pra nós. Pra nós eu digo porque quem trabalha com prevenção se apaixona, né? (riso breve) Mas foi, foi porque a gente começou a perceber que chegava lá, tu começava a falar dos slides e quando vê tu não avaliava outros bilhões de coisas e que eles tinham curiosidade e coisas que eram da rotina e da vida, das vivências deles e que eram importantes pra eles. Naquele momento eles queriam falar sobre isso e ponto. E nós começamos a acompanhar isso, né? E aí nós fizemos algumas reuniões de supervisão nesse sentido – aqui to falando da minha esfera agora, da minha divisão – e aí nós começamos a trabalhar com outras metodologias, outras formas de pensar. E a partir disso a gente começou a buscar outras formações, né?

Considerando esses pontos, interessou-me também saber quais atividades são executadas durante as ações do projeto. Como mencionado pela policial entrevistada, a principal atividade são as palestras, mas outras também começaram a ser desenvolvidas:

Várias, ã, a gente começou a trabalhar com, a gente já trabalhou com desenhos, a gente já trabalhou com oficinas onde a gente faz com que eles consigam refletir sobre a questão de sentimentos, sobre o que que eles tão pensando, trabalhando principalmente a questão da escuta, né? Ou seja, fazendo com que eles falem, né? Deixando eles falarem o que quiserem, se não quiserem falar também que silenciem, enfim, mas que a gente tenha esse retorno mais dentro da realid – mais contextual, sabe? Um pouco mais focado.

Tornou-se parte do método de abordagem, portanto, não só levar uma informação pronta para ser ouvida e (nem sempre) captada, mas também ouvir as demandas dos locais onde o programa chega. Outra vez resta evidente a importância de uma preparação para atuar nesse tipo de ação, para levar referências sobre os assuntos e proporcionar um acolhimento adequado pelos profissionais da polícia.

Além disso, as palestras e atividades de cunho de educação e preventivo também são levadas a outros locais, o que demonstra que o programa da Polícia Civil é reconhecido fora da instituição:

Mas assim, ã, nós não trabalhamos só com escolas, nós atendemos empresas também. Esse ano foi um ano super atípico porque a gente começou a atender outros públicos que começaram a nos demandar e a gente começou a se dar conta que também eram públicos importantes. Eram públicos que daqui a pouco poderia ter um efeito reflexo lá nos adolescentes e por isso a gente começou a atender. Então o nosso público alvo regra são as escolas, até porque a formatação fica mais fácil de fazer o atendimento, de conseguir concentrar o número de pessoas razoável pra ti fazer uma intervenção e ao mesmo tempo tu fazer um trabalho que vá adiante, né? Que tenha um resultado junto com os professores. Então duas coisas a gente começou, dois públicos a gente começou a atender. As empresas nos procuraram, as empresas inclusive de restaurantes que tinham problema de ausência de trabalho em razão das drogas. As

empresas nos relatavam isso e nós íamos lá conversar especialmente naquelas Semanas de Prevenção aos Acidentes de Trabalho. Então eles faziam aquela semana e aí nos convidavam pra fazer o trabalho com eles. A gente tem uma parceria com o projeto PESCAR que a gente atende todo ano, então eles são fiéis, eles são maravilhosos, uma conversa sempre muito boa. A gente tem uma parceria – esse ano nós atendemos grupos de escoteiros. Nós também não atendíamos, não tínhamos a demanda e ela surgiu e a gente começou a atender. Á... os abrigos esse ano foi uma aspas público novo que nós começamos a atender por uma demanda do próprio MP, nós acabamos conversando com eles até pra ver a melhor forma de abordagem, o melhor momento que eles têm um turno inverso também, então eles tem uma rotina bem regrada em razão de estarem no abrigamento.

Ficou claro que o programa tem uma vasta atuação, tanto no que se propõe quanto para além do campo previsto. Os departamentos fazem com que o projeto de educação e prevenção chegue em inúmeros locais, levando informações referentes, principalmente, a menores em conflito com a lei penal, vítimas de violências e prevenção ao uso de drogas ilícitas - e, com o departamento em implementação, também sobre outras questões tocantes a grupos vulneráveis.

Uma das características que mais chamou a atenção foi que esse trabalho de educação e prevenção desenvolvido junto à sociedade está ligado somente a setores isolados da Polícia Civil. O organograma da instituição não conta com um departamento de educação e prevenção que seja direcionado aos temas que circundam a atuação da polícia de modo geral e não somente assuntos específicos.

A policial responsável pelo setor no DENARC comentou sobre isso da seguinte maneira:

Pois é, que que eu penso sobre isso... tem dois olhares, assim, que a gente pode fazer, como eu disse, a ideia de subdividir as matérias é importante porque a gente tem, digamos, departamentos especializados trabalhando de temas especializados – como, por exemplo, o DEIC, né? Talvez os meus servidores não teriam condições de trabalhar com o DEIC com relação ao meio ambiente, com relação a crimes cibernéticos, em relação a questões mais especializadas porque eles vivem no dia-a-dia que nós não vivemos, né? O que que eu penso? Eu [REDACTED] – agora tira o delegada da frente (risada breve), tá? Mas que que eu penso? Eu acredito que se nós tivéssemos uma centralização dentro do programa, isso seria melhor, uma vinculação à própria chefia de polícia como forma também de tornar isso institucional, tá? Isso é o meu pensamento, sempre pensei isso. Acho que sim, acho que nós teríamos que ter uma gestão mais direcionada pra que a gente tivesse, pra que as nossas ações fossem mais coordenadas, percebe? Tu ter ações preventivas e tu ter vários multiplicadores trabalhando ao mesmo tempo fazendo boas ações, mas ações que daqui a pouco não sejam coordenadas, isso... né? Isso pode gerar um prejuízo. Minha opinião pessoal, ponto. Mas, por outro lado, a estratégia é interessante por subdividir a questão das abordagens, né? Então... tem dois lados, talvez seja isso que a polícia tenha pensado com esse tipo de estratégia.

Em sua opinião, é uma escolha da polícia tratar o projeto Papo de Resposta somente com vinculação a alguns departamentos, fazendo capacitação de *multiplicadores* para as ações. Não deixa de reconhecer que centralizar o programa, vinculando-o à chefia de polícia, por exemplo, tornaria o trabalho mais direcionado, ações mais coordenadas, conforme suas próprias palavras.

A policial também aponta para um outro fator que pode ser considerado nesta estrutura:

Por que que eu te digo isso? Por que eu penso assim: também não me resolve criar o órgão, criar a estrutura orgânica, né, estatal se eu não tiver recursos humanos suficientes. Então percebe que a gente trabalha com a escassez, né? Então tu começa a pensar: bom, então vamos criar vários órgãos de prevenção – um dentro do DPI, um dentro do DPN –, vamos criar vários órgãos de prevenção... e será que esses órgãos vão ter servidores, né, pessoas suficientes pra trabalhar isso. Essa primeira questão, assim, que eu me questiono, né? Pensando numa ideia de planejamento estratégico. E depois também tem a questão do perfil, assim, não vou usar o perfil, mas também tem a questão do... não no sentido de saber trabalhar com isso, mas talvez sim, talvez até a questão do conhecimento, talvez seja um pouco isso.

Neste ponto, além de apontar que este tipo de trabalho não é feito por qualquer profissional na instituição, a delegada também trata da quantidade de pessoal disponível na polícia. A divisão de prevenção do DENARC, por exemplo, conta com uma equipe composta por três pessoas - três pessoas que, nesse departamento, desenvolvem todo o trabalho já descrito anteriormente.

As práticas desenvolvidas pela Polícia Civil gaúcha se destacam no cenário brasileiro: a) considerando que o Programa Mediar, por exemplo, existe em poucos estados da federação, enquanto projeto para desenvolver formas de mediação de conflitos dentro da própria polícia; e b) percebendo o surgimento do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis, que é uma divisão institucional totalmente inovadora, não se tendo notícias de que exista um atendimento dessa natureza em qualquer outro lugar do país. Ambas as práticas podem estar inseridas num conjunto de iniciativas não necessariamente majoritárias na estrutura policial, mas que possibilitam a apresentação de importantes resultados para o acolhimento da população LGBT e outros grupos - ou, no mínimo, revelam uma postura e discurso diferentes do tradicional repressivo e excludente.

## 4 GESTÃO DE CONFLITOS: O BINÔMIO PODER JUDICIÁRIO E POLÍCIA

O desenho epistemológico deste capítulo apresenta a construção que permite o exame das formas de gestão de conflitos no país, que recaem majoritariamente no Poder Judiciário, ao passo em que se adota a análise de Boaventura de Sousa Santos sobre os temas estruturais da sociologia dos tribunais. O fio que conduz os próximos tópicos contextualiza o cenário que permitirá o diálogo entre formas de resolução de conflitos e cultura policial.

É por isso que o presente espaço é destinado à exposição da revisão bibliográfica que marcou as ciências sociais no final do século vinte até o presente momento, de modo a compreender de que maneira têm operado as instituições de segurança pública no país. Posteriormente, é feita uma revisão acerca das raízes autoritárias das práticas policiais a partir de concepções baseadas essencialmente na sociologia da violência, para estabelecer alguns traços que marcam a agenda de debates nessa área.

Realizou-se, ainda, um apanhado teórico das perspectivas e das elaborações do que constitui o campo da segurança pública. A análise desse conjunto de ideias tem por objetivo demonstrar que o “primeiro foro” de acolhimento de demandas de natureza penal é integrante do Poder Executivo, isto é, a polícia. Nesse aspecto, emerge importante dicotomia: são as polícias agentes de resolução de conflitos?

### 4.1 ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS: O JUDICIÁRIO COMO INSTITUIÇÃO POR EXCELENCIA

O local por excelência onde se resolvem os litígios, onde se desenvolve o processo, para onde a Constituição guarda o olhar sobre o devido processo legal, é o Judiciário. Na sociedade contemporânea, no espaço do Direito e por meio da administração da justiça se exerce um importante papel, que pode ser um fator de democratização da vida coletiva, ou, dependendo das orientações, pode se revelar em inclinações de autoritarismo antidemocrático (SANTOS, 2015).

Na concepção de Boaventura de Sousa Santos (2015, p. 11), somos “herdeiros das promessas da modernidade”, na preocupação de consolidar um Estado Democrático de Direito, mas inseridos em contextos “fascizantes em que os índices de desenvolvimento são acompanhados por indicadores gritantes de desigualdade, exclusão social e degradação ecológica”. Perceber que as soluções que até aqui foram apresentadas para o sistema fracassaram ou foram enfraquecidas implicaria, de um lado, se reconciliar com a sociedade em

que se vive e celebrar que ela existe meramente como existe, ou, de outro, tomar a frente para uma crítica radical que exige repensar as concepções dominantes no Direito, “transgredindo as fronteiras sociais, culturais, políticas, epistemológicas e teóricas de forma a cumprir o potencial emancipatório das promessas da modernidade”.

Neste trabalho, que se propõe a expor a realidade localizada no qual foi possível investigar, adotar perspectivas que confirmam que seguimos privilegiando o olhar eurocêntrico inclusive sobre o contexto brasileiro é um marco que precisa ser destacado. Admitir o uso de tais marcos teóricos se faz necessário na medida em que são análises importantes para o fenômeno que precisa ser urgentemente compreendido: do paradoxo entre promessas de emancipação e regulação social por meio do Direito, o que Boaventura aponta como duas faces da mesma moeda. Não reconhecer os esforços empreendidos para essa construção epistemológica implicaria em prejuízo para o desenvolvimento do trabalho.

Nessa perspectiva, é possível apontar três grandes grupos temáticos entre os temas da sociologia dos tribunais. São eles: i) o acesso à justiça; ii) a administração da justiça; e iii) a litigiosidade social e os mecanismos de resolução existentes na sociedade. (SANTOS, 2013)

O tema do acesso à justiça é aquele que estabelece relações entre o processo civil e a justiça social, na lacuna existente entre igualdade jurídico-formal e desigualdade sócio-econômica. Esta problemática dicotomia não é nova, visto que os distantes anos 1950, do século passado, já contavam com tensionamentos entre a oferta e a procura da justiça, ou denúncias sobre as tentativas de minimizar o atendimento pelo Estado, sempre na busca, real ou potencial, da concretização da ideia de justiça. (SANTOS, 2013)

Importa ainda frisar que foi no pós-guerra que o tema tomou maior proporção, a partir do momento em que novos direitos constitucionais foram consagrados e que o direito ao acesso efetivo à justiça tornou-se “um direito charneira, um direito cuja denegação acarretaria a de todos os demais”. É a partir dessa construção que é possível apontar que a organização da justiça civil e principalmente a tramitação processual não podem ser reduzidas a dimensões meramente técnicas, devendo-se afastar a ideia comumente atribuída à teoria processualista de que o rito é socialmente neutro, cumprindo importante papel desvelar as funções sociais desempenhadas pelo processo. (SANTOS, 2013, p. 172)

O segundo tema da sociologia judiciária é a administração da justiça enquanto instituição política e profissional. A compreensão de que os tribunais guardam espaço de gestão de justiça enquanto instituição política se deve ao fato de que a Ciência Política percebe nos tribunais um subsistema do sistema político global, em que veiculam estímulos, tensões,

pressões sociais e políticas e, por meio dos mecanismos procedimentais das cortes, as respostas são produzidas por meio das decisões. (SANTOS, 2013)

Aqui surge a imagem do juiz no centro do campo analítico, visto que suas decisões passam a ser objeto de análise para compreender motivações e variáveis nelas constantes que pudessem influenciar na aplicabilidade. De outro lado, essa ponderação importa numa consequência óbvia, que é a de “desmentir por completo a ideia convencional da administração da justiça como uma função neutra protagonizada por um juiz apostado apenas em fazer justiça acima e equidistante dos interesses das partes” (SANTOS, 2013, p. 177)

Neste ponto, é importante destacar a divisão que tradicionalmente se faz no processo penal brasileiro para a existência de um suposto sistema misto de estrutura, que compreenderia o acusatório e o inquisitório - mesmo que a leitura sobre o acesso à justiça tenha maior relação com o rito cível, é impossível não associar a falsa ideia de um rito neutro ao processo penal brasileiro. O sistema acusatório remete para a distinção das atividades de acusar e julgar, iniciativa probatória entre as partes, compreensão de um juiz imparcial, tratamento igualitário entre as partes (entre outras), mas principalmente a possibilidade de contraditório e resistência por meio da defesa. (LOPES JR., 2013)

O sistema inquisitório, de outra parte, remete a um modelo histórico que vigorou como rito jurídico persecutório durante parte da idade média, fruto de uma estratégia que compreendia que os litígios não deveriam ser incumbência das partes. Foi um sistema que marcou a ruptura definitiva entre o processo civil e o penal e que, ao longo do tempo, passou por diversas modificações, entre elas a incorporação do processo judicial - na forma pura, as formalidades eram orais. (LOPES JR., 2013)

Na adoção da norma processual penal por um sistema misto, a figura do juiz-inquisidor, que dirige o processo, investiga, acusa e julga - como frente a um fato típico, por exemplo, que sem necessidade de prévia provocação o julgador invoca de ofício material probatório que servirá para constituir seu próprio convencimento -, é determinante para concluir que o rito processual não é socialmente neutro. Esse é um dos fatores que circunscreve um modelo (misto) em que a acusação segue de monopólio estatal, mas por meio de um terceiro distinto do juiz: o Ministério Público. Aury Lopes Júnior (2013) indica que a falsa ideia de sistema misto mascara um modelo (neo)inquisitório, na medida que os procedimentos não afastam a gestão do juiz da prova e da própria condução do processo.

Dialogando com isso é possível inclusive problematizar a gama de entendimentos que aponta a jurisprudência como fonte mais geral e extensa para as necessidades sociais ou até como centro de gravitação do Direito. A partir dessas concepções, ainda outras são

consequência para criticá-las, indicando que as decisões podem se tornar dogmas estagnados, que raras são as vezes em que alguém ousa divergir de um julgado, o que gera comodidade entre as partes e pode acarretar em distorções de paradigmas jurídicos e obstáculos para a consolidação de um Direito mais amplo e humanamente mais comprometido. (CARVALHO, 2015)

Essas concepções podem terminar por alterar a lógica jurídica, fazendo da lei o pensamento dos juízes. Amilton Bueno de Carvalho (2015) alerta que essa possibilidade poderia simplesmente operar no sentido de inverter a estrutura de ter as leis como dogmas para compreender as decisões judiciais como paradigmas a seguir, mas que o reducionismo poderia recair no mesmo: a inibição da criatividade do operador jurídico.

Admitir a existência dessa possibilidade indica justamente que as decisões judiciais são fortemente marcadas e que sua repercussão no campo social é indiscutível. Tanto com leis ortodoxas que não dialogam com a realidade, quanto por meio de uma jurisprudência cartesiana que a partir da constante repetição em torno de si mesma, o que se tem como consequência é uma sociedade que conta com um sistema de justiça que não opera para desafiar-se a encontrar melhores soluções para os conflitos, explorar a complexidade dos fenômenos nos quais os litígios estão envolvidos, mas opera guiado por metas e mecanismos de promoção e hierarquias próprios da estrutura do judiciário.

Pensando a ideia de potencial democratizador da vida coletiva de Boaventura de Sousa Santos, Amilton Bueno de Carvalho também propõe que o juiz deve ser um agente de promoção da democracia na sociedade. Para ele, há certos requisitos que devem ser cumpridos para que este potencial possa ser alcançado, na condição de um juiz-cidadão igual, presente e humano: entre eles, buscar se reconhecer enquanto um agente historicamente localizado, “apto à transformação e com ciência de sua própria individualidade, até dos mecanismos de seu inconsciente (cada vez mais parece-me indispensável tratamento psicoterapêutico).” (CARVALHO, 2015, p. 4) O desembargador aposentado aponta, ainda, que

Finalmente, além de conhecer a si próprio, a situação em litígio e o todo social, deve, a partir daí, decidir com um pé na utopia. Sentenciar com a perspectiva do amanhã, com a possibilidade transformadora na diretiva da utópica vida com dignidade para todos. E propor o ainda não, mas que pode vir a ser. Decidir com os olhos no futuro e não no passado, como se as coisas não se alterassem. É fazer parte ativa na construção de novo modelo social. (CARVALHO, 2015, p. 6)

Do todo, a postura que quer apontar novos caminhos para a magistratura indica o papel central que o juiz exerce no processo e, além disso, que o processo detém enquanto ambiente de composição de conflitos na sociedade. O adensamento das construções teóricas em torno desse tema só comprova que, na existência de um poder estatal que garante a determinados

indivíduos a possibilidade de julgar vidas alheias, é preciso tratar com seriedade as limitações destes espaços.

É possível apontar que a formação da magistratura é tema relevante, por exemplo, como alerta Boaventura (2013, p. 179) para a “necessidade urgente de os[eles, os magistrados] dotar de conhecimentos culturais, sociológicos e econômicos que os esclareçam sobre as suas próprias opções pessoais e sobre o significado político do corpo profissional a que pertencem”. Mas somente isso não basta.

O terceiro e último ponto dos temas da administração da justiça são os chamados “conflitos sociais e os mecanismos de sua resolução”. Os estudos nesta área iniciaram a partir da Antropologia e da Etnologia Social, que foram capazes de desvelar diferentes formas de fazer o Direito em relação às sociedades ditas civilizadas. Para melhor explicar:

Deram a conhecer formas de direito e padrões de vida jurídica totalmente diferentes dos existentes nas sociedades ditas civilizadas; direitos com baixo grau de abstração, discerníveis apenas na solução concreta de litígios particulares; direitos com pouca ou nula especialização em relação às restantes actividades sociais; mecanismos de resolução de litígios caracterizados pela informalidade, rapidez, participação activa da comunidade, conciliação ou mediação entre as partes através de um discurso jurídico retórico, persuasivo, assente na língua ordinária. (SANTOS, 2013, p. 179-180)

A existência dessas formas de fazer justiça demonstra que o Estado contemporâneo não tem o monopólio da produção e distribuição do direito, mesmo que seja o meio estatal o modo de juridicidade dominante. Boaventura (2013) aponta que essa juridicidade dominante coexiste na sociedade com outros modelos, com outros direitos que se articulam de diferentes formas e as interações entre essas diferentes maneiras de fazer o direito constituem o que o autor chama de formação jurídica.

Seguir essa construção teórica permite pensar que é o Estado quem detém a força majoritária de dizer o direito, que é a ele que na maioria das vezes se recorre. Mesmo que também seja possível encontrar sociedades que se constituem a partir de outros modos de compor os litígios e que isso seja determinante para romper com a ideia de monopólio do Estado, é na administração da justiça no judiciário que se dá a maior parte das cenas jurídicas.

#### 4.2 SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA NO BRASIL

A previsão da segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos consta do artigo 144 da Constituição Federal. Conforme previsto no diploma legal, ela deve ser exercida para a preservação da ordem pública e defesa das pessoas e do patrimônio, contando

com os órgãos das i) Polícia Federal; ii) Polícia Rodoviária Federal; iii) Polícia Ferroviária Federal; iv) polícias civis; e v) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Para uma definição de segurança pública, tem-se que

É um conceito do qual todos, em geral, imaginam saber o seu significado, mas que, ao buscar defini-lo, não é incomum surgirem dificuldades analíticas à compreensão de todas as suas dimensões e desdobramentos. Diferentes posições políticas e institucionais interagem para que segurança pública não esteja circunscrita em torno de uma única definição conceitual e esteja imersa num campo em disputa. Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais. (COSTA; LIMA, 2014, p. 482)

#### **4.2.1. Segurança pública: um debate contemporâneo e histórico**

A primeira vez que o termo “segurança pública” foi utilizado foi na Constituição de 1937. Antes disso, já se tinha o uso do termo “segurança interna”, que era aquilo que dizia respeito ao controle da ordem. A partir dessa determinação, caberia à União garantir “o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas”. Sendo que no ano anterior foi promulgada a Lei n. 192, vinculando as atividades policiais militares aos estados, deixando à União somente um papel de fiscalização de controle, por meio do Exército. Considerando essa lei, as polícias militares eram responsáveis pela segurança interna, enquanto em 1937 a Constituição falava em segurança pública. Por isso o conceito de segurança pública não conseguiu se institucionalizar, já que não teve força para mudar a atuação das polícias estaduais. (LIMA; COSTA, 2014)

Para Renato Sérgio de Lima (2011), instituir um novo conceito de segurança na constituição de 1988 foi uma medida em oposição à anterior definição de “segurança nacional”. O esforço para apresentar esta nomenclatura fora na tentativa de formalmente fornecer ao Estado condições e requisitos democráticos de acesso à justiça e garantia de direitos.

O período ditatorial, que compreendeu 1964-1985, reforçou a ideia de segurança interna, através de constituição de 1967, que previa como competência da Polícia Militar a “manutenção da ordem e segurança interna nos estados, territórios e no distrito federal”. O mesmo período também foi marcado pela ideologia de “segurança nacional”, reivindicada pelas forças armadas, que tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. (LIMA; COSTA, 2014)

A polícia, assim como a justiça criminal, operou como engrenagem na manutenção do sistema político desde o Império. Segundo Vitor Nunes Leal (1975), entre este período e,

principalmente, na Primeira República, a instituição foi fundamental para a incriminação de opositores do governo central e na impunidade de crimes cometidos pela situação. Num contexto em que não havia garantias profissionais para as autoridades policiais e judiciais, estas operações eram sustentadas por trocas de favores, imersas no jogo político de que a nomeação para cargos era centralizada essencialmente em governantes e aliados – relação que ao invés de fortalecer o caráter público das instituições, conferia grande vulnerabilidade aos interesses particulares de gestões.

Além disso, ao longo do século dezenove<sup>48</sup>, pode-se apontar que as forças policiais assumiram funções de controle social e punição de escravos, responsabilidade que antes era somente do proprietário. O Estado se comprometeu com a ordem escravista, reforçando o sistema de dominação numa lógica em que o reconhecimento da condição humana do escravo não excluía a tortura e os maus tratos<sup>49</sup>. (HOLLOWAY, 1989)

As leituras permitem reconhecer que foram períodos em que a repressão policial, aliada à lei penal, constituiu um importante instrumento das classes dominantes para o controle das classes subalternas. O período anterior à Constituinte de 1988 foi fortemente marcado pela

---

<sup>48</sup> Desde o Código Penal do Império, de 1830, a análise das legislações revelava uma omissão em relação aos direitos de índios e negros escravizados. O povo indígena fora pretensamente esquecido da legislação civil, enquanto o povo negro era tratado somente na legislação criminal, aquela dedicada integralmente aos marginalizados sociais: em nenhum caso para a garantia de direitos. Os primeiros ou porque sequer eram considerados parte da sociedade, ou porque, se dela fizessem parte, não se diferenciavam dos pobres marginalizados. A legislação criminal cuidava de destinar as penas mais graves aos escravos. Cabe referir, o povo negro escravizado tinha penas previstas de modo a não demandar prejuízo aos seus senhores, direcionando-se a norma a proteger a “propriedade do senhor”, não a pessoa do apenado. (WOLKMER, 2015)

<sup>49</sup> Apesar do que se construía em termos de legislação formal, o período conhecido pelo fim da escravidão foi marcado pelo desenvolvimento de um “moderno sistema penal”, que se estruturava essencialmente a partir de duas bases: a constituição da legitimidade científica de argumentação e a defesa da desigualdade. Foi o surgimento de um discurso científico e supostamente etnológico que deu caldo para um movimento intelectual de categorização do negro em condições de não-cidadania (GÓES, 2016). Essa foi a linha protagonizada por Raimundo Nina Rodrigues, higienista do século XIX que representou a defesa da manutenção da ordem racial e do universo branco enquanto poder hegemônico e exclusivo. (GÓES, 2016; CORREA, 2006). Em seus estudos, Nina Rodrigues considerava que as características raciais eram determinantes para o cometimento de delitos, além de categorizar o negro como primitivo e selvagem. Seguindo o mesmo raciocínio, a mulher negra representava a volúpia e a luxúria, sendo responsabilizada pelos “desvios de caráter” dos brancos. O médico usou da diferenciação por meio da lógica racial para justificar a defesa de uma adaptação de legislação penal ao contexto brasileiro, que supostamente demandava penas mais gravosas a crimes cometidos por negros. Esse controle racial culminou na imposição de uma ordem civilizatória baseada numa realidade europeia, herança de cultura lusitana patriarcal, que formulou o processo de branqueamento no Brasil. Assim se organizou no país a ideia de supremacia racial e do não-reconhecimento de direitos a todas as raças, mas tão somente às privilegiadas. Constituiu-se uma política híbrida, em que havia uma igualdade formal, que maquiava práticas escravagistas, numa defesa da desigualdade racial para a manutenção de privilégios das supostas raças superiores, a partir de práticas que não conferiam a totalidade de direitos a pessoas não-brancas, bem como por meio da não-universalização dos direitos. Nesta linha, Nina Rodrigues propunha uma diferenciação de análise da culpabilidade de pessoas negras, sugerindo que, para elas, fosse tomado em conta sua inata condição primitiva e selvagem, que não permitiria ter consciência dos hábitos civilizados – a partir de uma ordem civilizatória portuguesa. Esse dispositivo conferiria a modificação nos quesitos de imputabilidade penal necessários para a garantia da ordem social no país (GÓES, 2016).

submissão a regimes autoritários e repressivos. Com frequência argumenta-se que as influências deixadas pelos períodos colonial e ditatorial contaminaram as instituições encarregadas de garantir a segurança pública e de investigar delitos no país, afirmando-se que a transição democrática pela qual passa o Brasil não gerou mudanças significativas na cultura repressiva. Vanessa Chiari Gonçalves (2014) pondera que as instituições policiais, por exemplo, permaneceram com vícios e hábitos do período ditatorial e que essas práticas se refletem em seus métodos de investigação e abordagem.

Nesse cenário, países que antes foram colônia, mesmo depois da independência, precisaram manter políticas econômicas monetaristas e de dependência que levaram à criação do sistema de controle social conhecido por doutrina da segurança nacional (GONÇALVES, 2014). A segurança nacional foi compreendida pela reivindicação das forças armadas que tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido (LIMA; COSTA, 2014).

Durante um longo período, portanto, o Brasil viveu momentos em que foi difundida a ideia de perseguição a um inimigo comum, discricionariamente estabelecido pela ordem. Nesse contexto, é preciso levar em consideração a literatura que indica que a polícia brasileira opera com resquícios ditatoriais e arbitrários, ainda agindo de forma excludente e seletiva.

A instituição policial – da forma tradicional como se apresenta - tem sido, nesses tempos de insegurança e de medo, o instrumento adotado pelo sistema jurídico penal para a representação do combate à insegurança pública. O apoio normativo e social à atuação vigilante das polícias é fator indissociável de uma cultura de controle social baseada na exclusão e no medo.

#### **4.2.2. Polícia Civil: um recorte necessário**

Considerando-se que o campo investigativo aqui repousa sobre a Polícia Civil, alguns direcionamentos são oportunos nesta revisão. Para começar, cuida-se do olhar normativo para as atribuições desta instituição, constante do parágrafo quarto do artigo 144 da Constituição Federal, no qual consta que “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

Para esta abordagem, a produção de análise normativa aponta para a natureza investigativa da polícia judiciária, ao tempo de averiguar fatos juridicamente típicos e indícios de autoria e materialidade das condutas delitivas. É a fase conhecida como investigativa ou pré-

processual, em que a figura de maior espaço é o inquérito policial. (LOPES JÚNIOR, 2013; TOURINHO FILHO, 2010; TUCCI, 2009)

O inquérito policial com esta nomenclatura foi instituído pelo Decreto Imperial de n. 4.824, de 22 de novembro de 1871, que estabeleceu a divisão entre polícia e Poder Judiciário. O ordenamento legal também apresentou o conceito de inquérito policial, no artigo 42, prevendo que o instrumento consistiria em documento escrito contendo as diligências e procedimentos necessários para o esclarecimento de delitos. (BONFIM, 2012)

Neste ponto, não se pode deixar de apontar a condição discricionária que historicamente marca a condução dos instrumentos investigativos deste órgão. Como um reflexo da cultura jurídica brasileira, concebida por meio de uma estrutura hierárquica, o modo de agir que investiga atribui diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população. (KANT DE LIMA, 1989)

Roberto Kant de Lima (1989, p. 78) explica que não se trata de uma função oficial, mas que acaba sendo reproduzida como “conseqüência perversa do exercício de funções repressivas e disciplinares debaixo de critérios inquisitoriais”. A partir disso, tem-se que a cultura policial não só se manifesta em uma estrutura jurídica elitista e hierárquica, como também por ela é afetada numa lógica de reprodução dessa ordem.

Em relação a isso, Jacqueline Sinhoretto pondera que:

[...] a cultura policial não deixa de ser uma zona especializada da cultura brasileira, que produz e reproduz uma tradição própria. Em relação à lei, por exemplo, a polícia pode aplicá-la, negociar sua aplicação em condições mais favoráveis ao interesse de uma parte, pode distorcê-la em sua aplicação ou pode violá-la, procedimentos esses todos, de certa forma, regulados por uma ética profissional, a qual também regula as funções ilegais ou extralegais da polícia, como as práticas de julgamento (ou arbitramento) e de punição. (SINHORETTO, 2011)

O decisionismo impregnado nas práticas policiais pode ser percebido também no que diz respeito ao registro de violências contra a população LGBT:

E daí também as vezes acontece da interpretação da polícia, né? Uma vez teve um menino que trabalha conosco e que ele foi, ele apanhou na rua, não roubaram nada dele, né? E aí nós fomos com ele na delegacia e o delegado não entendeu como sendo algo de homofobia porque ele estava num espaço, num horário, num local aonde a violência é mais comum. Só que não roubaram nada dele, nada! Então nós...

A militante 5, que compõe o grupo Somos, indicou que o delito não foi contra o patrimônio, circunstância que ela associou para interpretar que a violência foi cometida por outra razão:

Não, é, sabe? [crime contra o patrimônio] Daí o delegado “não, isso não é homofobia”, então nós vamos ficar brigando com o delegado? Não tem como. Aí o delegado com uma bíblia em cima da mesa e aí tu vê que as coisas são, não é muito simples, né? É muito complexo, muito complexo! (risada breve).

A discricionariedade se manifesta no principal instrumento da atividade judiciária da polícia: o inquérito. Antônio Luiz Paixão (1982) aponta para um cuidado na observância ao rito formal do procedimento, com o objetivo de garantir legitimidade ao agir policial dentro do que é estabelecido pelo ordenamento jurídico. Mas a prática acaba ocorrendo de outro modo, quando na maior parte das vezes o inquérito já está quase pronto quando é instaurado, revelando uma organização informal interna para as práticas policiais.

Organização informal foi um dos conceitos que Paixão (1982) lançou mão ao desenvolver pesquisa etnográfica junto à Polícia Civil de Belo Horizonte. Essa noção demonstra a existência de uma realidade informal do trabalho policial, que orienta os procedimentos de apuração investigativa com uma aparência externa que respeite as normas, e práticas internas que por vezes transgridem categorias legais. São atitudes vistas como aquelas que respeitam o saber não-formal dos profissionais, aquele adquirido com o treinamento prático e experiência subjetiva e que dispensa o tratamento formal. O sucesso da condução de casos é aquele em que o inquérito é feito de trás pra frente, que inicia com o aprisionamento.

Esse conhecimento policial adquirido por meio de mecanismos informais de socialização é o que constrói o imaginário do “bandido”, a capacidade de apreensão das “classes perigosas”. Trata-se de um processo de construção social que Michel Misse denominou de sujeição criminal, no qual “se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não só é verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (2014, p. 204).

No que tange às funções atribuídas à polícia, podem ser identificadas duas: a de vigilância e a judiciária. A primeira tem por objetivo prever a ocorrência de crimes e se adiantar na prevenção, enquanto a última diz respeito à investigação dos delitos, que guarda lugar depois da ocorrência dos fatos. Cada uma dessas funções tem uma lógica, mas as práticas se combinam, de maneira que, para Jacqueline Sinhoretto, “a polícia usa critérios policiais e métodos inquisitoriais, isto é, sigilosos, estabelecendo uma relação de desconfiança com a população, a qual responde com reciprocidade, desconfiando do que faz a polícia e se indispondo a cooperar” (2011, p. 169).

Essa é a ética do exercício profissional baseado em conhecimento de condutas que a polícia alega não poder provar por meio de procedimentos judiciais, atuação motivada pela “experiência”, conhecimento da “realidade” que pode distorcer os caminhos da legalidade. O que precisa ser considerado é que esses indicadores que influenciam a ética policial não derivam de experiências concretas, mas estão associados a imagens que circundam não só o universo policial, mas também representações jurídicas e o senso comum. (KANT DE LIMA, 1995)

Para Kant de Lima,

Em muitas etnografias, já concluídas e ainda em curso, fica evidente que os agentes das instituições policiais e judiciais estudadas não se regulam nem pela lei, nem pelas normas internas explícitas que produzem, cujas motivações resultam muitas das vezes de imposições externas à instituição, mas por rotinas implícitas de comportamento, transmitidas tradicionalmente e não explícitas para o observador casual. (KANT DE LIMA, 2014, p. 479)

É dessa maneira que se sustenta um abismo entre as regras escritas e as práticas profissionais, em que por vezes até a formação escolarizada se confronta com o saber prático reproduzido “na rua”. Nestes estudos, o “controle da corporação, portanto, passa pelo conhecimento e aplicação dessas éticas e não pelo apelo, quase sempre vão, à lei ou às normativas explícitas” (KANT DE LIMA, 2014, p. 480).

Uma diferenciação destacada por Antônio Luiz Paixão (1982) foi sobre a visão da polícia como peça fundamental de dominação política. Segundo o autor, a ordem estatal é a razão de existência da instituição policial, mas também sua fonte de limitação de poder - daí a necessidade de conferir legitimidade às práticas. Nessa lógica, há uma tensão entre a autorrepresentação da polícia e o papel de controle social atribuído por outros setores do Estado, considerando que a instituição preza pelo seu isolamento e autonomia em relação a políticas partidárias, instâncias judiciais ou outros mecanismos de controle da organização.

A partir da investigação empírica empreendida, foi possível perceber uma modificação neste cenário. No que diz respeito a mecanismos que estão sendo desenvolvidos pela Polícia Civil, junto com a sociedade civil, para alterar as práticas da instituição, o militante 06, do grupo Somos, relatou<sup>50</sup> que esteve em uma reunião com outros movimentos da pauta LGBT com responsáveis da polícia pela criação de um novo departamento em Porto Alegre, vinculado ao atendimento de grupos vulneráveis, e que a responsável pelo departamento ainda vai se reunir com movimentos sociais de outros segmentos (feministas, de cunho racial, etc.).

E, mas o que mais me chamou atenção foi essa possibilidade de reformular o sistema, né? Isso seria realmente muito importante porque hoje o que que a gente tem de dados? Alguma coisa, talvez, no Disque100 e o grupo Lei da Maria, mas que recolhe dados sem critério científico nenhum, né? E dados meio duvidosos, assim, né? Que a gente usa porque são os únicos que têm. Então, se houvesse, aqui, essa reformulação, seria muito interessante.

O ativista revelou que outros pontos também foram levantados em relação ao atendimento junto às instituições de segurança pública. Indicar nos registros dos boletins de ocorrência campos como identidade de gênero, motivação de delito cometido com ódio, seja racismo, contra pessoas LGBTs, mulheres, ou por intolerância religiosa, por exemplo, poderia gerar dados oficiais com critérios de apuração para estes fenômenos.

---

<sup>50</sup> Entrevista 6, apêndice F.

Com relação ao aspecto histórico, a organização policial se tornou autônoma por meio da Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, assinada pelo Imperador Dom Pedro II. A data marcou a criação da Polícia Civil gaúcha, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, oportunidade em que foram determinados os cargos de Chefe de Polícia, Delegado de Polícia e Subdelegado de Polícia.

No ano seguinte, foi regulamentada a ordem hierárquica e a distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. O regramento posteriormente ainda atribuiria aos municípios as tarefas administrativas e ao estado a polícia judiciária<sup>51</sup>.

Isso posto, é em meio às atribuições tradicionais da Polícia Civil que encerramos o presente capítulo. É tempo de analisar as práticas apreendidas a partir do campo de pesquisa junto à instituição gaúcha.

#### 4.3 CULTURA POLICIAL: RAÍZES AUTORITÁRIAS E DEMOCRATIZAÇÃO INACABADA

Neste ponto, tem-se que os estudos sobre sistema de justiça no Brasil têm sido marcados por reflexões a respeito das rupturas e continuidades no processo de democratização do Estado e da sociedade. Jacqueline Sinhoretto (2011) explica que é possível identificar duas tendências nessas análises: uma que valoriza rompimentos com a ordem autoritária e mudanças nas instituições e, diferentemente, outra que enfatiza os obstáculos à democratização e à incorporação na cultura jurídica de valores democratizantes.

A análise da autora é importante também porque diferencia os métodos adotados para estas duas tendências de investigação. Segundo ela, para a primeira, as técnicas mais utilizadas são sondagens de opinião e de perfil social e ideológico de integrantes das instituições, considerando a visão dos agentes institucionais a respeito dos processos que ocorrem. Para a segunda, é apontada a preferência por observações de cotidiano e os efeitos concretos das práticas. (SINHORETTO, 2011)

Há também as produções que buscam dialogar com as duas tendências. Nesta pesquisa, busca-se lançar esse olhar às revisões feitas e aos dados coletados: não negar persistências de ordem autoritária, sem tampouco deixar de demonstrar práticas inovadoras nos meios

---

<sup>51</sup> Essas informações constam no site da polícia civil, nas abas: institucional, estrutura organizacional e história da polícia civil. Disponível em: <<https://www.pc.rs.gov.br/historia-da-policia-civil>>. Acesso em 30 dez 2018.

institucionais. Desta forma, apresenta-se uma interlocução entre literatura e informações obtidas no campo investigativo.

Estudos internacionais sobre cultura policial têm levado pesquisadores brasileiros a também desenvolver suas investigações por meio deste olhar. São análises de processos de reforma dos modelos policiais em novas democracias que buscam constituir polícias capazes de proteger e promover o regime democrático. (BAYLEY, 2002)

O olhar das ciências sociais sobre as práticas policiais a partir da consolidação da Constituição de 1988 tem apontado para a incompatibilidade entre o exercício do monopólio da violência pelo Estado e a garantia de padrões de legalidade, demonstrando a incapacidade das instituições de segurança pública para o controle da violência e a reprodução de estruturas tradicionais de dominação e poder. São apontamentos que definem que, independente da periodização política e das constituições, persistem os níveis de violência ilegal e de conflitos violentos. (PINHEIRO, 1991)

Indicações de que há resistências estruturais que impedem o rompimento com práticas autoritárias são um reflexo de que os governos totalitários foram tão bem-sucedidos no Brasil que os elementos constitutivos de seu aparelhamento se mantiveram independente do regime. Esse é o cenário que demonstra como se formou o que Paulo Sérgio Pinheiro (1991) chamou de uma cultura baseada em um “autoritarismo socialmente existente”, marcada por uma sociedade composta por sistemas de hierarquia implantados por classes dominantes e reproduzidos a partir de diferentes formas de opressão, criminalização e controle ideológico.

Para além de admitir a significativa influência que regimes autoritários tiveram para a continuidade de práticas autoritárias, é preciso também reconhecer que raízes mais profundas podem ser encontradas na história brasileira. Nessa leitura, pode-se compreender que os períodos de transição política são apenas parte de um sistema maior de exploração da população, em que nunca houve uma ruptura com o absolutismo colonial, que se transformou simplesmente em um absolutismo das elites, sobrevivendo ao período escravista a total assimetria entre dominador e dominado e a cruel desigualdade. (PINHEIRO, 1991)

A partir disso, é possível compreender que as marcas autoritárias da sociedade brasileira não guardam reflexos somente nas instituições macropolíticas. Mesmo com a alteração das relações de força no âmbito de representatividade no período de transição democrática, as relações de poder que há muito são baseadas numa estrutura social lida hierarquicamente mantiveram sua assimetria no interior da sociedade.

Paulo Sérgio Pinheiro (1997) afirma que, no Brasil e em outros países da América Latina, existe uma lacuna entre o que foi prescrito em lei e a prática da aplicação da lei, que o

autor aponta como a raiz do fracasso das democracias latino-americanas em consolidar governos democráticos. Na Constituição de 1988, por exemplo, foram incorporados direitos individuais que foram sistematicamente violados durante a ditadura, mas apesar do reconhecimento formal a violência oficial persistiu.

No que diz respeito a esse ponto, a narrativa do militante 2, que pertence a um grupo partidário, revela informações de um caso de travestis violentadas por policiais militares nas ruas. A denúncia da agressão chegou em vídeo como demanda no gabinete em que o entrevistado trabalha:

No final do ano passado, a gente fez uma denúncia, na verdade nos chegou essa denúncia aqui no gabinete do Roberto. Um vídeo de policiais aqui de Porto Alegre batendo em travestis. Aí a gente teve uma dificuldade muito grande nisso de como proceder porque a gente não conseguiu falar com essas travestis e, ao mesmo tempo, a gente não sabia se seria adequado ou não fazer essa denúncia porque ia expor elas, ao mesmo tempo que a gente tava com o vídeo em mãos onde era possível identificar uma viatura, identificar policiais e aí a gente não faria nada, uma situação muito delicada.

O vídeo não foi encaminhado pelas vítimas, motivo pelo qual a gestão do mandato teve dificuldades para dar um andamento ao caso:

Não das vítimas, de um terceiro, na verdade, que filmou, assim, na frente do, da casa do escritório dessa pessoa. E aí, então, a gente acabou recorrendo à Marcelly Malta, que a gente fez uma reunião o que, o Marcelo, o Roberto, Marcelly e não lembro mais quem, essas pessoas, justamente pra, já que ela tem mais experiência, já que ela tem um trabalho muito grande de assessoramento, tipo, o que fazer na verdade? “Porra, o que a gente vai fazer com esse vídeo em mãos, será que eu vou prejudicar a vida delas ou não?”, a gente não sabia o que fazer. E aí, na reunião com a Marcelly, a Marcelly disse “não, eu, em vários momentos, já me deparei com isso e não vale a pena não fazer uma denúncia”, porque vai continuar acontecendo, essas pessoas vão continuar sendo ameaçadas e é melhor a gente fazer essa denúncia. E através da questão publicitária e midiática, dessas pessoas estarem em evidência, delas não serem, ã... mais perseguidas do que o contrário. E a gente fez essa denúncia e ela foi ótima porque a gente conseguiu uma reunião com o governador e fizemos, tivemos uma reunião com o secretário de segurança, Cezar Schirmer, e esse processo de sindicância interno foi aberto. É um processo secreto, ou seja, a gente não tem acesso e eu acho que isso é uma questão muito importante porque bom, a gente sabe que muitas das agressões à população LGBT partem também da, do Estado, né? Do instituto. E como é que a gente vai fazer uma denúncia contra alguém que tá lá dentro porque a gente sabe que existe, que existe esse corporativismo, essa proteção então, hoje em dia, a gente não sabe ao fim e ao cabo o que de fato aconteceu. Bom, nos garantiram que seria investigado, punido, afastado mas a gente não tem garantia nenhuma.

Refletindo sobre o corporativismo que percebe na atuação policial, o ativista revelou que não saber o que ocorreu depois do encaminhamento do caso também é problemático, concluindo que uma solução seria “[...] uma maior transparência. E mecanismos de ampliação dessas denúncias são fundamentais”. O episódio ocorreu com a polícia militar de Porto Alegre, uma demonstração da atuação institucional violenta, demonstrando persistência em uma atuação repressiva.

A transparência também é apontada como uma necessidade para a reforma das estruturas de segurança pública por outros autores. Associada a iniciativas como o desenvolvimento de sistemas de informação, integração das polícias estaduais, modernização tecnológica, mudanças no currículo de ensino policial, a falta de transparência completa demonstra a dificuldade na democratização das instituições policiais. (LIMA; BEATO; RATTON; SOARES; AZEVEDO, 2013)

No mesmo sentido são os apontamentos de Marlene Inês Spaniol e Carlos Roberto Guimarães Rodrigues (2018, p. 42):

A segurança pública que se precisa hoje no Brasil está nessa concepção democrática de atuação, que busque o saber e o conhecimento técnico, valorize os canais de comunicação com a comunidade, busque a participação e a integração de todos os segmentos com medidas de redução de riscos, com transparência, primando pelos aspectos preventivos das ações delituosas e pautando suas ações pelo respeito e pela promoção dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

A lacuna entre o que consta em lei e sua aplicação pode justificar a persistência de uma violência endêmica em países que passaram por um período de transição democrática não consolidada. Essa compreensão se dá por dois aspectos: i) a violência é utilizada pelas elites como forma de manter a ordem social, com tortura ou aprisionamentos arbitrários, por exemplo - que se refletem em atos oficiais de violência não apurada nas instituições do Estado; e ii) a criminalidade violenta segue em ascensão, crescendo também o índice de delitos contra a propriedade. (PINHEIRO, 1997)

A violência endêmica explorada por Paulo Sérgio Pinheiro (1997) pode ser explicada por meio das políticas econômicas neoliberais que aprofundaram as desigualdades em toda a América Latina, o que se reflete em profunda pobreza e exclusão social. O autor explica que países marcados pela desigualdade e altas taxas de concentração de renda tendem a ter maiores índices criminais e de violações de direitos humanos.

No que diz respeito ao desigual tratamento no contexto brasileiro, o militante 3, integrante do grupo de ativismo mais antigo de Porto Alegre, faz uma analogia entre a falta de acesso a direitos e de como esses marcadores se refletem também para a população LGBT:

Se a gente for ver, né, maioria da população brasileira também não tem esses acessos, né? Mas é claro que tem esses, eu diria... essas questões que elas vão se somando e precarizando, como, por exemplo, dependendo do local social que tu tá, né? Dependendo quem tu é, se tu é uma bicha pobre, uma bicha rica, se tu é uma travesti, uma trans. Aí o Estado vai te olhar a partir do que tu é, né? E isso vai dizer que direito tu vai ter e que acesso tu vai ter, né? Por isso a discussão, hoje, das mulheres travestis e transsexuais, os homens trans em relação à questão da saúde porque, né, há um nó nesse sentido que não conseguiu se superar ainda. Então é uma demanda muito forte pra essa população. Agora se tu pegar uma bicha classe média, branca e tal, a questão da saúde já não vai ser mais uma questão, né? Pode pagar um plano de saúde, ela vai ter acesso, ela vai ir, ela vai pagar, ela tem condições e tal, então... é diferente.

No mesmo sentido é a narrativa da militante 5, que demonstra como a vulnerabilidade é decisiva nos processos de vitimização:

Que que eu vou te dizer? Em geral, jovens, todo LGBT já sofreu, pelo menos alguma vez. Alguns, algumas dessas pessoas sofrem violência sempre, todos os dias, tá? Mas muitas pessoas, a grande maioria, não vai denunciar. Ou porque não sabe onde, ou porque não percebe isso como uma violência e não sabe que daí ela pode fazer essa denúncia, ou porque já tá cansada porque todos os dias é a mesma coisa. Isso é... daí tu tem populações que são muito mais vulneráveis, né? Muito mais vulnerabilizadas que são as trans, mulheres trans, e aí, se tu for fazer uma escala, né, são mulheres trans pobres, mulheres trans negras, mulheres trans pobres que não tem aquela passibilidade social, né? Estão de fora... [...] então elas são muito mais vulnerabilizadas. Então, tem pessoas que nem sabem que podem e nem sabem o que fazer com isso. Nós fizemos um projeto onde nós fizemos umas perguntas, assim, como que era... você já sofreu – pergunta pra jovens né –, você já sofreu algum tipo de discriminação na escola? Todos dizem que sim, e aí tu pergunta assim ó “e o que você fez com isso, você denunciou, você falou pra alguém?”. No máximo eles falam pra um amigo, pra uma amiga, né? Não vai até a direção da escola, só se dá conta e fica quieto porque eles não sabem muito bem o que fazer com isso. Entendem porque a sociedade toda em todo o tempo de existência dessa pessoa disse pra ela que o que ela faz é errado, ser do jeito que ela é errado. Então, ela atende que tá correto que os outros... é horrível isso.

Essas são demonstrações de que o período que deveria ter começado a consolidar práticas democráticas no país tem mostrado que, ao mesmo tempo em que foram eliminadas as violações mais fortes cometidas pelos regimes militares, os governos desenvolvidos até aqui não têm tido êxito em garantir os direitos fundamentais de toda a população. As vítimas deixaram de ser militantes políticos, característica de regimes autoritários, tendo agora como principal alvo de arbitrariedades os segmentos mais vulneráveis da sociedade, de pessoas pobres, jovens negros, grupos minoritários de toda ordem.

Tendo em conta estas reflexões, é possível constatar que a chamada constituição cidadã marcou o início de uma democracia eleitoral, com novas práticas econômicas e com o exercício de diferentes direitos políticos, mas que as instituições políticas e jurídicas não acompanharam a transição para uma nova cultura democrática. A garantia de direitos políticos e de processo eleitoral não assegurou o gozo dos direitos civis a toda a população, tampouco a reforma das instituições públicas, principalmente as integrantes do sistema de segurança pública e de justiça penal. (ZALUAR, 2007)

Na análise de como a violência vitimiza o mesmo segmento populacional que ocupa o maior número de condenações pela prática de delitos, o de jovens negros e de baixa renda, Alba Zaluar (2007) constrói uma explicação multidimensional para este fenômeno. Segundo a antropóloga, a economia da droga guarda especial lugar nessa leitura<sup>52</sup>, desde que começou a

<sup>52</sup> O consumo de drogas pelos diferentes setores da população, aliado à forma que esse mercado se mantém a partir de práticas não-legalizadas, mas contando frequentemente com relações com o comércio legalizado, consolida um negócio altamente lucrativo em que a entrada só é permitida a partir de relações de confiança e especificamente localizadas da rede do crime. Considerando esses complexos fatores, a política criminal

tomar espaço no Brasil, nos anos 1990, em um contexto de crescimento do crime organizado transnacional.

A complexidade dessas relações de violência demonstra uma modificação no cenário da criminalidade brasileira, em que os mecanismos e fluxos institucionais do sistema de justiça não se mostraram eficazes no combate à estrutura dos crimes que surgiram com o mercado da droga. Aliado a isso, também se visualiza um país imerso em profunda pobreza, que conta com um sistema escolar público ineficaz no atendimento de jovens, escassas oportunidades de emprego, em que por vezes as atrações pelo crime-negócio parecem imensamente mais vantajosas. (ZALUAR, 2007)

Com relação ao processo de transição, importa tratar que o regime autoritário<sup>53</sup> no qual o país esteve imerso não foi seguido por um período de consolidação de uma democracia substancial e de cidadania baseada nas garantias fundamentais originadas dos direitos humanos. Esse processo gerou cicatrizes históricas na sociedade brasileira e nas instituições de poder que demonstram a ausência de mecanismos de justiça transicional que possibilitassem um acerto de contas com o passado, bem como a ausência de uma política de memória amplamente difundida na sociedade brasileira. (TORELLY, 2012)

Cabe ressaltar que, para além desses elementos, o Brasil já contava com características de organização do poder que eram singularmente autoritárias. É a partir disso que José Ribas Vieira indica que tanto as relações sociais no país quanto o pensamento jurídico-político são constituídos de conteúdo conservador e que o autoritarismo é algo constante. (VIEIRA, 1988).

Esses apontamentos permitem perceber que as instituições policiais carregaram muitos elementos de regimes autoritários, que podem se manifestar em métodos repressivos de abordagem ou autoritários de investigação. Como demonstrado, são características apresentadas pela clássica literatura sobre o assunto, o que continua a fomentar numerosas investigações no tema.

---

adotada pela legislação e as práticas policiais de cumprimento de metas, o cenário que se apresenta é aquele em que as forças de segurança pública estão concentradas nos consumidores e nos pequenos negociantes, não atribuindo seus recursos à repressão das grandes estruturas de tráfico e de lavagem de dinheiro. (ZALUAR, 2007)

<sup>53</sup> Um regime autoritário é classificado como um regime no qual: a) existe um pluralismo limitado na sociedade, seja por meio de uma “semioposição” ou de uma oposição moderada, seja por persistirem padrões de pluralidade social ou econômica que são prévios ao regime, mas que não o afetam substancialmente; b) as ideologias são setorizadas, cabendo mais falar em mentalidades do que em ideologia; c) a mobilização política é fortemente reprimida e praticamente inexistente, ficando, quando muito, adstrita à ação institucional de “semioposição”; d) há uma liderança única ou grupo de lideranças que se revezam no poder segundo critérios de acesso próprios e exclusivos. A partir desses critérios é que é possível concluir que o regime militar brasileiro constituiu um regime autoritário (TORELLY, 2012, p. 66-67).

As principais cicatrizes de ordem autoritária nestas instituições são as que apontam as altas taxas de letalidade policial e também a incidência de tortura no curso das investigações e no sistema carcerário. Para além disso, há muito aponta-se para a urgência de efetiva discussão pública sobre reformas nas instituições policiais num sentido de adequação ao modelo democrático, de modo a romper com uma estrutura falida de relação entre polícias e cidadãos. (CIFALI; NASCIMENTO; PEREIRA; AZEVEDO, 2018)

Dessa maneira é que Paulo Sérgio Pinheiro e Emir Sader explicam que a atuação policial no país não estava voltada à proteção dos cidadãos, de forma que a segurança pudesse ser melhor concretizada. Os governos exercidos por militares – compreendidos pelo Estado Novo, entre 1935 e 1945, e pelo golpe civil-militar que se estendeu entre 1964 e 1985 – foram marcados por uma profunda opressão e violência por parte do Estado. Segundos os autores, “a atuação policial no Brasil sempre se exerceu prioritariamente contra as classes populares, contra a maioria dos cidadãos”<sup>54</sup>. (PINHEIRO; SADER, 1985, p. 79)

A vasta produção bibliográfica sobre as polícias, os policiais e as formas de policiamento têm tomado uma amplitude nas ciências sociais brasileiras que é possível falar de um campo em franca consolidação. Diferentes trânsitos temporais e espaciais são vistos como fluxos de investigações que têm o olhar não só acadêmico, mas também de ONGs, governos e instituições diversas, produzindo efeitos como: i) a configuração multidisciplinar e intersetorial desses estudos; e ii) a construção e confronto de novos ângulos de observação da realidade, provocando novas questões e enfoques para velhos problemas. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017)

O lugar destes estudos se dá no encontro entre a descrição do exame investigativo com a urgência política das demandas sociais. É um campo que, nessa via de mão dupla, tem construído uma “ciência social da polícia”:

Um lugar entre pesquisa e ação, a criar uma passagem cujos sentidos seguem nessa mão dupla que pavimentam um caminho que vai e volta de um problema social para uma problemática sociológica. Um lugar que segue em processo de construção e na procura por uma identidade própria: uma *ciência social da polícia* que se ocupe de desenvolver teorias e metodologias considerando as especificidades da realidade policial. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017, p. 150) (*sic*)

Questionamentos sobre os parâmetros das decisões policiais, quais os meios e modos de agir policial são permitidos e quais as regras pactuadas nestes espaços estão para além das

---

<sup>54</sup> Em que pese a constante atuação violenta da polícia, a percepção popular só registra a repressão nos regimes de exceção, quando ela fica mais evidente. Durante o Estado Novo, por exemplo, essa atuação foi mascarada por realizações econômicas, nacionalistas e sociais (PINHEIRO; SADER, 1985). Assim, por mais arbitrarias que sejam as medidas tomadas pelas instituições de segurança, quando empreendidas e divulgadas supostas conquistas governamentais as medidas abusivas são facilmente camufladas.

previsões legais de atribuições. São inquietações relacionadas a dispositivos de controle e regulação do que configura o chamado “poder de polícia”. (MUNIZ, 2014)

Em relação a este ponto, a policial 01 apontou<sup>55</sup> que a criminalização da homofobia seria importante para facilitar o registro de dados, indicando uma amostra da discricionariedade do agir policial. Ainda, explicou que existe uma resistência na instituição para a implementação dessa tipificação como possibilidade de protocolo, ao que ela pensa em sentido contrário:

É, e às vezes podem contrariar e dizer: “Ah, daí vão dizer que qualquer coisa é homofobia!”, tem coisas que não são homofobia. Daqui a pouco é um latrocínio, né? Eu tive em situações – que eu trabalhei na delegacia de Porto Alegre – que na verdade era morte em decorrência de um assalto, né? Mas essa é a mesma justificativa que se dava pro feminicídio – durante a investigação a gente vai apurar! E se não for, vamos ver se muda ali a tipificação, né? Feminicídio muitas vezes não é feminicídio: a mulher morreu em decorrência de uma situação de tráfico. Aí não é feminicídio, mas aí se altera depois, né? O importante é que tenha.

A partir da análise destas informações é possível perceber que o ato discricionário efetivamente se manifesta nas práticas policiais e que alguns setores da instituição se preocupam com a liberdade de gestão nos registros de ocorrências. O fato de existir também um campo que gostaria que os registros fossem realizados com os marcadores de homofobia demonstra, é preciso dizer, uma disputa no que diz respeito à cultura policial.

Para este debate, me amparo na compreensão de Pierre Bourdieu (1989) de que o espaço social em que vivemos é composto por diferentes campos simbólicos, marcados por dinâmicas próprias de disputas internas de agentes que têm suas ações voltadas para a concentração de capital simbólico. No interior dos campos, é a posição ocupada por cada um dos agentes sociais em processo de disputa que irá definir estratégias e dinâmicas que podem ser utilizadas para a concentração de capital.

No que diz respeito à tomada de decisões práticas na instituição policial, é possível afirmar que está “condicionada a uma ampla e complexa gama de fatores que não permite dizer que há uma unidade cultural institucional, mas que disposições duráveis de conduta estruturam um *habitus* que comporta continuidades e similaridades no agir”. Ao analisar as práticas de uma delegacia policial de Porto Alegre, Larissa Urruth Pereira (2016, p. 125) constatou que a construção dessas decisões por vezes é condicionada e orientada por esse *habitus*<sup>56</sup> inscrito na cultura policial.

---

<sup>55</sup> Entrevista 9, apêndice I.

<sup>56</sup> Por *habitus*, compreende-se o processo de incorporação de uma lei social, “um conhecimento adquirido e também um *haver*, [...] indica a disposição incorporada, quase postural [...]”, trabalhando com o conceito de agente e não de sujeito, na medida que atuam guiados por um sistema adquirido de perceber, julgar e valorizar o mundo. O processo de formação de identidade social é marcado pela orientação de um dado espaço social, que é determinante para as ações e representações que são internalizados pelos indivíduos. (BOURDIEU, 1989, p. 61)

Neste contexto, é possível observar que o cenário analisado compõe um campo<sup>57</sup> de permanente disputa na Polícia Civil. Na concepção teórica de Bourdieu, tem-se que é preciso considerar as posições sociais que cada indivíduo ocupa em função da distribuição de capital<sup>58</sup>, e, no campo jurídico, aqueles que detêm o capital jurídico que possibilita “dizer o direito” são os mesmos que historicamente ocupam lugares sociais privilegiados.

A narrativa da policial 01 é uma demonstração de que este campo não permanece estável e, no que diz respeito a esta investigação, parece que os temas de violência contra a população LGBT circulam pelo ambiente institucional. A abertura para práticas diferenciadas no âmbito de atuação revela também que o capital de como é regulado o agir policial não é inabalável.

Analisando as problemáticas levantadas, têm-se que as preocupações não poderiam ser diferentes, uma vez que se vive em democracia. As manifestações desempenhadas pelas instituições dos órgãos de segurança pública constituem a própria afirmação do que o Estado materializa como política de estado democrático de direito.

São indagações que merecem debate porque revelam que existem demandas sociais envolvidas no exercício da autoridade policial. Em sociedades democráticas, o agir policial é fundamentado no consentimento e na aprovação da sociedade, produzindo efeitos em dois âmbitos: i) fazendo com que esta autorização, que é publicamente validada, garanta que um governo não se emancipe do povo e possa utilizar contra ele a força opressiva; e, de outro lado, ii) impedindo que a polícia, enquanto representante do poder público, se torne independente da sociedade e do governo. Neste sentido:

Policiar sob consentimento é uma exigência política que funda as polícias modernas dando-lhes sentido, identidade própria, razão de ser e de existir como a solução democrática para a sustentação da lei e da ordem. Por isso a autorização social d deve ser, e seguir sendo, uma condição inegociável para possibilitar o policiamento público estatal ao alcance de todos. Sua ausência, sua clientelização ou até mesmo sua mercantilização, converte o mandato autorizativo da polícia em um cheque em branco que qualquer um, em posição de mando, poderá colocar o valor que for mais oportuno para os seus próprios interesses ou para os de sua rede de privilégios. Faz dele uma procuração em aberto, na qual qualquer aventureiro pode vir a preenchê-la conforme suas conviências de ocasião ou conveniências partidárias. Tudo isso, é claro, sabota o governo sobre as polícias e, dessa forma, a própria perspectiva de uma segurança que seja pública, de todos e para todos. (MUNIZ, 2014, p. 4)

---

<sup>57</sup> Para os fins deste trabalho, tem-se que todo espaço social é marcado por conflitos internos, a partir dos quais seus agentes estabelecem relações de dominação. Nessa lógica, a estrutura social é constituída por campos, microcosmos ou espaços de relações que funcionam em uma lógica própria, que opera também a partir de uma lógica própria e por regras gerais aos agentes nela envolvidos. A estrutura do campo, portanto, se dá necessariamente por meio da ação dos indivíduos e grupos, em uma relação objetivista de causas e fatores que estão para além da consciência dos agentes, bem como subjetivista, que compreende as representações dos agentes sobre o mundo social. (BOURDIEU, 1989)

<sup>58</sup> Capital comporta os interesses postos em jogo, como afirma Bourdieu (1989), compreendendo os bens econômicos, culturais, sociais, simbólicos que agregam a atuação no campo.

Na contemporaneidade, um dos fortes debates colocados para as organizações policiais é a incongruência de um velho modelo com a consolidação de um cenário democrático. A atuação seletiva, violenta, autoritária, aliada à ineficiência da instituição em cumprir as funções de prevenção e elucidação de delitos compõe características que se reproduzem e retroalimentam, resultando em poucas mudanças ou reformas nas instituições policiais. (CIFALI; NASCIMENTO; PEREIRA; AZEVEDO, 2018)

A principal referência neste debate é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 51, que foi apresentada ao Congresso Nacional no ano de 2013, pelo então senador Lindembergh Faria. O projeto propõe a alteração dos artigos 21, 24 e 144 da Constituição, acrescentando os artigos 143-A, 144-A e 144-B, para reestruturar o modelo de segurança pública, sendo a mais ampla tentativa de reforma das instituições policiais, destacando-se:

- Carreira única: a partir da fusão das polícias militar e civil, haveria apenas um tipo de carreira policial no país. A hierarquia ainda existiria, mas contaria com menos postos;
- Ciclo completo: todo órgão policial deverá realizar o ciclo completo de policiamento, o que inclui o policiamento ostensivo, preventivo e investigativo;
- Desvinculação das forças armadas: treinamento policial deixaria de ter caráter militar e passaria a ter caráter civil, com ensino mais voltado ao policiamento comunitário;
- Controle: polícia passaria a contar com ouvidoria externa com orçamento próprio;
- Autonomia: entes federativos ganhariam autonomia para definir o modelo de suas polícias. Cidades com mais de 1 milhão de habitantes poderiam ser responsáveis pela força policial local, desde que os estados assim definissem;
- Conversão: guarda municipal poderia virar polícia municipal;
- Responsabilização: julgamento de policiais militares, nos estados que ainda tem tribunal próprio, passaria a ser civil. (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016, p. 663-664)

São propostas que mudariam as estruturas das polícias, na hipótese de que cada Estado poderia gerenciar as práticas de ciclo completo. A partir da aprovação, Estados, municípios e União teriam seis anos para implementar as mudanças.

Uma das razões para a dificuldade de implementação de modificações de cunho democrático nas instituições está relacionada a uma possível perda de poder político, visto que as polícias são detentoras do monopólio do uso legítimo da força e responsáveis pela apuração de delitos, selecionando quem será ou não investigado pelo sistema criminal. O exercício dessas atividades, em especial por meio da investigação policial, confere enorme capital político às instituições, que detêm confortável zona de decisionismo, e qualquer mudança nesse modelo pode alterar essa desejada estrutura de poder. (CIFALI; NASCIMENTO; PEREIRA; AZEVEDO, 2018)

Outro fator a ser considerado é que um processo de reforma das polícias exigiria a comunhão de muitos esforços, espaço onde as reivindicações da sociedade civil deveriam ocupar especial papel. Para que isso ocorresse, indispensável seria uma alteração normativa,

por meio de ação do Poder Legislativo, setor que nunca encontrou um consenso dentro da própria esfera para transformar as diferentes demandas sociais por mudanças em reformas institucionais. (CIFALI; NASCIMENTO; PEREIRA; AZEVEDO, 2018)

Dito de outro modo, tem-se que as reformas dependem de interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. O sucesso desta relação está condicionado a neutralizar interesses corporativos das próprias instituições policiais e dirimir divergências entre os atores políticos defensores da reforma sobre quais e como deveriam ser implementadas.

Além disso, o anseio popular por punição e maior atuação ostensiva das polícias também pode se apresentar como obstáculo a modificações estruturais no que diz respeito à ampliação de direitos e democratização de práticas institucionais. Perspectivas que visem a um maior controle da atividade policial, diminuição de ilegalismos e do agir violento são vistas de modo disfuncional para o combate ao crime, tanto por setores parlamentares conservadores quanto pelos próprios profissionais das polícias. (COSTA, 2008)

Neste ponto, é preciso reconhecer que o apoio interno nas instituições de polícia é imprescindível para que qualquer proposta se realize. Considerando que as organizações são compostas pela combinação entre normas, cultura e indivíduos, para haver modificação nestas estruturas todas devem estar envolvidas, de modo que é preciso um comprometimento no interior das polícias com as concepções de mudança. (COSTA, 2008)

Mais um elemento neste debate é a relação entre as polícias civil e militar, que de acordo com a prescrição constitucional separa o ciclo policial, atribuindo à primeira principalmente a investigação criminal e à última o policiamento ostensivo. O caráter militarizado das polícias militares é fortemente criticado, considerando que é incompatível com atividades de segurança em democracia. Por vezes, o descontentamento em relação à militarização atinge os próprios policiais, em especial aqueles que atuam no policiamento de rua, ou quando pertencem a escalões mais baixos ou numerosos, que determinam relações hierárquicas de trabalho que não permitem o questionamento de ordem de superiores, impondo-se relações de trabalho diferenciadas entre servidores que obrigam alguns a realizar atividades mesmo em desacordo com o comando. (AZEVEDO, 2016) Nesse sentido também:

[...] há um descontentamento generalizado com relação à estrutura policial vigente, pelos problemas de relacionamento entre instituições, duplicação de gastos e estruturas, incompatibilidade com o desenvolvimento de uma polícia moderna etc. Já é tempo de avançar além das constatações, e, em parceria com gestores públicos comprometidos com as necessárias reformas e policiais que compreendem a importância de suas atribuições para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, definir os contornos de uma nova polícia, a serviço do esclarecimento dos fatos e da garantia dos direitos fundamentais. Para tanto, estrutura e formação policial que rompam com uma cultura institucional construída em meio à precariedade e ao descontrole ainda são fundamentais, mas necessário também repensar as relações

institucionais entre as polícias e destas com o Ministério Público e o Poder Judiciário, e redefinir as atribuições de cada um destes órgãos no sentido de aperfeiçoamento dos mecanismos de apuração e processamento dos eventos criminais. (AZEVEDO, 2016, p. 12)

Os desafios para que as atribuições das polícias correspondam a expectativas democráticas e de participação popular são inúmeros, passando pelo histórico institucional, a raiz autoritária, que se reproduz numa estrutura de atuação em que as funções são divididas entre diferentes órgãos. Disputas internas de poder, o corporativismo e uma cultura de baixa eficiência de gestão pública e descontinuidade administrativa também marcam os óbices a mudanças nestas instituições. (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016)

Nesse cenário, visualiza-se um campo de permanente disputa na Polícia Civil, observado por meio de um passado marcadamente autoritário e por um presente que permite práticas com objetivo preventivo e acolhedor. A partir da análise destas informações é possível perceber que o ato discricionário efetivamente se manifesta nas práticas policiais e que alguns setores da instituição se preocupam com a liberdade de gestão nos registros de ocorrências. Pensando o todo do trabalho, no entanto, é preciso ter em conta o fato de existir também um campo que gostaria que os registros fossem realizados com os marcadores de homofobia, o que demonstra a existência de uma disputa no que diz respeito à cultura policial. Ou, se não for possível encarar com simetria as possibilidades de disputa, é preciso reconhecer, no mínimo, que a abertura para práticas diferenciadas no âmbito de atuação revela que o modo como é regulado o agir policial não é estável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar esse trabalho se tornou um processo totalmente desafiador por motivos que envolvem o que emergiu do campo de pesquisa, que compreendeu movimentos sociais e Polícia Civil, e também pela ousadia de procurar dialogar com referenciais teóricos brasileiros, inclusive de profissionais do campo jurídico que estiveram presentes na minha caminhada. Foi uma jornada investigativa que se concluiu pelo percurso de três caminhos: i) a aproximação com grupos LGBTs na qualidade de pesquisadora, não de militante; ii) as dificuldades de obtenção de dados junto à instituição policial; e iii) o lançar-me ao diálogo com marcos teóricos que, antes de mim (e com muito mais profundidade) analisaram os temas de ativismo social, violência, Justiça Restaurativa e políticas criminais no Brasil.

Na metodologia, tive como principal técnica investigativa a aplicação de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com militantes de grupos LGBTs e servidores da Polícia Civil. Além disso, o campo agregou percursos exógenos ao sistema de justiça e caminhos institucionais, o que permitiu o acúmulo de informações complementares à técnica principal estabelecida, a partir de idas e vindas em espaços múltiplos que compreenderam a observação de reuniões de organização da Parada Livre de Porto Alegre, a participação na parada de 2018, em eventos de entidades de militância, como cine debates, cursos e palestras, bem como em eventos do Papo de Resposta, da polícia.

Estas aproximações demonstram uma trajetória não linear, não havendo uma regra que foi seguida para a realização das entrevistas. Foram os movimentos de proximidade que criaram as oportunidades de conhecer pessoas que pudessem participar da pesquisa, que indicavam outras que por vezes não constavam no escopo do projeto entrevistar. Ocorre que quando o tema trabalhado envolve violência e segurança pública, é preciso aproveitar as ocasiões que o campo que vai oferecendo, já que são espaços frequentemente de difícil acesso e que impedem a concessão de informações para fora de suas estruturas.

Assim, quando soube que o Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis estava sendo desenvolvido no DECA, por lá, tive acesso às informações do projeto Papo de Resposta, percebi que poderiam ser importantes espaços para o fornecimento de dados que contribuíssem para o trabalho. O que me fez compreender que estender o campo poderia ser interessante foi visualizar, a partir de entrevistas com militantes de grupos LGBTs – que foram as primeiras –, que o tema da violência era muito mais complexo e amplo do que o restrito ao Programa Mediar.

Quando da apresentação do projeto de pesquisa, o objetivo inicial era investigar se os mecanismos de mediação de conflitos desenvolvidos pela Polícia Civil eram capazes de atender

às demandas da comunidade LGBT. Posteriormente, com o acesso ao campo e com a coleta dos primeiros dados, o objetivo tornou-se averiguar as possibilidades de resolução de conflitos delitivos, bem como as práticas institucionais adotadas neste processo, no que tange a violências perpetradas contra a população LGBT.

No mapa de referenciais empíricos, as primeiras entrevistas realizadas foram com ativistas de grupos LGBTs, oportunidades em que eu comecei as conversas apresentando o projeto de pesquisa e em nenhuma das vezes os militantes conheciam o Programa Mediar. Somente o último ativista entrevistado – com quem conversei quando já havia realizado todas as entrevistas com policiais civis – revelou conhecer o projeto. Esse dado passou a me intrigar, o que também foi uma das razões para ampliar o escopo da pesquisa. Já nas primeiras impressões percebi que por melhor que pudesse ser o Programa Mediar, ele não chegava em todas as esferas de conflitos de violência.

Considerando que participei do movimento estudantil durante a graduação, conheci muitas pessoas da cena ativista de Porto Alegre, nas mais diferentes pautas. Logo, resolvi iniciar o campo pelas entrevistas com militantes de grupos LGBTs, pois tinha mais fácil acesso do que com servidores da Polícia Civil. A primeira pessoa entrevistada foi uma integrante de grupo partidário, que também participa da organização da Parada Livre da cidade: ela me passou inúmeras informações sobre outros grupos de militância da capital, bem como de instituições de fora do RS e contatos de ativistas. Com isso, as entrevistas com essas pessoas foram mais simples de agendar e realizar.

Diferentemente da Polícia Civil, instituição que tive muito mais dificuldade para ter acesso. Nenhuma das entrevistas foi possível marcar diretamente pelo telefone oficial da instituição, tampouco consegui obter os dados do Anuário de 2017 de forma pública – o de 2016 está disponível no site. Todos os agendamentos só foram possíveis pela contribuição de colegas que trabalham na instituição e tinham o contato das pessoas que trabalham nos setores em que eu precisava ingressar. Por essas razões, essas foram as últimas entrevistas realizadas, não por que eu tenha pré-determinado que fosse assim, mas porque fui aproveitando as oportunidades na medida que iam surgindo e na ordem que elas apareciam.

Quando transpostas as dificuldades do campo empírico, sobrevieram as de estabelecer relações com os marcos teóricos. Sem a menor dúvida, para mim, o maior desafio. Isso porque, na revisão bibliográfica, desde o início procurei privilegiar epistemologias latinas e brasileiras, o que resultou na utilização da produção acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras que também encontrei na jornada acadêmica, seja me dando aula, dividindo espaços em grupos de pesquisa, trocando ideias em outros espaços, ou, por fim e o que me causa maior desconforto,

peessoas que já estiveram presentes nas bancas em que já apresentei outras vezes resultados investigativos.

Não posso dizer, no entanto, que não fui avisada sobre a ousadia de investir em um campo investigativo que envolvia as temáticas abordadas no trabalho. Por certo, fui advertida sobre a amplitude da pesquisa e, na medida do possível, as recomendações foram adotadas. O que me parece oportuno é também esclarecer que a experiência em pesquisa empírica, sobre a qual me dediquei nos últimos seis anos, tem me mostrado que um novo campo investigativo encontra-se em formação nos espaços jurídicos, este voltado para o diálogo com o cenário das práticas jurídicas.

O olhar sobre o empírico na pesquisa jurídica tem crescido cada vez mais, em completa oposição à tradicional revisão de teoria, associada, quando muito, à jurisprudência. Mais do que isso, as mais recentes investigações têm proposto a crítica ao discurso político e parcial imbuído no decisionismo judicial, policial, institucional de toda ordem, desvelando não só a seletividade, mas o modo como estas categorias têm sido operadas. Esta pesquisa se arrisca a associar-se a esse movimento, assim como essa pesquisadora se desafia a contribuir na consolidação desse campo acadêmico no espaço do Direito.

Na contramão do que cada vez mais se propõe nos cursos jurídicos, para que sejam voltados ao estudo da técnica e aprimoramento de estratégias no jogo judicial, me parece que este campo de pesquisa volta o olhar aquilo que foi suprimido desta pretensa ciência (jurídica): o social. Dessa maneira, o problema desta investigação esteve focado em temas que estão na agenda dos debates mais acalorados na sociedade, questionando as formas de fazer política criminal quando o assunto é violência contra a população LGBT.

No primeiro capítulo, foram trabalhados os dados obtidos por meio de entrevistas com movimentos sociais de grupos LGBTs em Porto Alegre. Longe de pretender apontar um desfecho para as demandas dessa comunidade, os resultados da pesquisa foram muito mais amplos do que os analisados, o que demonstrou a necessidade de fazer um recorte para abordar somente aquilo que pudesse ter relação com o tema de violência.

Diferentemente do que propuseram Paulo César Possamai e Anderson da Cruz Nunes (2011), neste trabalho não se teve como objetivo compreender os motivos que levam as pessoas a praticar condutas violentas contra pessoas LGBTs. Aqui, o ponto de partida foi a existência de violências como um fenômeno concreto, tanto que inúmeros grupos de militância demandam a criminalização da homofobia – uma das hipóteses da investigação.

A hipótese de que as principais pautas do(s) movimento(s) LGBT atualmente dizem respeito à demanda punitiva e segurança não se confirmou. As entrevistas demonstraram que

essas questões ocupam uma das pautas da agenda dos grupos e que podem, inclusive, estar relacionadas a outros aspectos que não só a criminalização de condutas. Como é possível perceber com os trechos colacionados ao ponto 2.3, quando debatido o tema de violência, a prevenção por meio da educação sexual numa linha de direitos humanos também surge como forma de enfrentamento à violência.

Foi exposto também que a saúde e a educação figuram como pilares das demandas dos movimentos LGBTs. Historicamente as questões relacionadas à saúde são pautadas por entidades de militância, visto que durante muito tempo o vírus da Aids foi um dos principais motivos não só de promoção de risco para a população, mas também de reprodução de estigma e preconceitos.

Os resultados das pesquisas confirmaram os apontamentos de Regina Facchini e Horacio Sívori (2017), que apontaram uma divisão entre violências ocorridas em meio privado e em espaço público. Este trabalho também apoia-se nessa construção pela possibilidade de perceber que as violências contra a população LGBT têm raiz nas normatividades de gênero e de sexualidade, tratando-se de condutas dirigidas contra aqueles e aquelas que não correspondem ao ideal de sujeitos morais.

Nos relatos que registrei, no entanto, a maior quantidade de narrativas é de violências ocorridas em meio urbano:

	<b>Entrevista</b>
<b>Espaço público</b>	Militantes 01 (boate); 02 (rua); 03 (bar e boate); e 04 (rua).
<b>Espaço privado</b>	Militante 04 (casa da família).

Fonte: Elaborado pela autora.

As narrativas encontradas indicam que as normatividades de gênero podem produzir efeitos no que constitui violência e na construção do ideal de sujeitos morais. Nessa construção, as condutas de cunho violento manifestam-se tanto em âmbito público quanto privado, e, quando no primeiro, podem apontar para novas e renovadas disputas sobre os locais e modos de regulação moral e biopolítica, confirmando os apontamentos de Facchini e Sívori (2017).

Todos esses registros foram feitos para identificar as diferentes formas de violência contra a população LGBT e, por meio dessa diferenciação, trilhar dois caminhos: i) analisar se o Programa Mediar da Polícia Civil era capaz de atender essas demandas; e ii) avaliar se as políticas criminais da instituição se direcionavam à proteção da população LGBT, considerando as diversas expressões de violência.

Antes de tratar das políticas criminais que foram objeto da investigação, constatou-se que o tema da violência contra a população LGBT é recorrente não só entre grupos ativistas, mas também no debate público e na esfera privada. Esse cenário agrega representações midiáticas em telenovelas, por exemplo, que podem quebrar paradigmas ou reproduzir padrões construídos socialmente: ou seja, de um lado dando visibilidade a discussões sobre preconceitos e discriminações, enquanto por outro revelam paradoxos complexos e também simbólicos, construindo personagens que correspondem à lógica de performatividade heteronormativa.

Também se percebeu que as conquistas voltadas à população LGBT são de garantias adquiridas por meio de decisões judiciais quanto a direitos civis. A possibilidade de reconhecimento do nome social para pessoas transexuais, o casamento entre pessoas não-heterossexuais e até a livre expressão sexual são questões que foram indicadas como avanços – a última foi uma observação de um militante com mais tempo de atuação, pois os mais jovens consideram que são prerrogativas precárias.

As Paradas LGBTs se destacaram como espaços importantes para a manifestação de pautas de movimentos sociais e para a reunião de inúmeras pessoas em defesa da(s) causa(s), especialmente em Porto Alegre, onde a organização é realizada por um coletivo composto por vários grupos da cidade. Neste ponto, se considerou a construção teórica de Steven Butterman (2012), que demonstrou a importância desses eventos e ponderou a diferença entre tornar pública questões de orientação sexual e não revelar essas informações como estratégia de sobrevivência básica e autopreservação num contexto de índices de violência que só parecem crescer.

Isso demonstra que o ativismo coletivo foi significativo para a consolidação da pauta em torno do casamento igualitário, por exemplo, ao mesmo tempo em que a reivindicação por direitos feita de forma individual não pode esmorecer. Nessa construção, compreende-se que os relatos, em comunhão com a pesquisa de Gross, demonstram que mesmo com conquistas, é preciso a todo tempo (re)afirmar a necessidade de equidade - como foi o caso do casal de homens que pleiteou para conseguir gozar de licença paternidade quando ao tempo da adoção.

Um paradoxo apontado também pode ser a relação estabelecida entre a maior visibilidade das questões da população LGBT e a violência como uma consequência social do preconceito. Nesse cenário, talvez a maior publicidade da (re)existência de grupos vulneráveis possa despertar sentimentos discriminatórios que, ao tempo em que essas pessoas precisavam estar às escondidas, estavam inativos. Não que a violência seja um efeito, mas a propagação de direitos relacionados à identidade(s) de gênero e orientação sexual pode criar a falsa ideia de legitimidade para posicionamentos e comportamentos de cunho preconceituoso e violento.

Tratar deste assunto nestes termos importa para não consolidar a legitimidade da discriminação como um ponto de vista válido no exercício da cidadania. Os direitos da população LGBT foram conquistados por meio de muita organização coletiva, debate público e empenho e o pouco que se tem é o que promove a dignidade aos cidadãos LGBTs e contribui para capacitá-los a cultivar o respeito e a coragem para resistir às injustiças sociais.

Além disso, foram apresentados aspectos históricos dos movimentos LGBTs, que demonstram que a criação de políticas públicas ocorre por meio de pressão de demandas sociais e que, à evidência de ausência da tutela estatal, os movimentos sociais podem ter força de mobilização e de organização dos grupos em prol de pautas comuns. Nas trajetórias descritas, mais de uma vez se constatou que vivências que envolviam violência, discriminação e preconceito foram motivações que originaram as organizações coletivas - prisões justificadas por atentado ao pudor ou qualquer outro subterfúgio legal, a construção social de uma relação entre homossexualidade e marginalidade, o autoexílio de ativistas que permitiu conhecer movimentos internacionais e circulação de um jornal exclusivamente com objetivo de opor-se à censura são alguns exemplos.

Também foi possível constatar que o desenvolvimento dos chamados grupos homossexuais foi tardio na região sul em relação aos demais registros encontrados de outros movimentos no país, visto que o primeiro data de 1990. Porém, diferentemente do que é apresentado por Regina Facchini (2005) como característica da primeira onda destas movimentações da região sudeste (São Paulo), marcadas pelo compartilhamento afetivo e de sociabilidades, o contexto gaúcho desde o início revelou as primeiras manifestações com uma conotação de organização de grupos mais inclinados a debater pautas políticas: em palestras, com a influência de grupos organizados para a prevenção à Aids e da militância de outros locais do país. Não que o Rio Grande do Sul fosse mais progressista em relação ao reconhecimento de direitos à população LGBT, mas provavelmente porque o movimento seguiu as influências já da segunda e terceira ondas.

Um aspecto importante e que foi recorrentemente mencionado como pauta da população LGBT foram as questões relacionadas à saúde. Entre o fornecimento de preservativos e distribuição de gel lubrificante, vários projetos foram desenvolvidos pelos grupos de Porto Alegre. Além disso, a prevenção ao HIV e à Aids se mantém como pauta necessária no ativismo, percorrendo o final do século vinte e seguindo nas duas primeiras décadas do século vinte e um, agora com a conscientização mais disseminada e pelo fornecimento gratuito de materiais preservativos e medicamentos, revelando uma continuidade da agenda desde os anos 1990.

No que diz respeito às pautas que envolvem o sistema criminal, muitos foram os relatos colhidos com ativistas dos movimentos LGBTs, permitindo concluir que não existe um discurso homogêneo sobre as questões punitivas: as narrativas revelam que alguns grupos defendem a criminalização da homofobia, outros não acreditam que a medida resolveria a violência e, ainda, existem aqueles onde não existe consenso sobre o tema. Para o que as linhas teóricas têm considerado como um discurso encerrado na criminalização da homofobia, existem grupos que internamente debatem a violência em conjunto com a educação para a sexualidade, por exemplo, equilibrando em importância medidas preventivas e punitivas.

De construções que polarizam entre a legitimidade da criminalização da homofobia e o combate a essa política por meio dos princípios do direito penal mínimo, este trabalho procurou demonstrar que existem nuances que parecem não estar sendo consideradas. As demandas punitivas de movimentos LGBT não são inexplicáveis, já que as narrativas de casos de violência em espaços urbanos permitem perceber que é sólida a ideia de insegurança nesses ambientes, circunstâncias que diferem da reprodução da cultura do medo, por exemplo.

O que se percebe é que as demandas punitivas da população LGBT, baseadas em perigos reais, não deixam de se inserir na expansão do tecido penal. Um movimento que permita a reprodução do sistema criminal, alargamento da malha carcerária, ou utilização do sistema penitenciário como resposta a condutas de preconceito e discriminação pode ter como consequência um novo formato para as mesmas relações de exclusão e seletividade.

Aqui, importa frisar que não se está fazendo juízo valorativo se isso é aplicável ou inaplicável: o que parece é que as construções em torno desse debate estão longe de ser conclusivas. As ponderações podem ser percebidas como favoráveis e desfavoráveis para qualquer medida adotada, o que demonstra que, seja ela qual for, a decisão a esse respeito nada mais é do que isso: uma escolha - fora da construção binária do bom *versus* ruim, mas uma preferência inscrita a partir da análise de prioridades.

O que se quis foi demonstrar que mesmo que alguns grupos acreditem que os crimes cometidos contra LGBTs devam ser punidos com maior severidade, existem outras questões que também são apontadas no contexto de violência contra este segmento da população, como a prevenção à violência. Lembro de um relato em que o ativista apontou que depois que a conduta foi cometida já não pode ser reparada e que acreditava que é papel do Estado implementar formas de prevenção com a educação, com campanhas preventivas, na formação de agentes de segurança pública, inclusive na área da saúde e com professores(as) da rede pública.

Para além disso, com relação à violência, todas as narrativas indicam que as condutas de caráter preconceituoso foram praticadas em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas, associando os relatos, muitas vezes, à existência de uma estrutura responsável pela reprodução da violência contra a população LGBT. Foi possível concluir que a disposição social que permite que esse contexto siga se propagando se deve ao que se conhece por heteronormatividade e heterossexismo, conceitos explorados ao longo do primeiro capítulo.

No capítulo dois, apresentei o campo desenvolvido junto ao Programa Mediar da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, onde foram realizadas entrevistas para conhecer o seu funcionamento e ter acesso aos dados relativos aos procedimentos. Posteriormente, para responder à pergunta que foi se moldando ao longo da investigação, outros departamentos da polícia surgiram com uma atuação importante nas questões levantadas acerca da violência contra a população LGBT. Entre essa temática e o desdobramento das entrevistas surgiram dados referentes à política criminal gaúcha, alguns de seus índices oficiais e, principalmente, o olhar de profissionais que atuam com diferentes práticas no sistema de segurança pública.

Inicialmente foram analisadas algumas bases teóricas que ampararam as abordagens direcionadas às políticas criminais encontradas na Polícia Civil gaúcha. Uma das correntes é a de Máximo Sozzo (2012), que aponta para uma crise de insegurança como fenômeno instalado política e culturalmente na esfera pública, pelos meios de comunicação e no mundo da política, que exige respostas governamentais no enfrentamento a estas questões. Segundo o autor, foi construído um imaginário de que há demanda popular por mais rigidez penal, clamando por mais punição e que a resposta para o crescimento da insegurança é o endurecimento de penas e, conseqüentemente, o fortalecimento do sistema penal.

Sozzo (2012) não nega os estudos desenvolvidos na América Latina que corroboram com a ideia de que existe demanda punitiva por parte da opinião pública por todo o mundo, mas indica que se trata de uma construção discursiva marcada por diferenças de classe e que podem ter opiniões variadas sobre o controle penal. Para o autor, o debate público e político construiu uma demanda popular homogênea e uniforme para uma maior punitividade, produzindo uma política criminal voltada para o aprisionamento. Segundo o autor, a América Latina passou por um processo de importação de discursos e técnicas de controle do crime que tiveram como referência as estratégias estadunidenses. Resultado disso é o endurecimento no tratamento da questão criminal nos últimos vinte anos.

Em seguida, descrevi os dados do Programa Mediar, que foi um projeto instituído a partir da Portaria nº 168/2014, pela Chefia de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo da política é atuar na comunicação entre as partes envolvidas em conflitos “de uma

forma polarizada para uma forma transversal, tolerante, inclusiva, racional e pacífica, para que estes encontrem juntos uma melhor solução para o conflito que experimentam”, adotando como modelo metodológico a Justiça Restaurativa, com base na Resolução nº 12/2002 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Constatou-se que até a propositura de um projeto como esse, dentro da estrutura policial, pode ser vista como uma preocupação no que diz respeito ao papel da vítima no conflito social, afinal, propõe a comunicação entre as partes. Nesse mesmo sentido, David Garland (2008) apontou para a consolidação da figura da vítima no sistema de justiça atual - nos contextos estadunidense e europeu -, a partir do reconhecimento dos direitos da vítima, coleta de sua opinião acerca da concessão de liberdade vigiada, crescimento de grupos de apoio a vítimas e encaminhamento a essas organizações pela polícia.

A partir disso, tem-se que é possível perceber modificações na forma de agir policial. Em que pese a incompleta transição democrática do contexto brasileiro, em que se percebe a permanência de práticas autoritárias e excludentes, é preciso reconhecer que a era atual permite o desenvolvimento de novos mecanismos e de uma abertura para também novos padrões de ação da polícia.

Quanto aos aspectos da justiça restaurativa, a análise das entrevistas permite concluir que a voluntariedade e a formulação da decisão pelas partes são princípios respeitados nos procedimentos. O que tomou destaque, além da observância a esses fatores, é a recorrente associação de princípios e objetivos do programa à apresentação de taxas de produtividade, como o baixo nível de reincidência das condutas que antes da implementação do programa eram frequentes nas delegacias.

Se, por um lado, isso pode demonstrar que os profissionais entrevistados apontam para dados considerados de eficiência porque estão condicionados a tratar dessa temática, já que são programas vinculados a políticas criminais de gestão, por outro a mesma característica revela que são projetos voltados para a apresentação de resultados. Ou seja, é possível perceber que são programas gestados para a implementação de práticas absolutamente inovadoras dentro da Polícia Civil, mas também resta nítido que práticas que deveriam ser direcionadas para o tratamento das partes convertem-se em ostentação de soluções por somatório. Tornam-se produto.

A partir dessas considerações observa-se a chamada *economia do castigo*, formada a partir do século dezoito e que reestruturou a gestão das ilegalidades no desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa relação é a que configura o sistema penal como instrumento que segue na administração das ilegalidades, não tendo como foco suprimi-las. Nessa lógica, resta

clara a reprodução da engrenagem do sistema punitivo, considerando-se que sua prioridade não está voltada para o acolhimento por meio de uma técnica de resolução de conflitos, mas sim operacionalizando para a produção de resultados. (FOUCAULT, 1987)

Observando a trajetória do Programa Mediar na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, me arrisco a sugerir que projeto não pode ser visto como uma aplicação mal sucedida da Justiça Restaurativa na instituição policial. Na lógica que Raffaella Pallamolla (2017) apresenta de forma dual, é possível perceber: i) que o projeto materializa uma maneira de institucionalizar uma técnica complexa de resolução de conflitos que envolve princípios, valores e procedimentos diversos, ii) incluída no a autora propõe chamar de *processo de construção da Justiça Restaurativa brasileira*.

Outros elementos de política criminal também foram analisados nas práticas em implantação na Polícia Civil gaúcha, como as tecnologias de informação que estão sendo utilizadas para controlar recursos e produzir práticas mais dirigidas, aspectos que podem ser associados à leitura de David Garland (2008). É o que se constata com a criação de um departamento que agrega diferentes tipos de demandas de cunho social, estratégia que pode aumentar a quantidade de procedimentos e, assim, alcançar o suficiente para a criação de delegacias em locais afastados da metrópole, onde esse tipo de atendimento geralmente não chega.

Além disso, o objetivo da investigação era ter desenvolvido observação participante junto ao Programa Mediar, de modo a averiguar a capacidade de resolução de conflitos e analisar o modo como ocorrem as mediações na prática. Mesmo em contato com o setor desde 2017, não foi possível a realização desta experiência. A explicação da instituição policial é que são espaços reservados aos participantes do programa e, para ter acesso, somente na condição de mediador.

Como pesquisadora, avaliei que a inserção como mediadora no programa comprometeria em certa medida a análise dos dados, bem como afetaria a ética que me alio para a prática de pesquisa: meu compromisso, desde o início, é deixar claro que a participação com a pesquisa é voluntária e essa perspectiva não poderia ser apresentada quando o meu contato com as pessoas seria para o atendimento em um projeto institucional. Portanto, por falta de acesso às mediações do programa não foi possível confirmar ou não a hipótese em relação à efetividade da resolução de conflitos por meio de Justiça Restaurativa na Polícia Civil.

A criação do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV) foi estabelecida pela Lei n. 15.120, de 11 de janeiro de 2018, que alterou a Lei n. 10.994, de 18 de agosto de 1997 - ambas normativas estaduais -, que estabelece a organização básica da Polícia

Civil. A implementação está ocorrendo junto ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), que está realizando reuniões com movimentos sociais da cidade de Porto Alegre com a proposta da chamada “escuta sócio-cidadã”, em que os grupos considerados vulneráveis estão sendo convidados pela polícia para relatar sua perspectiva sobre a atuação nos casos vinculados a violências contra a população que vai ser atendida pelo novo departamento.

O objetivo do novo departamento é incluir diferentes pautas para atendimento a grupos vulneráveis e também contar com um setor de inteligência para mapear as ocorrências registradas. Um novo sistema de registros está sendo desenvolvido, em que, entre outras coisas, haverá campos específicos para preenchimento de orientação sexual e identidade de gênero na hora em que é lavrado o boletim de ocorrência.

Aqui relembro que, ainda que dotadas das melhores intenções, as políticas criminais de Justiça Restaurativa, implementação de novas tecnologias para registros de casos de violência, estão sendo incorporadas na polícia e não ficarão privadas de suas propriedades estruturais. É dessa maneira que opera o dispositivo da punição, em que aquilo que tem a pretensão de ser alternativo acaba fortalecendo e expandindo a veia propulsora das formas de controle por meio do sistema penal.

Por fim, tem-se que as práticas desenvolvidas pela Polícia Civil gaúcha se destacam no cenário brasileiro: a) considerando que o Programa Mediar, por exemplo, existe em poucos estados da federação, enquanto projeto para desenvolver formas de mediação de conflitos dentro da própria polícia; e b) percebendo o surgimento do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis, que é uma divisão institucional totalmente inovadora, não se tendo notícias de que exista um atendimento dessa natureza em qualquer outro lugar do país. Ambas as práticas podem estar inseridas num conjunto de iniciativas não necessariamente majoritárias na estrutura policial, mas que possibilitam a apresentação de importantes resultados para o acolhimento da população LGBT e outros grupos - ou, no mínimo, revelam uma postura e discurso diferentes do tradicional repressivo e excludente.

No último capítulo, ainda, expus o desenho epistemológico que permitiu o exame das formas de gestão de conflitos no país, que recaem majoritariamente no Poder Judiciário. Mais do que isso, apresentei um quadro teórico que possibilitou o diálogo entre formas de resolução de conflitos, segurança pública e cultura policial.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, apontou as polícias civis como um dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Diferentemente da lógica inscrita na ideia de segurança nacional, o conceito que se adotou foi o que se aproxima da segurança pública como

um direito fundamental ao estado democrático de direito, representando um elemento essencial ao gozo dos direitos de toda pessoa humana.

Foram tratadas de práticas policiais historicamente imbuídas em decisionismo, podendo ser percebidas em questões que dizem respeito à população LGBT também. Verificou-se que a discricionariedade se manifesta no principal instrumento da atividade judiciária da polícia: o inquérito, em uma organização informal. Essa noção demonstra a existência de uma realidade informal do trabalho policial, que orienta os procedimentos de apuração investigativa com uma aparência externa que respeita as normas, e práticas internas que por vezes transgridem categorias legais.

Essas e outras práticas fazem parte da cultura policial, que também foi parte da investigação. A instituição policial reflete um corporativismo que pode ser percebido na atuação de profissionais, sendo a transparência apontada como uma necessidade para a reforma das estruturas de segurança pública. Associada a iniciativas como o desenvolvimento de sistemas de informação, integração das polícias estaduais, modernização tecnológica, mudanças no currículo de ensino policial, a falta de transparência completa demonstra a dificuldade na democratização das instituições policiais.

A partir da análise destas informações é possível perceber que o ato discricionário efetivamente se manifesta nas práticas policiais e que alguns setores da instituição se preocupam com a liberdade de gestão nos registros de ocorrências. Pensando o todo do trabalho, no entanto, é preciso ter em conta o fato de existir também um campo que gostaria que os registros fossem realizados com os marcadores de homofobia, o que demonstra a existência de uma disputa no que diz respeito à cultura policial. Ou, se não for possível encarar com simetria as possibilidades de disputa, é preciso reconhecer, no mínimo, que a abertura para práticas diferenciadas no âmbito de atuação revela que o modo como é regulado o agir policial não é estável.

Apresentada a trajetória investigativa, me arrisco a dizer que o trabalho resultou em um diagnóstico das políticas criminais e formas de acolhimento da Polícia Civil gaúcha, bem como em um panorama do quadro da violência contra a população LGBT. Na realização da pesquisa, procurei responder ao problema proposto, amparada pelas hipóteses que levantei inicialmente e também atendendo aos objetivos propostos. Sublinho, nestas linhas que findam o escrito, que os resultados alcançados foram muito mais extensos do que o esperado e, por isso, nem de longe estas poucas palavras dão conta de se colocarem como conclusivas ou com pretensão de encerrar qualquer debate. Pelo contrário, o que se espera é que a utilização do privilégio do espaço acadêmico possa dar visibilidade a demandas sociais e permitir a disseminação do

debate de questões tidas como de pouca importância ou excluídas por tratar de sujeitos marginalizados em razão de suas identidades de gênero ou orientações sexuais não-normativas.

## REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal**: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Modelos contemporâneos de justiça criminal**. Justiça terapêutica, instantânea e restaurativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, 1996, n. 14, p. 276-287.

\_\_\_\_\_. **Sistema penal máximo x Cidadania mínima**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

\_\_\_\_\_. Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional. **Discursos Sediciosos**, v. 4, Rio de Janeiro, 1997a, p. 99-102.

\_\_\_\_\_. Criminologia e Feminismo. Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. **Sequência**, v. 35, Florianópolis, 1997b, p. 42-49.

\_\_\_\_\_. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997c.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 98, 2006.

AVELINE, Paulo Vieira. **Segurança Pública como Direito Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Direito - Faculdade de Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Sociologia e Justiça Penal**: Teoria e Prática da Pesquisa Sociocriminológica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

\_\_\_\_\_. Elementos para a modernização das polícias no Brasil. São Paulo, **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, p. 8-20, 2016.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. NASCIMENTO, Andréa Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil. Permanência autoritária e perspectivas de mudança. Porto Alegre, **Civitas**, v. 16, n. 4, p. 653-674, out.-dez, 2016.

BARATTA, Alessandro. Criminologia e dogmática penal: o passado e futuro do modelo integral da Ciência Penal. **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro, Editora Forense, n. 31, jan.-jun. 1981.

\_\_\_\_\_. Ressocialización o control social - por un concepto crítico de reintegración social del condenado. In: ARAÚJO JR., João Marcello de (org.). **Sistema Penal para o Terceiro Milênio**: atos do Colóquio Marc Ancel. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

\_\_\_\_\_. La política criminal y el derecho penal de la Constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, n. 29, p. 27-52, 2000.

\_\_\_\_\_. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. Nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales, la política criminal y el pacto social (1998). In: BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal**. Buenos Aires: Euros Editores S.R.L, p. 168-198, 2006.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAYELY, David. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Simone; LEMES, Hisadora Beatriz G. Vidas vivas inviáveis: Etnografia sobre os homicídios de travestis no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. **Revista Ártemis**, Grande Dourados, v. XVIII, n. 1, jul-dez, pp. 184-198, 2014.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil: ANTRA/IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 06 mai 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**, 1. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)**. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/apresentacao-coletiva-08-12-2017.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_Anu%C3%A1rio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Anu%C3%A1rio.pdf). Acesso em: 03 jan. 2019.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. São Paulo: Gênero e Número, 2019. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BUTTERMAN, Steven. **Invisibilidade vigilante**: representações midiáticas da maior parada gay do planeta. São Paulo: nVersos, 2012.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. **Sobressaltos**: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta ad Parada do Orgulho Gay de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

CAMPOS, Carmen Hein de. **O discurso feminista criminalizante no Brasil**: limites e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito -UFSC, Florianópolis, 1998.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CARVALHO, Amilton Bueno de. O Juiz e a Jurisprudência - Um desabafo crítico. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 54 - 62, jan - fev. 2015.

CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia *queer*. Porto Alegre, **Revista Sistema Penal & Violência**, v. 4, n. 2, jul/dez, p. 151-168, 2012.

CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito**: racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASA 1. **Quem Somos - Casa 1**. 2019. Disponível em: <<http://www.casaum.org/quem-somos/>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

CIFALI, Ana Claudia. **A política criminal brasileira no governo Lula (2003-2010)**: diretrizes, reformas legais e impacto carcerário. São Paulo: IBCCRIM, 2016.

CIFALI, Ana Claudia; NASCIMENTO, Andréa Ana do; PEREIRA, Larissa Urruth; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Cultura policial e consolidação democrática: elementos para a construção de um novo modelo de polícia para o Brasil. In: SALATA, André; MARQUES, Teresa; PONTIN, Fabricio. (orgs.). **30 anos de democracia no Brasil**: avanços e contradições. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 15-36, São Paulo, jun. 2013.

CHRISTIE, Nils. Los conflictos como pertenencia. In: **De los delitos y de las víctimas**. Buenos Aires: Ad Hoc, 1992.

CORREA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dezembro/fevereiro, 2005-2006.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. As reformas nas polícias e seus obstáculos: uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. **Civitas**, Brasília, v. 8, n. 3, set./dez. 2008.

COSTA, Renata Almeida da Costa. Cultura do Medo e Espaço Urbano: Um Olhar Reflexivo sobre a sensação social de insegurança. In: SCHWARTZ, Germano. FERNÁNDEZ, Albert Nogueira. **Cultura e identidade em tempos de transformação**. Curitiba: Jurua, 2011.

\_\_\_\_\_. Policontextualidade, risco e direito: abismos superáveis para o delineamento da criminalidade contemporânea. In: MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. SCHWARTZ, Germano André Doederlein (org). **“O Direito da Sociedade”**. Anuário, vol 1. Canoas: Unilasalle, 2014, p. 229-255.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia: o homem delincente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Os grandes sistemas de política criminal**. Trad. Denise Radanovic Vieira. Barueri: Manole, 2004.

DOERING, Neon Bruno Morais. **GBT e Prisões: uma análise criminológico-queer do cárcere pernambucano**. 236 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito), Universidade Católica de Pernambuco, 2018.

DOMINGUES, Andrea Silva; CARROZZA, Newton Guilherme Vale. História oral, discurso e memória. **Tempos Históricos**, v. 17, p. 141-161, 2013.

ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual básico de criminologia**. Trad. Ney Fayet Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ESTADÃO. **Casa para abrigar LGBTs expulsos pela família é inaugurada após 'vaquinha'**. 25 jan. 2017, 03h00min. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-vaquinha-casa-para-abrigar-lgbts-expulsos-pela-familia-e-inaugurada,70001640471>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ESTEVES, Marcelle Cristiane. Laços&Acasos: mulheres, desejos e saúde - a experiência de trabalhar as vulnerabilidades de lésbicas e mulheres bissexuais em um projeto de prevenção no Rio de Janeiro. In: CASTRO, Camila; PEDROSA, Francisco (orgs.). **Redes SAGAS Brasil: interações preventivas com juventudes homossexuais, mulheres lésbicas e pessoas vivendo com HIV/Aids**. Fortaleza: Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), 2012.

FACCHINI, Regina. “**Sopa de Letrinhas**”? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado (Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. 118f. 2002.

\_\_\_\_\_. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200301&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Cienc. Cult.**, São Paulo, vol. 68, n. 3, pp.04-05, 2016.

FALUDI, Susan. **Blacklash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres (1991). Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FERREIRA, Carolina Costa. **O estudo de impacto legislativo como estratégia de contenção a discursos punitivos na execução penal**. 182 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito). Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Vidas lixadas**: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2018.

FIGARI, Carlos. El movimiento LGBT en América Latina: institucionalizaciones oblicuas. In: MASSETTI, Astor; VILLANUEVA, Ernesto; GÓMEZ, Marcelo (org). **Movilizaciones, protestas e identidades colectivas en la Argentina del bicentenario**. Buenos Aires: Nueva Trilce. 2010, pp. 225-240.

FINEMAN, Martha Albertson. Introduction: Feminist and Queer Legal Theory. FINEMAN, Martha Albertson; JACKSON, Jack E.; ROMERO, Adam P. (ORGS). **Feminist and queer legal theory**: intimate encounters, uncomfortable conversations. Nova York: Routledge, 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC (Universidade Estadual do Ceará), 2002. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_-\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA%281%29.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados (2009). **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2. p. 28-62, 2013.

G1/RS. **Com tema 'Resistir para não morrer', Parada Livre reúne milhares em Porto Alegre.** 18/11/2018, 19h40min. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/11/18/com-tema-resistir-para-nao-morrer-parada-livre-reune-milhares-de-pessoas-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar:** a escola do mundo ao avesso. Trad. Sergio Faraco. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GARLAND, David. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. **Crítica da pena e justiça restaurativa:** a censura para além da punição. 1. ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

GÓES, Luciano. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues:** o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GOODMAN, Leo. Snowball Sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, n. 1, p. 148-170, março, 1961.

GOLIN, Célio (vários colaboradores). **Nuances 25 anos.** Uma trajetória inconformada com a norma. Porto Alegre: s. n. 2017.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. **Tortura e cultura policial no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GONSIORREK, J. C. (1991). The empirical basis for the demise of the illness model of homosexuality. Homosexuality: Research implications for public policy. In J. C. Gonsiorek & J. D. **Weinrich, Homosexuality:** Research implications for public policy (pp. 115-136). Thousand Oaks, CA: Sage.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSS, Jacson. **A construção da cidadania e a sexualidade:** uma análise de casos de adoção homoparental masculina. 1. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

GROSS, Jacson; CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. O direito de existir para a sociedade: cidadania e sexualidade na luta por direitos na comunidade LGBT no Brasil. Paraíba, **Gênero&Direito**, v. 7, n. 03, p. 1-21, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**. Relatório 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **O que é o GGB (nossa história)**. 2019. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>>. Acesso em 03 jan. 2019.

GUSSO, Rodrigo Bueno. **Segurança Pública como Direito Fundamental Prestacional: análise a luz da política criminal**. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica - Centro de Educação de Ciências Sociais e Jurídicas), Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995, n. 5, p. 07-41.

HEREK, Gregory. Beyond “homophobia”: Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**, v. 1, p. 6-24, 2004.

HOLLOWAY, Thomas. O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.16, p. 129-140, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A aplicação de penas e medidas alternativas: relatório de pesquisa** – sumário executivo. [S.l.], IPEA, 2014.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n.10, jun., p. 65-84, 1989.

\_\_\_\_\_. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 471-481.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Discursos Sediciosos**, n. 1, Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 79-92, jan.-jun. 1996.

KLEIN, Caio Cesar. **“A travesti chegou e te convida pra roubar”**: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial. Dissertação ( Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Faculdade de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

KRUG, Etienne et al. (eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil (1949). 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Renato Sérgio de. **Entre Palavras e Números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; COSTA, Arthur Trindade. Segurança Pública. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Renato Sérgio de; BEATO, Cláudio; RATTON, José Luiz; SOARES, Luiz Eduardo; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Um pacto pela reforma da segurança pública**. 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/9670703/Um\\_Pacto\\_pela\\_Reforma\\_da\\_Seguran%C3%A7a\\_P%C3%BAblica](https://www.academia.edu/9670703/Um_Pacto_pela_Reforma_da_Seguran%C3%A7a_P%C3%BAblica)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LISZT, Franz von. **Tratado de derecho penal**. Trad. Quintiliano Saldaña. v. 1 Madrid: Reus, 1926.

LOGAN, Collen R. Homophobia? No, homophobia. **Journal of Homosexuality**, v. 31, p. 31-53, 1996. doi:10.1300/J082v31n03\_03

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÓPEZ PENEDO, Susana. **El laberinto queer**: la identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Egales, 2008.

MASIERO, Clara Moura. **O movimento LGBT e a homofobia**: novas perspectivas de políticas sociais e criminais. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

\_\_\_\_\_. Criminologias Queer In: CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres (orgs.). **Criminologias alternativas**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017.

MELLO, Kátia Sento Sé; LUPETTI, Bárbara Gomes Baptista. Mediação e conciliação no Judiciário: Dilemas e significados. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, jan/fev/mar, 2011, pp. 97-122.

MELO, Anderson Alcântara Silva; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Projeto mediar**: práticas restaurativas pela polícia civil de Minas Gerais. Disponível em: <<https://neemiasprudente.jusbrasil.com.br/artigos/121942841/projeto-mediatar-praticas-restaurativas-pela-policia-civil-de-minas-gerais>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MESQUITA NETO, Paulo de. Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções. **Análises e Propostas**, n. 33, dez, 2006.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. Melhoramentos: 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OVWL>>. Acesso em: 10 set 2018.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOIRA, Amara. Prefácio: Descisvestindo a teoria. In: FERREIRA, Guilherme Gomes. **Vidas lixadas: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2018.

MUNIZ, Jacqueline. Jogando o jogo democrático da segurança pública: procedimentos, transparência e responsabilização policiais. In: PINHO, A. C. B.; DELUCHEY, J.-F.; GOMES, M. A. M. (Coords.). **Tensões contemporâneas da repressão criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. p. 147-158.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. São Paulo, **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 84, v. 2, p. 148-187, 2017.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

NARDI, Henrique Caetano. Relações de gênero e diversidade sexual: compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; SANDRINE, Paula Machado. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. **Dados - Revista Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça restaurativa: da teoria à prática**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

\_\_\_\_\_. **A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo no Poder Judiciário: permanências e inovações no campo de administração de conflitos**. 286 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - Escola de Humanidades), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

PARADA LIVRE. **Prestação de Contas 2018 da 22ª Parada Livre de Porto Alegre**. [S.l.: s.n.]. 2018.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Periódicus**, Salvador, n.10, v.1, nov. 2018-abr. 2019.

PENALVO, Cláudia. Cenas de um projeto de prevenção em Porto Alegre. In: CASTRO, Camila; PEDROSA, Francisco (orgs.). **Redes SAGAS Brasil: interações preventivas com juventudes homossexuais, mulheres lésbicas e pessoas vivendo com HIV/Aids**. Fortaleza: Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), 2012.

PEREIRA, Larissa Urruth. **Habitus policial: uma análise sobre os processos de sujeição criminal e seletividade penal na polícia civil.** 143 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Faculdade de Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PHOENIX, Jo. A política da sexualidade: compreensões alternativas das mudanças sexuais e culturais. In: CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres (orgs.). **Criminologias alternativas.** Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, 1991, p. 45-56.

\_\_\_\_\_. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC**, São Paulo, 1985. p. 77-95.

POLÍCIA CIVIL. **Anuário 2017.** [S.l.: s.n.]. 2017.

POSSAMAI, Paulo César; NUNES, Anderson da Cruz. O tema da homofobia em dissertações e teses. **Métis: História & Cultura**, v. 10, n. 20, p. 273-284, 2011.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 70-84, 2018.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARVALHO. Salo de; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais.** São Paulo: Saraiva, 2017.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Espasa Calpe, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 10.994, DE 18 DE AGOSTO DE 1997. Disponível em:** <[http://www.al.rs.gov.br/LEGIS/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=8434&hTexto=&Hid\\_IDNorma=8434](http://www.al.rs.gov.br/LEGIS/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=8434&hTexto=&Hid_IDNorma=8434)>. **Acesso em:** 19 dez 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 15.120, DE 11 DE JANEIRO DE 2018. Disponível em:** <<http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15120-2018-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-no-10-994-de-18-de-agosto-de-1997-que-estabelece-organizacao-basica-da-policia-civil-dispoe-sobre-sua-regulamentacao-e-da-outras-providencias>>. **Acesso em:** 19 dez 2018.

ROSA, Alexandre Moraes da; JOBIM, Augusto. **A cultura da punição: a ostentação do horror.** 2. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** Coimbra: Almedina, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice.** O Social e o Político na Pós-Modernidade. Coimbra: Almedina, 2013.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan.jun., p. 19-54, 2007.

SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal:** o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SILVA, Fernanda Nascimento da. **Bicha (nem tão) má:** representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social – Faculdade de Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

SILVA, Maria Cecília Torres Alves da. **Justiça Restaurativa e Promoção de Direitos Humanos:** Mediação de Conflitos na Delegacia de Polícia Regional Leste. 70f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVEIRA, Andréa Maria. A prevenção do crime e segurança comunitária. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana** [online]. 2005, vol. 11, n. 2, pp. 577-591. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132005000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010)>. Acesso em: 20 nov. 2017

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SINHORETTO, Jacqueline. **A Justiça perto do povo:** reforma e gestão de conflitos. São Paulo: Alameda, 2011.

SOUZA, Daniel Cerdeira de; COELHO, Ingrid Mesquita; MARTINS, Felipe dos Santos; HONORATO, Eduardo Jorge Sant'Ana. Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. **Periódicus**, Salvador, n. 10, v. 1, nov. 2018-abr. 2019.

SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles de. **“Punir menos, punir melhor”:** discursos sobre crime e punição na produção de alternativas à prisão no Brasil. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Faculdade de Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Alternativas penais no Brasil após 1984 e seus efeitos: uma análise a partir de discursos sobre crime e punição. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 69-92.

SOZZO, Máximo. **Los retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana.** Venezuela: Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (UNES), 2012.

SPANIOL, Marlene Inês; GUIMARÃES RODRIGUES, Carlos Roberto. Segurança pública brasileira: análise das reformas na área à luz dos 30 anos de redemocratização. In: SALATA, André Ricardo; MARQUES, Teresa Cristina Schneider; PONTIN, Fabrício. **Trinta anos de democracia no Brasil: avanços e contradições**. 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2018.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 32. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

VELHO, Gilberto. O observador participante. In: WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

VIEIRA, José Ribas. **O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1993.

WENDT, Valquiria P. Cirolí. **(Não) criminalização da homofobia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

WICKBERG, Daniel. Homophobia: On the cultural history of an idea. **Critical Inquiry**, v. 27, p. 42-57, 2000.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, set./dez. 2007.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ENTREVISTA 1

**Porto Alegre**, Assembleia Legislativa, Praça Marechal Deodoro, n.101, bairro Centro Histórico

**Data:** 19/09/2018

**Local:** Bancada do PSOL

**Grupo:** militante de grupo organizado partidariamente

**Idade:** 22 anos

**Grau de escolaridade:** Superior incompleto

**Profissão:** Produtora

**Orientação sexual:** lésbica

Tópico	Transcrição
Sigla LGBT	<p>Tamires: <i>Você sabe o significado de LGBT? Poderia explicar o que entende pela sigla?</i></p> <p>Militante 01: Sei. Acho que a sigla em si abrange entre quatro, cinco e seis segmentos do grupo LGBT. Acho que tem muito mais pessoas que militam no movimento, mas a gente falar um alfabeto inteiro não iria funcionar, mas eu acho bem representativo.</p> <p>Tamires: <i>Você se sente contemplada?</i></p> <p>Militante 01: Sinto.</p> <p>Tamires: <i>E você entende que no espaço que você milita isso faz alguma diferença, já sentiu alguma rejeição de alguém?</i></p> <p>Militante 01: No meu espaço de militância não, sempre me senti muito confortável no meu espaço de militância, tanto que foi um dos espaços que me ajudou a sair do armário.</p> <p>Tamires: <i>Mas em relação à sigla, já foi algum tipo de reivindicação?</i></p> <p>Militante 01: O início do Juntos era “Juntos pelo direito de amar”, não era “Juntos LGBT”, então só militava pelas lésbicas, gays e bissexuais, não abarcava a parte de gênero. Depois houve um debate e se tornou “Juntos pelo direito de ser e amar”, mas aí a gente achou muito mais representativo ser “Juntos LGBT”, pra ser de fato bem representativo.</p> <p>Tamires: <i>Quando foi essa mudança?</i></p> <p>Militante 01 Foi antes de eu entrar no Juntos, foi em 2014.</p>
Iniciação na Militância LGBT	<p>Tamires: <i>Quando você começou a militar?</i></p>

Militante 01: Na real, eu me filiei no PSOL e entrei pro Juntos em 2013, junho de 2013. Mas eu acabei começando a militar organicamente em fevereiro de 2015.

Tamires: *E como foi esse processo de começar a militar mais precisamente na setorial LGBT?*

Militante 01: Essa aproximação de conhecer o Juntos LGBT foi em 2014 mesmo, foi quando eu comecei, não militava tão organicamente, porque em recém tinha saído do armário naquela época. Comecei a namorar e foi tudo muito rápido: a forma como eu saí do armário, que eu me vi como uma mulher lésbica. Foi quando eu comecei a conhecer, ali eu já senti a importância. Porque quando eu estava na escola ou quando estava em outros espaços eu não me sentia confortável, eu achava que era até pejorativo ser chamada de lésbica, sapatão e eu me sentia muito mal quando isso acontecia. E quando eu vi que eu saí do armário e tinha várias outras pessoas LGBTs na minha volta que militavam para que a consciência das pessoas evoluísse – seja na escola, seja na universidade, seja em outro espaço -, eu senti a necessidade da militância.

Tamires: *Na época que você te filiou e começou a militar você estava na escola ainda?*

Militante 01: Eu tinha saído da escola e recém tinha entrado na faculdade. Eu me formei em 2012 na escola e eu me filiei no PSOL em 2013.

Definição  
Sexualidade

da Tamires: *E nessa época como você sentiu a importância de se definir como lésbica, qual foi a importância desse processo pra ti?*

Definição  
Sexualidade  
Militância

Militante 01: Como eu saí de uma forma muito doida do armário – foi uma coisa que eu descobri em um dia e dois dias depois estava contando para todo mundo – eu senti muita confusão em me definir em alguma coisa. Eu nunca tinha ficado com homens, tipo, sei lá, tinha beijado alguns homens, mas não tinha transado nem nada, mas daí surgiu uma pinta que eu curti, mas era de outro Estado, e era uma loucura porque eu tava gostando muito dela e eu tava muito indecisa se eu era bi, se eu era lésbica, o que eu era, vs. ou se eu gostava só dela, para mim era tudo muito confuso. Mas eu fui me definir mesmo só depois que eu comecei a militar organicamente.

Tamires: *Qual foi a relação da definição da sua sexualidade com a militância?*

Militante 01: A militância me fortaleceu muito. Acho que eu não teria saído do armário com a força que eu saí se eu não tivesse na minha volta pessoas da militância, porque eu trabalhava já no PSOL e quando eu cheguei para o meu chefe, o Pedro Ruas, e disse “estou namorando uma menina, essa menina é de São Paulo, e não sei bem o que eu faço, eu estou bem perdida, mas provavelmente eu vá querer ir para lá ver ela, então vou precisar de uns dias de folga”. E ele olhou pra mim e disse “tá, tudo bem,

se você não quiser contar para ninguém, você não conta, se você quiser contar, você conta, eu vou te cobrir, não tem problema algum” e nisso já foi surgindo pessoas na minha volta me apoiando. Eu senti um apoio de fora muito maior do que da minha família.

Militância: PSOL vs. Setorial LGBT Tamires: *E logo que você entrou no PSOL você começou a trabalhar com o Pedro Ruas?*

Militante 01: Foi um ano depois. No começo eu estava só militando, na época era contra o aumento da passagem. E como eu morava em Gravataí, lá também tinham manifestações, e eu fui indo como independente e aí como não tinha nenhum outro coletivo ou partido na rua que não fossem as pessoas independentes, eu vi que o PSOL seria uma alternativa para eu começar a militar mais organizada. Então o primeiro lugar que eu comecei a trabalhar mesmo foi no gabinete do Pedro Ruas.

Tamires: *E tinha alguma pauta específica LGBT?*

Militante 01: No gabinete do Ruas de pautas tocadas na época não tinha. Tinha mais no gabinete da Fernanda Melchionna projetos LGBT, mas do Pedro Ruas não. Não tinha muita ligação, porque quando eu comecei a trabalhar com o Ruas eu ainda estava no armário.

Tamires: *Então teve uma diferença entre o que você trabalhou no PSOL e a militância na setorial LGBT?*

Militante 01: Sim, foi bem diferente. Eu trabalhava num trabalho burocrático, de comunicação e a minha militância era totalmente voltada para o movimento LGBT, movimento estudantil, era bem diferente.

Tamires: *Mas você foi se aproximando das duas coisas ao mesmo tempo?*

Militante 01: Sim.

Tamires: *Porque você milita bastante na setorial LGBT...*

Militante 01: Sim, do Juntos LGBT no estado sou eu que coordeno.

Direitos LGBT no Brasil em Geral Tamires: *Como entende os direitos LGBT no Brasil atualmente?*

Militante 01: Olha, não temos muita coisa. O avanço que se teve foi muito através do Judiciário, não através do parlamento. Foi com muita pressão do próprio movimento LGBT para o Judiciário aprovar o casamento civil, por exemplo, e qualquer outro avanço que a gente tenha feito. E através do parlamento a gente não teve quase nada, tanto que o kit anti-homofobia foi vetado pela Dilma. Foram vários retrocessos através do parlamento, tanto que há pouco a gente conseguiu barrar que andasse o projeto da cura gay. Então são muito poucos avanços, mas avanços bem significativos, tanto que o casamento civil (apesar de ser uma coisa que atinge poucos LGBTs) é um avanço muito grande perto do que a gente tem no Brasil. Nos estados,

como no Rio Grande do Sul, a gente tem a carteira de nome social para pessoas trans. Então são poucos [os avanços], mas que significam bastante coisa, mas não sei até onde vai durar isso.

Diretos LGBT vs. Tamires: *Como vê a violência no contexto da população LGBT? Tu acha Violência contra a que essa falta de garantia de direitos se reflete na violência contra a população LGBT?*

Militante 01: Acho que se reflete, tanto que os próprios parlamentares divulgam muita coisa sobre LGBTs. A gente vê Bolsonaro da vida, Marco Feliciano, têm vários parlamentares que fazem as leis e eles são figuras que influenciam muito na sociedade. Então eles querem retroceder o pouco direito que a gente tem e por influenciar muito na sociedade, eles põem muita força nas pessoas que têm preconceito e não deixam que as pessoas entendam o que é ser LGBT, que não é uma opção, não é uma vontade de ser transgressor, a gente é o que a gente é.

Tamires: *E tu acha que esses discursos e forma de se propagar são formas de violência?*

Militante 01: Seria e é uma forma gigante de violência. Porque hoje uma boa parte da morte de LGBTs é de suicídios, em função da violência que sofrem. Tanto por meio desses parlamentares, dessas figuras públicas que incitam a violência, quanto da própria família, que não aceitam. A maioria é suicídio. E a grande parte do mapeamento de suicídios.

Experiências pessoais de violência por ser LGBT. Tamires: *Você já esteve envolvida em algum conflito/violência em função da sua sexualidade?*

Militante 01: Diretamente ligada a mim não, mas eu já vi e tive que reagir de alguma forma para defender, em casos de assédio. Num caso aqui de uma festa de Porto Alegre, tinha uma amiga e um cara muito em cima dela, e ela disse que não queria, não queria, e ele insistiu, e ela “cara, não quero”, não sei o que, e eu cheguei nesse meio tempo e dei uma cerveja pra ela e ele se afastou, mas depois ele veio pra cima de novo, puxando o braço dela, tentando ficar com ela a força e eu tive que reagir empurrando ele, chamando a segurança, tentando tirar o cara da volta dela. No final, na saída da festa, ele chamou dois amigos que queriam me bater.

Possíveis soluções para caso vivido

Tamires: *Ele continuou na festa? A boate não fez nada?*

Militante 01: Continuou na festa, não fez nada. Só afastou ele por um tempo e, na saída, quando a gente estava indo embora, ele me fechou com dois amigos querendo me bater. E eu só empurrei e saí.

SMIC

Tamires: *Nesses casos de violência, tem algum tipo de modificações que pensa que sejam possíveis?*

Militante 01: Olha, nessas casas noturnas sei que tem alguns lugares que estão fazendo treinamento com seguranças, atendentes nos bares, para saber como lidar nesses casos, tanto de violência quanto de tratamento das pessoas LGBTs. Seria um bom incentivo.

Mas em Porto Alegre, a gente tem a lei orgânica, por exemplo, que determina que esses casos deveriam ser encaminhados pra SMIC e tal, e esses casos deveriam gerar uma multa, sucessivamente tantas multas, até que fosse interditado. Só que quando tu denuncia, tu cai num limbo de todas as denúncias existentes, seja de doença sanitária ou de qualquer outra coisa, então acabando nem mapeando nem sabendo. Tipo, o Pinguim está aí aberto até hoje, com relações homofóbicas e transfóbicas, então é muito mal feita a vigilância.

Tamires: *Tu já participou de alguma denúncia para a SMIC com algum desses casos?*

Militante 01: Não, mas a gente fez algumas pesquisas com algumas pessoas que fizeram essas denúncias, mas nada andou, porque fez a denúncia e nunca mais foram contatados e ficou por isso mesmo.

Tamires: *Vocês quem?*

Militante 01: Ano passado, pro programa de governo da Luciana Genro a gente fez pesquisas para fazer um programa LGBT. Aí a gente fez umas pesquisas sobre a lei orgânica, conseguimos umas 2 ou 3 pessoas que já tinham denunciado, só denunciou e nunca teve resposta. 15:20

Foco da setorial LGBT do PSOL Tamires: *Quais são as demandas da organização onde você milita?*

Militante 01: Hoje tem muito apelo em relação à saúde dos LGTBs. Tanto mulheres lésbicas não têm muito debate sobre saúde – agora que estão surgindo algumas coisas, mas são coisas muito pequenas. Sobre sexualidade, a maioria das mulheres da periferia, se for ver, não sabe que pode pegar DST, por exemplo, então é muita falta de debate sobre isso. E a gente até pouco tempo, as pesquisas que têm são de fora do Brasil, dentro do Brasil não tem esse tipo de pesquisa. Tanto que até pouco tempo homens gays e mulheres lésbicas não podiam doar sangue, por exemplo. Ambulatório não tem quase nada, só tem o PROTIG, que é no [Hospital de] Clínicas [de Porto Alegre], mas muito pouco acesso. A questão da cirurgia também, a fila tá de 200 anos, e as vezes a fila atrasa cada vez mais porque há um erro na... eles fazem uma cirurgia [de redesignação sexual] por mês e as vezes dá errado, no outro mês eles arrumam o que tava errado e já cai mais um. A fila vai atrasando. É muito difícil. É pelo SUS. Claro que quem tem condições vai pra fora do país fazer, tenho vários amigos que foram pra fora, tanto homens trans quanto mulheres trans.

Tamires: *E tu tem noção de qual valor eles pagam?*

Militante 01: Ba, não faço ideia, mas é caro.

Relação PSOL e Setorial LGBT

Tamires: *Dentro do PSOL, dentro do Juntos, qual é a importância da setorial LGBT pra organização?*

Militante 01: Eu vejo uma importância muito grande, mas como a gente tá num coletivo e num partido que pauta muita política geral, por exemplo, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a parte mais dos operários, acaba atuando como uma setorial secundária mesmo, de uma forma de lutas democráticas, atuando na sociedade. É como uma setorial real, como diz mesmo, ser uma setorial secundária às setoriais dentro do movimento estudantil, dentro de uma empresa, dentro de alguns espaços e vai atuando de forma mais geral em algumas pautas mais específicas Tipo, ano passado, se tu olhar o movimento LGBT como um todo, ele só surgiu na questão da cura gay e na questão do *queer* museu. Como geral, não só como Juntos LGBT. O movimento LGBT ultimamente vem surgindo mais na Parada ou, quando surge uma pauta específica, só respondendo ao retrocesso ou indo pra cima em alguma pauta específica. Ele não vem criando pautas, porque a gente tá respondendo muito nessa política. Tanto que a reforma trabalhista ataca diretamente as LGBTs, assim como as mulheres, os negros. Tipo, as LGBTs já estão no call center, já estão em espaços secundários e a gente pauta muito isso nas setoriais do PSOL e no Juntos LGBT. Da pauta geral a gente conseguir trazer as LGBTs também para essas lutas gerais, que atacam diretamente.

Tamires: *Tu acha que na organização como célula, a setorial não seria uma setorial diferente?*

Militante 01: Sim, acho que não seria.

Relato de violência contra LGBT

Tamires: *E nas questões que envolvem violência, violência na rua, não sei se tu já passou por isso, não só em festas, tu acha que teria alguma forma de resolver essas questões? Tu já ouviu algum relato de quem tenha sofrido violência no espaço urbano?*

O que pode ser melhorado

Militante 01: Sim, já ouvi relato que não faz 6 meses aqui na cidade baixa, na frente do Margot: uns caras hetero bombadões foram para cima de um menino gay de São Paulo que estava aí visitando e eles foram para cima dele e bateram nele. Tipo, ah, chamando de veado, veadinho, gay, não sei o que, não é para tu estar aqui, não é teu espaço. E ele estava bebendo na rua, na João Alfredo a galera faz isso, ele estava ali e a galera foi para cima dele. Isso já era tarde, não tinha tanta gente na rua. Eu não sei o que poderia ser uma forma mais rápida de reação, mas eu acho que na questão da segurança pública, a gente não tem nem mapeamento das violências, mortes. O mapeamento que a gente tem é do Grupo Gay da Bahia, que através das notícias e de alguns familiares que entram em contato para colocar no censo deles. E o mapeamento que eles têm de mortes de LGBT é de 470 no ano passado, de 470 pessoas que foram mortas, só do que ficou notificado, de notícias e pela família. Imagina os casos que têm relação de LGBTfobia e não foi notificado. Tanto que a gente fez agora um projeto

do Pedro Ruas, que, de acordo com o Conselho Nacional LGBT, que é uma indicação de trocar nos boletins de ocorrência, termos circunstanciados, botar nome social, identidade de gênero e orientação sexual e, se for caso de homofobia, transfobia, botar no BO, pra gente conseguir mapear. Mas está tramitando ainda e não há nenhum interesse do governo em aprovar.

Tamires: *Ah, não foi aprovado ainda? Foi ano passado, né?*

Militante 01: A gente colocou o projeto em 2015 e até agora o líder do governo está segurando para um parecer da CCJ e não solta. Eu acho que para um começo teria que ser um mapeamento para a gente poder saber as zonas de mais violência, e questão de pensar formas de políticas públicas.

Setorial LGBT  
pauta da violência

e Tamires: *E tu acha que existe dentro da tua organização um consenso sobre uma pauta de violência contra a população LGBT? Quer dizer, algum direcionamento em relação a isso?*

Criminalização como  
política pública

Militante 01: Eu acho que não tem esse debate ainda. Tanto na minha organização quanto em outros espaços. Eu andei lendo em alguns outros coletivos e alguns espaços LGBT e é muito pouco debatido dentro da criminalização da LGBTfobia. Mas isso ainda é muito difícil. Tem a visão do Jean Wyllys, que não é para criminalizar, mas para agir mais na área da educação e criminalizar de uma forma menor e não encher as cadeias com mais gente. E tem uma forma de não, vamos criminalizar, que nem a questão do racismo, só que o debate ainda não saiu disso. Está no debate, mas as pessoas não amadurecem o debate para escolher: vamos criminalizar ou não vamos criminalizar. Tanto no PSOL é muito confuso isso ainda. Não tem um direcionamento ainda.

Tamires: *E tu acha que a criminalização seria uma forma de política pública que resolveria?*

Militante 01: Eu tenho as minhas dúvidas. Tipo, causaria medo na sociedade como um todo, mas não inibiria os casos de LGBTfobia. Assim como o racismo, existe racismo em todos os espaços e nem todo mundo é preso e dependendo das pessoas nem ficam presas. E eu acho que se não tiver uma política de ressocialização de uma forma de debater esse tipo de coisa com essas pessoas que forem presas, não tem porque prender essas pessoas, só para encher mais as cadeias e as pessoas saírem de lá com curso profissional de violência. Uma violência vai gerar uma violência maior ainda.

Tamires: *Mas essa é a tua opinião pessoal?*

Militante 01: Isso.

## APÊNDICE B – ENTREVISTA 2

**Porto Alegre**, Câmara de Vereadores, Avenida Loureiro da Silva, n. 255, bairro Centro Histórico

**Data:** 19/09/2018

**Local:** Pátio da Câmara de Vereadores

**GRUPO:** militante de grupo organizado

**IDADE:** 56 anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:**

**PROFISSÃO:** Assessor de gabinete

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** gay

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
	Militante 03: Desde 91, 27 anos.
00:00 a 4:21	Tamires: <i>91? E com quem mais tu começou, assim, a te organizar?</i>
	Militante 03: Tinha, nós morávamos na casa de estudantes da UFRGS, tinha o [REDACTED], a [REDACTED], o [REDACTED], tinha uma, o [REDACTED], não, o [REDACTED] não, o [REDACTED] foi bem depois, ele entrou depois.
	Tamires: <i>Tu era estudante na época?</i>
	Militante 03: Aham. Nós era estudante. Nós morava ali na casa de estudante da UFRGS.
	Tamires: <i>1991.</i>
	Militante 03: Aham.
	Tamires: <i>E como que foi, assim, a ideia de começar, de criar esse...</i>
	Militante 03: Olha, na realidade o pontapé inicial foi do Vladimir Lorensi, ele fazia biologia, ele era da UFRGS e ele tinha viajado e conhecido alguns militantes num encontro que teve em 86 que foi o “tal” (inaudível), naquela época era encontro brasileiro de homossexuais que acontecia no Recife. Aí ele conheceu Luis Motte, militante do nordeste e tal, veio pra Porto Alegre e conheceu algumas pessoas ali, inclusive, fundaram o Gapa. E aí ele tinha essa ideia, aí a gente se conheceu ali na casa de estudante e aí saímos um sábado a tarde tomar uma cerveja, pensamos na possibilidade de fundar um grupo e discutir toda essa questão da homossexualidade e tal, né? Naquela época se chamava homossexualidade, nem era, né, o termo homossexual era mais ou menos o termo utilizado, assim. E aí convidamos outras pessoas e começamos a nos reunir na casa de estudante, a gente fazia as reuniões sempre no sábado e tal, sábado a tarde. E aí a gente começou também a conhecer o pessoal da Gapa – grupo de apoio à prevenção da AIDS – que foi fundado em 89 que era

ali na Cidade Baixa na Luiz Afonso.

Tamires: *Já teve várias sedes, né?*

Militante 03: É, já teve, ali foi o que mais ficou ali. Aí a gente começou a frequentar ali e as reuniões começaram a ser na sede do Gapa. A gente ia lá nos domingos, eles nos emprestaram um armário de guardar as coisas, guardar panfletos e tal mas as reuniões eram abertas, temáticas, assim, as pessoas vinham pra conversas e era muito, assim, muito terapêutico, entendeu? Porque as pessoas tinham uma necessidade enorme de falar sobre a vida pessoal, problemas com a família, trabalho porque era um tema bem mais, né, diria muito mais escondido, né, muito mais clandestino, não havia essa visibilidade que a gente tem hoje. E aí iniciou assim, e aí a gente saiu, depois do Gapa a gente alugou uma sede ali na Viera de Castro. Começamos a trabalhar com projetos, aí a gente teve um, digamos um up bem grande a partir de financiamento e tal, conseguimos produzir materiais, jornais.

Tamires: *Aham, mais ou menos quando isso?*

Militante 03: Isso 94. 93, 94 que a gente teve essa... aí a gente começou a ocupar espaço, assim, na sociedade, discutir, fazer manifestações de protesto, ir pra rua, ir pra câmara de vereadores, tudo que é lugar.

Tamires: *No início não era tão político então, era mais...*

Militante 03: Bem no início não. A gente fazia uma coisa política, entendeu? Mas a gente via que tinha uma demanda muito grande nessa questão, assim...

Tamires: *Afetiva.*

Militante 03: Afetiva, de falta de espaço de espaço pras pessoas dizerem o que tava sentindo. Era muito forte isso. Tanto que, paralelamente, se criou um grupo que se chamava "oficina de gente", que daí as próprias pessoas se organizavam e se encontravam em dias diferentes pra, realmente, terapia. Pra fazer essa discussão.

Tamires: *Ah! Entendi. Daí vocês foram se organizando pra pegar projetos, financiamento, coisas específicas.*

Militante 03: Exatamente. Em 93 a gente fez uma, fundamos uma direção com CNPJ, aquela coisa toda porque se não... tinha uma discussão sobre ficar meio anárquico, assim, não ter essa coisa da, da. Mas daí, bom, não tinha outro jeito: ou a gente ficava naquilo ou se a gente quisesse financiamento, nós tinha que fundar, assim, formalizar a entidade. Daí fizemos e tal, começamos a participar de editais e aí começamos a...

Tamires: *E os projetos eram direcionados pra que no começo?*

Militante 03: Tinha alguns da área de direitos humanos mas a grande maioria era financiamento em relação a HIV e Aids. Mas nós trabalhávamos em vários

temas mas o financiamento vinha muito disso.

04:21 a 07:13 Tamires: *Que tipos de atividades vocês desenvolviam?*

Militante 03: Nós fazíamos muito material de prevenção, cartilhas, cartilhas de direitos humanos, jornais, revistas. Aí muitos, muitos materiais, publicações, seminários, encontros.

Tamires: *De tudo.*

Militante 03: De tudo, assim, bem, bem variado, a gente tem todo o material e tal.

Tamires: *E quais eram as principais fontes que vocês defendiam?*

Militante 03: Nós tinha uma, nós tinha uma, um dos eixos era dos direitos humanos, bastante essa questão em relação à violência, em relação à questão da saúde, educação, depois, e tal, os sistemas andavam juntos, a questão da cultura também, né?

Tamires: *E tu acha que são eixos que ainda seguem os mesmos?*

Militante 03: Seguem. Questão da saúde ainda é um dilema pra posição LGBT, é uma questão ainda... a questão do trabalho, né? Da educação também continua, questão da violência continua... ou seja, as pautas ainda estão aí, né? Eu acho que a grande diferença é que, hoje, a gente tem mais empoderamento, outros atores sociais, né? Tem muito mais debate, a gente ocupou vários espaços porque antes a academia não tinha essa perspectiva do direito, entendeu? Da antropologia, era muito mais no campo da psicologia, aquela coisa assim, né, de "tentar entender quem são esses sujeitos", essa parte mais... então a gente deslocou o debate político. A gente digo movimento em si, né? Deslocou pra uma questão de direitos humanos e tal, então, isso eu acho que foi um grande ganho do movimento, mas isso não é o suficiente pra gente vencer todas as questões que na realidade não é só nossa, né? Se a gente for ver, né, maioria da população brasileira também não tem esses acessos, né? Mas é claro que tem esses, eu diria... essas questões que elas vão se somando e precarizando, como, por exemplo, dependendo do local social que tu tá, né? Dependendo quem tu é, se tu é uma bicha pobre, uma bicha rica, se tu é uma travesti, uma trans. Aí o Estado vai te olhar a partir do que tu é, né? E isso vai dizer que direito tu vai ter e que acesso tu vai ter, né? Por isso a discussão, hoje, das mulheres travestis e transsexuais, os homens trans em relação à questão da saúde porque, né, há um nó nesse sentido que não conseguiu se superar ainda. Então é uma demanda muito forte pra essa população. Agora se tu pegar uma bicha classe média, branca e tal, a questão da saúde já não vai ser mais uma questão, né? Pode pagar um plano de saúde, ela vai ter acesso, ela vai ir, ela vai pagar, ela tem condições e tal, então... é diferente.

Tamires: *É diferente, é, tem um marcador. E no Nuances, assim, atualmente,*

07:13 a 9:42 *quais os principais projetos que vocês tão trabalhando?*

Militante 03: Olha, nós estamos passando, há alguns anos já, por uma crise, assim, nós temos uma sede ali mas praticamente ela tá fechada porque nós não temos projetos que financie e que dê condições de sustentabilidade que a gente fique trabalhando como a gente ficou por muitos anos. A gente produzia muito, atendia as pessoas na sede.

Tamires: *Onde fica a sede?*

Militante 03: Fica na Vigário José Inácio, número 213 ali e tal. E aí é um prédio que é uma ocupação da economia solidária e tal, de várias cooperativas e tal. E aí o seguinte, nesse momento nós temos um projeto que é um intercâmbio que é na área da educação que é o Nuances aqui em Porto Alegre, colégio aplicação da UFRGS e é um projeto em parceria com uma escola de Berlim e uma Ong chamada “tal” (inaudível) que é de Berlim, uma Ong LGBT. Então um projeto financiado pelo governo alemão que é o seguinte: é um intercâmbio entre professores militantes LGBT e estudantes LGBT dessa escola de Berlim de Porto Alegre, do aplicação, com um recorte pra questão da diversidade sexual, orientação sexual e raça. Então os estudantes que participam desses convênios precisam ser negros, negros, negras e tal. Então teve uma primeira fase que eles ficaram uma semana em Porto Alegre, pessoal de Berlim e agora, em junho, nós vamos pra Berlim. E, depois, vai se ampliar pra mais estudantes e por mais tempo. Então é um projeto de intercâmbio, bem interessante e tal. E tem um que é o “tal” (inaudível) que também é um projeto de intercâmbio e tal, mas daí envolve Argentina, Itália, Alemanha e mais Ongs. Daí tem outras Ongs daqui de Porto Alegre também que tão participando que teve uma fase em Rosário na Argentina e aqui em Porto Alegre. E aí, a ideia é que tenha a segunda fase na Alemanha e na Itália mas isso não tá, ainda não tá decidido. Esses são os projetos que a gente tá participando e a gente tem participado, tipo assim, de ações da organização da parada, essa coisa, o Conselho Estadual LGBT, das ações que vão acontecendo, assim. Mas não é, não é algo, assim, como já foi, né?

9:42 a 11:00 Tamires: *Em termos de direito, assim, como, de todo teu percurso, né, de militância, como que tu percebe os direitos da população LGBT no Brasil?*

Militante 03: Olha, eu acho que alterou bastante, a gente não pode negar que houve muitos avanços porque veja bem: nós saímos de uma população que não existia enquanto cidadãos, entendeu, não éramos cidadão de direito, nós não existia enquanto sujeito político, eu diria, e partimos pra um espaço de ocupação. Então muitas decisões judiciais, de forma aleatória no Brasil inteiro e principalmente no Rio Grande do Sul ali por 96, 97, 98, começaram a suscitar esse debate. É claro que nós instigava isso. Ah, adoção! Ah, casou tem direito porque separou. Ah! Bom. Todas essas situações que já tão mais ou menos naturalizadas e tal, começou a se dar, ou seja, as pessoas por ter essa orientação sexual ou de expressão sexual, elas não podem ser descobertas pela constituição federal, aquele entendimento, né? Que as pessoas têm na sua... e eu acho que se avanço bastante nesse sentido, né? Então nós temos

hoje, eu diria, uma proteção bem maior do que o que se tinha antigamente. Claro, talvez ainda tenha algumas arestas, assim, né, mas eu acho que hoje a gente tem, tem avançado bastante nesse sentido.

11:00 a 16:00 Tamires: *Uhum. E a violência sempre foi um ponto forte pelo o que tu disse, né, das pautas do Nuances. Como que tu vê essa questão da violência no Brasil agora?*

Militante 03: Eu acho que assim, ó. O debate da violência em relação à população LGBT é um debate que vai muito além da ideia de uma violência, assim, que a gente pode pensar que a pessoa vai agredida e tal. Eu acho que tem questões culturais, ideológicas de construção, entendeu, desses personagens na cidade que envolvem, por exemplo, na minha perspectiva, uma questão moral muito forte sobre nossa sexualidade, entendeu? Porque, né, a gente se não fosse gay, lésbica provavelmente a grande maioria não se atrevia, mas, ou seja, a nossa expressão sexual, ela tem uma construção história que nos colocou num lugar da patologia, da doença, do desvio, da ameaça. E isso sempre constitui um caldo de cultura que legitima a violência e que constrói a violência. Então, na medida em que essas pessoas verem essas pessoas, há uma desqualificação moral, entendeu? A questão das travestis: porque que elas são muito mais violentadas? Porque há uma desqualificação moral em cima daquele corpo, daquela pessoa, daquele sujeito, daquela sujeita que faz com que as pessoas se sintam a vontade pra... ou seja, a pessoa já não tem cidadania, a pessoa é menos, é, ou seja, tu desqualifica, tu deixa, tira humanidade dela a partir daí tu... Então marginaliza e a partir daí tu legitima a violência. Então eu acho que tem que ter essa compreensão porque, por isso que é difícil essa questão. Pode ter uma lei, nós podemos ter uma lei que criminalize os atos lgbtfóbicos e tal, podemos ter, o cenário político não é. Mas não é o suficiente porque é uma mudança muito de lógica, de perspectiva, de visão, de várias, que passa por várias questões. O que que acontece. Nós poderia pensar, a gente não tem esses dados e não tinha antigamente, as pessoas tavam muito mais no armário. A nossa visibilidade também provocou uma reação em alguns setores mais conservadores da sociedade. E esses setores, a gente vem passando por um momento político no Brasil nos últimos anos, assim, onde esses setores... no tempo em que iniciamos a militância, ao mesmo tempo que a gente era muito mais, digamos, no armário, nós não ouvia um discurso tão efusivo e tão forte de preconceito como a gente ouve agora. Mesmo com todos os avanços que tiveram, entendeu? Ou seja, então nós provocamos, acredito eu, seja um dos fatores a nossa visibilidade, nosso empoderamento, de tá na rua, de tá na televisão, de tá em tudo que é lugar, a gente tá em tudo que é lugar mesmo, né? Não tem onde não se discuta! Tu vai numa cidade de 10 mil habitantes, já tem uma bicha, uma sapata lá, uma travesti, né, assumida "ah, eu sou isso, sou aquilo". Quando nós estudava na UFRGS, naquela época, nós entrava na sala de aula e nós virava hetero na hora! Hoje tu é bicha e tu entra na sala de aula e se o professor disser alguma coisa já faz um bafo! As pessoas vão de bandeira pra dentro da universidade, pendurando no, os grêmios estudantis é um monte de sapata, um monte de bicha, na minha época não era assim, entendeu? Não

havia esse espaço. Só que esse empoderamento também provocou uma reação e essa reação acaba também gerando violência..

Tamires: *Sim e é extrema, né?*

Militante 03: Exatamente. E aí tu tem todo esse caldo. Esses dias eu li lá nessas coisas de rede social, assassinaram uma travesti lá um desses crimes bárbaros e tal em Rondônia e tal. Aí a postagem, as pessoas diziam assim "Ah" – ficavam naquela justificativa – "Ah, mas se matam fulano de tal não dão tanta atenção". Aí um cara disse assim "É, mas eu que sou um cara bonito e tal, saio na rua e os gays ficam dando em cima de mim, se eu der um pau neles vão dizer que é homofobia?". Ou seja, já tá introjetado essa ideia, entendeu? Dessa perspectiva política da violência, né? Então é um desafio que a gente tem, um desafio que a gente vai ter que enfrentar. Ou melhor, a gente tá enfrentando isso, né? Mas é um processo que vai demorar muito ainda porque é uma questão de também, ela tá ligada a uma questão de civilidade, de respeito ao direito de ir e vir, da individualidade das pessoas, que na cultura brasileira não é bem assim. A relação da questão de machismo em relação as mulheres que os homens se sentem à vontade pra botar a mão na bunda, chamar de gostosa, essas coisas, elas tão conectadas. Essa invasão do espaço privado que na cultura brasileira é muito grande, e que em outros países já não é tão, tem um respeito maior, isso também tá *linkado* com a questão da violência, né?

16:00 a 18:00 Tamires: *E tu mesmo, na militância ou na tua vida, já passou por questão de violência?*

Militante 03: De violência, não. De discriminação, sim. De violência física, assim, nunca me aconteceu nada, assim. Mas de passar por situações, algumas vezes, assim, nada muito, mas algumas vezes sim, por exemplo. Uma vez nós tava com uns amigo, nós fomos pra Caxias, isso nós era tudo umas bicha classe média branca! Não era nada assim... e nós fomos entrar numa boate, eles viram que nós era gay porque chegamos em 4, 5, 6, 7 mas já faz uns 15 anos isso. Aí quando nós chegamos o cara segurou a porta e disse "não, tá lotado o lugar" e a gente viu que não podia, sabe aquela coisa "ah, alguma coisa tá acontecendo". Nisso, dali menos de um minuto, alguém saiu e abriu a porta e a gente olhou pra dentro e tava praticamente vazia. Que que a gente fez, a gente pegou e entrou! Sem autorização, entramos e sentamos todos no balcão e tal. Então, é uma atitude de discriminação, né? É uma atitude de discriminação. Uma vez nós fomos, nós estávamos no Nuances, isso em 98, nós saímos lá da sede do Nuances de noite, fomos numa lancharia na João Pessoa, pedimos xis, entendeu, xis, sentamos na mesa, pedimos xis, cerveja, aquela coisa brincando as bicha, assim, aquela coisa... o cara que fazia xis devia ser um homofóbico muito grande, na hora que a gente pegou o xis e começou a comer era puro sal, o cara encheu de sal todos os xis. Foi uma situação tão ruim, sabe? Não, uma coisa louca, né?

Tamires: *Ai, eu to chocada!*

Militante 03: Aham.

Tamires: *Tá e o que vocês fizeram?*

Militante 03: Levantamos, fomos direto assim pro gerente e “olha, faz tudo de novo ou se não...”, entendeu? E o cara ficou todo apavorado, assim, tirou o cara do lugar e tal. Coisas assim, entendeu? Ah, e olhares, piadinhas, uma coisa e outra e tal, né?

18:00 a 19:15 Tamires: *E o Nuances enquanto entidade, assim, não chegava a acompanhar (foi interrompida e Celio já foi respondendo)*

Militante 03: Acompanhamos. Nós acompanhava muito, levava as pessoas na delegacia, em comissão de direitos humanos, em várias assim, sempre fizemos isso. Muito, muito, muito, muito. Eu cansei de ir pra delegacia, pra comissão de direitos humanos, pra lá e pra cá, pra cartório, pra tabelionato. Dependendo do caso nós fazia manifestação, fazia bafo, discutia.

Tamires: *Uhum! E vocês faziam mais na militância ou tinha acompanhamento jurídico e tudo?*

Militante 03: A gente fazia parcerias e tal, né? Mas nós... teve um projeto que era um centro de referência financiado pelo governo federal e que durou dois anos e meio que aí tinha uma equipe técnica – um advogado, uma assistente social, uma psicóloga – que daí a gente fazia os encaminhamentos, né, legal. Mas, se não era muito mais orientação, assim. E amigos que a gente conseguia que era advogado, essas coisas de parceria e vai indo e tal. Mas a gente sempre fez isso, nunca nos recusamos, qualquer pessoa que chegava com alguma demanda a gente sempre... até agora quando chega a gente orienta e tal, tenta dar uma, dar um né, um encaminhamento, tem que, é uma responsabilidade que a gente tem, né, política também, né? Mesmo não tando estruturado, né?

19:15 a 22:25 Tamires: *E alguma, tipo, situação, assim, que tu tenha acompanhado de uma violência grave. Teve algum tipo de resolução ou nunca viu nada que tenha sido resolvido?*

Militante 03: Não, teve casos, assim, de pessoas que foram discriminadas, até casais de lésbicas que a gente acompanhou e que teve indenização por danos morais. Nós tivemos um caso no Walmart, duas lésbicas e tal, o Walmart foi penalizado, elas receberam uma indenização por danos morais e tal. Então... em outros casos também que aconteceram e tal. Mas, a maioria é uma situação bem complicada assim porque há um desgaste emocional muito grande da vítima, entendeu? Então muitas pessoas não têm estrutura pra, porque o processo é um processo muito longo, assim. Outra coisa, muitas pessoas não têm testemunha, se tu não tem testemunha é difícil de levar, entendeu, pra frente. Então, coisas que... mas nós tinha muitos casos assim. A maioria, não sei se a maioria porque a gente não tem essas estatísticas, mas muitos casos também não deu em nada. Como é o caso extremamente recente daqueles dois gays que foram agredidos e espancados lá dentro do Leopoldina que

aconteceu foi no ano passado, né? É e olha, foi um caso absurdo que a delega arquivou o processo por falta de prova! Entendeu?

Tamires: *É, e o pai nega...*

Militante 03: Sim, não, é, imagina!

Tamires: *É, no fim vocês acabavam recebendo demandas, assim, e não tinha o que fazer.*

Militante 03: É que assim, a gente tinha noção, e tem e temos noção, que muitas das coisas que a gente fazia, muitos projetos, a gente tava fazendo trabalho do Estado. Mas claro que politicamente pra nós era importante, dá visibilidade, de se empoderar, ocupar espaço e tal, né, mas... por exemplo, pra trabalhar com a questão da prevenção de HIV e tal, nós trabalhamos, assim, por quinze anos. Teve um projeto Boa Noite que começou em 95 e acabamos em 2010 – foi mudando de nome e tal mas foi um projeto que produzia materiais de orientação em relação ao HIV e outras DSTs e tal e nós distribuimos 25 mil preservativos por mês nós distribuía. Em boates e tal e lugares.

Tamires: *Sim, essa é uma demanda história, né?*

Militante 03: Exatamente. Nós distribuía, fazia esse trabalho e tal. Claro, tinha projeto financiado mas a gente tava fazendo trabalho do Estado. E depois, com a desestruturação das Ongs, dos financiamentos, essa coisa toda, né, que nós tamo passando hoje, né? Sociedade civil toda, né? Houve uma perda de espaço muito grande, assim, a gente tá... e talvez aí esteja uma das justificações pra questão da epidemia também, do crescimento da epidemia, né? Nos jovens e tal, né? Talvez seja um dos fatores.

Tamires: *A falta de políticas*

Militante 03: É, exatamente de prevenção e tal. Claro, é multifatorial eu diria, né? Mas isso também talvez tenha uma, um peso. Porque nós tava lá conversando com as pessoas, distribuindo material e discutindo e tal, né?

22:25 a 26:05 Tamires: *E tu percebe, assim, alguma modificação dentro da entidade? Tipo, antes tinha muitos militantes e agora tem menos... como que tá essa questão?*

Militante 03: Olha, as entidades, assim, quantas pessoas tinha no Nuances! Poucas pessoas achavam que ia ter 100 pessoas, diziam “não!”. Sempre foi 6, 8, 10, 12 mais diretamente, talvez menos um pouco, mas existem aquelas pessoas que são mais diretamente envolvidas e uma rede um pouquinho maior que são pessoas que participam de forma mais longe, então é mais ou menos assim como é hoje. Hoje eu diria que a gente tá numas 8, 9 pessoas, amanhã a gente vai ter uma reunião e tal... mas aí tem outras pessoas que também tão próximas, assim, que também tão sabendo o que que tá acontecendo, todas as atividades e tal, né? É um grupo pequeno, é um grupo pequeno se a gente

pensar assim, né...

Tamires: *E atividade dentro do Estado, assim, como que tu vê essa relação da entidade com parcerias com o Estado.*

Militante 03: A gente faz pontualmente dependendo. Por exemplo, no primeiro de dezembro a gente foi convidado a fazer uma discussão, uma oficina lá no dia primeiro de dezembro pela “tal” (inaudível) e tal, que era importante tá lá, fizemos isso. Fizemos, por exemplo, a semana que vem a gente vai ter uma atividade ali da OAB e tal na comissão de direitos humanos. Por exemplo, nós temos feitos algumas visitas esporádicas nos presídios porque tem a demanda LGBT juntamente com a defensoria pública, comissão de direitos humanos e outras entidades como a Igualdade e tal. Então a gente tem ações que a gente tá fazendo assim, entendeu? Ir em escolas, universidades, isso sempre tá acontecendo, entendeu? Tamo atendendo um caso de um adolescente numa escola da zona sul, um adolescente de 13 anos, entendeu? Que tá tendo problema lá com os familiares, escola, fizemos umas duas visitas lá pra conversar, dialogar. Então são coisas que a gente vai fazendo. Não temos nenhum um problema, entendeu, de dialogar e fazer ações com o Estado só que a gente sabe os limites que tem e a gente tem uma posição crítica que a gente faz uma análise que o Estado tá ou não comprometido com a causa? Porque não é só dizer que tá comprometido, entendeu? Então, por exemplo, no atual, no Estado do Rio Grande do Sul, nós temos um Conselho Estadual, temos uma coordenadoria da diversidade que teoricamente tá comprometido mas não consegue arrumar um motorista e um carro pra uma agenda no interior, por exemplo, né? É, então, quer dizer, que comprometimento é esse, entendeu? Menos, né? Então pra nós isso não é comprometimento se não consegue nem isso com alegação que não tem dinheiro, mas por favor, né!?

Tamires: *Uhum, mas ao mesmo tempo convida pra alguma coisa...*

Militante 03: Dependendo sim, né? Aí a gente avalia, né? Mas, por exemplo, com o município praticamente nós tamo rompido. Não temo diálogo, não aparecem pra dizer nada, né, pela primeira vez inclusive. Então não temos relação nenhuma com o município. Porque o que que acontece? Dependendo da secretaria, tem pessoas que são mais acessíveis e que tem uma responsabilidade, que talvez nem seja política do Estado, entendeu? Mas elas tem uma responsabilidade maior, um interesse, então tu tem que também reconhecer esses esforços e tá ali participando, né?

Tamires: *Mas não é o caso (riso breve)*

Militante 03: Não.

26:05 a 29:40 Tamires: *Bom, na verdade as perguntas eram essas mais no sentido de ver essa percepção em relação às pautas de violência e como isso vem sendo tratado ao longo do tempo.*

Militante 03: É, eu acho que falta, assim, um... eu acho que falta um plano do município, um plano do Estado, um do Governo Federal que tenha como foco a violência e a população LGBT. Pensar ações, inclusive dinheiro, precisa dinheiro, bastante dinheiro, bastante dinheiro porque tu tem um movimento organizado no Brasil hoje. Queira ou não tu tem um movimento! Tu tem um movimento organizado em todas as cidades de porte médio tem paradas. Aí tu tem que criar redes com algumas propostas claras, com algumas estratégias que envolvam isso e que cheguem e que, principalmente, consigam chegar nos órgãos de segurança, comprometer eles também. Por exemplo, o que aconteceu com esse caso da Leopoldina não poderia ter acontecido, a delegada não poderia ter arquivado esse processo, pô! Nós já andamo tanto em relação a essa questão da pauta, e daí uma questão tão grave ela, ela arquiva o processo. Por exemplo, queira ou não, no governo passado nós tinha um grupo de trabalho junto da secretaria de segurança pública com policiais civis, a SUSEPE, a brigada militar, a polícia civil, os técnicos da própria secretaria de segurança, nós do movimento social e tal onde havia uma discussão de programa de ações. Por exemplo, a carteira do nome social surgiu desse debate, desse grupo de trabalho. Tá, é uma coisa que hoje já tá superado e tal mas surgiu e, queira ou não, a discussão política que teve em torno do nome social foi muito grande, a repercussão que teve, né? Não só o efeito prático pra pessoas que tão precisando, mas a discussão que isso teve foi muito grande, inclusive de pesquisas! Acabou! Não tem mais, ou seja, tem que estruturar uma política de governo e eu acho que nós, o movimento social, pode contribuir bastante pra isso. Mas só que nós tamo sem perna, por exemplo, a própria defensora pública ali, Ângela Rotundo, ela nos procurou, que é do Ministério Público Estadual, que é da área de Direitos Humanos, pra saber da nossa demanda, entendeu? Nós participamos de duas reuniões e eu não sei, nós não conseguimos... sabe? Dar conta e tal pra fazer alguma coisa dentro desse sistema. Então é interessante, a gente tá aí com essas questões das paradas e tal, né, que demanda um monte de energia e tal, uma atividade muito grande de organizar e fazer tudo isso.

Tamires: *E tu acha que na gestão anterior do Estado era possível acompanhar melhor essa questão da segurança?*

Militante 03: Eu acho que tinha uma sensibilidade maior, uma coordenação um pouco mais estruturada, tinha uma secretaria das mulheres que também, né, tinha um recorte com essa temática. Então havia um comprometimento maior. E anos anteriores também, nós dava aula no curso de formação da própria brigada militar. Aula com carga horária, entendeu, uma disciplina, não era uma palestrinha. Então isso, mas se perdeu! Se perdeu, né? Isso tudo...

Tamires: *Tão tá, [REDACTED], é isso!*

## APÊNDICE C – ENTREVISTA 3

**Porto Alegre**, Câmara de Vereadores, Avenida Loureiro da Silva, n. 255, bairro Centro Histórico

**Data:** 19/09/2018

**Local:** Gabinete do vereador Roberto Robaina

**GRUPO:** militante de grupo organizado em partido político

**IDADE:** 23 anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:** Graduando em Direito/UFRGS

**PROFISSÃO:** Assessor de gabinete

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** gay

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 02:18	<p>Tamires: <i>Tá! Eu vou pedir pra tu falar nome completo, tua idade, orientação sexual, até onde tu estudou, enfim, grau de escolaridade e depois vou te fazendo as perguntas.</i></p> <p>Militante 02: É Luciano Victorino da Silva. Idade, 23 anos. Estudo direito na UFRGS, tô no quinto semestre.</p> <p>Tamires: <i>E atualmente tu tá só como estudante ou tá trabalhando?</i></p> <p>Militante 02: Trabalhando aqui no gabinete do Roberto Robaina.</p> <p>Tamires: <i>E... orientação sexual.</i></p> <p>Militante 02: É... gay.</p> <p>Tamires: <i>Tá. Tu milita no Juntos.</i></p> <p>Militante 02: Sim, sou militante do Juntos LGBT e da setorial LGBT do Psol.</p> <p>Tamires: <i>Quando que tu começou a militar no Juntos e no Psol? Foi...</i></p> <p>Militante 02: Foi em 2012 que eu... na verdade, eu passei no vestibular, eu tava, não era assumido ainda e entrei na universidade – não no direito, né, em 2012 no jornalismo, eu fiz 2 anos antes de passar no direito. E aí, logo nos primeiros meses da universidade eu comecei a me envolver com o movimento estudantil com o pessoal do DCE da UFRGS, e aí eu conheci o Juntos e comecei a militar. Mas não foi aí que eu comecei a militar no movimento LGBT, comecei a militar no movimento estudantil geral e eu acho que um ano, por aí, um ano depois, 2013 eu já tinha... ã, passei por esse processo de conhecer as setoriais do movimento e daí me aproximei da setorial LGBT e foi aí então que a própria militância, assim, me ajudou na questão desse processo de sair do armário.</p> <p>Tamires: <i>Hum... quando tu começou a militar no movimento estudantil, então, tu ainda não tinha te assumido?</i></p>

Militante 02: Não.

Tamires: *Daí isso foi ao longo, no decorrer do tempo tu te assumiu e...*

Militante 02: Sim, foi durante o processo de, assim, do primeiro ano de militância de 2012 a 2013.

Tamires: *Uhum. E depois tu começou a militar na setorial LGBT?*

Militante 02: Isso aí.

02:18 a 06:55 Tamires: *E quando tu começou a militar na setorial LGBT, o que tu percebia, assim que, tipo, te fazia querer militar dentro dessa setorial ao invés de outras?*

Militante 02: Pra mim foi uma mistura muito grande de, da questão da militância, da causa, mas também de ser uma consequência de um processo que eu tava vivendo, assim. Então era primeiro enxergar os outros que tavam a minha volta como iguais, o que eu não enxergava antes, né, não via, assim, como... nos diversos grupos sociais mesmo que frequentava e participava. E... mas eu acho que o que me motivou mesmo foi a possibilidade de, enfim, ajudar outras pessoas e formar um grupo mesmo, perceber que esse grupo tem direitos e que, ao longo da história, tem sido cerceado e tem sido atacado por diversas questões históricas, políticas, sociais.

Tamires: *E quando tu te aproximou, quais eram as principais demandas em relação a direitos pra população LGBT que tu te identificava mais, assim.*

Militante 02: Na verdade, a pauta, eu lembro a primeira pauta, assim, que eu tive contato, eu não vejo como uma pauta principal mas foi “ah, bom, comecei a militar, o que que é a pauta do momento”. Tinha a questão do casamento civil igualitário que era um processo que inclusive no próprio Congresso Nacional o Jean Wyllys tava no início, ã... do mandato encabeçando, né? Mas era algo que hoje, por exemplo, não vejo como algo prioritário do movimento. Na verdade, a gente tava conversando esses dias na própria reunião do Juntos, né? Que é da dificuldade do movimento LGBT conseguir se centrar hoje numa única pauta porque o movimento LGBT encabeça, ele encabeça não, ele tem, na sua composição, diversos outros movimentos. Movimentos de mulheres, mulheres participam do movimento LGBT porque tem lésbicas. Movimento negro também participa do movimento LGBT porque tem negros LGBTs. E, embora a pauta da mulheres tenha uma identificação com a questão do gênero, “ah, pra tu tá no movimento feminista, pra tu te identificar como mulher, tu tem que tá...”. Tem a questão global, “ah, vamos lutar contra a opressão que, ao longo da história, foi causada pela gente”. Ou a questão do movimento negro que tem a questão de raça, movimento LGBT é muito heterogêneo. E, diferente do movimento negro onde tem questão de raça e principalmente, consequentemente, no Brasil, a gente vê uma questão de classe, né? Não existe isso no movimento LGBT. Então, hoje, por exemplo,

a pauta do casamento civil igualitário, que era uma pauta que em 2012 era muito encabeçada, na verdade tem que se fazer um recorte: era uma pauta de classe média onde quem encabeçava nos movimentos LGBT organizado pelas universidades, apoiado numa ideia de um deputado onde tava encabeçando isso no Congresso Nacional. Mas, certamente essa não é a pauta, por exemplo, dos LGBTs da Restinga, né? Que tão, na verdade, muitas vezes, pouco ligando pro movimento LGBT mas pensando em como vão conseguir um salário pra comprar comida no final do mês. Então eu acho que tem muito a ver com isso, o movimento LGBT, ele se unificou em diversos momentos desde 2012 que eu tenho observado, como no Fora Cunha que tinha um ataque direto a questão da orientação sexual mesmo, mas, ao mesmo tempo, ele é sempre um movimento latente, assim, ele tem se movido pela, por questão do momento. Ele não se dissolve completamente, fica numa latência mas, ao mesmo tempo, ele não tá sempre organizado. Então é uma das maiores dificuldades, assim, justamente por ser um movimento tão heterogêneo e tão difícil de unificar num programa mesmo, “ah, essa vai ser a nossa pauta”.

06:55 a 11:00 Tamires: *E dentro da organização que tu milita, assim, como tu percebe a militância da setorial LGBT e dessas pautas que vão circulando em torno dessa heterogeneidade?*

Militante 02: Eu acho que o movimento de setoriais, dentro de um movimento maior, eles cumprem um papel de, primeiro, pros indivíduos que fazem parte desse movimento geral, de ter espaço de diálogo entre os seus, assim, de olhar pro lado e ver um igual a si. E a questão da setorial, dentro do movimento geral, ela cumpre o papel de pressão e informação, né, ela leva reflexão desse movimento geral pra questão específica. Então, por exemplo, acho que um exemplo bem emblemático que a gente tem é da campanha da Luciana em 2014, da campanha presidencial dela. A Luciana, ela não, não teria levado a questão da, os dados que ela levou da questão de que homofobia mata, de que a transfobia tava sendo escanteada e que precisava se dialogar também sobre isso, se não tivesse um movimento organizado internamente que teria sido parte também de uma construção de um programa e de uma construção de linha de campanha que fez ela levar isso. Ela não teria essa informação. Não que ela deixasse de lado essa informação mas é que numa campanha presidencial se tem que pensar em muita coisa, do detalhe da pauta específica da questão gênero à questão macroeconômica. Então, esses movimentos setoriais cumprem, eu acho, esse papel de disputa interna, assim, de pautas e de levar essas pautas pro, pro partido em geral ou pra questão do próprio coletivo em geral.

Tamires: *E tu acha que tá funcionando bem, assim, nos espaços que tu atua, esse diálogo?*

Militante 02: Acho que sim. Tenho... claro, é sempre uma disputa, seja num coletivo de juventude universitária ou num partido político, as coisas acontecem em forma de disputa, não dá pra botar como algo perfeito em que todo mundo ouve todo mundo. Não, é uma disputa política, é uma disputa de classes no poder e é uma disputa de discurso, né, então... é, eu acho que

funciona, né, mas não é algo perfeito, é sempre uma, uma, uma disputa pra levar esse discurso. “Não, eu acho que esse discurso tem tá no discurso de presidente de 2014 da Luciana”, “Ah, eu acho que não”, “Ah, não, então vamo ver como que a gente pode melhorar” ou enfim.

Tamires: *Sim, mas eu digo no sentido de que tu não sente que é uma questão marginalizada dentro dos espaços.*

Militante 02: Ah, não, isso não! Com certeza, eu acho que todo mundo tem espaço e as nossas próprias atividades têm refletido isso, né? Em 2000, no ano passado, 2017, por exemplo, se discutiu que o Juntos precisava, por exemplo, entrar cada vez mais, e esse era um déficit que a gente tinha, na questão do movimento negro e, conseqüentemente, na questão de classe. Entrar mais nesse debate. Desde então isso tem se refletido em todo Brasil, né? Não é a toa que aquela acampada que a gente fez foi a acampada mais negra de todos os tempos, assim. E, uma coisa que chama atenção também, não só a acampada mais negra mas eu acho que quase 50% das pessoas presentes eram LGBTs.

Tamires: *Bem significativo.*

Militante 02: Sim.

11:00 a 15:00 Tamires: *E em relação às pautas, assim, que atualmente são levantadas. Faz um tempo já que tu começou a militar, o que atualmente tem sido levantado em termos de pautas pra setorial LGBT?*

Militante 02: Olha, no Juntos o que tem se discutido bastante, principalmente e particularmente eu fico feliz, é a questão da população trans, né, e dos direitos da população trans. Porque... desde que eu comecei a militar, eu não entendida logo no início, é meio que... vou falar essa palavra mas não que não seja justificável, era meio que um ranço do movimento trans com o movimento dos gays, das lésbicas e dos bissexuais. E eu não entendia muito bem, “nossa mas, tá... tem o movimento LGBT e agora dentro do movimento LGBT tem essa disputa”, né? E eu não entendia muito bem, tipo, porque que ela acontecia ou, “porra, ou tá todo mundo junto ou não”. Então... era meio difícil mas ao longo do tempo a gente começou a discutir porque não é um ranço injustificável, é um ranço justificado porque se um gay, uma lésbica, pessoa bi sofre com preconceito, sofre com, enfim, diversas coisas com relação com a família, com emprego, uma pessoa trans sofre muito mais, tem essa ojeriza ao corpo, a como se configura uma questão de gênero. A gente começou a discutir, não, na verdade é verdade, a gente precisa botar isso mais em protagonismo, né? E o movimento ter também, se empoderou muito mais, eu acho que possibilidade de, de, das pessoas ter, na verdade possibilidade não, né, as pessoas foram, de certa forma, tiveram o privilégio, por exemplo, de entrar na universidade e levar esse discurso pra universidade como a gente viu aqui no Rio Grande do Sul, como a gente viu com a questão da, da... esqueci o nome, da... da menina que a gente fez atividade na PUC do DCE.

Tamires: A [REDACTED].

Militante 02: A [REDACTED], isso. Enfim, acho que a parte dela, da questão da Sophia Starosta aqui no Rio Grande do Sul, levando essa pauta pra academia e não que isso seja o ideal, na verdade, pena que teve que levar essa pauta pra academia pra que ela comece a ser discutida também. Mas que bom que ela conseguiu tá lá, né, então tipo, que ruim que o caminho é esse mas que bom que ela conseguiu mesmo sendo ruim, o caminho sendo esse, poder percorrer esse caminho e poder fazer o movimento inverso de também trazer essa discussão. Então eu vejo, por exemplo, que hoje, as últimas, próprias decisões jurídicas, a gente não tem muitas questões legislativas que gerem direitos LGBTs, nas últimas decisões jurídicas têm sido em torno da população trans e eu acho que o movimento LGBT tem que botar isso cada vez mais em centralidade porque são direitos básicos que a população trans não tem. Direito de... existir, assim, poder sair na rua e conseguir um emprego, ser vista como uma pessoa, né? Então pra mim, hoje, acho que é um, que é isso que tem que ser o centro dessas lutas.

15:00 a 19:00 Tamires: *E desde que tu começou acompanhar, assim, a militância e o reconhecimento de direitos mesmo pra essa comunidade, tu acha que é possível observar modificações significativas, assim?*

Militante 02: Eu acho que, mais do que modificações em questão do direito em si, da pessoa ter direitos e da, da... de questões jurídicas mesmo, eu acho que a maior mudança foi cultural, cultural, social porque antes existia... na verdade, eu acho que não tenha havido uma mudança mesmo mas que o preconceito, ser preconceituoso contra LGBTs tem sido cada vez mais como acontece com racismo, não quer dizer as pessoas não sejam racistas mas “é feio ser racista”, mas também acaba sendo uma mudança que demora muito tempo. Mas eu vejo que pra população LGBT tem sido cada vez mais difícil, assim, essas pessoas preconceituosas expressarem seu preconceito. Não que não expressem ainda mas é a mudança que eu mais vejo e, nesse sentido, pode ter várias críticas a mídia hegemônica e novelas, programas de TV mas elas refletem um pouco da nossa luta, refletem e, obviamente, na sociedade influencia muito. Até teve ontem de noite, eu vi hoje de manhã nas redes sociais que teve uma cena de 10 minutos inclusive de uma... de toda uma trama de um casal gay da novela que eles tavam desde o início da novela juntos. Na verdade, o cara era um médico, não era assumido e aí se assumiu e ontem teve beijo, né, tipo... claro, aí tem toda aquela questão da mídia de mostrar o beijo como “nossa, mais um beijo gay na novela”, como se fosse algo extraordinário, na real tinha que acontecer desde o início, se eles eram um casal tinha que acontecer desde o início como acontecia com todos os outros. Mas, ao mesmo tempo, gera debate. Esse debate é sempre bom porque, quando as pessoas tão debatendo, a consciência também vai teoricamente avançando, né? E... mas mais principalmente do que aconteceu que é mais recente é a novela anterior que teve a menina, começou a novela contando a história de uma menina que ia no psiquiatra e ela não sabia se ela era lésbica ou não, o que acontecia, e ela na verdade se descobriu como um homem trans, né, então... eu acho que essa novela gerou muito debate, debates

gigantes, assim, na verdade que eu percebi na questão da minha própria família. Por exemplo, eu ia num aniversário em outra cidade perto de Gravataí do meu primo onde todo mundo lá se informa pela Globo, onde todo mundo vê a novela e as pessoas tavam vendo essa novela e comentando sobre isso. Então, comentando e talvez nem tivesse passado na cabeça dessas pessoas que que era um homem trans, que que era uma questão de gênero, né? E eu achei bem, bem importante o papel de debate que essas, essas mídias e as emissoras tem tido, na verdade, nesse último período.

19:00 a 27:53 Tamires: *Pois é, e mesmo com essa, parece que tu descreveu assim, um processo cultural, né, de modificação, parece que a violência continua grande também as pessoas trans. Como é que tu percebe, assim, esses direitos versus uma violência tão grande no contexto brasileiro?*

Militante 02: É meio catastrófico, né. No final do ano passado, a gente fez uma denúncia, na verdade nos chegou essa denúncia aqui no gabinete do Roberto. Um vídeo de polícias aqui de Porto Alegre batendo em travestis. Aí a gente teve uma dificuldade muito grande nisso de como proceder porque a gente não conseguiu falar com essas travestis e, ao mesmo tempo, a gente não sabia se seria adequado ou não fazer essa denúncia porque ia expor elas, ao mesmo tempo que a gente tava com o vídeo em mãos onde era possível identificar uma viatura, identificar policiais e aí a gente não faria nada, uma situação muito delicada.

Tamires: *Vocês receberam o vídeo das vítimas?*

Militante 02: Não das vítimas, de um terceiro, na verdade, que filmou, assim, na frente do, da casa do escritório dessa pessoa. E aí, então, a gente acabou recorrendo à Marcelly Malta, que a gente fez uma reunião o que, o Marcelo, o Roberto, Marcelly e não lembro mais quem, essas pessoas, justamente pra, já que ela tem mais experiência, já que ela tem um trabalho muito grande de assessoramento, tipo, o que fazer na verdade? “Porra, o que a gente vai fazer com esse vídeo em mãos, será que eu vou prejudicar a vida delas ou não?”, a gente não sabia o que fazer. E aí, na reunião com a Marcelly, a Marcelly disse “não, eu, em vários momentos, já me deparei com isso e não vale a pena não fazer uma denúncia”, porque vai continuar acontecendo, essas pessoas vão continuar sendo ameaçadas e é melhor a gente fazer essa denúncia. E através da questão publicitária e midiática, dessas pessoas estarem em evidência, delas não serem, ã... mais perseguidas do que o contrário. E a gente fez essa denúncia e ela foi ótima porque a gente conseguiu uma reunião com o governador e fizemos, tivemos uma reunião com o secretário de segurança, Cezar Schirmer, e esse processo de sindicância interno foi aberto. É um processo secreto, ou seja, a gente não tem acesso e eu acho que isso é uma questão muito importante porque bom, a gente sabe que muitas das agressões à população LGBT partem também da, do Estado, né? Do instituto. E como é que a gente vai fazer uma denúncia contra alguém que tá lá dentro porque a gente sabe que existe, que existe esse corporativismo, essa proteção então, hoje em dia, a gente não sabe ao fim e ao cabo o que de fato aconteceu. Bom, nos garantiram que seria investigado, punido, afastado mas a gente não tem

garantia nenhuma.

Tamires: *Foi com a brigada?*

Militante 02: Com a brigada. Então eu acho que uma maior transparência. E mecanismos de ampliação dessas denúncias são fundamentais. E, outras coisa que eu sinto falta inclusive, a gente apresentou na assembleia uma ideia de projeto, a questão de dados, né? A gente não tem, hoje, dados sobre qualquer tipo de agressão, de nada! A população LGBT, a gente sabe que faz política pública com estatísticas, com dado, você vai pensar política pública através de saber quantos LGBT morrem, quantos LGBT vão lá e fazem um BO por violência e é a partir disso que a gente começa a pensar qual vai ser a prioridade, qual vai ser a política pública, vai ser na área da saúde, na área da segurança, tem que alocar recursos e se aloca recursos selecionando prioridades, e se seleciona prioridades através de dados. E a gente não tem nada disso. E acaba que, então, já que não se tem isso, vão se alocando em outros lugares, vão se colocando em outros lugares e, né, acaba sempre sendo escanteado, assim, né, então é uma, uma dificuldade muito grande que o movimento LGBT tem a nível municipal, estadual e nacional também.

Tamires: *É, a polícia civil – eu não sei se vocês tão acompanhando isso –, a polícia civil tá fazendo modificações na, nesse negócio deles, como é que é... de registro, assim, pra essas coisas poderem ser registradas. O que acontece é que, muitas vezes, essas questões vem maquiadas, sabe? Tipo, uma relação que chega por, ah, denunciando, sei lá, uma briga de vizinho e não sabe porque que é. E daí quando vai e vê, eram duas namoradas, sabe? Nem sempre isso é claro, então é interior, a violência é interior aquilo que chega, né?*

Militante 02: Aqui em Porto Alegre, em 2016, a gente deu uma pesquisada mais a fundo de como tava a política municipal, e existe o artigo 150 da lei orgânica que ela, que ele determina que estabelecimentos comerciais da cidade de Porto Alegre que forem omissos a violência contra, é um artigo muito amplo! Então, tipo, é violência contra raça, gênero, orientação sexual, ã... e vai mais uma lista de coisas. Se o estabelecimento for denunciado por isso ou se for omissos com algo que tenha acontecido lá dentro, ele é notificado e pode inclusive, dependendo da situação, perder o alvará. Só que é uma, o trâmite disso pra tu fazer uma denúncia dessas é tão absurdo que essa denúncia acaba se perdendo e ficando uma vala comum porque tu tem que denunciar, tu não vai denunciar numa secretaria de direitos humanos ou em qualquer outro lugar, tu vai denunciar na SMIC que é a secretaria de indústria e comércio. E quem trabalha, inclusive técnicos, podem ter técnicos muito bons lá dentro, mas quem trabalha com a secretaria de indústria e comércio vai tá analisando questões gerais de indústria e comércio, não de agressão. E aí chega lá e eles vão decidir pra onde eles vão encaminhar essa denúncia. E aí o processo de ir pra uma, de uma secretaria pra outra já levada tempo, e aí na secretaria de direitos humanos ia ter essa análise e depois voltava pra não sei onde, e depois voltava pra SMIC e até notificar! Enfim.

Tamires: *Não tem estrutura, não dá certo.*

Militante 02: Não tem nada de estrutura e eu sei que, eu não lembro do número exato mas era chocando, assim, que, por exemplo, de dez denúncias que eram feitas, por exemplo, uma ao fim e ao cabo voltava pra ser averiguada no final. Era... ou seja, voltava 10% mas na verdade era muito menos, assim, era... a gente fez mais ou menos na época em desenho, assim, um esqueminha de por onde tinha que passar e incrível, assim, a deficiência da própria prefeitura. E também isso só reflete uma orientação de, uma orientação política porque, claro, falta gente, falta estrutura? Falta, mas quando falta gente e estrutura e algo é prioridade, a gente vai dar um jeito de fazer isso da melhor forma possível. E não era feito, não é feito. E não é feito porque ninguém bancou dizendo “não, tem que ser feito, eu acho que isso é prioridade, tantos LGBTs morrem em Porto Alegre, tantas agressões...”. É um problema muito maior, assim.

Tamires: *Sim, uma missão de política.*

Militante 02: É, uma missão geral de política, de interesse e é uma bola de neve, assim.

27:53 a 31:18 Tamires: *Estrutural. E tu já teve envolvido, assim, em alguma situação de violência.*

Militante 02: Não, eu acho que... (alguém atrás sugeriu falar sobre a viagem para o Rio). Ah! Tava pensando comigo uma situação de violência. Mas a gente tava no Rio de Janeiro na Lapa, aí um amigo nosso tava, começou a ficar com um menino, beijando outro e, daqui a pouco, passou um, na verdade eu acho que passou um cara, não lembro direito mas foi muito rápido, e tacou uma latinha, assim, nele.

Tamires: *Vazia?*

Militante 02: Vazia. Nele e no menino que tavam se beijando, assim. Então... bom, próximo foi o máximo que eu já vi. Óbvio, nas redes sociais...

Tamires: *E vocês conseguiram reagir?*

Militante 02: Foi tão rápido e já tava todo mundo tão alterado na Lapa na madrugada que ficou, tipo, ficou aquele meio choque, tipo, “nossa, como que isso aconteceu” e acabamos deixando passar, assim, nem vimos se a pessoa, foi muito rápido. E nas redes sociais também. Assim, tipo, eu, principalmente na campanha agora de 2016, teve bastante ataque em mensagens, assim, mas nenhuma violência.

Tamires: *Mas, tipo, te ofendendo, assim?*

Militante 02: Me ofendendo.

Tamires: *E tu não fez nada? Só ignorou?*

Militante 02: É, na verdade, bani da página, bloqueei assim, mas... acho que a nossa descrença também com o que que um print vai fazer, uma denúncia na eleição, sei lá. É descrença com o todo, né, do poder pública porque tá, vai fazer e não vai dar em nada e te desgastar. Acaba que o próprio movimento, eu acho que estimula que as pessoas façam denúncias mas a gente também é tão desacreditado que é uma contradição, né? Mas, claro, eu acho que se fosse algo mais grave, sim mas... tão, pra nós é tão comum ser ofendidos em *posts*, em mensagens que, que se tornou meio, como que se diz a palavra, é, meio banal.

Tamires: *E tu chegou, tu pensa que nesse processo, assim, tu te acostumou ou de alguma maneira te afeta? Mais profundamente...*

Militante 02: Eu acho, num primeiro momento, e aí tem mais a ver com meu psicológico, assim, num primeiro momento eu sou muito firme, tipo, “ah, atacou, eu bato o pé e reajo, respondo e tô nem aí e nada me afeta e não deixo de mostrar que me afeta”. Mas, quando eu chego em casa, assim, depois é o oposto, assim, eu desabo, parece que toda energia que eu coloquei no momento da resposta, ela foi tanta que não sobra energia pra depois, assim. Pra segurar depois. Então é um misto, assim.

## APÊNDICE D – ENTREVISTA 4

**Porto Alegre,** Rua Siqueira Campos, 2529 - Centro Histórico, Porto Alegre

**Data:** 24/09/2018

**Local:** Praça da Alfândega

**Grupo:** militante de grupo organizado

**Idade:** 27 anos

**Grau de escolaridade:** Graduação

**Profissão:** estagiária

**Orientação sexual:** lésbica

**Tempo****Transcrição**

00:00 a 04:28 Tamires: *Tá, eu vou pedir pra tu começar falando um pouco sobre como tu começou a militar e, enfim, não importa onde foi, como foi que tu começou a militar na pauta de sexualidade. Daí começar falando um pouco da tua experiência nisso, teu nome completo, tua idade, profissão e etnia.*

Militante 04: Tá. Então, meu nome é [REDACTED], tenho 27 anos, estudante no momento, né? E a etnia eu acho um pouco complicado porque meu avô é negro, minha avó tem descendência indígena, minha mãe é branca. Na minha certidão tá branca mas eu não sei o que que eu me considero, então eu prefiro abster etnia porque eu não, eu ainda to nesse processo, né? Que eu não me considero branca mas tenho muito medo do movimento negro também não me aceitar mesmo tendo descendência, sabe?

Tamires: *Sim, tem todo esse debate do colorismo...*

Militante 04: *É! E... enfim. Eu entrei pra militar na pauta LGBT de fato organizado quando eu entrei pra Kizomba porque eu sempre pautei a sexualidade em todos os espaços, em escola, enfim, depois de eu me assumir no primeiro ano do ensino médio e na vida, assim. Mas, organizadamente, quando eu entrei pra Kizomba foi em 2015 por meio de uma companheira que estudava comigo que era da Kizomba, que me apresentou e aí eu comecei a, eu entrei na Kizomba e conheci o [REDACTED] que era, que veio a ser daí o diretor LGBT da União Estadual de Estudantes Livres... e comecei a me organizar dentro da Kizomba arco-íris. E aí com isso, eu comecei a ampliar os debates, né? Que eu já me colocava em palestras, já me colocava em outras questões mas não organizadamente. Aí tu ter que criar, ter que criar políticas, ter que pensar as políticas enquanto tu tá num movimento organizado, ainda mais num movimento político como é a DS, né? Como é a Democracia Socialista que é, que pauta teoria, né? Que pauta muito essa questão de construir de fato uma base sólida pra posteridade. Então, eu comecei a aprender muito com os militantes de outras organizações também: com o Nuances, com outras organizações que constroem a parada livre, começar a ver história, a ir atrás de como que funciona, de ler os blogs, de ler o que que eles trazem, os dados que eles buscam, como que eles buscam esses dados, e tu compreender como a sociedade trás essa, a análise de sexualidade e as problemáticas que tem, nós enquanto seres sexuais e na nossa pluralidade dentro da sociedade. Isso foi*

muito importante e eu aprendi muito com os companheiros da DS, sobretudo com o Bruno que foi minha referência LGBT dentro do campo, né? E com ele aprendi muito questão de, de vivência, de visão.

Tamires: *Ele já militava antes de ti?*

Militante 04: Ele já militava, [REDACTED] já, já militava no PT, na DS, na questão da pauta LGBT por óbvio. E com ele eu consegui me organizar, organizar tudo que eu tinha, todo anseio que eu tinha enquanto sexualidade, que eu via, que eu via meus amigos passando, minhas amigas passando, pra conseguir pensar em maneiras de ajudar a elas pensarem também. Pensar em como sair de determinadas situações ou como enfrentar determinadas situações e como encontrar pessoas que pudessem ajudar elas, pelo menos pegar a mão delas e dar palavra de conforto ou instruir a quem procurar caso algo acontecesse, pra prevenir que algo acontecesse. Sair na rua de mão dada sem ser agredida e ver meios de assegurar que não vai ser agredida, entende?

04:28 a 08:05 Tamires: *Tu acha que depois que tu entrou no PT, tua militância mudou no sentido de pensar políticas públicas, então? Dessa forma organizada coletivamente.*

Militante 04: Sim, sim, é, na organização, mudou muito na organização e o aprendizado porque tu conhece diversas pessoas diferentes, diversos locais diferentes, histórias de vidas bem diferentes. Então, é muito uma relação de troca contínua, né? Constante com a realidade. Se tu ver uma realidade de uma menina lésbica periférica do Rio com uma menina lésbica periférica do nordeste e tu conseguir *linkar* todas as nuances que tem de vida privada, vida pública, de vivência em universidade, de vivência em espaços de estudo e universidade plurais! Como que uma mulher negra, lésbica tá na engenharia? Como uma mulher periférica do Direito, uma mulher da licenciatura, como que uma mina periférica da licenciatura ou da pedagogia dando aula pra crianças que tem cunho machista e preconceituoso dentro de casa? Como uma menina que eu vi num encontro no ano passado que o aluno falou que os gays e tal tinham que morrer porque o pai falou.

Tamires: *Era um encontro da educação?*

Militante 04: Não, um encontro de mulheres.

Tamires: *Hum...*

Militante 04: Estudantes, e ela é da periferia do Rio e ela pegou e botou ele no colo porque eles amavam ela, e ela pegou ele no colo e disse assim “fulano, tu acha que eu devia morrer?”, e ele “não, professora, por quê?”, “porque o que tu acabou de dizer me atinge, porque eu sou” e tal tal tal, conversou com ele. E ela viu que ele mudou com o passar do tempo, pra ti ver que aquilo não era um monstro como ele tinha ouvido, como ele tinha reproduzido pros colegas. Não é um monstro porque uma das pessoas que ele amava é, entendeu? Então tu vê essas histórias e a mina chorando falando isso porque, poxa, ela trabalha pra

educar, pra construir uma sociedade maior. É muito gratificante e te faz não só crescer politicamente, ou intelectualmente já que, bem ou mal, a gente ainda é, ainda é, só por estar em universidade agora, tá perdendo aquele privilégio ser universitário como diziam porque ser universitário era só pra rico, a gente tá popularizando. E, de qualquer maneira, essa pluralidade estar dentro da universidade é algo muito maior porque tu consegue mudar internamente. É o que eu sempre digo, se tu muda internamente, tu consegue mudar tua sociedade porque tu tá carregando aquilo vinte e quatro horas por dia e não só em um espaço, todo lugar que tu vai e isso me mudou muito. Eu consegui parar de ter medo de me posiciona, antes eu tinha muito medo de me posiciona, mas agora eu parei de ter. Enquanto ver algo acontecendo, ir lá e falar “não, não é assim que faz”. Foda-se se o cara vai fazer o que quiser, sabe? Mas a gente tem que tentar e se unir pra isso, e foi uma das coisas que mais me mudou, assim, porque eu sabia que eu tinha alguém atrás de mim, do meu lado, que tava lutando comigo junto, sabe? Não tava mais sozinha! E isso é muito importante, tu fazer com que as pessoas não se sintam sozinhas nos seus problemas, que tem alguém que pode pegar tua mão e falar “a gente tá junto e a gente vai enfrentar isso junto”, é maravilhoso, é maravilhoso.

08:05 a 11:25 Tamires: *E tu, a organização onde tu milita, assim, tem alguma política pública direcionada pra população LGBT?*

Militante 04: A gente tem a PL atualmente que é a lei 7292 que é de uma deputada do Ceará da DS, a Luizianne Lins que é PL Dandara do Santos que é em homenagem a travesti assassinada, né? E ela é pra criminalização da LGBTfobia, mas não só isso, ela é também pra botar no rol de crime hediondo a LGBTfobia. E a gente tá fazendo, a gente faz em todo espaço que a gente tá, uma campanha muito forte pra auxiliar essa PL a ser votada, votada favorável, né? Fora isso, de política estudantil que a gente tem, a gente tenta construir dentro das universidades com que se faça encontros, com que se faça uma maior discussão. Agora teve no mês passado, a gente teve o congresso da UFRGS e teve a mesa LGBT. E eu fui enquanto representante da entidade, eu fui e a nós conseguimos tirar muita resolução pra dentro da universidade. E é uma coisa que não ficou só ali, de ter acalorada, voltada pra receber os LGBT dos cursos, sobretudo os cursos que tem mais cunho machista, de tá ali e de fazer encontro LGBT dentro da universidade porque uma das coisas que nos falaram é que a UFRGS se diz, se diz, por muito tempo, anti-racista, se diz feminista, UFRGS não sei o que, mas não se diz colorida, não se diz LGBT. E é pra mostrar que os LGBT também tão na universidade e, novamente, a gente tá, assim como foi o crescimento indígena, o crescimento de negros e negras, a classe LGBT tá muito inserida na universidade hoje. Porque a questão LGBT não entra na universidade por medo, e também não entra na universidade porque a gente ainda é um dos setores mais marginalizados no mercado de trabalho – e a comunidade LGBT negra mais ainda. E também pelas políticas pros trans e pras travestis entrarem na universidade. Então a gente conseguiu trazer umas resoluções muito boas pra dar andamento dentro da universidade, e isso a gente tá construindo em todas que a gente vai. Construir com que se formem coletivos plurais não direcionados a um partido ou algo do tipo – pode fazer parte de um partido, mas fazer com que englobe os e as estudantes de modo geral. Pra fazer

com que a universidade ouça e veja que lá também precisa, contra os estudantes que apanham, que são chacota, que tem que ver seu nome escrito na porta do banheiro chamando de viado, chamando de sapatão, ou que não quer que a sapatão esteja no banheiro das minas, entende? É isso que a gente busca, que aí a gente consegue mudar e fazer com que as pessoas conscientizem, que a gente não conscientiza ninguém, a gente dá todo aparato, toda uma abertura pra pessoa começar a enxergar a sociedade e se auto conscientizar – pelo menos é o que Freire sempre disse (riso breve).

11:25 a 15:31 Tamires: *(riso breve) E na organização, assim, tem um debate sobre a sigla LGBT e a representatividade disso?*

Militante 04: Bem, a gente, dentro da entidade ou dentro da Kizomba?

Tamires: *Da Kizomba.*

Militante 04: Da Kizomba. Da Kizomba, quando se pauta a questão da sigla, agora que tem, que eu to a frente por conta de ser parte diretiva da outra entidade, eu pauto muito a questão da mulher já que a mulher é inviabilizada já por ser mulher dentro dos ambientes. E, também no movimento estudantil, se tu for ver, as mulheres são as que tão a frente das coordenação mais importantes dos locais agora. As mulheres tão sendo linha de frente pra toda mudança política que tá tendo. E, pautar com que as mulheres se coloquem em frente na LGBT, como te disse, é uma briga ainda sobretudo com as mulheres bissexuais, mas eu to tentando. Eu acho que é um dever, que é um dever meu por tá a frente sendo mulher, fazer com que outras mulheres também digam “ah, eu sou lésbica, eu sou bi”. Vamo debater, vamo debater a saúde da mulher lésbica, por que que a gente é o número mais evasivo nas clínicas ginecológicas? Por que que a gente não tá lá fazendo exame todo mês igual as heteros fazem? Por que que a gente não tá lá na nossa maioria procurando saber como que se vê câncer no colo do útero? Como as mulheres sempre tão fazendo... ou mamografia. Porque, se tu for ver, todas as questões de saúde, a gente acaba se excluindo por medo de repressão, de ouvir piada. A gente ouve piada quando vai no ginecologista! Claro que ouve. Com quantos parceiros? Tu usa camisinha, tu toma anticoncepcional? Mano, o que te faz presumir que eu tenho um parceiro? Aí tu falar que tu tem uma parceira e eles praticamente que tu não precisa. Por quê? Tu tem que debater isso, tem que debater por que que isso reflete nas nossas ações. Por que que eles não tão tendo, na profissionalização, um empenho maior pra saúde da mulher, pra saúde da mulher lésbica, pra saúde da mulher bissexual, da saúde da mulher trans sobretudo? Por que que não tem esse reflexo? Porque a gente não tá pautando, porque a gente não tá mostrando “a gente tá aqui!”. Porque no momento que tu te omite, tu é um número a menos na estatística porque eles só sabem ver número, e se eles não vê um número grande, eles não vão trabalhar em cima! Falar assim “por que que tem 300 LGBT e a gente vai fazer uma política que só 10 tão falando que são?”. *E essa é uma briga porque não adianta me falar “a [REDACTED] tem que fazer isso”, tá, vamo fazer isso junto, então! Fazer isso junto porque eu sou mulher LGBT mas eu não saio da luta da mulher só pra ficar na ala LGBT porque o machismo também tá lá, tá entre as mulheres lésbicas e tá entre os homens e tá entre os*

trans. E é uma briga mas a gente tenta, a gente discute, a gente debate, a gente levanta mas... ainda tá em construção, a juventude ainda tá em construção, não só no debate mas no empirismo do debate, sabe? Transformar isso em ação, em realmente construir uma ação, uma política voltada pra nós, sem que nós, só a gente tenha quem difunde, né? Mas todo coletivo se reconhecer e pautar, diariamente isso que é o que mais importa e acaba tendo uma defasagem.

15:31 a 18:47 Tamires: *E tem alguma orientação, assim, da organização no sentido de pensar quais são os direitos LGBT atualmente no Brasil? Ou como tu vê isso.*

Militante 04: Na DS?

Tamires: *É.*

Militante 04: Na DS tem, ã, não na DS em si porque o partido por si só é uma construção muito da antiga geração, né? Então, se tu for ver, as juventudes elas não são tão pautadas, a gente tem que brigar muito. E a juventude LGBT mais ainda, é uma briga fora de dentro da organização. Então, o que a gente consegue é pautar todos nossos problemas e conseguir criar mecanismos. Tipo, agora, a gente, ã, o partido como um todo, a gente conseguiu conseguir as secretarias LGBTs, que aí a gente consegue ter um nome maior, um peso maior pra construir política de fato, que agora a gente vai conseguir escrever pauta, escrever resolução política porque antes a gente tinha que ter auxílio de algum deputado ou alguma senadora, algum, né? Que pudesse nos auxiliar e criar essas políticas, levar essas políticas adiante. Agora, a gente consegue enquanto organização, enquanto juventude escrever pra poder mandar. Agora que vai começar de fato ser, e a nossa geração vai ser a responsável pra fazer as, a nossa geração tem um, uma, um desafio muito grande, ainda mais dentro da DS que vão ser as primeira de fato a construir as resoluções políticas voltadas pros LGBTs. Então é um dever que ele é urgente e é um peso muito grande que a gente carrega mas que a gente agora, a gente vai começar a pautar, ainda mais na conjuntura que tá tendo. Se faz muito necessário a gente botar a cara e falar “não é assim”, a gente não vai retroceder como tá retrocedendo, ainda mais no direito LGBT.

Tamires: *Tu acha que em outras correntes essa setorial não é tão priorizada?*

Militante 04: Eu não vejo essa setorial ser priorizada em nenhuma corrente. Na verdade, a corrente que mais se pauta LGBT é a DS, por incrível que pareça a gente é as que mais, por quê? Porque quando é pra pegar junto, por mais que no individual nos pegam, mas quando é pegar junto, se pega! Isso que a gente vê uma defasagem nas outras porque como as três pautas prioritárias é anti-machismo, combate racismo e LGBTfobia, se é pra combater LGBTfobia, vai todo mundo! Vai todo mundo! Se é machismo, vai todas mina! Se é combate ao racismo, vai todo o Enegrecer, vai lá, tá lá! Por quê? Por mais que se tenha problemas em pautar enquanto militante negro, mas a coletividade faz a força, dá a força. E isso é uma coisa que a gente tem diferencial, a gente consegue fazer o coletivo fazer a diferença no espaço que tá e ser ouvido. A gente é muito bom em coletividade, mas ainda falta trabalhar a política individual.

18:47 a 23:03 Tamires: *E tu acha que essa divisão do partido em correntes dificulta a formação de políticas públicas pra LGBT?*

Militante 04: Tecnicamente eu acredito que até não, até não. Mas... levando em consideração que tu, diversos partidos têm corrente e tal, não quer dizer que dificulte, mas pode ser que acabe ficando um pouco defasado. Se a gente conseguisse que todas as correntes, os LGBTs de todas as correntes se unissem numa única, em uma única organização dentro do partido, tipo, a secretaria LGBT tá ali, mas nem todas as correntes constroem a secretaria LGBT. Mas aí vai muito de como a corrente se pauta e como o sectarismo dentro do partido funciona. Tipo, “ah, fulano vai tá, tal corrente vai tá”, a gente não quer aquela corrente... embora a base de todas as correntes é a mesma, deveria ser porque o estatuto é um só, não tem estatuto pra fulano, estatuto pra ciclano, entendeu? Só que as pessoas esquecem que a gente tem estatuto, que a gente tem as discussões todas coletivas de juventude com todas – embora se tenha do partido em si coletivo –, e tem que pegar junto. Porque se a DS pauta LGBT e consegue uma lei, não é só lei pra DS: “Oh! Vai sair pra LGBTfobia mas só se bater em alguém da DS”, se bater em alguém da Articulação Esquerda não vai, da Esquerda Democrática não vai, CNV não vai, entende? “Ah não, pessoal pode apanhar”, não pode! Então como assim tu não vai ter dentro do teu partido isso, sabe? Tem que ter uma articulação só que aí é que tá, o processo é muito lento. Por quê? Porque tem disputa de ego! Tem disputa de ego e tem aquela questão de olhar o outro como diferente, né? Tu fala assim “Ah, fulana, a corrente tá mais frouxa, a corrente tá não sei o que, vocês só servem pra escrever, vocês não sei o que, nanana”, isso é ruim! Isso é ruim. A JPT tem uma coisa boa até, que é aquela questão do coletivo, é JPT, é JPT todo mundo! Mas aí tem o sectarismo e o LGBT sofre muito com isso porque eu não sei quem são os LGBT das outras correntes, eu não sei. Eu sei as sapatão e os viado porque, porque mas só os estereotipado! Que infelizmente é isso porque fora isso eu não consigo ver quem são, eu não sei quem são. Eu sei da minha corrente, da juventude da minha corrente mas porque eu to à frente, que eu tenho que saber, eu tenho que olhar (riso breve), se não... se não seria uma dificuldade, mas da democracia socialista é a que mais se tem a pauta, que se vê a pauta ainda sendo debatida, sendo discutida e sendo vista. E se vê muito LGBT a frente das coisas, isso é ótimo, e isso é ótimo e é uma das coisas que mais me faz ainda manter essa paixão viva e essa questão de construir esse projeto, sabe? Esse projeto junto com o PT, junto com a DS, é ver que dentre todos os que a gente vê, a gente ainda consegue trabalhar, a gente consegue botar a cara e isso foi o resultado que eu te falei, a DS a frente. E isso consegue fazer com que a visão se amplie e talvez até pra dentro da própria desse. “Olha ali, toda nossa juventude atrás daquela faixa LGBT, vamo se liga!”.

23:03 a 25:20 Tamires: *E pensando, assim, a organização nacionalmente, tu acha que é a juventude que toca essa pauta?*

Militante 04: Sim, com certeza, é a juventude que a pauta, pauta LGBT é toda ala juventude. Total, total, ao meu ver, é total da juventude. Isso também é refletido, foi refletido no ato com a Dilma e depois no dia 24. As únicas vezes

que eu vi. Primeiro, deputado Jefferson citou, das lutas, a primeira que ele falou foi a LGBT, a primeira, foi a primeira pessoa que eu vi falar da pauta LGBT em primeiro lugar, “políticas pros LGBT, pras mulheres, pros não sei o que...”, primeira vez porque a gente sempre é por último. E a Dilma, a Dilma foi a que mais falou, que a gente presta atenção nessas coisas, né? E a Dilma foi a que mais falou, e aí tu reflete muito isso, e que também é um reflexo das nossas ações anteriormente. Se a gente não se pauta na frente, não, quem é visto não é lembrado, quem é visto não é lembrado! A gente tem que tá ali pra ser lembrado, a gente tem que se posicionar, se colocar, e aquele ato com a gente ali puxando o ato com aquela faixa escrito LGBT foi... foi uma questão histórica pra nós porque foi a primeira vez. Em um ato histórico e os LGBT ali na frente, sabe? Gritando que as gay, tatatá, as bi, as trans e as sapatão tão querendo Lula na eleição, a gente tava puxando o processo em prol da democracia da legalidade. A gente fez aquilo, a gente trabalhou pra aquilo, a gente falou, a gente instruiu os nossos militantes pra ficar atrás das outras juventudes e puxar o resto do ato que vinha toda população. A gente instruiu e a gente conseguiu manter a população atrás da gente, e manter aquele resultado, sabe? E as filmagens tá lá, faixa LGBT. Não é nem uma pessoa ou outra, mas ali a sigla LGBT na frente. Foi... foi sensacional.

25:20 a 34:12 Tamires: *E o que tu acha, assim, dessas declarações da Dilma agora tendo em conta que foi no mandato dela que não foi aceito kit anti-homofobia.*

Militante 04: Sim. O kit anti-homofobia é uma coisa complicada, né? Porque eu acho ele muito digno, muito maravilhoso, eu distribuiria a lote (risada). Mas é complicado tu tá lutando, tu tá a frente de um governo, deu ruim, que nem tudo tu consegue no carteração porque, mudando, a Dilma tinha posto a reforma política. Ela não conseguiu fazer a reforma política passar porque a direita, o conservadorismo, ele tá muito grande e ele sobrepõem, o presidente não consegue trabalhar sozinho. E se ela tivesse dado um carteração e falado “agora a gente vai fazer, vai distribuir, foda-se”, o golpe teria sido bem antes (risada) que foi, o golpe teria sido bem antes. Que se tu te lembra, uma das últimas ações quando ela se viu que ela ia sofrer o golpe, o que que ela fez? Assinou o nome social das trans! Ela decretou lá porque ela viu, “eu vou me foder, então vou fazer isso agora”. Tanto que foi a primeira coisa que o Temer revogou, foi decreto que aí a Dilma deu um canetaço, a Dilma deu um canetaço “agora é, vocês vão me tirar, eu vou dar um canetaço em tudo que vocês não iam deixar passar”. Ela começou, “foda-se”. Sabia que iam tirar ela lá, mas pelo menos ela sabia que ela ia ter aquele tempo pras trans conseguirem colocar o nome, então quem tinha, quem fez, ia permanecer tendo! E não ia ter o que dissessem, entendeu? Ela fez o negócio que a longo prazo, até ele pegar, o golpe passar, Temer assumir, ia dar possibilidade das trans em massa fazer o nome social! Isso eu achei incrível da parte dela! Eu achei que foi um pecado enorme, pra nós, não ter saído o kit gay porque pautou muito educação, e o kit anti-homofobia, ele seria um grande auxílio pros professores dentro das aulas. Ainda mais agora que, agora não, anteriormente, as aulas de religião tinham sido alternadas pra aulas de direitos humanos, não no currículo, mas em sala de aula, onde tu debatia a questão dos moradores de rua, questão de racismo, questão de homofobia. Tu ter aquilo pra mostrar “Olha aqui, ó, isso aqui é uma

cartilha que hoje a gente vai ver homofobia. Então essa é uma cartilha governamental contra a homofobia”, mostrando o número que tu liga, mostrando o que que é a homofobia, mostrando porque que é inadmissível o preconceito ou porque que aquilo é normal, porque a gente é normal, porque a gente não é o que falam. Isso seria um auxiliar, não vai tá escrito lá “teu filho tem que ser gay amanhã”, entendeu? Como eles achavam que era. O kit gay, o que que é o kit gay? O kit gay é uma purpurina, um vibrador, eu ainda não entendi o que que era o kit gay deles, assim... (risada), né? Não sei, pras mina ia ser um anel de coquinho, um vale cabeleireira pra fazer undercut, sei lá! Não é!? (risada) Eu não compreendi! É um pecado, foi um pecado muito grande ela não ter, a gente não ter conseguido fazer isso, tanto porque a gente não tinha força de bancada já que uma das maiores bancadas, somada a ruralista, é a evangélica, é ainda. Então a gente já tem um cunho conservador enorme. E por mais que Psol nacional votasse a favor ao kit por conta, também, muito da representatividade do Jean Wyllis que sempre foi a favor e... e de outros LGBTs, a gente não ia conseguir. Foi um pecado, ela poderia ter dado o carteração? Poderia, mas ia ser uma manobra política que ia enterrar ela antes do tempo. Eu até compreendo isso porque ela teve mais tempo pra conseguir fazer muita coisa de cunho popular, de projeto popular, mas pros LGBTs foi um golpe muito grande o que aconteceu. Pra quem tá fora da política, um golpe maior ainda, pros LGBTs que tão fora do cunho político, mas na reflexão política que se tem, eu compreendi, eu compreendi e pensei “mano...”. É complicado que a gente sofreu o golpe da mesma maneira e que, se fosse aprovado de qualquer maneira e a gente sofresse um golpe antecipado, eles iam acabar fazendo a mesma coisa que fizeram com as outras, na calada da noite iam revogar, que é o que fazem, ou municipal e estadualmente eles não iam receber. Como a direita ganhou muitos Estados e muitos municípios, não adiantaria ela falar que tem porque não iam chegar no produto final, entende? Então, primeira coisa que eu acredito que deveria passar pra que a LGBT pudessem ter vez, era a reforma política porque daí mudaria todo o cenário, e mudando todo cenário, a gente conseguiria incluir assertivamente essas políticas. Porque, bem ou mal, a gente sabe que não é botando guela abaixo, que a gente sabe que tem instâncias. E, infelizmente, a presidência não tem muito poder pra fazer mudanças positivas que tem todo um aparato por trás, né? Mas eu ainda penso que a gestão do PT poderia ter feito nesses 13 anos muita coisa. Sobretudo no governo Lula que ele tava com a faca e o queijo na mão, poderia ter feito muito pelos LGBT. A Dilma foi a que mais fez pras minorias LGBT, foi a que mais olhou, mas é mais pelo olhar mulher, olhar de luta, olhar de tá ao lado, né? O Lula já tinha o olhar mais voltado pro trabalhador, pra classe popular, mas não setorialmente. A Dilma já era mais setoriais, ela já tinha essa sensibilidade maior pra setoriais. Porque são perfis, né? São ótimos perfis, unidos são maravilhosos.

Tamires: *É, e pensar em termo de programas também, né?*

Militante 04: De programas, sim! Se tu for ver os programas que o Lula pensou, o Lula pensou, com o empirismo dele, corretíssimo, mas pra classe mais atual, nesse caso a classe LGBT – e claro que não é atual porque não começou ontem, mas começou a ser vista atualmente –, poderia ter feito mais. Mas, também, volta o reflexo: a gente não estava lá. A gente só começou a ter

representatividade aberta com o Jean Wyllis se for parar pra pensar. Então, bem ou mal, é uma política nova, não em termos de militância, mas em termo de política pública a ser pautada. Então agora que é nossa hora de construir, e, nesses tempos de retrocesso, é mais ainda, é esse tempo que a gente tem pra construir tudo que a gente quer, pra quando a gente voltar pro topo, a gente ter tudo na mão e largar: “ó, é agora, agora vai tudo porque a gente já escreveu, a gente já construiu, a gente tá com todos os projetos aqui”. Agora só vai amiga, só assina, não é? É oportunidades, a gente perdeu muitas oportunidades e muita oportunidade de militante naquele período. Esses 13 anos eu vi como um hiato na militância LGBT, e esses 13 anos a gente poderia ter sido VUPT, se mostrado muito mais do que a gente se mostrou porque a gente se, foi aqueles 13 anos de maré calmo.

34:12 a 40:27 Tamires: *É que a militância da juventude, pelo menos no começo, assim, ela era muito omissa, né?*

Militante 04: Sim.

Tamires: *Tu não vê uma militância de juventude mais antiga, assim, uma galera mais verde, assim.*

Drika: *É. E outra que é mais antiga é aquela, é aquela militância que teve que se esconder, né? E aí acabavam falando (começou a sussurrar) “a gente apoia, mas a gente (parou de sussurrar) não pode falar”. E tu vê só as organizações mesmo, tipo o Nuances, outra visão, só vê esses. Por quê? Mas era aqueles organizado que ficavam ali, tu não sabia onde era a sede, tu não sabia onde que era, entendeu? E são poucos que sobraram nessa militância, o resto resolveu viver uma vida tranquila longe, “não, eu já to bem, eu já to velho, eu não preciso mais”, entende? E a juventude, agora, com essas aberturas que tá maior. E é esse momento, pegar quem tá verde, ajudar a amadurecer, trabalhar política em cima, fazer com que pense projetos, pensar: quais são os teus anseios? Então é um anseio de todo mundo, vamo trabalhar em cima? Vamo fazer eles nos vê? Agora vamo se visto e lembrado, pelo amor de deus, sempre lembrado que já tamo cansado de ser esquecido (risada).*

Tamires: *(risada) É. Depois da abertura democrática, assim, e pra começar a pensar em políticas públicas, demorou um tempo, né? Eu acho que foi, não sei, demorou eu acho que umas duas décadas, o começo da militância LGBT foi mais de se afirmar enquanto LGBT e tal, depois que se começou a pensar políticas públicas, então é uma coisa nova mesmo.*

Militante 04: Sim, é uma coisa nova porque as LGBT, bem ou mal, elas começaram a se organizar de fato, bastante, pra sair pra rua, foi no governo ditatorial que elas começaram a se organizar. Aí, na década de 80, depois da década de 60, mais no início de 70, naquelas viradas, que teve 69. É que 69 começou as revoluções culturais por todo mundo, e foi aí que teve aquela coisa do colorido, do movimento hippie, que foi onde surgiu os panteras negras, tal tal tal, movimento hippie... a questão nos Estados Unidos, Stonewall, papapá,

entende? Foi nessa época, e aí começou a se criar os núcleos LGBT porque começou a internacionalizar que isso existia. Aí depois veio a década de 80 e...

Tamires: *É uma segunda onda, né?*

Militante 04: Sim, e a homossexualidade tendo uma série de doenças, e aí vem a AIDS, “a doença dos gays” – porque também naquela época não se via lésbicas, né? Tinha mais os gays porque...

Tamires: *Sim, a militância era muito gay, tinha um grupo organizado de lésbicas.*

Drika: Aqui no Brasil, tinha as meninas do Xana com Xana, que faz a revista, que foi a que fizeram tipo um Stonewall brasileiro?

Tamires: *Hum, não conheço.*

Militante 04: Que foi quando elas ocuparam um bar em São Paulo que tava tendo repressão e elas ocuparam o bar. Elas faziam zines e tal... e elas ocuparam o bar. Era dito como um Stonewall brasileiro, e era liderado por mulheres lésbicas. Mas a organização ela é muito recente mesmo, e tu vê que, naquela época, a luta foi somente por sobrevivência num período ditatorial onde a gente tava sendo perseguido também.

Tamires: *Sim, que não tinha como pautar, setorial.*

Militante 04: Sim, era a AIDS vindo na década de 80, aí tu vê a redemocratização e aí, mesmo com a redemocratização, bem ou mal, os governos que assumiram eram de centro direita. Então faziam algumas coisas ali, papapá, mas só pra reerguer a economia que não vai ajudar em porra nenhuma, né? Porque daí vem o FMI (riso nervoso), é o não sei o que, é inflação na década de 90, inflação enorme que teve, entende? Não tinha, tu não tinha cunho popular pra se organizar... em nada! Ainda mais LGBT. Aí depois sim, aí começou nos anos 2000, que aí começou a popularizar tudo: poder de consumo, poder de tudo, poder de ir nos lugares, poder de estar. Até festa LGBT era uma ali, outra aqui. Aí como o poder de consumo também dos LGBT era maior, porque, bem ou mal, tando num emprego, ou subemprego onde a gente é realocado porque não é todo mundo que nos aceita, nosso cabelo, nosso jeito. Eu tenho cabelo comprido mas eu tenho os dois lados raspado fora a fora, aí tem que usar cabelo pro lado, fica soprando o cabelo já fica “argh”. Isso que eu não cortei ainda mas eu corto a zero do lado, e aí? Os dois lados inteiro, vou fazer uma entrevista de emprego pra trabalhar em um escritório? Tem uma das meninas nossa que ela é do interior, ela é da serra e a chefe dela, ela trabalha de atendente num escritório... não lembro o que que é, é um escritório, assim. E a mulher disse que era pra ela não cortar o cabelo porque ela ia perder muito cliente. Ela é de Caxias. Tem muita gente que olha torto pra menina e ela tá com o cabelo por aqui e ela falou: “não corto o cabelo”. Se ela cortar o cabelo, a menina vai perder o emprego porque a mulher vai perder cliente porque os clientes não querem ser atendida por uma pessoa, quase tem nojo. Então tu vê esse reflexo até agora, ainda mais sobretudo em cidades interioranas. E a gente

tá lá atendendo eles! As vezes atendendo eles juridicamente, as vezes sendo médica deles e eles não sabem porque a gente tem que se esconder. Por que que a gente tem que se esconder?

40:27 a 41:30 Tamires: *E tu acha que pra pensar essas políticas públicas, assim, é importante se organizar coletivamente?*

Militante 04: É, porque... uma, eu acho que, José Pacheco já disse: “atos humanos são projetos coletivos”. Então, tu não consegue nada sozinho, sempre vai precisar de pelo menos mais um pra conseguir colocar em prática o que tu quer de fato, de fato. Eu posso sentar sozinha e fazer todo um projeto de lei, eu não vou conseguir fazer ele andar sozinho, se não ele vai ficar na minha gaveta. Então sempre é um ato coletivo. Então, no momento em que tu age coletivamente, tu constrói melhor, tu trabalha melhor, tu pensa, tu consegue absorver coisas que tu não pensaria sozinho. Pontos de vista diferente. Então, eu acredito que pra pensar política pública, tu, é público, então uma pessoa só não vai fazer nada pro público, nada pro coletivo, porque tu não pensa no coletivo sozinho, não constrói nada no coletivo sozinho, então sempre tem que ser em coletivo.

41:30 a 45:32 Tamires: *E no contexto brasileiro, o que tu pensa sobre a violência contra a população LGBT?*

Militante 04: Bem, sempre foi muito grande. Claro, depois da retirada da presidenta Dilma e das retiradas dos mínimos direitos e dos discursos de ódio serem propagados, a gente teve um crescimento da LGBTfobia, sobretudo pras transexuais. Mas tá sendo divulgado ainda mais agora, ainda bem, mas nem tanto, deveria ser, o crime contra as mulheres lésbicas porque a gente... aumento muito nosso número porque o machismo aumentou. Porque, na verdade, não é que o machismo aumentou, o machismo ficou mais escancarado porque agora eles tem legitimidade pra ser machista por figuras públicas. E aí, a mulher que sofre estupro coletivo, a gente sofre estupro coletivo porque aí é os dois crimes: fora o machismo, a lesbofobia. Eles sofrem estupro por ser quem são, o que é uma loucura! O que o cara hetero quer estuprando as trans, ou os gays, sabe? Ok! Beleza! Mas aumentou muito isso, de... da galera tá andando na rua e levar gusparada, de levar piada gritada na rua, coisa que antes não era, as pessoas passavam do teu lado e falavam baixo. Aqui, no centro de Porto Alegre, as pessoas passam, os caras passam, e falavam as merdas baixo, agora tu vê mais escancarado. Tem gente gritando merda dentro de carro, gritando! Porque tá legitimado e tá muito maior. Se uma pessoa tá gritando contigo dentro de um carro, imagina se tu grita de volta e ele para: deu pra ti. Agora tá legitimado a agressão física porque já falaram que pode, já falaram que tem que corrigir filho, filha, começou a ter um jeitinho diferente é só dalhe uma surra que passa (riso nervoso), entende? Olha o quanto de gente que tá sendo morta pelos pais! Aumento muito a intolerância, sobretudo pros LGBTs, sobretudo! Porque acham que a gente passa por raios, por osmose, eles não compreendem isso como nossa natureza humana, que não precisa muito pra saber, né? A maioria das espécies animais, do reino animal, se relacionam com o mesmo sexo. O mundo, a história da humanidade foi construída, o cerne da

masculinidade foi construído através de uma sociedade que se relacionava com o mesmo sexo, que é o caso da Grécia, da Roma, dos Espartanos. Então é... é uma falta de visão achar que é tudo novo, é agora isso, é agora porque ninguém te falava isso, por quê? Desde todo projeto de nação, projeto educacional, o que que a gente vai dizer pros nossos jovens? Foram construídos com uma base cristã, e a base cristã é a base do homem e da mulher, totalmente heteronormativo. A bíblia não é heteronormativa, mas quem a lê e a interpreta torna heteronormativa! Em tese, né? Pegando o novo testamento, né? A galera gosta é do antigo mesmo (risada).

45:32 a 52:05 Tamires: *E tu já teve envolvida em algum desses atos de violência? Alguém que tu conhece teve?*

Militante 04: Tocaram... nós andávamos em quatro meninas, né? Aí um... tu vê um episódio aqui na cidade baixa que um cara foi tentar alguma coisa e a gente repreendeu ele, disse que não. E aí a gente pegou o carro de uma das meninas e ia embora, só que o vidro tava aberto. E esse mesmo cara veio e tocou cerveja na cara da menina que tava na janela, do nosso carro, e chutou o carro! Então, se a gente não tivesse, no momento que a gente tinha repreendido, entrado no carro, porque tava ele e mais três caras ainda (riso nervoso). Só que como o carro passou devagar – porque é ali na cidade baixa, na república, tem que andar um pouco mais devagar – ele foi, ele tocou-lhe o troço e chutou o carro. Eu acredito que se a gente tivesse lá ainda, a gente teria apanhado. Teve também, claro, aí tem caso na adolescência, são casos nos grupos, eu já apanhei, já fui envolvida em briga com mina por causa disso. Tipo, de eu tá no centro com os meus amigos e eu tá com as minhas amigas e começar a questão da sapatão, machorra, né? Adoravam falar na nossa adolescência machorra. E eu falar assim “não, não!” – eu odeio esse termo machorra, odeio, tenho pavor desse termo. Porque, na verdade, a gente ainda fala sapatão porque é aquela coisa pejorativa que a gente usa ao nosso favor e pra chacotar os outros, porque agora foi resignificado. Mesma coisa o viado, mas entre eles e entre nós. Ai, esse negócio é nosso! (risada) Mas, a mulher ainda, ainda tem, embora tenha crescido, mas ainda tem um grau de violência melhor, de violência, por ser quem é, menor. Claro, se tu tá num ambiente e tu tá com a tua namorada, companheira, enfim, o assédio, porque a mulher lésbica não é a violência em si, a primeira coisa que recebe é o assédio. Por quê? Porque querem te corrigir, porque acha que tu tem problema porque tu não achou o cara certo. Então tu é assediada em primeiro lugar, e, depois do assédio, tu ainda consegue fugir. Eu acho que é uma das maneiras que as mulheres ainda conseguem fugir mais rápido, ainda mais em ambientes públicos. Sofreu o assédio? A mina já sai. A gente acaba tendo que sair dos lugares que a gente tá porque a gente sabe que o cara vai voltar, entende? Mas, os meninos ainda têm pior ainda por causa dessa construção da masculinidade. Então, um menino não pode cumprimentar abraçando o outro, não pode, não pode dar um beijo na bochecha do outro, quem dirá andar de mão dada! A menina não, desde pequena andando de mão dada com as amiguinhas, não sei o que, não sei o que, não sei o que. Então a gente, justamente por isso que a gente não tem essa maior, porque se tem duas meninas femininas, que exalam feminilidade andando na rua, ninguém vai falar nada porque ainda tem aquele pensamento “ah, são duas amiguinhas!”. Mas tá

eu com uma mina, aí sim, aí vai dá merda, aí vai ter aquele cara pra olhar, daqui do centro é o que mais se ouve, “Ah, não tá faltando nada! Não sei o que, que que”. Ou passam e empurram, sabe? Mas eu sofre violência direto depois de grande assim? Depois de grande não (risada), de grande, né? Tu entendeu, que eu sou baixinha mas... (risada) Depois de grande não porque eu comecei a me posicionar mais, e as pessoas têm medo, ainda mais mulher quando se bota frente numa certeza, a pessoa não sabe o que esperar. Homem não sabe reagir quando alguém se posiciona, falar “como assim!?” o cara não sabe reagir. Eu sei porque eu lidei a minha vida em família com homens assim, que quando são botados na frente, em qualquer situação, eles não sabem reagir mais porque eles não são acostumados com pessoas batendo de frente. É sempre “ai tá, tudo bem”, ou ficam quietos.

Tamires: *A não ser que já estejam com a ideia de violentar de alguma maneira.*

Militante 04: É. Mas quando é corriqueiro, tu sempre consegue fazer com que o cara fique com aquele um minuto de não reação (risada breve), e aquele minuto que tu já virou as costas e já foi embora (risada), e aí ele fica... aquela coisa, “ba, agora eu tinha aquela resposta pra te dar, garota e tu já foi” (risada breve). Aí... mas eu conheço muitas pessoas. Claro, o interior, né? Meninas do interior, menina do interior que apanha diariamente, que mora com os avós, que apanha diariamente, menina de 14 anos, essa eu conheço porque ela me contou a história dela. Uma dessas ações que eu fiz enquanto diretora LGBT.

Tamires: *Apanhava da família?*

Militante 04: Apanha até hoje. Mas ela apanha dos avós, não é nem de pai e mãe. A mãe, diz que a mãe tem problema com drogas, e quando a mãe tá em casa, a mãe que protege ela. Só que os avós não aceitam ela e... ela disse que depois que a gente conversou e tal, ela começou a querer se posicionar mais e acontece isso que eu te disse: o cara fica sem reação. Aí ela consegue sair, fugir de alguma maneira. Bem ou mal, são passos pequenos mas eu acredito que com o tempo ela vai ficando cada vez mais forte. É uma menina nova e ela conseguindo a força agora? Nossa... quando ela ficar mais velha, não vão poder com ela.

52:05 a 56:18 Tamires: *E nesses casos de violências, essas coisas, assim, que tu acompanhou e algumas que tu relatou, enfim, tu pensa em alguma forma ideal, tipo, de resolução ou...*

Militante 04: Da violência?

Tamires: É.

Militante 04: Tá, primeiro. Se a gente for pensar na violência, primeiramente a gente tem que ter políticas públicas de proteção e de prevenção. O que que eu quanto militante educacional viso? A prevenção pela educação, sempre. E, concomitante a isso, também os apoios contra a violência e de apoio que a gente não tem, efetivo a gente não tem nem na delegacia da mulher. Então, efetivar

política, efetivar essas políticas de criminalização que funcionam, que não sejam aquelas lezinhas pra inglês vê, entende? Mas que funcione. Mas a prevenção, ela vem na base educacional. É botando o kit anti homofobia nas escolas, é instruindo, fazendo formação continuada dos professores pra trabalhar com a diversidade, pra atender os alunos com problemas, fazer com que, o núcleo pedagógico das escolas saibam lidar, porque eles não sabem lidar com os alunos LGBT, não sabem. Todos os professores de todas matérias, não adianta dar isso só pra quem tá dando ciências humanas que tão nos colégio, tem que botar pra todas as professoras e todos os professores voltado a todo combate à opressão. Sobretudo a LGBTfobia porque... vira chacota, porque o período educacional é o que mais te constrói e tu tá ali com teu ciclo de amigos e o teu amigo não pode não querer jogar bola que já é viado! A tua amiga não pode querer jogar bola que ela já é sapatão! Entende? Inverte. E ali que tu consegue mudar e se tu conseguir trabalhar com teus alunos, fazer com que eles se abram, que eles vejam, eles conseguem levar isso pra casa e olhar uma novela com os pais onde acontece, os pais falam alguma coisa, falar assim: “não pai, não é bem assim”. Por quê? Ele vai ver na escola os colegas e vai falar: “não, meu melhor amigo é gay e tá tudo bem”, “a amiga do meu colégio é e ela não tentou me mudar, eu converso com ela todo dia”. E aí, sabe? A educação sai de um lugar e vai pra outro, é uma reação em cadeia. Se tu tem um projeto educacional democrático, popular, plural que vise o combate às opressões de fato e vise o combate a essa sociedade doente de fato, tu consegue mudar. É uma reação em cadeia, uma reação em cadeia. Isso, se os adultos pegassem as crianças nas séries iniciais e escutassem elas, a sociedade ia tá muito melhor, muito melhor porque a criança tem uma inocência, ela não vê maldade, quem vê maldade, que bota o preconceito somos nós. Então é a educação que previne e é com a base dela que se muda e se cria política. Se a gente mudar, a educação primeiro e, concomitante a isso, botar as leis de proteção, de combate, de criminalização mas a educação sendo a base forte, a longo prazo – que é isso que a gente tem que pensar –, a longo prazo vai chegar uma hora que a gente não vai precisar mais. Mas tem que ser a longo prazo! E tem que trabalhar forte, não é deixando a sociedade do jeito que tá e só metendo lei em cima de lei, o Brasil é o país que mais tem lei no mundo! Então... entende?

56:18 a

Tamires: *E isso que tu mencionou em relação à criminalização da LGBTfobia, mesmo num país que tem uma superlotação carcerária tão grande, tu acha que seria uma alternativa viável.*

Militante 04: É como eu disse, um carceramento, é porque tudo que gira em torno do sistema prisional brasileiro é falho porque a justiça é falho. Porque a mulher ganha 10 anos de prisão por roubar um pão pros filhos comer. E um cara, sei lá, atropela um na rua e mata, é rico e vai embora no outro dia e faz o que? Serviço voluntário. As vezes nem isso faz, nem uma cesta básica pra família entrega, entendeu? (risada) Pô, é tudo muito falho, por isso que eu digo, a reforma política tinha que passar primeiro que aí se vai tudo. O encarceramento, se a gente mudar o sistema prisional e tirar a palavra encarceramento do processo, encarceramento é privação de liberdade só que... ainda mais que o que sobrelota os presídios não são os crimes hediondos, não

são os assassinatos, entende? Não são os estupros, não são! São o que? O roubo de pão, o roubo de não sei o que, o tráfico, entende? Não é tudo isso, e o que muda também? O combate às drogas! O combate às drogas, essa guerra às drogas, faz aumentar o cárcere, faz aumentar a morte na favela. O modelo que se tu tem aquela política de base lá, a legalização das drogas, que que vai fazer? No momento em que tu impõe o Estado em cima daquilo, que que acontece? Tu vai ter uma baixa do tráfico e isso já foi mostrado em diversos países que já legalizaram. E a mesma coisa é feita com a questão do cárcere: o sistema prisional é feito pra que? Pra reeducar, pra reintegrar na sociedade. Então tu tem que trabalhar pra que ele compreenda a sociedade que ele tá vivendo, que ele aprenda convivendo na sociedade que ele tá vivendo e, acima de tudo, ter a oportunidade de ser reintegrado na sociedade conforme prevê a constituição! Ele esteja sendo um cidadão efetivo da sociedade, porque que eles não pegam um sistema de jovens que eles aprendem profissão, que eles estudam, por que que eles não fazem isso e colocam no sistema prisional? Porque é caro, porque eles preferem gastar trilhões construindo um novo presídio do que aplicar dentro dos que já tem e tirar metade daqueles a curto prazo de dentro. Isso é um reflexo que se tem, embora ainda seja falho, é um reflexo que se tem porque muito presidiário sendo formado na faculdade de lá! Mas é um reflexo do que? Oportunização de dentro pra reintegrar. E o caso do presidiário que se formou em direito? E depois virou ativista? Tem um cara, não sei se ele é formado, mas ele tem uma ONG lá no norte e ele é ex presidiário, de auxílio a jovens. Ele retira jovens da rua e coloca dentro de uma instituição social pra jogar bola, pra aprender a fazer coisas, pra fazer arte e ele é ex presidiário. Então é tu tirar o encarceramento do dicionário, tu fazer uma reforma política e do sistema prisional, tirar quem tá porque quem tá coordenando, tá coordenando mal pra caralho a segurança! Que não é assim, olha os presídios novos! Canoas, Guaíba, presídio novo de mulher e já lotou! E aí? (risada).

Tamires: *Tá! Mas considerando esse cenário, tu acha que a criminalização é uma alternativa?*

Militante 04: Esse cenário atual?

Tamires: *É. Quer dizer, a reforma do sistema prisional...*

Militante 04: É a longo prazo.

Tamires: *É!*

Militante 04: É porque é difícil a gente pensar em coisas a curto prazo, né? Em termos de sociedade, ainda mais o Brasil que é um dos maiores países da América Latina, né? Então, ele tem uma especificidade, uma demora a se efetivar as coisas maiores. A criminalização é um mal necessário, ela é um mal necessário, por quê? Porque quando – e isso é muito engraçado na sociedade – porque bem ou mal, quem comete LGBTfobia são pessoas que se acham acima da lei. Quem bate é a classe média, é os magrão que se acham os gostoso, que se acha, não é? Que se acham as melhores pessoas do mundo, os mais, os mais sabidos da humanidade! “Nós somos os homens, os macho alpha da sociedade, nós comandaremos” – são eles que batem em mulher.

Tamires: *Que assediam.*

Militante 04: São eles que assediam. São eles que falam que, pra deixar de ser lésbica, tu tem que pegar um deles. São eles que batem NO AMIGO se contar que é gay! É eles que tem que ser, então é um mal necessário porque tudo que vira lei, retrai. E se tu mostrar que aquela lei é assertiva, a pessoa vai ter mais medo ainda. E daí no momento que tu falar, a pessoa querer, a pessoa lembra. É a mesma coisa da questão da injúria racial, já notou o quanto as pessoas se frearam pra falar por medo da lei? Então, isso reflete.

Tamires: *Claro, que nem a lei Maria da Penha, né?*

Militante 04: Sim! É a longo prazo mas funciona. E aí no momento que a gente consegue com esses maus necessários de servir de exemplo pra pelo menos prear, que é a prevenção, tu pelo menos freia e diminui. Tu dá medo, tu bota medo naquelas pessoas, tu fala ponto, é lei. Aí tu freia, tu freia. Aí, tendo isso, e tendo um plano de governo que seja favorável, tu consegue fazer as reformas que a longo prazo fazem que não seja necessário. Claro, é uma luta constante, né? A luta das mulheres tá desde a década de 20 aqui no Brasil (risada). Então é muito a longo prazo, tá desde a década de 20, só em 32, 4 que a gente conseguiu o voto, foram 12 anos só pra votar, ou seja, só pra virar cidadãs! Então (risada) imagina no resto!

Tamires: *Sim, a lei Maria da Penha é de 2006.*

Militante 04: Então! E até hoje ainda se trabalha, a mulher tem que ir na delegacia relatar violência doméstica pra homem. E olha o contingente de mulher que tá no exército, que tá na polícia militar, não é tão difícil assim tu colocar uma mulher atender uma mulher! Não é difícil, tem muita delegada e tem muita delegada a frente de muita coisa que não é o caso da mulher. Então tem que mudar mas é tudo a longo prazo, a política é a longo prazo e o tamanho influencia. É a mesma coisa quando fazem comparações com o Uruguai – “Ai mas o Uruguai conseguiu” –, mas se tu olhar, olha a geografia do Uruguai!

Tamires: *Totalmente desproporcional.*

Militante 04: Muito desproporcional, o Uruguai é um ponto do lado do Brasil, então é tudo muito maior e tem que ser muito mais a longo prazo. Tu não consegue fazer isso em 2 anos, em 10 anos. O Temer vai conseguir nos foder por 20, vai conseguir destruir toda a nossa sociedade por 20 anos, cara, porque a conjuntura favoreceu ele. Então, a longo prazo, ele conseguiu destruir a gente com a PEC de congelamento. Conseguiu... e a gente, se reverter, a gente consegue tirar a PEC com muita luta, tirar a PEC se a gente reverter e reerguer a economia e fazer um projeto popular real e democrático. E eu acredito que toda essa virada de 2016 pra cá faz com que toda essa geração nova, que somos nós, se coloque a frente e diga: “a gente quer e é pra agora!”. E não importa se vai ser a próxima geração que vai receber, mas eu quero agora, eu quero que tu comece agora pra próxima geração não passar pelo o que eu passei, não passar pelo o que o meu vizinho passou. Aí sim, mas a longo prazo. Na conjuntura

atual, seria um mal necessário, igual a política de cotas, né? Ela é um mal necessário, por quê? Porque a sociedade é doente, sempre foi e não entende que a mulher, que o homem negro periférico não tem a mesma oportunidade e as mesmas condições de entrar na universidade. Então a cota é mal necessário porque não é aí, reparação! É uma dívida, não tá reparando porcaria nenhuma, vai reparar quando todo negro que nascer saber que vai poder entrar na universidade, não pensar! É que nem aquilo da igualdade de gênero, não existe! Existe a equidade, a equidade de oportunidades, de entrar no mercado de trabalho e de ser cidadão que os LGBT quer. Que igualdade? Tá, ok, homem e mulher... mas não tá igual porque ninguém é igual, é tu partir do mesmo ponto, é estar equiparado! Equiparado. É só isso, é equiparação e é tudo a longo prazo. A cota é um mal necessário, olha o tanto que já se formou, vê quantos negros e negras tão aí te atendendo no hospital! Coisa mais linda! Sabe? Te dando aula na universidade, tu não via! E é tudo a longo prazo e a longo prazo tu vai vendo essas mudanças e tu consegue ter um pouco mais de esperança. Mas são os maus necessários, tem muita repressão em cima das cotas também, tem muita luta, tem muita violência, mas tá dando resultado e a gente tá combatendo e a gente tá denunciando mas é um mal necessário, tudo é um mal necessário até que não se precise mais a necessidade. Mas é tudo a longo prazo...

Tamires: *Muito obrigado, acabaram minhas perguntas, tu falou bastante.*

Militante 04: (risada) Eu falo pra caralho, desculpa.

Tamires: *Não, de boa.*

Militante 04: É que dizem que eu sou muito política, minha irmã diz que eu sou muito política.

## APÊNDICE E – ENTREVISTA 5

**Porto Alegre**, Rua Uruguai, n. 310, bairro Centro

**Data:** 27/09/2018

**Local:** Café à Brasileira

**Grupo:** militante de grupo organizado

**Idade:** 57 anos

**Grau de escolaridade:** Mestrado

**Profissão:** pedagoga

**Orientação sexual:** heterossexual

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 2:00	<p>Tamires: (áudio começou um pouco depois da fala já ter começado) ... <i>tu não precisa responder também, fica à vontade.</i></p> <p>Militante 05: Tá, tudo bem.</p> <p>Tamires: <i>Vou pedir pra tu dizer teu nome completo, tua idade, qual é a tua atuação dentro do Somos, se vocês têm alguma divisão por cargos, não sei</i></p> <p>Militante 05: Eu sou a [REDACTED], idade? 57 anos, sou pedagoga e, no Somos, eu exerço a função de coordenadora técnica. ã... muito isso porque a lei exige que tenha cargos e tal, né? Pra ter um CNPJ, tu precisa ter uma organização mínima, né? Mas as coisas são muito decididas coletivamente apesar de ter uma estrutura oficial, de coordenação técnica, coordenação financeira e coordenação geral, existe essa tentativa, pelo menos, de ser mais horizontal.</p> <p>Tamires: <i>Uhum. E faz tempo, assim, que tu tá exercendo essa função, que tu tá dentro do Somos?</i></p> <p>Militante 05: Eu to dentro do Somos desde 2005.</p> <p>Tamires: <i>Ba, já faz um tempo...</i></p> <p>Militante 05: Já faz um tempinho, né?</p> <p>Tamires: <i>E sempre com essa função?</i></p> <p>Militante 05: Não, circula, a gente circula, né? Eu já, nada, assim, oficial, eu já fui financeira, já fui coordenação geral, a gente...</p> <p>Tamires: <i>Vai mudando.</i></p> <p>Militante 05: É até porque agora, por exemplo, tem poucas pessoas então... a gente tem que assumir, obrigatoriamente tu acaba assumindo.</p> <p>Tamires: <i>Sim... e qual a tua orientação sexual?</i></p>

Militante 05: Eu, por enquanto, sou heterossexual, mas pode mudar, né? (risada)

Tamires: (risada) *Sempre. E dentro Somos, assim, essa tua, esse teu cargo, essa tua atuação, tem alguma relação com os projetos que vocês desenvolvem...*

Militante 05: Sim... não entendi a tua pergunta (risada breve).

2:00 a 4:12 Tamires: *O somos tem uma atuação, acho que sempre voltada pra algum projeto – ou nem sempre?*

Militante 05: Nós temos uma... uma missão, assim, né? Seria o nosso projeto maior, que é trabalhar pra que as, pra que determinadas questões voltadas pra gênero, sexualidade, pobreza, racismo, todas essas questões que são estruturantes pra vulnerabilizar pessoas, a gente busca que isso seja discutido na sociedade de uma forma mais... digamos leve. Então nós utilizamos a cultura, utilizamos o fortalecimento de grupos, né? No caso juventude que é, no caso, o nosso foco. E aí as vezes temos projetos financiados especificamente pra... aí quando tem um edital aberto, nós entendemos que tem a ver conosco, né?

Tamires: *Obrigada* (chegou alguma coisa na mesa do local onde estavam)

Militante 05: Nós escrevemos projetos e esperamos que seja aprovado – nem sempre a gente tem, né? Atualmente nós temos um projeto que já tá, ã, dois aprovados! Um já tá em andamento que foi aprovado pelo Fundo Nacional – nunca sei se é Nacional – é, Fundo de Direitos Humanos. Agora já não me...

Tamires: *Mas é de nível Nacional?*

Militante 05: É. É pra trabalhar a questão LGBT em prisões.

Tamires: *Do projeto Passagens, né?*

Militante 05: Isso, Passagens. E temos um outro que aí é Ministério da Saúde que é um projeto de eventos pra trabalhar com juventudes, pra pensar através de micro eventos, assim, de imersão, utilizando a cultura pra pensar em novas tecnologias de prevenção de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais.

4:12 a 7:05 Tamires: *E a entidade tem alguma pauta específica, assim, tipo ah, sempre tem a pauta de saúde, de habitação, de violência...*

Militante 05: Ah, tem algumas coisas que são clássicas e vão tá junto, né? Que não tem como tu fugir, assim. A questão da violência vai tá presente tanto voltada pra educação quanto na saúde, ou na sociedade. Então essa tá ali junto, né? Então tu tem que estudar, quanto mais tu estuda, mais tu vê que precisa detalhar coisas, né? Porque a violência, por exemplo, muitas pessoas acham que violência é só física e a violência é muito mais do que isso, do que uma

questão física. Então tem algumas pautas que elas são sempre presentes, não tem como fugir disso.

Tamires: *Daí vocês vão articulando isso, também, dentro da entidade com os próprios militantes ou vocês também fazem uma atuação com outros órgãos, com entidades do Estado.*

Militante 05: Sim, nós, antes, quando nós tínhamos financiamento de vários projetos e tal, nós tínhamos condições de participar mais efetivamente de fóruns de discussão ou de decisão política, né? Comissão de AIDS do Conselho Estadual de Saúde, Comissão de AIDS do Conselho Municipal de Saúde, né, outras. Quando nós perdemos vários financiamentos e várias pessoas foram embora porque as pessoas tinham que manter sua, tem que se manter vivo, né? Aí nós acabamos perdendo inclusive por questões de decisão, não tem como ir, sabe? É uma questão... ficaram duas pessoas só na instituição, é impossível, é impossível. Agoora, de uns dois anos pra cá, que nós começamos a nos reorganizar e aí estamos agora pensando onde é que nós vamos participar, onde participaremos.

Tamires: *Uhum, mas por enquanto a ação tá mais interna, assim, e dentro dos próprios projetos.*

Militante 05: É mas ao mesmo tempo cutucamos, né? Por exemplo, nós participamos, nós somos uma das instituições que participamos da organização da Parada Livre, né? Que isso é uma das coisas que nós não vamos deixar de fazer, então... mesmo que tenha uma pessoa só, uma pessoa vai.

Tamires: *A organização da Parada é bem plural, né? Tem bastante...*

Militante 05: É, é! E isso foi uma construção ao longo do tempo, então nós entendemos que é algo que é importante, que é vital, então tem que tá lá. E então nós estamos... e a gente cutuca, assim, né? Também somos cutucados por outros, então vai... (risada breve)

7:05 a 9:00 Tamires: *E tu acha que a Parada tem alguma representatividade importante, assim, dentro da pauta LGBT? Como que tu entende, assim...*

Militante 05: Sim, a Parada é algo que já tomou corpo, né? Já anda sozinha. Então... mas por isso que é importante, mais agora, participar. Agora por outras razões. Antes porque não tinha então tu tinha que marcar presença. Hoje já existe essa cultura, já tá fortalecida

Tamires: *Já tá na agenda de Porto Alegre.*

Militante 05: Isso! Então, agora a gente tem que tá lá pra levar questões porque nós mesmos já pensamos que poderia ser diferente, sabe? Mas não somos nós que temos que decidir sozinhos, né? É o coletivo que decide, então precisa tá lá pra pautar. É uma maneira também de nós, nós percebemos que muitas famílias vão e participam, esperam esse momento pra ir lá. Tem muitas crianças

ao longo do tempo, assim, da história, a Parada eu acompanho desde o início, né? Não existia o Somos ainda e já existia a Parada. Então eu acompanho desde o início e vi que houve muita mudança em relação ao público que participa, né? Que vai assistir e tal. Então hoje tu tem muita criança participando que vão, que adoram ver os shows, muitas famílias, né? Então... não tem como tu...

Tamires: *Quando que começou a Parada?*

Militante 05: A Parada já tem... não sei se 18 ou 19 anos, algo assim. Sim, o Nuances foi a primeira instituição que, tinha o Nuances também, depois veio o Igualdade e foi, foi acontecendo a criação de outras instituições que aí foi tomando esse corpo.

9:00 a 12:51 Tamires: *Como que começou a tua atuação no Somos, como que tu te aproximou...*

Militante 05: Eu fui convidada porque o que que acontece, o Somos nasceu através de pessoas que já atuavam na militância ou de HIV/AIDS ou de Direitos Humanos. Então fui convidada porque eu sou originária do GAPA do grupo de apoio de prevenção da AIDS, eu entrei no GAPA em... 94. Então foram pessoas que criaram o Somos e me chamaram pra trabalhar especificamente com professoras que era pra trabalhar a questão da homofobia e tal. E aí eu fui e aí fiquei, to lá até hoje.

Tamires: (riso breve e simpático) *Quando que começou a atuação do Somos, tu sabe?*

Militante 05: Em 2001, dezembro de 2001.

Tamires: *E começou a partir disso, assim, pra tratar mais de questões relacionada a saúde, educação?*

Militante 05: Não, o que que acontece: as pessoas, naquela época, queria discutir outras questões ligadas a gênero, sexualidade que não especificamente ligadas a saúde. Acontecia muito isso, queria se discutir questões mais como homofobia – claro, naquela época não tinha esse nome de homofobia que tava começando no Brasil – mas outras questões ligadas a discriminação, preconceito porque era muito voltado, a pauta sempre era voltado à saúde e aquelas pessoas queriam discutir outras questões, né? Como Direitos Humanos... AIDS também, questões de saúde também, mas junto com Direitos Humanos, homofobia...

Tamires: *Porque o que eu percebo é que tem muita produção um pouco mais antiga dessa época dos anos 90 e tal, tá muito relacionada à questão de saúde.*

Militante 05: Sim porque era a pauta da vez, não tinha medicação, as pessoas se infectavam com HIV e tavam morrendo, então a urgência era essa. Não tinha como tá pensando... mas a AIDS trouxe várias, assim, de uma forma muito forte e rápida, trouxe a baila muitas questões ligadas a sexualidade: o quanto as

peessoas eram discriminadas, o quanto elas sofriam violências das mais diversas. A própria questão da saúde também era pautada por esse viés, né?

Tamires: *Tu acha que esse debate pode ter culminado em abrir outros debates, abrir espaço pra outros debates?*

Militante 05: Do HIV e AIDS?

Tamires: *É.*

Militante 05: Sim. Obrigatoriamente as pessoas começaram a discutir outras questões na família, na sociedade de forma geral, assim. Porque as pessoas diziam, né, os gays diziam “eu tenho AIDS e eu sou gay”, coisa que nunca... as pessoas já tinham que dizer tudo isso, entendeu? Ou dizer “eu tenho AIDS e uso drogas, injetáveis”, sabe? As pessoas tinham que assumir fatalmente porque fazia parte, não tinha como não fazer. Aí as pessoas tinha que dar conta, a sociedade teve que dar conta disso, de que forma? Né...

Tamires: *Foi uma abertura pra esse debate.*

Militante 05: *É, é, foi uma coisa que tava na porta, assim, não tinha como fugir (riso breve), uma coisa Obama, pá! Tá na porta e vai!*

12:51 a 16:37 Tamires: *E que espaço tu acha que a violência teve dentro desse debate, assim, com que começou pra ti a se pautar esse tema da violência?*

Militante 05: Porque... como que aconteceu... porque isso já era um...

Tamires: *Porque, no começo, se trazia muito mais a questão dos direitos civis e a questão do debate de saúde, coisas relacionadas a esse tipo de reconhecimento, né? Um debate mais claro em torno da violência tem sido mais recente.*

Militante 05: Sim, com esse nome, né?

Tamires: *É, com esse tom.*

Militante 05: *É porque, na verdade, já se discutia. Por exemplo, isso aconteceu num caso real, uma pessoa tinha AIDS, foi no hospital porque tava com um abocate... é um, sabe tipo borboletinha que tu usa pra fazer medicação na veia?*

Tamires: *Ah, sim! Tipo sonda.*

Militante 05: Isso. Tipo uma borboletinha que fica fixo, né, na pele, no corpo da pessoa. Aí entupiu aquele negócio. Aí foi no hospital pra fazer uma troca e o médico que foi atender se recusou a atendê-lo porque ele tinha HIV. Não existia nenhuma lei, nada que, não se discutia isso mas foi pauta inclusive no jornal, foi pra Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, sabe, pra discutir isso. Foi uma denúncia que foi feita porque isso é uma violência, o

médico se recusar a atender alguém porque essa pessoa tem uma doença, AIDS, seja lá o que for, hepatite. Então já se discutia mas não com esse tom, assim, “é uma violência”. Tanto que hoje eu aprendi a trabalhar sob o olhar dos Direitos Humanos, né? Das vulnerabilidades. E aí tu vê que, no Brasil, nós temos que trabalhar sempre profissionais de saúde e profissionais de educação pra... relativa a questão e violência porque eles não entendem que isso seja uma violência. Então tu tem que tá dando nome aos bois, né?

Tamires: *Tipo, tu acha que tem uma discriminação velada, assim.*

Militante 05: Em muitos casos, sim! Porque tu vai, quando tu começa a estudar a questão da violência, tu vê que as coisas acabam – daí a gente pode dar o nome de homofobia, transfobia, lesbofobia –, ela fica muito sutil num determinado ponto. É a mesma coisa que acontece com população negra, né? Já não chamam mais de “essa negra suja” mas eu faço coisas pra que essa pessoa, a sociedade é especialista nisso, pra continuar discriminando, continuar excluindo essas pessoas porque tudo isso tá na base do patriarcado. A homofobia, o racismo, o classismo são temas que se articulam pra excluir pessoas, não é pra outra coisa, não é porque a gente não gosta, não é porque a sociedade não gosta, não. É pra demarcar quem pode, quem não pode determinadas coisas e aí a gente vai excluindo pessoas. E aí pode ser muito forte e aviltante como também muito sutil – meritocracia é uma coisa que faz isso.

16:37 a 23:40 Tamires: *Como tu percebe, assim, a modificação ao longo desses anos desde que tu acompanha a parada, a atuação do Somos, desse tipo de denúncia, assim, em relação à violência?*

Militante 05: Que que eu vou te dizer? Em geral, jovens, todo LGBT já sofreu, pelo menos alguma vez. Alguns, algumas dessas pessoas sofrem violência sempre, todos os dias, tá? Mas muitas pessoas, a grande maioria, não vai denunciar. Ou porque não sabe onde, ou porque não percebe isso como uma violência e não sabe que daí ela pode fazer essa denúncia, ou porque já tá cansada porque todos os dias é a mesma coisa. Isso é... daí tu tem populações que são muito mais vulneráveis, né? Muito mais vulnerabilizadas que são as trans, mulheres trans, e aí, se tu for fazer uma escala, né, são mulheres trans pobres, mulheres trans negras, mulheres trans pobres que não tem aquela passibilidade social, né? Estão de fora...

Tamires: *Aham, uma leitura.*

Militante 05: Isso, então elas são muito mais vulnerabilizadas. Então, tem pessoas que nem sabem que podem e nem sabem o que fazer com isso. Nós fizemos um projeto onde nós fizemos umas perguntas, assim, como que era... você já sofreu – pergunta pra jovens né –, você já sofreu algum tipo de discriminação na escola? Todos dizem que sim, e aí tu pergunta assim ó “e o que você fez com isso, você denunciou, você falou pra alguém?”. No máximo eles falam pra um amigo, pra uma amiga, né? Não vai até a direção da escola, só se dá conta e fica quieto porque eles não sabem muito bem o que fazer com

isso. Entendem porque a sociedade toda em todo o tempo de existência dessa pessoa disse pra ela que o que ela faz é errado, ser do jeito que ela é errado. Então, ela atende que tá correto que os outros... é horrível isso.

Tamires: *Mas tu acha que teve alguma modificação, assim, ao longo do tempo, de como isso vem sendo tratado?*

Militante 05: Não, hoje é possível tu sentar junto à gestão da polícia, né, e as pessoas “ah, realmente, é”. Só que daí, eles não têm dentro – vou te falar uma coisa que aconteceu semana passada, assim. O Somos tava numa discussão porque vai mudar toda a estrutura da polícia aqui no Rio grande do Sul, então vai ter uma parte que vai – eu to jogando assim porque não fui eu que fui na reunião – congregar delegacia de violência contra mulheres, DECA, vai ser tudo congregado...

Tamires: *Numa delegacia só.*

Militante 05: É não sei se numa delegacia só mas uma política vai abarcar tudo isso, né? Sei lá, tem um nome. Daí eles, daí tu começa a falar assim “bom, mas nós precisamos de dados”, né? Porque o que que acontece? A política, ou a justiça, o sistema todo só vai se organizar a partir de dados, não só porque eu falo “ai porque é bom fazer tal coisa”. Isso acontece também com a população negra e indígenas e idosos também. Só que se tu não tem dados, tu não tem como fazer. E aí sabe como fica andando em volta do mesmo rabo? Porque eles diziam “não, mas o sistema não aceita”. Daí, sim mas a gente precisa que esse sistema precise abarcar porque esse sistema é feito por uma pessoa, não é uma coisa que se autogere, né? Aí é muito complicado isso porque depois que o sistema tá pronto, eles acabam argumentando que o próprio sistema não pode.

Tamires: *É dessa maneira e não aceita.*

Militante 05: Isso, então tu nunca vai conseguir. Se as pessoas não param e pensam e vamo então abrir espaço pra ter isso já que homofobia não é crime no Brasil, vamos abrir um espaço pra que essas coisas sejam... mesmo a questão de racismo que é lei, não tem isso. Nessa quarta-feira eu tava numa reunião com, quarta não, terça, com a Dra. Ângela Rotunno que é promotora responsável pelo centro de apoio operacional aos Direitos Humanos aqui no Estado, e ela mesmo tava dizendo que não tem como perguntar quantas pessoas sofreram denúncia de racismo. Ela disse que não tem como porque o MP não faz esse tipo de detalhe. Na polícia até poderia tu ter esses dados, mas também o que chega até ela enquanto Ministério Público não é, só vai chegar até ela o que realmente for investigado e denunciado. Nem tudo é investigado por várias questões, falta de pessoal, várias coisas. Então... é algo muito maior, né, do que se possa imaginar. E daí também as vezes acontece da interpretação da polícia, né? Uma vez teve um menino que trabalha conosco e que ele foi, ele apanhou na rua, não roubaram nada dele, né? E aí nós fomos com ele na delegacia e o delegado não entendeu como sendo algo de homofobia porque ele estava num espaço, num horário, num local aonde a violência é mais comum. Só que não roubaram nada dele, nada! Então nós...

Tamires: *Sim, não foi um crime contra o patrimônio.*

Militante 05: Não, é, sabe? Daí o delegado “não, isso não é homofobia”, então nós vamos ficar brigando com o delegado? Não tem como. Aí o delegado com uma bíblia em cima da mesa e aí tu vê que as coisas são, não é muito simples, né? É muito complexo, muito complexo! (risada breve).

23:40 a 26:35 Tamires: *E tu acha, assim, que essas entidades de militância têm tido um espaço, uma atuação importante junto aos órgãos do Estado pra tratar dessas questões de violência, pra aprimorar as formas de tratamento?*

Militante 05: Sim, as ONGs têm batalhado pra que isso seja discutido, pautado mas não é uma coisa simples (risada breve). Até porque se tu começar a pensar, a gente tem que pensar e ir além, né? Se todo sistema tá pensado pra aquele homem universal, então determinadas populações nunca vão se encaixar nesse homem universal. Então o sistema não vai querer, é lutar contra algo que já estabelecido, inclusive na mente das pessoas, as pessoas acham que realmente, que tá correto. Então é tu trazer a baila isso, mas aí é toda uma desconstrução, né?

Tamires: *Sim, do próprio sistema.*

Militante 05: É, e individual! Tu tem que trabalhar tanto no individual quanto no social e no pragmático, né? Pensando questão das vulnerabilidades, assim, tu tem que tá... eu mesma, eu sou branca, né? Então tem muita coisa que hoje eu me dou conta do quão racista eu era. Então realmente, a gente tem que tá sempre atendida, assim, se ligando nas coisas que pensa, que diz, que faz, porque é fácil tu cair armadilha, né? Porque nós somos todas e todos educados dentro desse sistema que nos leva a não problematizar isso. Não é fácil (risada). As próprias leis, tu é advogada?

Tamires: *Não.*

Militante 05: As próprias leis, elas são todas, se tu começar a avaliar, assim, elas são todas pensadas, escritas por um homem universal. Então ele é branco, ele é hetero, ele é proprietário, sabe?

Tamires: *Sim, até o sistema, a forma de tratar a violência é contra essas violências universais, então...*

Militante 05: Sim! E aí as pessoas ficam indignadas “gente, não é considerado cidadão”, sabe? Mulher, indígena. Tudo aquilo que o deputado Heinze diz que não presta, tem que tá lutando! Eu acordo de manhã “vamo lá” (risada), “é hoje gente, vamo lá”. Então, né, é isso.

26:35 a 30:26 Tamires: *Tu acha que o Somos, atualmente, tem alguma atuação específica pautada pra violência?*

Militante 05: É que específico só pra violência não tem como tu... a violência tem que ser um, como se fosse uma bandeirinha ou uma luz que fica ali piscando, né? Então aí tu vai trabalhar e tem gente que diz “ah, agora vamos fazer um trabalho aqui gente sobre ser menos violento”. Nem todo mundo! As pessoas não conseguem! Elas acham que... então vem essa onda gratiluz no mundo que acha que, olha! Eu já participei de vários, eu já venho participando de várias coisas. Então quando tu vai trabalhar, por exemplo, educação para a paz – as pessoas acham que educação para a paz é todo mundo se abraçar e não brigar uns com os outros. Isso não é educação para a paz! Não é, isso é o movimento gratiluz que quer que a gente fique se abraçando, gente, não! Educação para a paz, tu tem que ter reconhecimento que existe desigualdade sim, estrutural! É uma questão estrutural, não fica culpando uns aos outros, tem que reconhecer seus privilégios, né!? E as pessoas acham que tu reconhecer teus privilégios é abrir mão. É, também é, tu também vai ter que abrir mão, mas tu vai ter que reconhecer que outras pessoas merecem, porque são pessoas, elas merecem estudar, elas merecem várias coisas, trabalhar! Ter as mesmas condições pra poder chegar em algum lugar. E aí quando tu começa a falar sobre isso... e daí é uma questão bem complexa, assim, que vai mais a fundo, que é a questão, elas não entendem a igualdade, que a lei diz lá “todos são iguais perante a lei”, né? Ok! Então elas acham que

Tamires: *Tá aí! Tá dado!*

Militante 05: Tá dado! É. Não é assim, tu tem que entender a igualdade, o que que a lei tá querendo dizer com igualdade? E daí quando tu começa a propor políticas afirmativas, se tu não entende que isso é uma questão de equidade pra tu dar condições pra determinadas pessoas que não tem condições, que historicamente foram excluídas de várias coisas, elas acham que “ai, tá sendo privilegiado aquele ali” como se ela não fosse privilegiada a vida toda, entendeu? Nasceu privilegiada aí a pessoa acha que os outros tão querendo, não, meu amor! Tu que já tá ganhando, já sai ganhando.

Tamires: *É, desde sempre (riso breve).*

Militante 05: É, então, sabe? Aí tu precisa trabalhar, sabe, e, por exemplo, pela questão da cultura que daí tu traz um filme, tu traz uma... tu vai comendo pelas bordas. Se for direto é que nem um mingau quente, né? Se tu for direto lá no meio vai tá super quente, tu tem que ir pelas bordinhas, algumas pessoas vão se dar conta, outras não vão. Não vão! Bolsonaro da vida, por exemplo, não vai querer! Esse aí quer mais é chutar o pau da barraca e... essas pessoas aí, é o jeito delas de quererem ganhar visibilidade, né?

30:26 a 35:00 Tamires: *Parece, assim, então que tu encara violência como sendo um tema que permeia todos os outros, assim.*

Militante 05: Isso.

Tamires: *Então como tu vê essa questão de reconhecimento de direitos e formas de tratamento às pessoas LGBT no cenário atual no Brasil?*

Militante 05: Bom, se tu fores uma pessoa LGBT que tiver dentro de um modelo hetero, cis heteronormativo, ok?! Sabe? Tu vai estudar, se tu for educado, assim, né? Se fizer bafão, como eles dizem, né? Se ficar se agarrando com alguém, né? Ok! Essa pessoa aí pode galgar grandes... dentro de uma pirâmide, assim, ela pode subir e ficar lá em cima, né? Mas se ela não tiver isso, não se enquadrar dentro desse padrão heteronormativo, ela tá sendo alvo de muita exclusão nos mais diversos âmbitos. Se tu, por exemplo, for um homem gay, branco e tal mas se quiser, se tu disser “não, eu não quero me casar, eu só quero trepar mesmo”... ralado! Não! Todo bonito, todo não sei o que! Não dá, é o homoafetivo, aí tu tem que ser aquela coisa assim, aai. Eu já tive em evento onde apresentavam assim “ah, esse aqui é o casal, fulano e beltrano e agora eles vão adotar as crianças com AIDS lá do não sei o que”, eu fiquei gente! Agora descobriram uma utilidade pras bichas que querem se casar, tá bom! Aquelas crianças que ninguém quer, eles pegam pra criar. Aí tu fica assim... e as pessoas se prestam, né, pra isso.

Tamires: (risada) *E acham bonito ainda, né?*

Militante 05: É! Eu fico “uau”. Mas, né? Quem sou eu pra dizer? Eu acho uma aberração isso mas tudo bem, se as pessoas acham... o que que acontece? Nós somos seres culturais, né, gregários, a gente quer ser aceito nos, aí também é uma maneira das pessoas buscarem aceitação, né?

Tamires: *Reconhecimento.*

Militante 05: É! “Olha lá que lindo eles”, aí sai no jornal, tananã. Então tá, né?

Tamires: *Cada um...*

Militante 05: É (riso breve). Não e se as crianças forem felizes eu to achando ótimo também, se as crianças tiverem uma caminha pra dormir, né, alguém que ame. Tá, ok, vai lá. Mas eu acho muito ruim isso, que a gente queira aceitar as pessoas ou reconhecer as pessoas porque elas vão ter alguma utilidade.

Tamires: *Sim, também moldando elas a...*

Militante 05: É, dentro de um esquema, né? Ou também os outros lá que se casaram e são duas bichas que curtem dança gaúcha. Eu já acho uma coisa meio estranha mas tudo bem, vai? Daí se casaram num evento num CTG e eu, num primeiro momento, fiquei “nossa, que legal!”. Então teve um momento, dentro desse evento, onde parou tudo e simplesmente não! O evento continuava e eles lá no cantinho, os dois botaram aliança entre eles escondendo o casamento. Aí botaram assim, tiraram foto, filmaram. Isso pra mim não é casamento, não é reconhecimento.

Tamires: *Sim, é outra forma de silenciar.*

Militante 05: Isto! Apagar, né? Que é isso que eu to falando ali, que eu tava falano antes. Se tu tiver dentro de um modelo que tu passe invisível, ok! Vai,

tu pode até casar dentro do CTG, “casar” nesse sentido, né? Que tu é bem macho, ai, macho! Dança lá (voz de homem macho), ok! Umas duas prendas de repente – eu acho que duas prendas já seria mais difícil, porque mulher já “vamo aceitar esse negócio aqui”. Mas é bem isso assim, essa coisa mais... se tu for invisível, ok, a gente aceita.

35:00 a 40:00 Tamires: *Tu acha que pode tá tendo políticas públicas, assim, de maquiar as formas de discriminação?*

Militante 05: É, que política pública, atualmente, a gente tá num desmanche (risada nervosa), a gente precisa garantir minimamente as eleições. Então, atualmente, fica difícil de falar que existe política pública voltada pra essa população. Até tem iniciativa, entende? Assim, pontuais, mas muito mais ligada à saúde e não é por acaso que é ligado à saúde porque a gente não quer que as pessoas adoçam porque vai dar despesa pro, entendeu?

Tamires: *O Estado não quer que ela adoça.*

Militante 05: É, não, perai né? “Não podemos ter despesa com essa gente”. Então tu tem que trabalhar pra que essas pessoas tenham minimamente uma saúde regular.

Tamires: *E como tu vê a relação entre essas entidades de militância e o Estado? Os órgãos do Estado, a polícia, judiciário... tu acha que existe alguma receptividade em relação à polícia?*

Militante 05: Das ONGs em relação à polícia ou a polícia em relação às instituições?

Tamires: *Como tu acha que é essa relação.*

Militante 05: A tá. O que que acontece? Hoje em dia já tá meio que determinado que se forem fazer alguma discussão – já vem um tempo, né, não é agora – tem que chamar os movimentos sociais. Seja o movimento que for, tem que chamar. Chama, se vai seguir ou não é outra história, entendeu? Pelo menos a gente diz depois pra nós e pros outros que a gente fez uma reunião e “olha, nós ouvimos o movimento social”. E isso não é de partido X ou Y, é todos os partidos fazem isso, entendeu? Uns nem fazem, os da extrema direita nem querem saber mas os outros, né, fazem isso de ouvir, chamar, né? Mas não necessariamente vai seguir o que o movimento social tá dizendo, então... a gente até pode dizer que senta junto, que discute, que é chamado, mas se efetivamente vai acontecer alguma coisa, muito difícil. Tem as mais variadas desculpas: o sistema, tananá, “ah, não deu”.

Tamires: *Sim. E em relação a polícia, assim, o enfrentamento a violência, como tu vê isso, essa relação? Tu acha que existe uma forma de relação entre as entidades de militância e as formas de enfrentamento à violência?*

Militante 05: Eu não entendi, o que que tu quer saber! (risada)

Tamires: (risada) *Tu acha que existe alguma relação entre as entidades de militância e os órgãos de segurança pública?*

Militante 05: Já houve mais, ficou mais forte, assim. Em alguns governos são mais sensíveis aí é possível fazer mais coisa tipo curso, sei lá. Outros não. Então, mas, aí tu vê algumas iniciativas aí, por exemplo, a criação da aula pras travestis/transsexuais lá no presídio, aqui no presídio central, né? Foi muito porque algumas pessoas, dentro do sistema, se sensibilizaram, né, e a Igualdade – que é a ONG que trabalha com questão das travestis e transsexuais – bateu pé, assim, e ficou. Foi muito da Marcelly ter tido muita paciência e persistência e aí a coisa andou, mas vou te dizer que a pessoa que era responsável lá dentro da brigada, porque o presídio central é gerenciado pela brigada militar, a pessoa que foi responsável por isso lá dentro, ela foi, depois de um tempo, execrada, assim, né? Dizerem “ah, tu é muito amigo das travestis”, sabe? E ele foi embora de lá, tá em outro lugar, mas foi ele que.... então tu vê que mesmo alguém que é do sistema e que cumpre, assim, várias questões e que é uma pessoa reconhecida e tal, ele também vai ser discriminado, excluído, sofrer violência também.

Tamires: *Sim... e é mais uma questão de gestão mesmo pra poder ter uma modificação, assim.*

Militante 05: É, alguém tem que comprar a ideia, né? Pra conseguir fazer isso...

40:00 a 44:06 Tamires: *Sim. E tu comentou, né, que teve um menino que antes fazia parte do Somos e sofreu violência e tal. Mas enquanto entidade, assim, vocês já acompanharam algum caso de violência?*

Militante 05: Sim. Não sei se tu lembra caso de uma médica trans que apanhou de uns caras na rua, ela tava no carro, arrancaram o cabelo dela, ela correu pro palácio da polícia e eles foram atrás dela pra pedir pra ela não denunciar.

Tamires: *Ah, sim, lembro!*

Militante 05: Nós tínhamos advogado naquela época e aí ela nos procurou e nós entramos com ação e acompanhamos todo caso justamente por isso, assim.

Tamires: *Tu lembra do ano?*

Militante 05: Não lembro, não faço ideia, sei lá, o tempo passa e a gente nem sabe mais (risada breve). E aí foi, foram punidos, né? Mas eles foram punidos, assim, com cesta básica e trabalho comunitário porque não foi considerado...

Tamires: *Crime grave, lesão grave.*

Militante 05: É, não porque pra ser considerado uma lesão grave que pode levar a pessoa a morte, ela teria que ter requisitos, né? Não chegou a isso, então não é uma lesão grave, mas a gente sabe que, se eles pudessem, teriam morto a

mulher! É óbvio, sabe? Se ela não tivesse conseguido fugir e tal, ela teria morrido! Então... mas ela ficou satisfeita. Nós achamos uma coisa meio ruim, né? Mas ela ficou satisfeita e aí tu tem que entender que ela que sofreu a agressão então ok, né?

Tamires: *E... esqueci o que eu ia te perguntar.... Ah! Tu lembra se nesse caso teve alguma especificação em relação a violência ser uma pessoa LGBT? Ou se foi registrado...*

Militante 05: Ah, eu não sei porque eu não peguei os papéis na mão, eu não vi nada. Eu só sei porque eu acompanhava, a gente discutia isso dentro do Somos mas mais eu não posso te dizer.

Tamires: *Uhum, mas vocês acompanharam por ela ser uma pessoa trans?*

Militante 05: É e porque ela nos procurou, né? Ela nos procurou, tinha um advogado que foi o advogado dela. Então acompanhamos porque nós entramos com a ação.

Tamires: *Entendi. Então foi a polícia que moveu, que fez, claro, vocês entraram com o advogado e a polícia depois tocou a ação criminal, assim.*

Militante 05: É porque tem um processo, eu não sei como funciona direito mas eu sei que a polícia tem que fazer uma investigação e daí, então, ã, entender que aquilo foi um crime, né?

Tamires: *Uhum, deve ter tido algum tipo de acordo, assim, pra...*

Militante 05: Mas judicial, judicial, né? Teve audiência, teve tudo, assim.

Tamires: *E outros casos?*

Militante 05: Ah, eu não sei porque eu não sou advogado então não tenho como te dizer especificamente sobre isso. Tem uma pessoa dentro do Somos que é advogado. Nós não temos mais essa figura do advogado pra dar assistência, atendimento, orientação e tal, mas ele tá trabalhando no Passagens e ele foi, durante um bom tempo, um estagiário nisso.

Tamires: *Quem é?*

Militante 05: O [REDACTED]. Talvez o [REDACTED] possa te dizer mais, eu não tenho como falar especificamente sobre essas questões.

44:06 a 50:04 Tamires: *E... o que eu ia te perguntar? Dentro da polícia civil agora, no Rio Grande do Sul, eles tão desenvolvendo um programa que é chamado programa Mediar. Tu já ouviu falar?*

Militante 05: Não.

Tamires: *Tá, e... qual a tua perspectiva, assim, em relação a esse caso, por exemplo, que teve essa, essa mulher trans que procurou vocês e tal? Tu acha que isso foi resolvido? Acha que a atuação foi satisfatória em relação à entidade? Quer dizer, é esse o propósito de vocês?*

Militante 05: Naquela época era, né, porque nós tínhamos um serviço de atendimento jurídico, mas nós entendemos que não foi satisfatório (risada breve) mas ela entendeu que sim, então... ok, né? É que não tem, a gente não vai dar conta do mundo, né? Isso é impossível, nós não vamos... então tu tem que, a gente trabalha muito com as frustrações, né? Nós, os outros.

Tamires: *Sim, mas já foi alguma coisa que ela pelo menos foi atendida.*

Militante 05: Sim, ela também é uma pessoa que tem uma infraestrutura, né? Não é uma pessoa pobre, ela é uma médica que inclusive conseguiu fazer medicina, entendeu? Então tem que entender que ela tá em outro patamar, né? Ela tem outro entendimento das coisas e tal. Ela ficou satisfeita, ok, então tá. Ela mora no interior, ela tem uma outra vida, né? Diferente.

Tamires: *Uma outra concepção... é, [REDACTED], minhas perguntas terminaram (risada breve). Não sei se tu teria alguma coisa pra acrescentar em relação a isso sobre violência que eu não tenha perguntado e tal.*

Militante 05: Eu acho que já falei tudo que eu acho mesmo (risada breve). É isso, mais a questão que eu percebo bastante, né, da questão da violência sutil mesmo, né? E eu tenho estudado feminismos e vejo que é muito difícil pra determinados... os feminismos, quando tu começa a estudar, tu percebe que tem coisas que realmente...

Tamires: *É muito difícil, né?*

Militante 05: É porque eu trabalhei muito com homens, né? Mesmo sendo homens gays, eles têm coisas que eles não percebem, não percebem porque eles foram educados dentro de um sistema que, pra eles, não faz sentido determinadas coisas, que não é do mundo dos homens determinadas coisas. Eu tenho um amigo que estuda feminismo há muitos anos apesar de ser gay tudo mais, ele é um gay diferenciado. E ele diz muito isso, assim, se os direitos das mulheres não avançarem, nada vai acontecer, né? E cada vez mais eu vejo que é isso, e daí eu sugiro pros garotos “vamos estudar feminismo, gente, vamo, tá na hora” e eles acham que isso é algo violento eu dizer porque eles acham que é bobagem eu dizer que eles precisam estudar feminismo, é isso, sabe? É que nem a pessoa branca lá que “ah, não, agora tão querendo ter privilégio”. “Pô, é um desaforo da Cláudia, a gente é gay já”, mas eles fazem tudo que os outros homens fazem, me desqualificar, de dizer que era só brincadeira, não me ouvir, se eu falar apontam ah, eu sou a chata do rolê, sabe? É um clássico! Aí “ah, tu tá falando isso então vamo discutir, então”, “não, não vou discutir isso agora se não vocês vão dizer que eu não entendi, que era brincadeira, que não...”, aí eles ficam muito magoados.

Tamires: *Oh, pobrezinhos!*

Militante 05: Pobrezinhos! Então tem coisa que a gente tem que aprender a deixar passar, né? E outra coisa que eu aprendi com o feminismo é que assim, eu já tenho um homem na minha vida que é minha responsabilidade que é meu filho. Eu não tenho que dar conta de todos os outros homens, os outros homens que vão se catar, sei lá o que. Então eu aprendi que eu tenho que dizer quando eu to afim que eu não sou obrigada a ficar educando as pessoas, principalmente os homens! Então... se um dia entender, ah, que bom! Mas se não entendeu, azar! Não vou nem chorar porque... ai, sabe? Menas, bem menas.

Tamires: *E tu continua no GAPA?*

Militante 05: Não, eu trabalho também no Trans ENEM que é um coletivo pra pessoas trans e agora a gente abriu pra LGB, né? Pra estudar e se preparar pro ENEM. Na época quando a gente criou o Trans Enem em 2015, ele se dedicava pro ensino médio, mas hoje ele não faz mais isso. Então a gente teve que fazer uns ajustes mas continuamos com o mesmo nome, Trans Enem, porque as pessoas já conhecem, não tem que ficar mudando.

Tamires: *Então tá [REDACTED], muito obrigada!*

Militante 05: Espero ter te ajudado ☺

## APÊNDICE F – ENTREVISTA 6

**Porto Alegre**, Galeria Malcon - Rua dos Andradas, n. 1546, bairro Centro Histórico **Data:** 10/10/2018

**Local:** ONG Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade

**GRUPO:** militante de grupo organizado

**IDADE:** 26 anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:** Mestre em Ciências Criminais/PUCRS

**PROFISSÃO:** advogado da ONG Somos

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** gay

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 04:42	<p>Tamires: <i>Tá, eu vou pedir pra tu falar o teu nome completo, a tua idade, enfim, o que tu estudou...</i></p> <p>Militante 06: Meu nome é [REDACTED], tenho 26 anos, eu sou formado em direito pela PUC e tenho mestrado em ciências criminais pela PUC também.</p> <p>Tamires: <i>Uhum. E qual a tua atuação agora? Atualmente.</i></p> <p>Militante 06: Atualmente sou advogado aqui no Somos, né, e atuo nesse projeto que é executado pelo Somos e financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos. Atuo no projeto Passagens que prevê a construção de uma rede de apoio a pessoas LGBT encarceradas. Então o projeto, ele tem ações programas em presídios brasileiros que já possuem ala específica pra população LGBT e a gente tem atividades com as pessoas encarceradas e com os técnicos.</p> <p>Tamires: <i>Técnicos que tão atuando?</i></p> <p>Militante 06: Os técnicos que trabalham no tratamento penal dessas pessoas, sejam os agentes penitenciários ou sejam os técnicos mesmo, assim, de psicologia, ciência social do presídio e tudo mais.</p> <p>Tamires: <i>E quais ações tão previstas nesse projeto?</i></p> <p>Militante 06: As ações previstas são as oficinas em oito casas prisionais em sete Estados, aí oficinas com os técnicos e com as pessoas presas e a construção dessa rede na internet com pesquisadores e militantes das áreas, assim, pra trocar informações e tudo mais. Isso já tá rolando, né? A rede já tá em construção. A gente começou com eventos aqui em Porto Alegre pra discutir o tema, a gente fez dois cine debates com exibição de alguns documentários que tratam disso, né? E a gente também tem um grupo de estudos permanente agora, vai ser realizado uma vez por mês, a gente já fez a primeira reunião, é um grupo aberto. A gente tem um cronograma de textos, né, sobre o tema, e daí a gente faz essa discussão também – a gente fez aqui, não aqui que deu muita gente, mas aqui no andar tem uma sala ali que é do coletivo Feminino Plural, uma sala maior, a gente tá fazendo os grupos ali. Aí, por enquanto, são essas ações que a</p>

gente tem. E além das casas que a gente previu no projeto, a gente tá em contato com a Fase – a Fase, na verdade, entrou em contato com a gente, uma enfermeira da fase –, pela necessidade de tratar esses assuntos no sistema socioeducativo, né?

Tamires: *Vocês ficaram sabendo do projeto e...*

Militante 06: É. Na verdade, nesse caso não. Ela ficou sabendo, ela teve essa demanda lá e daí ela foi procurar na internet algum grupo que falasse a respeito, né? Daí ela nos encontrou e, por coincidência, a gente tava com um projeto mas em outra unidade da Fase. Essa técnica lá que acho que é assistente social, ficou sabendo do projeto, ela já tinha ido também no cinedebate, nos procurou. Nessa segunda casa, a gente ainda tá em construção, assim, né? Mas na primeira que é o Centro de Internação Provisório, a gente já tá com duas datas marcadas pra ir lá fazer essa a, essa sensibilização, assim, com os técnicos, né? Porque como ali é uma casa mais de passagem – os adolescentes podem ficar no máximo um mês, alguns ficam dois dias –, a gente viu que não ia surtir tanto resultando, né, capacitar um grupo de adolescentes ali e... então a gente achou melhor com os agentes porque os agentes permanecem, né? E normalmente é onde tem maior problema, assim, com os tratos dos agentes mesmo. E a gente também já tá tratando com o Madre Pelletier que é a penitenciária feminina, que lá também tem uma técnica que tem interesse que a gente faça o trabalho lá...

Tamires: *Mas tem ala lá?*

Militante 06: Lá não, lá não tem ala. Na Fase também não, também não existe ala. A gente tá meio que ampliando um pouco o escopo do projeto. E em Guaíba também entraram em contato conosco através do Gabriel. Aí a gente tá fazendo o que é possível fazer.

04:42 a 06:00 Tamires: *Sim. E nesses que vocês já tinham previsão no projeto, como que foi, assim, pra ter acesso? Como foi o diálogo?*

Militante 06: A gente ainda tá fazendo esse diálogo pra ter acesso que é uma questão meio complicada. A gente já mandou, né, os pedidos mas a gente tá articulando não só com a casa prisional, a gente não tá só pedindo autorização pra unidade. A gente também tá articulando com outros movimentos sociais dos outros Estados, porque também são movimentos sociais que fazem o trabalho nas prisões de lá, e daí a gente também tá se articulando com eles pra fazer o trabalho através dessa autorização que eles já tem.

Tamires: *Uhum, sim, também criar uma rede.*

Militante 06: Isso, isso. E a proposta é que durante o trabalho, né, a gente consiga recolher material audiovisual tanto com os técnicos quanto com as pessoas presas pra produzir uma campanha nacional.

Tamires: *De elaboração de alas?*

Militante 06: Sim, sim, sobre esse tema, né? Sobre as pessoas LGBT presas.

Tamires: *Hum, entendi, que massa. E qual é a tua orientação sexual?*

Militante 06: Eu sou homossexual.

06:00 a 10:37 Tamires: *Tá. E assim, sobre a tua atuação no Somos, quando que tu começou a te aproximar.*

Militante 06: No Somos foi na faculdade ainda, acho que... ah, eu não lembro, acho que foi no terceiro ou quarto semestre.

Tamires: *Foi bem cedo. Como que tu ficou sabendo?*

Militante 06: Ba, eu não lembro. Eu acho que foi alguma coisa da internet, talvez eu tenha visto seleção de estágio, assim, e daí... porque eu não conhecia ninguém do Somos, assim. E aí eu fiquei acho que dois anos lá como estagiário. Depois eu fiquei um tempo, continuei o trabalho mas sem vínculo de estágio, assim, fui fazer estágio em outro lugar, acho que na PRR. E aí segui mais um tempo lá fazendo mesmos trabalhos porque o Somos, assim, né? Porque o Somos, naquela época, tinha assessoria jurídica.

Tamires: *Hum, não era só tu de estagiário...*

Militante 06: Não, não. Tinha advogado e tinha uns dois estagiários de direito uma época. Aí depois ficamos com advogado e estagiário. Aí o Somos tinha financiamento, na época, do Ministério da Justiça se não me engano. É um projeto chamado Libertas e aí previa assistência jurídica pra LGBT e pra pessoas vivendo com HIV e AIDS. A gente tinha muita demanda lá de medicamento, tinha bastante aquela época. Tinha casos de discriminação e tal, de violência: era um pouco mais raro mas tínhamos. E... muita coisa de família que a gente tinha também porque na época não tinha, na época não dava pra fazer nenhuma união estável ainda. Então a gente tinha alguns casos de exceção, assim, de companheiro que falecia e o outro ficava completamente sem nada, né? Daí tinha que entrar na justiça contra a família. E o primeiro casamento que saiu na época, um casal de mulheres, foi o STJ que aprovou num recurso especial que permitiu que elas registrassem casamento, foi pelo Somos. Bastante tempo atrás. Que mais teve, Ah! Também um dos primeiros casos de retificação de registro civil – a gente tinha bastante casos lá assim –, que foi o da Marcellly Malta que é presidente do Igualdade, também foi lá pelo Somos no tempo que eu tava lá estagiando.

Tamires: *E a sede da entidade era em outro lugar?*

Militante 06: Naquela época, o Somos tava na rua Jacinto Gomes, uma casa ali perto do Hospital de Clínicas.

Tamires: *E esse trâmite, assim, de onde vai ser a sede, é com o município?*

Militante 06: Não, na verdade naquela época eu acho que o Somos pagava aluguel lá se não me engano. Mas daí a gente tinha mais financiamentos e tal, então era possível, né? Hoje em dia com o desmonte geral do Terceiro Setor, fica bem difícil. Então a maioria das entidades, elas tão em prédios públicos cedidos assim, né? Que, muitos casos, nem isso é feito. Por exemplo o GAPA, o GAPA tava há anos numa casa ali na cidade baixa e o Estado simplesmente parou de pagar o alugou (riso breve) do dono do imóvel e o GAPA foi despejado. Então, hoje em dia, o GAPA tá sem sede.

Tamires: *E aqui, tem aluguel ou é...?*

Militante 06: Não, esse andar todo, ele é ocupado por organizações não governamentais, né? Tem a Igualdade, tem o Núcleo de Estudos da Prostituição, tem o coletivo Feminino Plural, aqui nós, aí tem a AGAFAPE que é uma associação de pessoas com esquizofrenia e familiares e aqui o RS para dispor (?). Mas existe um trâmite para que essas organizações saiam daqui, né?

Tamires: *Aé?*

Militante 06: Sim. Elas devem ser recolocadas em outros espaços porque parece que o, não sei exatamente mas o andar todo vai ser desocupado, sei lá, não sei te explicar exatamente.

Tamires: *Mas aí vocês vão ficar sem sede?*

Militante 06: Não, aí a questão é encontrar lugar pra essas organizações pra que elas saiam daqui.

10:37 a 14:52 Tamires: *E, assim, pela tua militância e pelo o que tu já tem construído até aqui na tua caminhada profissional, como tu entende os direitos LGBT no Brasil atualmente?*

Militante 06: É que direitos LGBT tem vários prismas, assim, né? Nos últimos tempos, me parece que houve certo avanço em relação a direitos civis, né? Como casamento, união estáo – claro que tudo de uma forma precária, assim, né? Porque o judiciário que tem que garantir, a gente não consegue fazer isso pela via democrática e representativa, assim, né? Mas me parece que nesse campo tem havido um certo avanço, assim, né? Mas esse avanço sempre vem acompanhado de um retrocesso, né? É como se... quando aumenta a visibilidade desses grupos, sempre há uma reação, né, conservadora que a gente observa. E acho importantíssimo que o judiciário tenha garantido algumas coisas porque realmente do jeito que tá, que é o nosso Congresso, não dá, simplesmente não dá, então o mínimo tem que ser garantido. E realmente, o ideal seria que essas conquistas aí que foram feitas via judicial, elas sejam incorporadas na legislação no futuro, assim, né. Mas não sabemos em quanto tempo isso vai acontecer. Em matéria penal, por exemplo, a gente tem uma pasmaceira, assim, nada acontece. A gente tem dados, dados bem sérios, significativos, né, mas realmente nenhuma atitude é tomada, assim, então nesse campo parece que não tem muito avanço.

Tamires: *E a entidade tem alguma posição em relação a qual seria uma medida em relação à violência? Sobre esses dados que tu menciona.*

Militante 06: *É, assim, esses, a atuação, por exemplo, do Somos mais diretamente ligada a violência não é tão recente, é mais recente. Esse projeto, o Passagens, colocou o Somos nesse novo espaço, assim, né, de discutir isso. Não que antes não estivesse, assim, claro que sempre houve uma posição institucional em relação a isso. Não sei te dizer exatamente ao certo, assim, qual é a posição institucional do Somos, até porque seria melhor o Gabriel te responder, assim, né? Mas do tempo em que eu venho militando, o Somos sempre se mostrou favorável a projetos de criminalização da homofobia, por exemplo. ã... eu, pessoalmente, acho que é importante mas tem, na verdade deveria tentar melhorar essa discussão sobre isso porque tem uma onda de criminalização das esquerdas, assim, muitas vezes as esquerdas tem uma onda punitivista, assim, no caso, né? Mas eu acredito que, no mínimo, a gente deveria que ter na legislação penal, de forma mais clara, que a homofobia e crimes cometidos com ódio desse tipo tivessem uma reprimenda penal maior. Por exemplo, as pessoas dizem que, tá lá no motivo torpe, por exemplo, um caso de homicídio, sei lá, mas é muito difícil que isso chegue, né, no judiciário, que o judiciário utilize isso, né? E... e também isso também não dá uma sensação social da proibição, né? Então... eu acho que se aparecesse, se algum dia a palavra homofobia, transfobia estivesse na legislação, isso dá uma sensação de punibilidade maior, assim, talvez, né?*

14:52 a 22:00 Tamires: *Sim. É que pela forma como isso é tratado nos procedimentos, nem sequer tem como diferenciar, né, quando um crime é cometido em razão de homolesbotransfobia, então fica mais difícil.*

Militante 06: *Isso começa na polícia, né? Isso começa na polícia também. Por exemplo, uma pessoa vai lá fazer um boletim de ocorrência. As vezes falta interesse de quem vai fazer a investigação, depois chega no ministério público sem prova nenhuma, sem investigação feita, né? Semana retrasada, eu fui numa reunião representando o Somos no DECA. O DECA foi extinto agora e vai se tornar – é departamento da criança, né – vai se tornar uma delegacia de um outro departamento que foi criado agora por lei, que é o departamento de grupos vulneráveis. Aí esse departamento vai agrupar a delegacia da criança e do adolescente, delegacia da mulher, do idoso e outras delegacias pra cuidar de crimes como os por LGBTfobia, crimes de intolerância religiosa, etc. Aí a atual diretora do DECA, ela chamou, ela tá fazendo, eles chamaram de “escrita sociocidadã”, ela tá fazendo com diferentes movimentos. Aí nesse dia que eu fui eram com movimentos LGBT: eles queriam saber, queria um feedback, assim, dos grupos, sobre a atuação da polícia civil exatamente nesses casos, né? E foi bem interessante a reunião, tava presente também o advogado do Igualdade, eles falaram bastante sobre a, não a abordagem da polícia civil mas o acolhimento, né, o atendimento da polícia civil. Por exemplo, tem muitas travestis que não querem ir na delegacia fazer um boletim de ocorrência, né? Ou vão e depois não querem voltar por causa do tratamento que elas recebem. Ele pontuou bastante isso e a gente chegou em assuntos bem interessantes como,*

por exemplo, a responsabilidade da polícia civil em criar dados e colher esses dados. Porque, por exemplo, hoje, se o escrivão quiser lá fazer um boletim de ocorrência e dizer que foi homofobia, ele não tem como porque o sistema não permite isso. Não tem um campo no sistema.

Tamires: *Sim, tu preenche e não tem.*

Militante 06: *É, daí eles esbarram na burocracia.*

Tamires: *Sim, mas tem um campo que tu preenche com relatório, né?*

Militante 06: *Sim. Aí eles, a policial disse que “nós não temos nem como saber, mesmo que tivesse a gente não teria como saber porque o sistema só pesquisa pelo tipo”. Né? Daí vieram várias sugestões de como isso poderia ser feito no sistema e ora parece que com a criação desse novo departamento, eles também tão reformulando o sistema. E daí a delegada, a diretora do departamento, ficou de fazer uma nova reunião pra debater o programa com a Procergs. Daí a gente sugeriu, né, que houvessem campos de, pra preenchimento de identidade de gênero, de motivo do crime cometido com ódio seja racismo, se o motivo foi racismo, homofobia, intolerância religiosa, né, pra que esses dados possam ser produzidos. Inclusive, que as delegacias, elas são abertas através desses dados. Então, se não houvesse dados sobre violência contra a mulher, eles não tem como abrir uma delegacia sobre mulher.*

Tamires: *Sim, depende da demanda.*

Militante 06: *É, dessa demanda. Mas aí foi bem boa a reunião, assim, nesse ponto.*

Tamires: *E eles pareciam dispostos?*

Militante 06: *Muito dispostos e bem interessante porque a reunião foi com a diretora do DECA, uma delegada do DECA, uma inspetora de polícia do DECA que organizou a reunião.*

Tamires: *Quem? Quem é essa inspetora?*

Militante 06: *A inspetora é a Ivonete que também do movimento negro... uma delegada de uma outra delegacia e uma policial civil que é esposa do chefe de polícia, esposa do chefe atual. E foi muito boa, era uma mesa só de mulheres, assim, pessoal do LBL até apontou isso, foi bem legal, eles tavam bem dispostos. E eles tão fazendo isso com todos os movimentos, agora parece que também iam fazer com o movimento negro, com o movimento de pessoas com deficiência.*

Tamires: *Um de cada vez?*

Militante 06: *Isso, isso. Interessante também seria fazer todos juntos, né?*

Tamires: *Pois é, se o departamento é o mesmo.*

Militante 06: É, mas parece que vai demorar um tempo ainda pra implementar o departamento porque saiu a lei em janeiro que reestruturou a polícia civil e... mas falta ainda um decreto pra regulamentar o funcionamento do departamento. Aí, enquanto isso não sai, elas tão fazendo isso daí. E, mas o que mais me chamou atenção foi essa possibilidade de reformular o sistema, né? Isso seria realmente muito importante porque hoje o que que a gente tem de dados? Alguma coisa, talvez, no Disque100 e o grupo Lei da Maria, mas que recolhe dados sem critério científico nenhum, né? E dados meio duvidosos, assim, né? Que a gente usa porque são os únicos que tem. Então, se houvesse, aqui, essa reformulação, seria muito interessante.

Tamires: *São dados oficiais.*

Militante 06: É, seriam dados oficiais, claro que seriam só do Estado mas possivelmente, talvez, animasse outras polícias de outros Estados a fazer também, né?

Tamires: *Mas deve ser uma coisa que dá muito trabalho também, né? Mudar todo o sistema*

Militante 06: É aí que tá, eu acho que não dá trabalho mudar o sistema, dá trabalho mudar a vontade das pessoas mexer no sistema, né? Porque esses boletins, ninguém preenche boletim de ocorrência entre eles, eles dão enter e vão pulando, assim, nunca preenchem tudo, né?

Tamires: *Não, e aquela coisa do boletim, aquela descrição do boletim de ocorrência é... horrível, né?*

Militante 06: E... é só uma questão de incluir campos, assim, mas daí a gente tava com isso assim: ah, a gente tem que mudar o sistema, tem que ajudar eles a reformular o sistema melhor agora! Porque se sair o sistema novo, aí a desculpa vai ser “o sistema novo não tem”. Que é sempre assim, “o sistema não funciona dessa forma”.

22:00 a 27:35 Tamires: *E assim, parece que... claro, a polícia pode implementar medidas e esse projeto que vocês têm agora com fundo também. Mas como te parece que é a ação do Estado em relação ao enfrentamento da violência? Tu acha que seria possível sem esse auxílio do Estado em alguma medida?*

Militante 06: É, o auxílio do Estado é fundamental, assim, né? Nem auxílio, é meio que obrigação do Estado, né? O Somos trabalha por muitos anos na perspectiva de educação para os direitos humanos, né? Então parece mais eficaz educar as pessoas para diversidade sexual pra que não aja, né, esse tipo de violência. Então isso sempre pautou as ações do Somos durante todos esses anos, Somos sempre teve projetos com jovens, projetos com escolas e tudo mais, né? Sempre nessa perspectiva da educação. E é essa perspectiva que o Estado deveria implementar imediatamente, né? Se não tu vai ficar enxugando gelo pra sempre. Então realmente tem muito trabalho a ser feito porque se o

Estado não consegue, ou não tem vontade de discutir esses temas na escola, por exemplo, que que adianta? Não é depois de adulto que as pessoas vão mudar de opinião. Claro que podem, né, mas é muito mais fácil educar as crianças pra isso. Me parece que, pro enfrentamento da violência, a primeira medida a ser adotada é essa, né? Porque depois que a violência ocorre o que que a gente faz? A gente pune?

Tamires: *É, não tem muito o que fazer, né?* (riso breve)

Militante 06: A gente pune e a gente pune de qualquer forma, né? O que a gente pode fazer é punir mais severamente os crimes cometidos por LGBTfobia? Eu acredito que sim, te falei antes, eu acho que deve ser em uma situação agravante mas depois que a violência aconteceu não adianta mais muito, né? Acho que a questão é a prevenção da violência, assim, né? Então o Estado tem um papel fundamental nisso, seja na educação, seja em campanhas preventivas, seja na... na... na educação dos seus agentes, né? A polícia civil também tava falando sobre isso, eles já têm cursos, eles já tem módulos nos seus cursos pra direitos humanos e direitos sexuais, né? E parece que na academia de polícia eles já tem e eles tem depois cursos avulsos, assim, que eles tão fazendo e chamam, né? Os agentes. Aí, inclusive, as delegadas que tavam lá, duas delas davam aula nesses cursos – o que é muito importante e tem que ser continuado, né? Uma formação que tem que ser continuada, assim. E na polícia muito importante, né, mas deveria haver isso com todas as agências do Estado, quem trabalha em posto de saúde, os professores da rede estadual, da rede municipal, sabe? Principalmente quem trabalha com público, assim, né, deveria haver esse tipo de capacitação.

Tamires: *Tu acha que as políticas do Estado, então, tem... não tão sendo suficientes?*

Militante 06: Me parece que não são suficientes. Tu diz políticas de enfrentamento a violência, assim?

Tamires: *É! Ou até no sentido do que tu tava dizendo sobre educação, sobre essa consciência pra direitos...*

Militante 06: *É, é que aqui, políticas de Estado de enfrentamento à violência LGBT, no momento, não vejo nenhuma sendo executada, assim, né? O que tu tem é, uma vez por ano, uma campanha e olha lá, assim. Tu vê Porto Alegre, o município não apoia nem mais a parada livre, sabe? Que é o evento que dá mais visibilidade a essa pauta, município não apoia. Cada vez mais difícil ter ações desse tipo na escola, então... realmente, na atualidade aqui em Porto Alegre, eu não vejo nenhuma política eficaz sendo feita.*

Tamires: *Sim, tanto que deixa uma lacuna pra que vocês enquanto entidade criem um projeto como o Passagens pra atuar ao lado do Estado.*

Militante 06: *É, é que esse é o grande papel do terceiro setor, assim, né? Fazer as coisas que o Estado não dá conta de fazer. Mas chega um ponto em que, em que o próprio terceiro setor não dá conta de fazer.*

Tamires: *É, porque também, é muita demanda, né?*

Militante 06: *É. Porque assim, a utilidade do terceiro setor tá em exatamente tomar ações pontuais do trabalho do Estado que são muito especializadas, né, pra isso que o terceiro setor existe. Agora... não pode jogar nas costas das ONGs, tipo, enfrentar a violência. Não! Isso é (riso breve) uma função de Estado, né? E... daí a gente fica nesse trabalho de formiguinha, assim.*

27:35 a 31:28 Tamires: *Sim. E durante a tua atuação, assim, tu acompanhou algum caso, algum caso mais emblemático de violência ou até... pela atuação do Somos.*

Militante 06: *É, assim, emblemático de mídia, assim, acho que não, nenhum caso famoso, assim.*

Tamires: *Não, mas digo que tenha havido violência.*

Militante 06: *Sim, não, alguns casos. Por exemplo, teve um caso que chegou no Somos antes de eu começar a trabalhar no somos. Ou seja, isso é 2009, 2008, por aí que esse caso aconteceu. E, recentemente, a pessoa recebeu indenização – só agora o caso terminou. Que foi um rapaz que foi espancado no banheiro da rodoviária em Porto Alegre pelos seguranças da empresa lá, empresa terceirizada que prestava serviço pra rodoviária e os seguranças espancaram um menino. (riso breve) E olha só que absurdo, no processo eles se defenderam da acusação dizendo que eles fizeram aquilo porque o rapaz estava fazendo sexo no banheiro. Um – se estivesse fazendo sexo, mesmo assim, é isso que se faz no momento? É essa punição eles julgarem o cara no momento, aplicaram uma pena de tortura na hora, assim, né? Então eles perderam o processo, claro que se arrastou por vários anos, enfim, mas, recentemente, o rapaz recebeu a indenização.*

Tamires: *E vocês fizeram acompanhamento?*

Militante 06: *Sim, o processo foi feito aqui pelo Somos, né? Que, hoje em dia, a gente não tem mais assessoria jurídica mas os processos que a gente tinha, a gente deu andamento. Foi dado andamento e tal até eles acabarem. E... hoje em dia a gente não tem mais assessoria jurídica por falta de estrutura, assim, né? Porque demanda muito, assim, né, pra manter porque os processos se alongam exatamente dessa forma. Então é difícil prever estrutura pra um processo que vai durar, sei lá, 10 anos como esse.*

Tamires: *Ba. E tu falou, então, que a maioria era de caráter civil mas mesmo esses, então, que eram violência vocês pediam indenização e não acompanhavam a demanda da ação penal.*

Militante 06: *Não, a gente acompanhava a pessoa, fazia acompanhamento pra, né, o que fosse necessário, delegacia, enfim. Eu não me lembro de nenhum que a gente tenha atuado como assistente de acusação, mas daí a gente normalmente ficava com a parte civil, né? A gente tinha alguns que eram de ação penal*

privada, assim, com júri e tudo mais, eu lembro que a gente teve alguns casos desse tipo também.

Tamires: *e vocês tiveram sucesso?*

Militante 06: Sim e teve uma condenação se não me engano desse caso de júri, um rapaz também. Briga de vizinho, assim.

Tamires: *E foi possível, como faz a prova?*

Militante 06: Testemunha, né? Nesse caso tinha testemunha, assim, outros vizinhos, né? Mas é curioso porque tinha outro caso (riso breve) que todos os vizinhos testemunharam a favor do vizinho homofóbico, ninguém gostava do... do vizinho gay, assim. Mas aí esse caso era civil.

31:28 a 36:04 Tamires: *E tu, assim, enquanto sujeito, indivíduo, já teve envolvido em algum caso de violência?*

Militante 06: Não, não, não, como vítima não.

Tamires: *Ou, assim, tava perto, teus amigos.*

Militante 06: É eu lembro de um caso muito (riso breve), foi, foi estranho porque foi na porta do Somos, né? A gente tinha um colega lá no Somos, nós estávamos em um evento que o Somos promovia mensalmente na Ajuris e daí nós pegamos um taxi, né, na época e descemos na porta do Somos. E, durante o trajeto, o taxista, ele tava muito incomodado, três gays dentro do carro e esse nosso amigo super afeminado meio que despertou a ira do taxista, né? E na saída, nós saímos e a gente bateu a porta do táxi, assim, né? E o cara ficou ofendidíssimo, saiu do carro e foi pra cima desse meu amigo, quase agrediu ele, né? Isso na porta do Somos.

Tamires: *Daí vocês ajudaram a segurar o cara?*

Militante 06: Isso, isso, isso. Aí um amigo nosso mais forte (risos) saiu porta a fora do Somos, o cara foi afugentado, assim, e esse meu amigo processou a companhia de taxi, né? Também demorou bastante mas processou no civil. Esse eu lembro que foi bem na porta do Somos. E eu lembro de uma outra coisa muito interessante que era, o Somos, ele tinha um projeto de prevenção de HIV com jovens, a gente distribuía material gráfico, informação, preservativo, tudo mais. E essas ações aconteciam em diversos lugares da cidade, assim, que reuniam jovens, jovens gays e bissexuais, por exemplo, redenção, né? E tinha uma época, não sei se tu lembra, que ali na Lima e Silva juntava muito jovem na frente da olaria, né? Maioria menores de idade, né? E eu lembro da época, a gente tava nessas intervenções com uniforme, assim, né, a gente tinha uma bolsa, assim, escrito Somos onde ficava os preservativos e tal. E nós fomos pro paredão (riso breve) junto com os jovens porque passou a brigada, assim, parecia gente muito perigosa que era, tipo, três ou quatro carros da brigada e (riso breve) e colocaram todos os jovens no paredão pra revistar. Nós fomos

juntos, não tem nem o que dizer, né? As prioridades da polícia, né?

Tamires: *Sim, no final de semana de madrugada...* (riso breve)

Militante 06: Nem de madrugada, era cedo! Isso sei lá, nove da noite. E... e uma abordagem completamente equivocada, assim, né? Porque não é dessa forma que tu aborda um grupo, muito menos um grupo de jovens.

Tamires: *Sim, o que que queriam ali, né?*

Militante 06: É, eles disseram que tavam procurando drogas, assim, mas tipo, não tinha nada ali, sei lá.

Tamires: *É, droga. Droga é sempre uma desculpa.*

Militante 06: Uhum, uhum.

Tamires: *E... o que que eu ia te perguntar.*

Militante 06: Ah! Nós tivemos um caso muito sério de agressão também de um menino que fazia parte do Somos, me lembrei agora também. E... além da agressão, foi espancado na rua com dois caras e tal, foi bem traumático porque a imagem dele começou a circular no Facebook e aí tomou uma proporção que fugiu do controle dele. E daí as pessoas começaram a usar aquela imagem dele todo quebrado em campanhas, então as pessoas não faziam isso de má-fé mas isso também foi uma situação que gerou certo constrangimento na época porque fugiu do controle dele. Aí quando tu via tava a imagem dele circulando em qualquer lugar, assim, sabe.

Tamires: *Sim, daí que que vai fazer também, né?*

36:04 a 40:20 Tamires: *E aqui no Somos tem poucas mulheres, né? Lésbicas ou até bi.*

Militante 06: Atualmente, na composição do Somos, nós temos a Cláudia que é coordenadora técnica, né, trabalha bastante tempo no Somos, acho que desde a fundação do Somos praticamente. Nós temos a Flávia, Flávia que é do conselho fiscal do Somos.

Tamires: *Hum, e tem mais homens gays?*

Militante 06: Hoje, nós temos mais homens mesmo.

Tamires: *E sempre foi assim majoritariamente gay?*

Militante 06: Eu acredito que, olhando pra trás, sim. Sim, nós já tivemos mais mulheres no Somos. Por exemplo, no tempo da Jacinto Gomes, tínhamos bem mais mulheres na equipe mas majoritariamente sim, sim, sim, homens. Isso é uma tendência geral no movimento social, assim, né? As mulheres acabam

tendo que, acabam tendo grupos específicos pra elas justamente porque as vezes é difícil, né, conquistar espaços, né, que elas chamam de GGGG, gay, gay, gay, gay. Isso ocorre bastante, assim. Aqui no Somos, a gente tem buscado trazer mais mulheres pra equipe, assim. Inclusive, a gente abriu vagas procurando voluntários e tal, a gente tá dando prioridade pras gurias, assim.

Tamires: *É, a [REDACTED] chegou a comentar comigo que vocês tinham bem mais gente de modo geral envolvida.*

Militante 06: Sim, sim, nessa época que o Somos era na Jacinto Gomes, a gente tinha uma estrutura muito maior e uma equipe muito maior. A gente chegou a ter... acho que umas 15 pessoas, assim.

Tamires: *É bastante.*

Militante 06: Que trabalham diário aqui, né? Que daí a gente tinha profissionais de diversas áreas e esses profissionais tinham estagiários, né? Então nós tínhamos núcleo jurídico, né? Tinha advogado, tinha de um a dois estagiários do direito. Aí tínhamos um núcleo de comunicação que tinha jornalista, tinha um estagiário do jornalismo, o Gabriel mesmo que, hoje em dia, é coordenador do Somos, já foi estagiário do Somos na mesma época que eu, acho que era jornalismo se não me engano.

Tamires: *Sim, esses projetos não têm mais...*

Militante 06: Esses projetos não existem mais, né? Porque pra financiar tem tempo de financiamento, né?

Tamires: *Mas e deixaram de existir esses editais ou vocês não quiseram mais concorrer?*

Militante 06: É, ocorre que a verba destinada a esse tipo de projeto diminuiu muito, diminuiu bastante, assim, principalmente vou te dizer que, talvez, ali pelo segundo mandato da Dilma diminuiu bastante. ã... e o Somos tinha financiamento privado também na época de uma organização internacional, fundação tal (inaudível) que financiava alguns projetos do Somos também. Então, na mesma época, a gente tinha quatro, cinco projetos ocorrendo ao mesmo tempo, né?

Tamires: *É bastante, ba.*

Militante 06: Então a gente conseguia manter uma equipe grande, assim, ã... com jornalista, designer gráfico, sabe? Psicólogo e estagiário de psicologia, sabe.

Tamires: *Sim, outra estrutura.*

Militante 06: Outra estrutura, assim, aí a gente tinha tanto atendimento jurídico, né? A gente tinha também atendimento com psicólogo então as pessoas podiam ir lá e tal. Outros tempos.

40:20 a 44:31 Tamires: *E quando acabou, assim, esse incentivo financeiro, como vocês sentiram a falta desses projetos? Porque provavelmente os advogadas se afastaram...*

Militante 06: *É, o que ocorreu, o Somos tava, estava nessa sede lá na Jacinto Gomes e depois disso a gente, o Somos saiu de lá, né? Ficou um tempo no Gapa, na casa onde era o Gapa. Depois o Somos ficou num prédio aqui na Marechal Floriano, eu acho o nome da rua, que era um prédio público então era uma sala também cedida pelo, eu acho que ali é pela prefeitura se não me engano. Aí esse prédio foi interditado, foi interditado e aí o Somos teve que sair de lá e daí o Somos veio pra cá. E nesse trânsito a gente acabou tendo até algumas baixas de estrutura, assim, de acervo e como o prédio foi interditado, a gente acabou perdendo uma certa parte do acervo de livros e tudo mais que a gente tinha, né?*

Tamires: *Ba... não, mas eu digo, assim, a militância, os profissionais, as pessoas que eram atendidas juridicamente ou psicologicamente deixaram de ocorrer ao Somos? Como eles sentiram isso?*

Militante 06: *Sim, sim. É, eu acho que as pessoas, elas, elas iam até o Somos pra receber esses serviços na medida em que esses serviços eram divulgados, existiam, né. Mas hoje mesmo, de vez em quando, as pessoas chegam, assim, pra ver se tem alguma coisa, né? A gente, no momento, não tem esse atendimento pra fora, assim, esse atendimento pra acolher as pessoas, né? A gente tá mais concentrado nessas ações dos projetos, assim. Mas, de certa forma, é uma baixa, assim, no sistema que atende essas pessoas porque... tudo bem, o Somos é uma equipe pequena, por exemplo, jurídica. A gente não ia dar conta de toda demanda mas, hoje em dia, essas pessoas precisam recorrer a outros serviços, né, que serviços são esses? Não tem em Porto Alegre outro serviço muito especializado nessa área, assim. A gente tem o G8 na UFRGS, né? E a defensoria pública que, nos últimos anos, acabou se capacitando mais, né, nesses temas assim. Na época do Somos, a defensoria tinha uma grande dificuldade de atender casos que envolviam população LGBT, assim, tanto da gente fornecer material pra eles. Mas, hoje em dia, parece que a defensoria tá bem mais capacitada nesse ponto. Mas, realmente assim, diminui bastante a capacidade dessas pessoas de receberem um atendimento porque não é só a questão técnica, né? Não é só o encontrar o advogado que vai saber resolver teu caso. As pessoas vêm por uma identificação também, né, por saber que elas vão tá num ambiente seguro, vão ser acolhidas num ambiente seguro e tal. Então isso também é bem importante. Esse trabalho, o Igualdade realiza e nunca deixou de realizar, assim, né, porque, muitas vezes, as travestis primeiro procuram a Marcelly pra depois ir na polícia justamente porque elas tem a certeza desse constrangimento que elas vão passar, né, na delegacia. Então o próprio advogado da Igualdade relatou isso lá no encontro no DECA, de que muitas vezes elas vem até o Igualdade e depois vão até a delegacia pra muita vezes ter o acompanhamento, ou da Marcelly que já se impõe, já é conhecida, né? Ou do advogado do igualdade, né? Não vão direto por medo de constrangimento.*

44:31 a 47:33 Tamires: *E tu sabe quando começou a atuação do Somos aqui em Porto Alegre?*

Militante 06: O Somos foi fundado em dois mil e... tu sabe Vincent quando? 2006, talvez? Ba, não sei, a gente teria que olhar.

Tamires: *Porque Somos também é o nome de uma entidade de São Paulo mais antigas de atuação LGBT.*

Militante 06: Sim, sim, sim.

Tamires: *Sabe se teve alguma relação?*

Militante 06: Não teve uma relação direta. Houve um período que existia um projeto nacional chamado Somos que era, se não me engano, era um projeto de... dar recursos pras pessoas criarem essas organizações. De repente o Gabriel pode tirar essa dúvida pra gente também. (Entrou alguém na sala) Que anos o Somos foi fundado?

Pessoa ao fundo: 2001, 10 de dezembro de 2001.

Militante 06: E tu lembra, ã, essa é a Tamires!

Tamires: Oi! (som de beijo ao fundo seguido de risadas)

Militante 06: A Tamires disse que o Somos é uma organização também em São Paulo, né, que tem outra com esse nome. Existia um projeto, lembra? Projeto Somos... e a gente tem relação com isso?

Pessoa ao fundo: A gente, o nome do Somos foi em homenagem ao Somos de São Paulo e... porque, né, foi a primeira Ong que teve no Brasil, que eu saiba, voltada a essas questões. E o projeto Somos é um projeto da BGLT, se não me engano, lá de Curitiba em que muitas instituições participaram inclusive acho que o Somos. Mas a gente não, além de participar do projeto, acho que não tem mais nenhuma...

Militante 06: O projeto era pra capacitar essas questões de como ter uma Ong...

Pessoa ao fundo: Formar novas instituições, formar em advocacia, em contabilidade, em capacitação de recursos bem naquela época em que tinha bastante dinheiro do Governo Federal pra ações de HIV... então tinha esse movimento, assim, né?

Militante 06: É, a BGLT é meio que uma supra Ong (breve riso) que coordena o movimento LGBT, assim. Claro que não fala pelo movimento LGBT como um todo mas tem um inserção acional, assim. O Tony Reis ainda é o presidente da BGLT?

Pessoa ao fundo: Não, não, acho que agora é um Carlos Mag, alguma coisa assim. O Tony Reis, ele tá em outra instituição que ele meio que criou, uma instituição que fala sobre educação, diversidade, alguma coisa assim.

47:33 a 50:46 Tamires: *E, ã... to acabando.*

Militante 06: Não, a vontade.

Tamires: *Em relação, assim, a atuação da polícia civil, como tu, tipo, se tu tiver que dar uma posição, assim, qual a tua posição em relação a atuação deles sobre a violência em relação a população LGBT atualmente?*

Militante 06: Uhum. É, a gente vê menos casos, né, de violação de direitos da população LGBT pela polícia civil do que comparado com o que a gente vê na polícia militar, né, hoje em dia. E provavelmente isso tá muito ligado a militarização da política militar (riso breve) e ao tipo de abordagem, né? Que a polícia civil não sai correndo atrás de bandido no meio da rua, né? Então o que a gente vê mais, hoje, da polícia civil, são queixas no sentido da, do momento em que tu vai fazer boletim de ocorrência ou de negligência na investigação quando é o caso mais sensível, né, que envolve uma violência contra a pessoa LGBT, assim, né? Então... inclusive, falando da reunião de novo, a delegada perguntou, assim, querendo saber da posição de vocês e não havia um exemplo, assim, ninguém tinha um caso assim, “ah, polícia civil fez isso, isso e tal” na ocasião, assim. Que realmente a atividade da polícia civil não tá tão voltada pra isso, assim, então... do meu ponto de vista, atualmente, questão da polícia civil é mais no tratamento, no acolhimento da denúncia, do boletim de ocorrência, da investigação.

Tamires: *É, mais no que diz respeito a resolução dos conflitos.*

Militante 06: Exatamente, exatamente. É, eu acho que... não posso dizer que a polícia não faz o trabalho dela na resolução de conflitos, assim, mas me parece que quando é um caso de violência LGBT, poderia haver uma atenção maior. Assim, não que seja um caso especial, mas que seja dada mais atenção a esse fator da violência, né?

Tamires: *Sim, porque normalmente é negligenciada.*

Militante 06: É, porque é exatamente aquilo, isso acaba sendo apagado, não se dá atenção a isso durante a investigação. Por causa disso, quando a denúncia chega no ministério público, chega sem pé nem cabeça.

Tamires: *Sim, de forma genérica.*

Militante 06: De forma genérica, exatamente. Daí é tudo uma grande cadeia, assim, vai chegar no judiciário também sem essa, sem essa abordagem, assim, né? Parece que, da polícia civil a questão maior é da investigação, do acolhimento das pessoas LGBT nas delegacias, né, e também daquilo que a gente falou antes dos dados, né? Que a polícia civil teria esse papel, seria muito importante de gerar dados mais fidedignos, né, em casos de violência.

## APÊNDICE G - ENTREVISTA 7

**Porto Alegre**, Galeria Malcon - Rua dos Andradas, n. 1546, bairro Centro Histórico

**Data:** 22/11/2018

**Local:** ONG Igualdade RS -

**GRUPO:** militante de grupo organizado

**IDADE:** 28 anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:** Doutorado no exterior

**PROFISSÃO:** advogado da ONG Igualdade

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** gay

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 07:16	<p>Tamires: <i>Qual tua idade?</i></p> <p>Advogado: 38 anos.</p> <p>Tamires: <i>38. Tu é advogado?</i></p> <p>Advogado: Sim.</p> <p>Tamires: <i>Onde é que tu te formou?</i></p> <p>Advogado: Me formei na Ulbra em Canoas.</p> <p>Tamires: <i>Ah! Tu é de Canoas?</i></p> <p>Advogado: Sou de Canoas, aham.</p> <p>Tamires: <i>Ah, que legal!</i></p> <p>Advogado: Sim, moro lá.</p> <p>Tamires: <i>E tua formação, então, tu terminou o doutorado no exterior?</i></p> <p>Advogado: Sim, aham, terminei o doutorado no exterior, na Argentina, em Buenos Aires.</p> <p>Tamires: <i>É recente?</i></p> <p>Advogado: Sim, é recente, foi ano passado.</p> <p>Tamires: <i>Uhum, e tu atua como advogado só aqui na Igualdade ou em outros espaços também?</i></p> <p>Advogado: Não, em outros espaços também. Eu tenho o meu escritório em Esteio, minha parceria com uma outra advogada. Tenho escritório na praia também, na minha casa na praia, montei minha <i>home office</i> lá e também tem um atendimento aberto lá na praia. Além daqui, lá na praia, de 15 em 15 dias, também</p>

tem uma associação de moradores que eu atendo e faço trabalho jurídico na área dos direitos humanos e da previdência.

Tamires: *Hum... e esses outros espaços, tu faz trabalho pra bono ou é...?*

Advogado: Não, aqui é trabalho voluntário que a gente começou após um projeto que foi feito de direitos humanos, né? E financiado pelo Ministério da Saúde na verdade. E daí a gente fez um ano de projeto em torno de 2015, 2016. Foi um ano, assim, foi pela metade de 2015 e foi até metade de 2016. E aí em 2017 e 2018 eu fiquei trabalhando de forma voluntária porque deu tão certo o casamento, né? Vamos dizer assim, da Igualdade, meu com a Igualdade, com a Ong, né? Que daí eu resolvi ficar e fazer um atendimento, mas aí não toda semana que nem eu vinha porque na época do projeto era todas as quartas-feiras, três horas de atendimento. Agora eu faço um regime diferenciado – eu faço uma quarta-feira sim e uma quarta-feira não, duas horas de atendimento, das 14 horas às 16 horas.

Tamires: *Ah! Então quando tu começou era com um projeto vinculado que tinha uma assessoria jurídica?*

Advogado: Isso, isso. No projeto estava previsto uma assessoria jurídica dentro de direitos humanos. Na verdade, o projeto englobava assim: a questão toda de prevenção de ISTs, né? De infecções sexualmente transmissíveis; além de infecções, toda questão de atendimento psicológico também; e, também, atendimento para os direitos humanos de alguma violência contra a população LGBT ou de alguma coisa que fosse, que estivesse dentro do campo dos direitos humanos, né? Daí a gente saía também do campo só da violência, entrava na questão das uniões homoafetivas, da troca de nome civil, da troca de gênero, as questões todas envolvendo direito criminal também em função da violência perpetuada contra essas pessoas, né? E também o atendimento de conciliação.

Tamires: *E tu lembra qual era a agência? Se era da união...*

Advogado: É Ministério da Saúde da união, uhum! Da união, daí direto de lá. Na verdade é um valor que veio subsidiado através da Unesco e daí foi passado para o Ministério da Saúde, eles abriram edital, a Ong se inscreveu e o nosso projeto foi aprovado. Daí eles precisavam de um advogado para fazer esse atendimento jurídico e eu vim.

Tamires: *Aham, e como é que tu ficou sabendo?*

Advogado: Eu fiquei sabendo, na verdade, através da [REDACTED] que também é uma transexual aqui do Rio Grande do Sul, natural de Monte Negro e ela, na época, estava – e ainda está – na coordenação nacional das políticas LGBT em Brasília, né? Que faz parte do Ministério dos Direitos Humanos lá em Brasília e ela, como coordenadora nacional, ficou sabendo do projeto e indicou, então, que a Ong se inscrevesse, né? Lembro que a Ong podia fazer o projeto. Quando foi feito o projeto, quando se chegou na parte do jurídico, se perguntou: “Tá, mas quem nós vamos colocar?”, né? E aí a Marcelly Malta, que é presidente da Ong, ligou para Marina e disse assim: “Marina, tu tem uma pessoa para indicar?”, daí

ela disse “Ah! Eu tenho o doutor Jorge que é o meu advogado particular que está fazendo a minha questão do nome civil” – da troca do nome – “... se tu quiseres, de repente eu posso te passar o número dele” e foi quando ela entrou em contato comigo. Daí a gente teve uma reunião, eu vim para conversar com ela, ela me explicou no que consistia o projeto e eu concordei e vim porque, na verdade, como era um período curto durante a semana – só duas horas por semana – para mim ficava tranquilo, eu manter os escritórios, os atendimentos e fazer o atendimento aqui na Ong também.

Tamires: *Claro, e tu já tinha feito isso antes? De atender –*

Advogado: Já! Já tinha feito antes. Eu trabalhei, na verdade, dois anos na coordenadoria do Diversidade de Canoas que é ligada ao gabinete do prefeito, né? E coordenadoria – agora mudou, agora é coordenadoria de Políticas de Diversidade e Comunidades Tradicionais, né? Então pega, além da população LGBT, toda a questão do povo de terreiro, das, das, ã... das matrizes africanas, né? Religião de matriz africana e eu tinha feito um trabalho durante dois anos lá que a gente fez várias políticas lá, né? Implantação do projeto “Meu Nome É” que é, na verdade, uma parceria que a gente fez da coordenadoria com o atendimento a, da, do núcleo da mulher na Uniritter de Canoas. A gente fez um projeto com eles, em parceria com eles e coordenado pela doutora Juliana Leite que a gente fez a troca de nome de algumas transsexuais e travestis lá na cidade de Canoas. Fora isso, outras promoções como o “Miss e Mister da Diversidade”, que nem a “Noite dos Eventos”, a “Noite dos Talentos”, a questão toda do projeto “Andando nas Ruas” que a gente também deu sequência nas ruas – era sobre a questão dos preservativos e camisinhas femininas para a população de travestis e trans que trabalham como profissionais do sexo, né? Tudo isso foi desenvolvido em Canoas, então deu uma base para que eu viesse para cá depois fazer esse trabalho jurídico, né? E antes disso, eu já tinha trabalho também em uma Ong que se chamava Purpurina que era uma Ong da cidade de Osório. Eu fiz o jurídico, eu fiz, na verdade, a constituição da Ong, né?

Tamires: *Aaaah! Burocrático.*

Advogado: Toda aquela parte que tem que mandar para o cartório – isso! Burocrático, de fazer o estatuto social, de fazer, de juntar todos os documentos, levar para o cartório, formar a Ong, depois levar na receita federal, fazer o CNPJ e aí fiquei 6 meses ajudando eles na questão de orientação jurídica de como proceder, a questão toda do alinhamento dos projetos que eles queriam e também o atendimento jurídico para a população que precisasse. E daí eu fiz durante 6 meses esse trabalho lá em Osório isso. Daí depois que eu saí da coordenadoria de Canoas, eu vim para cá, então eu tenho um trajeto, um caminho.

Tamires: *Sim. E nessa coordenadoria que tu trabalhava lá em Canoas era vinculado com a prefeitura?*

Advogado: Isso, era vinculado com a prefeitura.

Tamires: *De que ano?*

Advogado: Foi de 2013, 2014.

Tamires: *E quando é que tu começou aqui na Igualdade?*

Advogado: Na Igualdade eu comecei, na verdade, em 2015. Quando eu sai da coordenadoria em Canoas, final de 2014, início de 2015, eu fiquei janeiro e fevereiro parado e aí em março já me ligaram me dizendo que tinham esse projeto e que provavelmente lá por maio, junho, metade do ano iria começar efetivamente, mas aí eu já comecei a vir nas reuniões para saber qual era a forma de atendimento. Isso porque daí eu não poderia, tipo assim, em duas horas atender todas as pessoas, então a gente teve que limitar tipo assim: ah, 5 fichas por quarta-feira com o nome na agenda, atendi por aqui, passa o número de telefone. Então todo esse trâmite, a gente teve uns 2 meses para desenvolver como seria feito e aí, tipo assim, teria que ter no mínimo, pelo projeto, no mínimo 20 atendimentos, né? Então a gente fez uma, uma ficha de atendimento, um histórico com os dados das pessoas e aí depois a gente fez como se fosse um relatório, né? De 3 meses, depois mais 3 meses, depois mais 3 meses, depois mais 3 até fechar um ano do projeto.

07:16 a 14:35 Tamires: *E desde que – quais eram as principais demandas, assim, no começo?*

Advogado: Olha, a grande maioria era a questão da troca de nome porque na época que a gente começou ainda não existia da resolução, né? Para troca de nome autorizando os cartórios que fizessem a troca de nome e de gênero. Então assim, eram ações que envolviam a troca de nome e pessoas que já tinham o nome e queriam a troca de gênero – então tínhamos três tipos de ação: uma para quem queria trocar nome e gênero; uma para quem só queria trocar o nome; e uma para quem já tinha o nome e queria trocar só o gênero. Então eram três tipos de ação montadas diferentes e que todas elas foram, na sua grande maioria, para a vara daqui de Porto Alegre porque a gente tem uma vara específica, né? Que daí é a vara dos registros públicos. E daí a gente entrou com as ações todas, a maioria delas já terminou, deve ter duas ou três ainda em trâmite que faltou alguma coisa de documentação.

Tamires: *Ah, então é rápido!*

Advogado: É rápido, é rápido! Todas elas já saíram no mesmo ano, a grande maioria já saiu no mesmo ano, era uma demanda bem fácil de fazer. A gente, na verdade, começou de uma maneira mais fácil e depois coisas do judiciário, né? Depois trocou o promotor de justiça e o que entrou exigia uma lista de documentos que o antigo promotor não exigia. Então a gente começou a esbarrar em coisas assim: como que nossa população vai conseguir atestado dos últimos 2 meses que precisava estar atualizado pelo psiquiatra? A maioria não tinha condições de pagar consulta, né? Então a gente tinha que mandar uma petição para lá e pedir para que fosse feito através do Estado, um psiquiatra do Estado e aí tinha que entrar na fila, tinha que esperar, tinha que ir na perícia, voltava, abria prazo, deixa o juiz se manifestar, vê se concordava, às vezes não concordava, enfim! Tumultuou muitos processos e os processos que estavam saindo em 4, em 6 meses para nome ou gênero começaram a demorar um ano para sair, né? Mas

infelizmente a gente precisava seguir com a ação porque, né? Algumas pessoas, depois que trocou a questão de poder fazer no cartório, foram, fizeram direto no cartório e aí a gente desistiu das ações porque não teria como continuar. Deve ter acontecido umas 5 a 6 pessoas isso, as outras pessoas todas já tinham trocado o nome judicialmente mesmo e tem 2 que ainda estão, na verdade, tramitando porque, na verdade, o nome de nascença já tinha um problema.

Tamires: *Uhum!*

Advogado: Da gente precisa de uma decisão judicial para que isso mude, né? Por exemplo, vamos supor – não vou citar nomes, mas vamos supor que tenha acontecido de alguém que ao invés de se chamar MAU-RI-CI-O, era MAU-RI-CI-U no final. Então não adianta porque mesmo que troque o nome, vamos supor, para Pâmela, né? Quando, futuramente para qualquer ação ou embate jurídico, até mesmo para fins de um inventário, alguma coisa assim, se pede a certidão de nascimento ou se pede algum outro documento que tem que juntar, não pode ter MauriciO, MauriciU e Pâmela, né? Para não dar confusão. Então quando – ações específicas, assim, que só são 2 na verdade que precisavam de uma retificação tanto no assento original quanto do novo nome, essas ações continuam. Todas as outras já foram arquivadas e a grande maioria já fez no cartório agora. Era o principal, né? Mas dentro desse projeto a gente atendeu N outras coisas! Meninas que chegavam aqui, por exemplo, que fizeram cirurgia de troca de sexo, né? A gente chama, no Direito, né? Redesignação sexual e elas fizeram, meninas que chegaram aqui porque a cirurgia deu errado e daí é complicado isso para a gente receber uma pessoa assim, né? Daí como que vai fazer? Não tem mais confiança de fazer com a equipe, então tem que entrar com uma ação indenizatória para que pecuniariamente cubra o gasto de uma outra – e fazer onde no Brasil...? Porque uma coisa é você fazer uma cirurgia para mudar, que vai envolver todo um aspecto patológico, interno –

Tamires: *Hormonal.*

Advogado: Hormonal, dois anos de tratamento, acompanhamento psicológico – isso é uma coisa. Uma outra coisa é você já ter o órgão feminino, já ter a vagina e a vagina estar torta! E aí você tem que fazer uma cirurgia para consertar a vagina que saiu torta, né? Então é até meio estranho falar isso, mas, sim, acontece, está acontecendo e já aconteceu com a gente, já veio parar aqui. Assim como isso – claro que, tipo assim, é uma coisa mais específica –, já aconteceu de meninas que trabalham na rua e foram agredidas, levaram facadas, que tem audiência daqui a 2, 3 dias, a gente está indo acompanhar na audiência, ã... de briga entre vizinhos, de meninas que foram às vezes baleada – tem que acompanhar –, 2, por exemplo, estão presas ainda no sistema carcerário e aí a gente tem que ir lá porque houve denúncia de maus tratos, né? A gente teve um grande enfrentamento do problema de uma travesti que estava dentro do presídio e foi notícia isso, foi bem veiculado até nas mídias sociais e na imprensa que... ela foi estuprada, né? Por 2 brigadianos, do sistema, carcerário... né? Então foi obrigada a fazer sexo oral e – enfim. Isso foi um, né? Eles foram afastados das funções – enfim! São tudo coisas que, assim, são tão distantes da gente, do mundo do Direito, a gente só está acostumado a sentar, fazer um processo, não sei o que, botar a folha – é muito, né? Só que as coisas que chegam aqui na Ong por ser um

lugar de acolhimento são coisas *sui generis*, né? Não são coisas que a gente está acostumado a ver no dia a dia, então, tipo assim, até eu que estou acostumado a trabalhar com isso tinha vezes que dizia: “Para! Só um pouquinho. Vou ter que pesquisar.”, né? Porque, claro que hoje eu me considero um advogado com mais – tenho muito a aprender, estou engatinhando ainda, mas hoje eu sou um advogado muito mais firme do que quando eu entrei aqui.

Tamires: *Sim, vai ganhando um pouco mais de experiência.*

Advogado: Já tenho um pouco mais de experiência, um pouco mais de bagagem porque muitas coisas aconteceram, né? Então a gente já fez aqui também a questão toda da separação de pessoas que reconheceram união estável homoafetiva e que vieram aqui tentando fazer uma dissolução de tudo aquilo, uma divisão de patrimônio, tivemos que entrar com ação porque existia um patrimônio envolvido, existia um menor de idade envolvido também nisso e que foi adotado pelo casal. Então isso também, né? Então, tipo assim, a gente – pessoas chegaram aqui já doentes, não só portadores do HIV, mas doentes já e nós tivemos que entrar com benefício previdenciário para pedir porque a pessoa não tinha condições de trabalhar e daí segundo a legislação previdenciária teria sim o direito ao auxílio doença e posteriormente podendo transformar em uma aposentadoria por invalidez. Então, veja, na verdade é o direito de família mais o direito civil mais o direito crime mais o direito previdenciário – então, na verdade, assim, você tem que saber... tudo porque só um pouco não adianta, mas os atendimentos foram bem interessantes, assim, foi um ano bem... rico, vamos dizer assim, né? E isso deu para a Ong – já tinha um nome a zelar, era uma referência, mas isso deu uma visibilidade muito maior, assim, né? Hoje as pessoas perguntam: “Onde tem atendimento jurídico? Onde a gente pode recorrer?” – “A Ong Igualdade em Porto Alegre”.

14:35 a 25:05 Tamires: *E desde que tu começou – foi em 2015, né?*

Advogado: Isso.

Tamires: *O que tu acha que tem mudado de demandas? Ou pra onde tu acha que está se encaminhando?*

Advogado: Assim, a questão do nome mudou bastante com a possibilidade de as pessoas fazerem direito no cartório – mudou bastante, caiu essa demanda, né? O que a gente percebe que vem aumentando, na verdade, é a questão previdenciária. A gente sempre bate na mesma tecla, assim: “Tem que recolher a previdência. Se não fizer a previdência, se não quiser recolher o INSS, tem que ter uma previdência privada” – porque, né? Por enquanto são jovens, ou não tão jovens, mas um dia isso tudo termina, toda beleza um dia termina. A gente tenta conscientizá-las e conscientizá-los de que tem que recolher a previdência porque se fica doente em função ou do HIV ou de qualquer outra coisa, um acidente no trabalho, tem que ter uma previdência recolhida para que você consiga, lá na frente, então, gozar de um benefício. E isso a gente tem percebido que tem chegado muito aqui, né? Porque como a gente trabalha com essa população, a grande maioria são pessoas que vivem com HIV, né? Então vamos dizer que 98% desse público, né? Então essas pessoas, elas trabalham como profissionais do

sexo, mas não recolhem previdência. Então a maioria chega aqui e diz: “Eu preciso do benefício porque eu fiquei internada, fui para no hospital, fiquei um mês sem trabalhar, meu aluguel está atrasado, eu não posso voltar para a rua” – então como é que você vai fazer? Porque não é só fazer o pedido, você tem que ter a condição de segurado e o tempo de recolhimento, a carência, são requisitos que se exigem para que você peça o benefício e depois passe pela perícia e aí a perícia concede o benefício e você começa a receber. Então tudo isso a gente está começando a fazendo um trabalho de conscientização dessa população que é necessário e que cresceu bastante. A gente tinha um, dois casos, assim, na época do projeto e hoje a gente tem... de 5 a 15 casos mês nessa questão previdenciária. Bastante.

Tamires: *Tu acha que tem algum vínculo entre a questão previdenciária e o que é a maior demanda de trabalho dessa população trans e transgênero?*

Advogado: Ah! Eu acho que sim, eu acho que sim. Na verdade, nós estávamos conversando na semana passada que a população trans, assim, não é que ela não tenha a formação, não é que ela não tenha a qualificação: muitas são advogadas, muitas são médicas, muitas são professoras. Não é que elas não tenham, é que a iniciativa privada, a empresa, ela não quer empregar, ela não aposta, a empresa não aposta, a empresa não quer, né? A empresa não sabe como lidar com uma trans dentro da sua empresa, a empresa não sabe se vai mandar para o banheiro masculino ou o feminino, a empresa não sabe se vai ter que mandar fazer um terceiro banheiro, a empresa não sabe como vai agir. Por exemplo, se aparece um homem trans nessa empresa e ele aparece grávido: “Tá, mas é um homem, você vai conceder mesmo assim a licença maternidade?” – porque na verdade ele tem uma vagina e ele está gestando! O direito é da nascitura ou da pessoa que trabalha? Então todas essas questões as empresas não estão – não sei se estou dando um nó na tua cabeça!

Tamires: *Não!*

Advogado: É muita informação jurídica, mas só para tu entender que, assim, é um universo, vamos dizer assim, que ele é, além de complexo, a gente parar para pensar assim: a iniciativa privada, a empresa, ela está preparada para receber esse público? Na verdade, não está. Essa é a grande verdade.

Tamires: *Sim, é mais confortável.*

Advogado: É mais confortável o “não”, né? Então ela não quer correr o risco de repente ter o nome de alguém pixado no banheiro dizendo que é trans ou com apelido e de repente, quando a pessoa sai demitida, a empresa ainda sofrer uma demanda judicial por um dano moral, né? Ela não quer correr esse risco, né? Então é difícil. E o que acontece? Essas pessoas não tem chance no mercado de trabalho, não consegue se manter e terminam indo para onde? Para a marginalização – não marginal no sentido lato da palavra. Marginalização, ou seja, à margem da sociedade, o que resta, muitas vezes, é o caminho da prostituição, não tem outra opção porque essas pessoas só tem isso para sobreviver. Mesmo possuindo um curso, uma formação, vão para onde? O aluguel vencendo, a conta vencendo, às vezes estão gripados e não tem dinheiro

para comprar um remédio! Vai fazer como? Porque pai e mãe não pode contar, já colocaram para fora de casa, né? Mora em um quarto, se não pagar, vai para rua, vai morar onde? De baixo da ponte? Então essa é a realidade que às vezes a gente pensa assim: “Não, mas isso é coisa de novela!” – não é coisa de novela, é do nosso dia a dia! Está ali do lado! Mas, às vezes, a gente não olha, a gente não enxerga, né? Então tem situações, assim, muito complicadas. Já chegaram para nós aqui travesti de 13 anos de idade que o pai e a mãe botaram para fora e está no abrigo da prefeitura porque não tem nada, saiu com a roupa do corpo! Né? E a prefeitura chama, manda para o Ministério Público, o Ministério Público chama os pais, porque enfim, né? É de menor, são responsáveis e os pais vão lá e dizem: “Eu não quero saber! Não é mais minha filha, não é meu filho, não reconheço mais! Podem me processar, podem fazer o que vocês quiserem, não, quero, mais! Não entra na minha casa!” – e você vai fazer o que, entendeu? Então todas essas questões – infelizmente, né? – acabam desaguando no judiciário. E aí é o trabalho do advogado e muitas vezes, além de entrar nosso trabalho, isso vai servir para vocês que, talvez, todos vocês passem por isso um dia, mas antes de chegar aqui, tem isso também. A pessoa chega aqui e às vezes ela só quer falar, ela precisa falar, ela precisa botar para fora e ninguém ouve, ninguém tem interesse em ouvir isso e, às vezes, a gente tem que fazer um pouco do psicólogo também. Tem que ouvir, tem que escutar tudo o que a pessoa tem para dizer, muitas vezes a pessoa não quer entrar com uma ação! Ela só quer que o vizinho, que é o vizinho de cima que jogava sacos de xixi no telhado dela porque ela era travesti, que ele peça desculpas, é só isso! Ou que ele pare de jogar o saco de xixi, entende!? Então, desculpa o palavreado, mas assim, estou tentando ilustrar para que vocês entendam porque se fosse uma outra pessoa, se fosse você, se fosse a Thayna, se fosse o Jorge, ele não faria, mas fez com ela porque o nome é Marcos e ela se chama Patrícia e isso incomoda as pessoas. Então, na verdade, ela vem aqui e a gente diz assim: “Não, olha, o que a gente pode tentar é fazer alguma coisa no projeto conciliação, tentar resolver de forma amigável, mas tu tem certeza que tu vai querer mover uma ação, mexer com a máquina judiciária, uma primeira audiência, uma segunda audiência, e levar testemunha e continuar de mal? Ele vai continuar, ele é o teu vizinho, ele vai te desaforar no corredor, sabe? Então tu tem certeza que tu queres isso?” – “É, né doutor? Parando para pensar, de repente não vale a pena, o que o senhor acha?” – “Não, vamos fazer uma mediação então lá no fórum, vamos ver se a gente consegue” e, às vezes, a gente consegue resolver as coisas. Às vezes até uma denúncia para os direitos humanos já resolve, né? Então, às vezes, não é – eu sempre digo assim, não é que eu sou contra, não é isso, mas nós precisamos perder a mania de judicialização. Ah, tudo tem que ser judicial – não! Nem tudo tem que ser judicial, né? E nós estamos em uma época em que nós não podemos levar tudo para o judicial –

Tamires: *Sim, demora muito!*

Advogado: Além de demorar, as demandas, elas são esquecidas, às vezes elas não surtem efeito prática que a gente quer e, muitas vezes, juridicamente os pedidos são impossíveis, né? Não existe uma causa de pedir, não existe uma justificativa, então a gente não pode, tem coisas assim que... por exemplo chegou aqui, que é uma ação bem complicada que chegou aqui para mim, um menino que veio falar com a gente, né? E falou que se separou do companheiro, estava decepcionado e eu perguntei: “Tá, mas o que que aconteceu?” – “Não, é que

assim, ó, o meu companheiro morava comigo, a gente estava há quase um ano juntos e ele dizia que saia daqui e ia para São Paulo para fazer atendimentos que ele trabalhava em feiras nos finais de semana etc. e tal, e eu percebia que de vez em quando nas festas as pessoas diziam ‘e aí, e o companheiro, não sei o que, está tudo certo? Ah, mas o casamento de vocês deve ser bem fogoso, deve ser quente vocês dois’ e eu ficava meio assim ouvindo aquilo, mas não botei sentido no que que era. Até que um dia um amigo meu me sentou e disse ‘Tá, as pessoas não te contaram, então eu vou te contar’”. Ele abriu um site pornô e mostrou para esse menino, descobriu então que o companheiro dele não ia para São Paulo fazer feira, ia fazer filmes adultos. E aí deu essa tragédia que ele já tinha gravado não sei quantos filmes pornôs, né? Filmes gays. E ele veio aqui e disse assim: “Doutor, eu quero que ele saia do meu apartamento, a gente já não está mais junto, mas eu tenho as coisas dele lá, mas eu quero... que ele fique longe de mim. Só que assim, eu estou sendo processado por ele porque no saguão do prédio dele colocaram algumas frases, né? Alguém, né? E lá pelas tantas lá no mural, penduraram uma foto da cena, do nu explícito, da cena da penetração, tiraram uma foto, imprimiram, botaram lá. E ele diz que fui eu por raiva, por mágoa, por rancor, por não sei o que e eu estou sendo processado. O senhor vai comigo na audiência?” – eu disse “Vou”. Mas imagina a minha cara na frente do juiz, o juiz folheando as cenas todas dos filmes – porque a gente juntou tudo, né? -, tu imagina a minha cara na frente do juiz. Com a cara lá no chão, né? Mas fui com aquela cara de bandeira (risada), cara de paisagem, né? E aí eu disse: “Mas tu tem certeza, fulano, que tu” – “Não, doutor, eu tenho que ir! Semana que vem” – eu disse “Tá, vamos fazer então”. Tu imagina a minha cara, mas, tipo assim, tá, tudo bem, a gente foi. Então, na verdade, ele disse assim “Tá, mas posso eu entrar” – não, não tem nada para fazer, ele tinha que fazer uma defesa e dizer que não foi ele, então juridicamente impossível. Como que tu vai entrar com uma ação pedindo desculpas para o outro porque traiu porque fez um filme pornô, sabe? Uma coisa meio sem pé nem cabeça. Até poderia porque ele foi traído, ele foi enganado, mas assim, ó, é muito subjetivo, é muito subjetivo e cá para nós, assim, né? Uma prova difícil de fazer, uma prova bem difícil de fazer – quem que vai querer dar testemunho a favor? Quem que vai querer, sabe? Então, enfim, tem coisas que a gente tem que filtrar: nem tudo se leva para o judiciário. Às vezes se resolve com a conversa mesmo.

25:05 a 34:28 Tamires: *Uhum. E nessas demandas, assim, mais relacionadas à violência, o que que tu mais percebeu aqui desde que tu chegou?*

Advogado: Agressão. Agressão. Não só ameaça, mas agressão, lesão corporal é a que mais acontece.

Tamires: *Âmbito privado ou público?*

Advogado: Nos dois, nos dois.

Tamires: *É?*

Advogado: Aham, nos dois. No âmbito privado, assim, em termos de estatísticas é mais, assim, né? Porque existe essa questão toda da rua, a rua é muito

complicada porque elas estão lá fazendo programa, mas uma não se dá com a outra, tem a disputa pelo espaço, e aí daqui a pouco passa, enfim, alguém para exigir o pagamento do pedágio, às vezes não é do meio da prostituição, é fora, né? Então é complicado, são ameaçadas por algumas, vamos dizer assim, algumas facções criminosas porque não pode ficar ali, daqui a pouco atrapalha o, né? O vai e vem da distribuição, então é complicado. Na verdade, elas estão “entre a cruz e a espada”, como a gente diz, no meio de um fogo-cruzado, mas precisam, precisam estar ali. E é o que eu sempre digo: se elas estão ali, é porque alguém para, se não, elas não estariam. Então sempre tem público, sempre vai existir público porque você passa 11 horas da noite e está cheio, você passa as 2 horas da manhã e não tem ninguém – não tem ninguém não porque elas estão em casa, é porque elas já estão fazendo programa, estão trabalhando. Então tem essa questão toda da violência, da agressão porque elas brigam entre si, elas são agredidas por algumas pessoas, tem gente que passa e joga pedaço de pedra, pedaço de pau, que joga ovo, que param, descem 2 ou 3 e agridem as travestis – então é bem complicado tudo isso. A gente vê isso meio que diuturnamente, uma vez por semana a gente tem um atendimento nesse sentido com alguém que foi agredido, que foi espancado, que foi ameaçado, que teve que correr, que jogaram uma pedrada ou, tipo assim, que apanhou e teve que ir até o hospital. Então tudo isso não geram atendimentos – não geram processos jurídicos, mas geram atendimentos na Ong sim.

Tamires: *E tu já chegou a ver algum caso que a pessoa foi agredida, tipo, durante o exercício da prostituição?*

Advogado: Sim, sim, sim, sim. Eu acompanhei uma audiência de uma moça de Viamão que ela estava fazendo programa, estava, enfim, na calçada e lá em Viamão, no centro, tinha um lugar perto de uma loja que tinha uma casa abandonada e tinha um rapaz que entrava lá para fumar maconha, para, enfim, para se drogar. Teve um dia que ela estava na calçada esperando o cliente e ele atravessou a rua e pediu cigarro para ela, ela disse: “Eu não tenho cigarro”. Ele puxou uma faca e deu uma faca nela no pescoço, só que ao mesmo que ele deu a faca, ela conseguiu tirar a mão dele, empurrou ele e ele caiu, ela disse assim: “Ele caiu, ele deveria estar muito bêbado porque ele caiu e eu sou muito menor do que ele porque ele é muito maior do que eu”. Fisicamente ele era muito mais forte e ele caiu, ela começou a sangrar muito, chamaram outra pessoa e levaram ela para o hospital. A faca ficou a um centímetro da jugular, um centímetro.

Tamires: *Muito perto.*

Advogado: Ela nasceu de novo porque se tivesse pego a jugular, não tinha o que fazer, não tem como tu costurar na rua, na Samu, não tem como, né? Porque demorou um pouco até chegar o atendimento, então o médico disse para ela que ela nasceu de novo. Isso gerou um processo no Juizado Especial Criminal, né? Eu tive que acompanhá-la na audiência por tentativa de homicídio e ele já estava sendo procurado por tentativa de homicídio de um outro, de um outro senhor e aí ele já estava preso. Decretaram prisão preventiva dele, ele chegou lá algemado e tudo, né?

Tamires: *Conseguiram encontrar como ele? Tu sabe?*

Advogado: Conseguiram encontrar no outro dia, ele estava em uma praça pedindo dinheiro e, enfim, jogado de baixo de uma árvore. E daí ela prestou e –

Tamires: *Conseguiu fazer a ocorrência.*

Advogado: Conseguiu fazer a ocorrência e daí a polícia mandou para o juiz, o juiz na hora – ele já estava sendo procurado, né? Daí como já era o segundo, mandou expedir o mandado de prisão na hora e daí já sabiam onde ele estava, né? Por onde ele estava. Daí foram lá, pegaram e fizeram uma prisão, né? Prisão não em flagrante, mas como tinha uma preventiva decretada... levaram ele, né? No dia da audiência ele foi e ele disse que não se lembra de ter dado a facada em ninguém. Daí a juíza perguntou para ela: “Mas a senhora sabe por quê?”, e ela disse “Ah, porque eu sou travesti, porque eu trabalho lá, sempre trabalhei lá, nunca deu problema nenhum e não sei se ele queria alguma coisa comigo ou não, mas eu sempre disse que não. Umas duas vezes ele deu uma indireta e eu disse que não porque eu estava trabalhando, mas não sei porque que ele fez isso. Creio que seja efeito da droga”. Inclusive ela foi na audiência com o lenço no pescoço amarrado, ficou uma cicatriz, né? Mas é uma das coisas, assim, mas a gente já acompanhou sim.

Tamires: *E aí tu acompanhou ela nas vezes que ela foi ouvida.*

Advogado: Isso, na primeira audiência e na segunda.

Tamires: *Nessa da ação não?*

Advogado: Não, essa da ação continua, não vai precisar, provavelmente em 2019 vamos ter uma terceira audiência para ouvir testemunhas daí que é a instrução, né? Audiência de instrução para ouvir as testemunhas.

Tamires: *Sim. E durante, assim, o programa, alguém já te relatou de ter sido violentada?*

Advogado: Durante o programa tu diz o nosso projeto aqui ou programa na rua?

Tamires: *Na rua.*

Advogado: Ah! Na rua sim, sim! Já aconteceu, já aconteceu. Situações bem embaraçosas, tipo assim, uma menina chegou aqui – linda, passava na rua, vou dizer “É mulher”, né? E ela entrou no carro de um menino, um carro preto, ela disse que de um rapaz muito bonito, cheiroso, bem bonito, bem perfumado, bem – e começaram, né? E começaram o programa, começaram o arreto, começaram não sei o que, não sei o que – e aí ele disse assim: “Ah, olha só, eu só faço com camisinha porque eu não quero engravidar ninguém”. Aí ela (*respiro rápido de susto*)! Ele não se deu conta de que ela era trans. Daí ela disse assim: “Não, gato, olha só” (risada), “Vou ter que te contar uma coisa” (risada). Aí ela contou pensando, tipo assim, e agora, né? Ele vai, né? Pensando que podia agredir ela. Daí disse assim: “Não, olha só, eu sou trans”, daí ele “(*voz e respiro de surpresa*) Não! Mas não pode! Você assim mulher! Com peito! Com tudo!”, e ela “É, é

assim, a gente põe silicone” não sei o que, não sei o que mais, tá! Bom, já que estamos no inferno, vamos dar um abraço no diabo! Continuaram fazendo programa, né? E daí depois que terminou, assim, ela desceu do carro e ele disse assim: “Olha só” – daí ele pegou e puxou uma pistola e botou na cintura dela, assim – “Olha só, o que aconteceu hoje fica aqui. Se algum dia vazar, eu volto, te encontro e ninguém vai achar o teu corpo”...

Tamires: *Gente.*

Advogado: E ela desceu, ela veio aqui no outro dia apavorada, ela disse assim: “Gente, eu estou com medo de ir para lá de novo” – porque, tipo assim, uma vez por semana, uma vez a cada duas semanas o carro passava por lá – “Eu estou com medo, doutor, eu estou louca de medo”. Eu pensei “O que que eu vou te dizer?”, né? “Dá um tempo, vai para outro lugar, depois tu volta, enfim, vai tentando jogar de alguma forma porque juridicamente eu não tenho o que te dizer”, né?

Tamires: *É! É mais uma orientação.*

Advogado: É! Mais uma orientação, mas acontece sim. A gente tem esse tipo de coisa lá na hora do programa que acontece sim. Assim como acontece situações que são coisas, por exemplo, uma menina em Canoas foi fazer um programa com um caminhoneiro. O caminhoneiro é casado, aquela coisa, ela diz quanto que é o programa, ah, sei lá! Era 50, 80 o programa! Ele pagou, fizeram o programa e daí ela disse assim: “Não, agora eu quero mais 30”, daí ele disse “Não, tu me disse que era tanto e eu já paguei”, “Não, mas eu quero mais 30 que eu estou precisando, que eu vi que tu tinha na tua carteira”, “Não, mas é meu dinheiro e eu já te paguei”. E aí ela puxou a chave do caminhão dele, puxou da ignição para tentar roubá-lo, né? Quando ela foi descer, ele puxou ela pelos cabelos, conseguiu pegar a chave dela e jogou ela do caminhão – e o caminhão é uma altura... é alto! E ela caiu. Quando ele arrancou, ele passou com a roda em cima das pernas. Então assim, ó, imagina, as pernas com silicone, teve que ir para o hospital, liga para o doutor Jorge – meninas, vocês não têm noção! (risada breve) É uma novela!

Tamires: *Te ligaram na hora!?*

Advogado: Sim, me ligaram na hora, isso já era quase uma hora da manhã. Aí disse, pronto! Morreu alguém. Quando toca o telefone (risada breve), eu já digo “morreu alguém”. Daí me perguntaram “E agora, o que que a gente faz!?” eu disse “Não, deixa fazer os primeiros atendimentos lá e depois a gente, depois, se ela quiser, a gente registra a ocorrência, né?”. Aí eu desliguei o telefone e pensei “Tá, mas como que ela vai registrar uma ocorrência se ela estava tentando assaltar”, sabe? A coisa fica tão emaranhada que até a gente fica se perguntando, tá, mas... como que eu faço isso juridicamente?

Tamires: *Sim, foi violentada durante uma tentativa de assalto.*

Advogado: Exato, foi violentada, passou com a roda em cima, mas por quê? “Porque eu tentei assaltar” – não, né? Não vou para a audiência falar isso, né?

Então complicado, sabe? Então, tipo assim, demanda todo um tipo de orientação tipo: “Olha, te trata, é melhor, não volta para lá”, sabe? Ou, tipo assim: “Vai para um outro lugar fazer programa” ou “Se ele passar de novo lá, manda uma amiga tua, mas tenta te afastar, entendeu?”. E demorou! Demorou uns cinco meses a recuperação toda até voltar ao normal – e já esta normal de novo, já está caminhando, já está com as botas, já está fazendo programa de novo! (risada breve) Tudo certo.

34:28 a 38:26 Tamires: *Tá, então tu não faz só esses atendimentos duas vezes por semana, ou... tipo, se tem alguma coisa que chega na Ong em outros horários, eles também te procuram.*

Advogado: Sim, sim, às vezes acontece quando é uma coisa muito grave, assim, acontece de eles me ligarem porque como eu estou fazendo o jurídico, às vezes eles ficam em dúvida de como fazer alguma coisa, de como proceder juridicamente – o que pode e o que não pode fazer naquela situação. Então eles terminam me ligando, mas geralmente quem me liga é a Marcelly, presidente da Ong daí que me fala algumas coisas. Ontem, por exemplo, era onze e meia da noite e a gente estava conversando, por exemplo, algumas situações (risada breve) que a gente vai ter que resolver agora em 2019, mas, enfim, não era meu horário de atendimento, mas eu estava falando com ela porque a gente tem que, né? Tem que despachar as coisas, tem que fazer as coisas andarem.

Tamires: *Sim. E tu acha então que a Ong tem mesmo essa referência, até juridicamente, tipo, de vir primeiro para cá para ver o que fazer...*

Advogado: Sim, sim, aqui acaba sendo – na verdade, vamos dizer assim: além de ser um lugar de atendimentos, termina sendo o primeiro ancoradouro, o primeiro pouso é aqui. E aí aqui a gente diz: “Não, primeiro tu registra uma ocorrência, depois tu liga para o Disque 100 Direitos Humanos, depois a gente pode te levar lá na coordenação Estadual de Diversidade, na secretaria de direitos humanos que a gente tem um contato lá, tu pode fazer uma denúncia também, a gente vai acompanhar tudo isso e se tiver uma audiência, a gente vai te acompanhar, o nosso jurídico” – então todo um encaminhamento. Aqui termina sendo, vamos dizer, o primeiro lugar, o primeiro desafogo, né? Onde a pessoa vem e daqui a gente encaminha as demandas – ou não! Conforme for, né? Porque tem coisas que não dá para encaminhar daqui.

Tamires: *E tu acha que isso se deve, assim, à falta de conhecimento ou mais pela questão do acolhimento...?*

Jorge: Tu diz sobre...

Tamires: Sobre o porquê de ser primeiro aqui.

Advogado: Ah! Justamente por isso: porque já fazem 20 anos que a Ong está na ativa, né? E durante esses 20 anos, a Marcelly se tornou uma referência nacional dentro da população trans e travestis. Eu estou dizendo isso porque existem outras Ongs para outros segmentos, a LGL para lésbicas, o Nuances para os gays

– homens que fazem sexo com homens –, e tem outros como o Somos, Outra Visão, enfim. Outros movimentos organizados, mas para travestis e transsexuais, termina sendo aqui porque há muito tempo a Marcelly já faz esse trabalho, né? Antigamente, há muito tempo atrás, não existia como isso, hoje não! Se a travesti é agredida, se ela é violentada, ela tem onde recorrer, né? E elas sabem que esse lugar é a Ong Igualdade por todos os projetos que já se fez. Eu participei desse, mas antes de mim vieram outros advogados, outros colegas que também fizeram a parte jurídica aqui da Ong e outros projetos que também foram muito bem sucedidos. Isso deu para a Ong uma referência, uma cara! Né? Não só dentro de Porto Alegre, tá? Eu estou falando Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil! A Igualdade, os projetos que ela já fez durante esses 20 anos, ela é referência e modelo para as outras Ongs – agora é as outras OCs, né? Não é mais Ongs, é OCs, né? – para as outras OCs do Brasil inteiro. Então... além de virar uma referência, a gente tem a Marcelly que está fazendo esse trabalho e, hoje, é a única Ong que tem um departamento jurídico estruturado com advogado atendendo e que sou eu, que faço parte porque as outras Ongs não têm. Eles têm tipo assim, ah! Você vai, por exemplo, lá na LBL, né? Na Liga Brasileira de Lésbicas, você pode falar denúncia e eles vão te indicar o telefone de um advogado que trabalha em parceria ou vão te mandar para a defensoria. Você vai no Nuances, também vão te indicar um advogado que eles possam indicar ou conhecido de alguém ou alguém que faça um atendimento, mas em um escritório particular. Uma Ong que faz um advogado que vem, que faz plantão, que tem atendimento de forma gratuita... por enquanto, é só a Ong Igualdade.

38:26 a 44:10 Tamires: *Uhum. E, assim, já teve alguma vez que tu acompanhou em alguma questão de violência mesmo que tu sentiu que esse acompanhamento faz muita diferença no atendimento pela instituição delegacia ou, sei lá, em algumas no hospital?*

Advogado: Sim, sim, sim, sim. A gente teve um caso de uma travesti que se separou e ela queria buscar as coisas dela na casa do ex-marido, enfim, e ele ameaçou ela, disse que não, que não queria, etc. e tal. Ela disse: “Ok. Eu vou ir com o meu advogado para ir buscar as minhas coisas” – daí ele disse assim “Ah! Com advogado, mas duvido porque tu não tem o pinto para dar água”, né? E daí ela disse assim: “Tu vai comigo, doutor?” – eu disse “Olha, eu vou, vou ficar na frente, não vou entrar. Posso até ir, não é nem meu trabalho, mas posso ir para acompanhar. Se, por algum acaso, não der, a gente liga para a brigada”. Aí eu fui, ela foi no carro da frente, eu estacionei atrás, ela ligou e disse: “Oi, fulano, tudo bem, vim buscar as minhas coisas, eu vim com o meu advogado, espero que a gente não tenha problema” – ele me olhou “Não, não tem problema, pode ir lá buscar tuas coisas” e ele ficou lá na frente conversando comigo... entendeu? Então, tipo assim, é diferente quando você tem um acompanhamento jurídico, existe, é outro prisma, as pessoas percebem que deixou de ser uma discussão ou deixou de ser a minha palavra contra a tua, virou uma coisa um pouco maior, viu que vai se travar um embate jurídico, né? Então as pessoas preferem não comprar essa briga na sua grande maioria.

Tamires: *E, assim, bastante coisa do que tu relatou parece que tem muito mais demanda na área civil e que na área criminal está um pouco mais... sabe? Não encaminhado, assim. Como que tu percebe isso?*

Advogado: A área criminal porque, assim, o que que acontece? Na área civil, normalmente, há uma diferenciação, né? O civil busca? Dinheiro, pecúnia, então as ações indenizatórias procuram-se mais porque essa população – por todo o histórico e o modo como vivem – precisa mais desse valor e isso substancialmente faz diferença na vida delas seja para pagar o convênio, para fazer o rancho, para pagar uma conta atrasada, para pagar o aluguel, adiantar 2 ou 3 meses. O civil, como ele te gera, vamos dizer assim, um retorno financeiro, ele é mais procurado. Já o crime é aquela coisa que precisa que você queira representar, que você queira ir na audiência, que você queira conversar com as pessoas para irem como testemunha, as pessoas não querem ir como testemunha – tudo isso é complicado, né? Então por isso o civil tem uma abrangência muito maior do que o crime, né? Na verdade, a ação criminal termina desfalecendo pelo o monte de fatores que precisa se juntar, elas não conseguem.

Tamires: *Tu acha que acontece, assim, de ter alguma questão de violência e elas não quererem fazer ocorrência, não se sentirem à vontade?*

Advogado: Olha, a grande maioria, todas fazem ocorrência, todas que ajuízam ação. Salvo, assim, um que outro caso que a gente atendeu de uma travesti morar em um condomínio dominado por uma facção e se desentendeu com uma pessoa, a pessoa meio que ameaçou e, tipo assim “Não, doutor, deixa assim porque eu não quero amanhecer morta”, sabe? Daí tudo bem, deixa assim, não se registrou a ocorrência, não se deu sequência porque ela não quis, mas assim, é um caso de todos os outros que a gente atendeu e que sempre registram ocorrência.

Tamires: *E como tu acha que seriam os encaminhamentos – quais tu acha que são os melhores encaminhamentos no sentido de pensar todas essas questões de violência?*

Advogado: Tu diz para onde encaminhar? Ou...

Tamires: *É, como tu acha que isso vai se dar, sabe?*

Advogado: Tá... assim, internamente aqui na Ong, o nosso encaminhamento é primeiro deixar bem claro que essa pessoa tem para onde recorrer, tem para onde movimentar esse processo e que essa demanda vai ser perseguida seja no campo civil, no crime ou nos direitos humanos ou na secretaria estadual ou com ajuda da polícia civil, nos departamentos que existem, né? Onde tem delegacias de diversidade. Primeiro dizer que nós vamos tocar essa demanda e vamos acompanhar – isso é uma coisa. Agora, assim, como isso se dá do lado de fora é um trabalho de formiguinha e que a gente tem feito de forma, vamos dizer assim, atenta, né? Por exemplo, a gente participa da formação do comitê estadual de diversidade que vai implantar, vamos dizer assim, cartório novos de diversidade dentro de algumas delegacias, né? Então, tipo assim, a nossa Ong participa – eu já fui em algumas reuniões –, a nossa Ong participa para criação e para que essas

criações tenham pessoas adaptadas que saibam atender uma travesti quando ela chegar lá.

Tamires: *Que era o Deca.*

Advogado: Isso, o Deca. Então para que as pessoas tenham um treinamento específico para quem sabe receber essa população. Então, assim, internamente a gente cuida disso, externamente também para que, quando tenha, a coisa funcione e, fora isso, nós temos uma rede de contatos, né? Tipo assim, defensores públicos, advogados, promotores, escrivão, delegado de polícia, assistente social, psicólogo, psicopedagogo, professores, enfim! Interdisciplinar e de vários órgãos da segurança pública e de Ongs, né? Da sociedade civil organizada que, vamos dizer assim, que fazem uma rede de amigos para que estas demandas sejam encaminhadas para a pessoa certa e para que não sejam arquivadas, para que tenham um sucesso e, principalmente, mesmo que não tenham sucesso, que tenham uma sentença, uma decisão ou uma punição, para que não fique essa sensação de impunidade, né?

44:10 a  
52:53

Tamires: *E desde que tu entrou aqui na Ong, já tinha essa rede ou...*

Advogado: Sim, quando eu entrei aqui já tinha. O que aconteceu, na verdade, depois que eu entrei, foi um fortalecimento, né? Porque aí eu já trouxe algumas coisa que já eram minhas – a associação brasileira de advogados da diversidade eu que trouxe, eu faço parte também e trouxe para cá; a questão toda de algumas pessoas que escreviam artigos jurídicos na Universidade de Buenos Aires, eu trouxe esses artigos para cá também, comecei a publicar os meus artigos também com exemplos aqui da Ong. Então isso, essas relações que eu trouxe, elas se estenderam para uma malha um pouco maior de contatos para que? Para que a gente pudesse contar quando a gente precisasse e para que essas pessoas também pudessem orientar e atender as demandas daqui da Ong, né? Então isso se fortificou depois que eu vim para cá e a gente continua, cada vez mais, criando outras relações de contato.

Tamires: *Sim. Eu estou acompanhando também, estou fazendo entrevistas sobre essas modificações que estão ocorrendo na polícia civil com o Deca e com a modificação do sistema que eles estão querendo aperfeiçoar, entre outros programas – tu já ouviu falar do programa Mediar?*

Advogado: Sim.

Tamires: *Tu já teve algum acompanhamento? Já conheceu alguém que foi para lá depois de ter chegado aqui e tal?*

Advogado: Na verdade, assim, quando começou o programa em Canoas, quando ele foi implantado em Canoas na 3ª DP pelas pela delegada [REDACTED], a doutora [REDACTED] fez lá, na verdade, a implantação lá na 3ª DP no cartório da diversidade de um lado e do outro lado o cartório da igualdade racial para equilíbrio dos crimes de racismo, né? E daí a gente participou da inauguração. Logo depois, ela já implementou lá o projeto do Mediar, projeto de conciliação e a gente

acompanhou algumas demandas lá direto na delegacia, né? E daí a última vez que eu acompanhei, eles tiveram obtido, só em Canoas, 54 casos. Dos 54 casos, se não me engano, 12 viraram ações judiciais. Então de lá para cá, eu tenho acompanhado como isso tem sido feito justamente através de uma rede porque o [REDACTED], o [REDACTED] que é uma das pessoas que acompanha ela na verdade é meu amigo particular e também sempre pede para a gente, vamos dizer assim, contribuir de alguma forma – a gente está sempre contribuindo com eles, assim, do que a gente pode, então tenho acompanhado bem de perto.

Tamires: *E daqui da Ong já teve algum atendimento que foi para lá?*

Advogado: Aqui da Ong a gente já teve... eu acho que... não sei te dizer, mas eu acho que deve ter ido uns 10 atendimentos para lá.

Tamires: *Uhum, desde que tu entrou.*

Advogado: Desde que eu entrei. Quantia específica eu não sei te dizer, mas mais ou menos uns 10 atendimentos e todos eles, graças a deus, terminaram no famoso pedido de desculpa na retratação pública.

Tamires: *Não chegou a virar uma ação.*

Advogado: Não, não chegou a virar uma ação, não chegou a ir para o judiciário daí.

Tamires: *E o que tu acha desse programa? O que tu pensa sobre esse acompanhamento que a polícia tem tentado dar para essas questão da diversidade?*

Advogado: Olha, primeiro lugar eu acho que é uma atitude pioneira, né? Aqui no Rio Grande do Sul, um Estado que a gente tem que considerar que é muito machista, muito tradicionalista e de maioria católica, né? Então todas essas, vamos dizer assim, essas nuances a gente tem que observar. No meio de um panorama, assim, você ter dentro de uma delegacia, né? Às vezes já é difícil de atender o próprio cidadão e aí ter uma pessoa orientada para atender uma travesti ou uma transsexual e dali chamar a pessoa e fazer com que ela perceba que a atitude dela foi errado dentro de um cartório, dentro de uma delegacia, isso é, além de inovador, de pioneiro, é uma coisa que é louvável, né? Então a gente conseguiu um avanço muito bom nesse sentido. Acho que nós deveríamos fazer uma conscientização em massa, principalmente dos delegados de polícia, né? Para que então não só a região metropolitana, Canoas e as delegacias onde estão sendo implantadas, né? Mas que todo o Estado do Rio Grande do Sul como um todo tenha uma delegacia, pelo menos uma na cidade que esteja com um funcionário pelo menos apto, capacitado para atender essa população e que se faça a implementação desses cartórios, né? Porque pode ser “Ah, mas a delegacia é pequena, tem dois policiais e um delegado” – não tem problema nenhum! Pelo menos que um dos delegados faça o curso de formação, né? Que faça uma formação para atender essa população, eles podem fazer a implementação de um cartório de diversidade, não precisa ter uma sede específica, pode funcionar no mesmo lugar desde que a pessoa chegue lá e seja tratada, orientada e consiga

registrar, né? A sua ocorrência sem precisar tirar a roupa e mostrar se é masculino ou feminino.

Tamires: *Sim.*

Advogado: Acontece.

Tamires: *Que absurdo.*

Advogado: Acontece... que eles não sabem, às vezes eles não sabem como eles colocam: “Tá, mas eu coloco o que? Eu te atendo – eu te chamo de ele ou ela? Eu coloco o que porque teu nome aqui está fulano, mas tu está te apresentando como fulana e daí... tu está com o teu documento, mas para nós não trocou”, né? Tem tudo isso, o sistema da polícia é um, o sistema da receita federal onde ela trocou é – e que continua o mesmo CPF – é outro, mas a receita federal não manda para a polícia e a polícia não manda para a receita federal. Nada é interligado no Brasil, então é difícil, né? E se você trocou o nome aqui, chega lá, não trocaram nada e você continua se chamando Antônio – “Não, mas o meu nome é Cíntia” – como? Então é muito complicado. Então se a gente tem alguém preparado para fazer esse atendimento, é diferente, né? Mas, infelizmente, é muito difícil. A gente escuta falar, deve ser conhecimento de vocês, quaisquer pessoas que vocês devem ter falado na vida e diz “Ah! Eu fui lá registrar ocorrência, mas o homem me tratou mal para caramba, ele não sabia! Olha o que ele escreveu! Eu pedi para ele escrever uma coisa, ele escreveu outra!”, né? Então se para a população já é difícil, imagina chegar lá uma travesti ou uma trans toda montada de cabelo, maquiada, peito é desse tamanho, né? Mas agora eu tiro o documento, tudo bem, né? Agora a maioria já tem o seu nome civil, mas eles não estão preparados para ver aquilo. Uns começam a rir, outros não sabem o que fazer, outros não sabe de que forma reagir: “Eu, estava eu e o meu marido”, “Ma-ri-do!?”; “Sim, eu e o meu marido” – que para eles é uma coisa assim “Como uma travesti tem marido!?”; né? Na cabeça deles isso é uma coisa que não perpassa, assim, que não pode. Então é complicado. Chegou uma travesti nossa e disse assim: “Ah, eu não vou mais lá porque eu fui e fui mal atendida, já fui, sabe, virei motivo de chacota lá na delegacia que eu fui”, “Tá, mas o que que aconteceu?”, “Eu fui lá reclamar do médico, registrar uma ocorrência contra ele porque ele me tratou muito mal e ele me atendeu e tudo, me examinou, examinou meu peito, examinou minhas costas, não sei o que, não sei o que, e ele me deu uma requisição perguntando para mim se fazia muito tempo que eu não ia no ginecologista” – uma trans – “... e eu comecei a rir porque ele não percebeu que eu era uma trans, ele achou que eu era uma mulher, e ele me deu uma requisição médica para a travesti procurar um ginecologista”, daí ela disse “Não, eu não posso porque eu sou uma trans”, e ele disse “Como assim?”, “Não, uma trans”, “Não, mas como...?” – ele não se deu conta, um médico mais antigo, cabeça branca, enfim – “É que eu nasci homem, mas agora me chamo fulana e tal”, “Ah! Mas tu me enganou porque eu não sabia, achei que estava atendendo uma mulher, que não sei o que e agora vem aí um homem de peruca! Mas eu nem sabia isso daí” – e usou uma expressão meia chula, não vou usar porquê... né? – “Mas se eu soubesse que tu tinha um *nananana* no meio das pernas eu não tinha te atendido, pode sair” – abriu a porta e mandou embora. E aí? Vai dizer o que? Vai obrigar o médico a atender de novo? Não, né? Então... são situações meio

estranhas assim (risada breve), mas acontecem – a cara dela! Tá apavorada! (risada) É, vocês vão sair com a cabeça desse tamanho daqui, né? (risada) Mas é, isso acontece todos os dias.

52:53 até final do áudio Tamires: *Mas, assim, dessas coisas que tu tem visto, tu notou alguma modificação – seja positiva ou negativa – nesse sentido de atendimento nas instituições de segurança pública?*

Advogado: Ah, sim! Não, o atendimento melhorou muito, a gente se qualificou muito mais, mas, infelizmente, tudo isso só acontece porque a demanda cresce, infelizmente. A violência cresce, a agressão cresce, é complicado... então, infelizmente, claro que, tipo assim, a delegacia está fazendo um ótimo trabalho, as instituições estão tentando implementar, a gente sabe que é Estado, é burocrático, a gente sabe que demora – tipo assim, que bom que estão fazendo, que bom que se mobilizaram para fazer e vão conseguir fazer, que bom, né? Que bom que a gente tem aqui agora um advogado, uma psicóloga, o pessoal da academia que vem, dá sua contribuição, daqui a pouco sai um artigo que a gente pode contar, é ótimo! Mas que pena que tem que existir tudo isso porque isso só existe porque a violência está aumentando! Então, tipo assim, a gente estava em um patamar em 2016 em que o Brasil era o campeão nas taxas de mortalidade da população LGBT, aumentou em 2017 e aumentou de novo em 2018. Agora vamos entrar em um governo de direita que vai aumentar mais ainda! A gente não sabe onde isso vai parar, uma coisa desenfreada, entende? Então que bom que existe, mas ela só existe porque existe uma demanda senão não teria porque criar o cartório. Então foi necessário criar. Que maravilha que está sendo criado, que bom que estão movimentando, que bom que vai existir pessoa adequada para atendimento dessa população, mas é uma pena ter que existir, que bom se não existisse, né?

Tamires: *Sim... ã... acho que é isso resumidamente, tu quer nos falar mais alguma coisa ou...?*

*(conversaram e riram por um tempo com uma colega de Jorge que estava participando silenciosamente e se pronunciou depois do silêncio de final de entrevista; logo depois, Jorge retomou sua fala)*

Advogado: Mas é isso, não sei, espero que tenha contribuído de alguma forma, né? Que vocês possam retirar alguma coisa, espremer algum estrato daí e eu me coloco a disposição se vocês precisarem de mais alguma coisa, a gente, a princípio, continua. Hoje é meu último atendimento aqui esse ano, mas 2019, provavelmente em março a gente volta de novo. Se precisarem de alguma coisa, tem meu telefone, pode ligar, não tem problema nenhum.

*Áudio Interrompido*

## APÊNDICE H - ENTREVISTA 8

**Porto Alegre**, 22 de novembro de 2018

**Grupo:** polícia civil

**Local:** Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes (DECA), Av. Augusto de Carvalho, 2000 - Praia de Belas, Porto Alegre (RS)

Policial 01: 44 anos/ heterossexual

Policial 02: 65 anos/ heterossexual

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 09:04	<p>Policial 01: É, então o que que nós temos até então sem o novo, o novo departamento, né? As ocorrências acabam sendo atendidas em delegacias, né? Delegacias de bairro, delegacias no interior do Estado, ã... e também nós temos bastante dificuldade também de quantificar esse tipo de ocorrência, né? Como não tem ainda criminalizado a homofobia, difícil também pra gente conseguir ter dados estatísticos, né? Porque hoje a gente trabalha muito nos dados estatísticos com o título da ocorrência policial. Por exemplo: lesão corporal. Enquadramento de violência contra a mulher já tem esse enquadramento, se eu quiser um dado estatístico, eu peço a nota de acordo com o tipo de classificação. E na questão do LGBT, acaba ficando complicado porque eu não consigo localizar, muitas vezes nem é citado na ocorrência que é um crime de homofobia, né?</p> <p>Tamires: <i>Uhum. Pois é, eu tava relatando que no observatório tinha a informação em relação às carteiras de nome social, mas conversando com algumas entidades de militância, eles disseram que no consultas integradas, essa informação não é acrescentada. Então quando alguém chega lá, algum travesti, alguma pessoa trans chega na delegacia, tem que fazer todo esse relato.</i></p> <p>Policial 01: Sim, que tem a carteira, né?</p> <p>Tamires: <i>É, e às vezes é meio complicado, né?</i></p> <p>Policial 01: É, são coisas que a gente tá aperfeiçoando. Agora vai ter também um novo registro de ocorrência policial que nosso sistema é registro mais antigo, né? Que tá sendo aperfeiçoado agora por uma questão até de inclusão de... não só – que hoje já tem sexo, né? Então a questão da inclusão de outros quesitos que podem permitir que o atendente possa identificar a situação de homofobia, né?</p> <p>Tamires: <i>E a notificação desse sistema tá sendo junto com a modificação do departamento?</i></p> <p>Policial 01: Na verdade não é só por essa questão, é todo um sistema que tá migrando, né? Porque é um sistema antigo que na questão até de informática não tem até como fazer alterações, né? Acaba ficando, na</p>

questão da informática as coisas vão se atualizando, muitas vezes não consegue atualizar um programa antigo, né? Então a criação de um novo programa e a gente tá, junto com a oportunidade desse novo programa de ocorrência, pra incluir várias coisas que durante os anos a gente vai vendo que não... que ficando retrógrado, né?

Tamires: *Hum... entendi. E aí na mudança do departamento mesmo, como que surgiu, assim, a ideia de transformar o DECA num departamento que vai abranger muito mais demandas, né?*

Policial 01: É que hoje o DECA atente só criança e adolescente vítima e adolescente infrator, né? E nós temos a delegacia da mulher e delegacia do idoso. Daí a delegacia da mulher e do idoso estão vinculados a outro departamento que é o departamento de polícia metropolitana que congrega as delegacias de bairro e essa grande de Porto Alegre. Primeira DP, Segunda DP daqui de Porto Alegre, Delegacia da Mulher e Delegacia do Idoso. E acaba elas ficando um pouco... diferentes dentro daquele grupo de delegacias normal, elas são especializadas, né? Então a ideia da chefia de polícia foi criar um departamento que congregasse essas delegacias especializadas, né?

Tamires: *Sim, mas as demandas pra população LGBT, por exemplo, ainda não tinham nada específico?*

Policial 01: Não tinham nada específico, né? Então agora vai ser criado um departamento de grupos vulneráveis, ele já foi criado por lei, né? Já tem lei de criação do departamento e agora falta uma regulamentação interna, né, um decreto interno pra regulamentar.

Tamires: *A lei é estadual?*

Policial 01: A lei é estadual. Depois eu posso te localizar aqui, tá? E daí a gente com esse novo departamento teriam divisões, né? O DECA – que é o departamento da criança e do adolescente – passa a ser uma divisão da criança e do adolescente.

Tamires: *E quais são as outras divisões?*

Policial 01: Divisão da mulher, de violência contra a mulher, da criança e do adolescente, ã...

Tamires: *Racial?*

Policial 01: Idoso e intolerância. A intolerância abrange sexual, racial, religiosa.

Tamires: *Ah, entendi, crimes de ódio.*

Policial 01: Também, pra ficar mais abrangente e a gente incluir outras situações também.

Tamires: *E daí, ã, essas delegacias e esses delegados que vem trabalhando nessas especializadas, vão entrar nesse departamento que a senhora vai coordenar?*

Policial 02: Eu tenho aqui se tu quiser anotar (estava se referindo a lei citada pela colega): lei 15.120 de 11/01/2018.

Policial 01: Sim, esse decreto, ainda que interno, porque esse decreto não tá alterando só o nosso departamento, a gente aproveitou pra alterar outras situações também como o BOI vai virar um ACOI, vai mudar algumas coisas, por isso que é um pouco mais porque passa por várias alterações.

Tamires: *Qual é o número do decreto, tu sabe me dizer?*

Policial 01: Não, eu não tenho aqui porque isso não foi aprovado ainda, né?

Tamires: *Ah, ele não foi aprovado ainda, tá em elaboração.*

Policial 01: Não esquece que se for assinado, significa que a gente pode inaugurar daí a -

Tamires: *E tem previsão, assim, mesmo com a mudança?*

Policial 01: É, o chefe tinha a ideia de inaugurar até o final desse ano, né? Até a gestão acabar. Então tem a divisão da criança e do adolescente, a divisão de proteção e atendimento à mulher, divisão de proteção ao idoso e combate à intolerância – que daí entraria a questão LGBT, racial, religiosa, né? E divisão de prevenção e educação, que hoje é a delegada Sônia que hoje é serviço, ela tava sendo uma divisão – e que aí abrange todos esses grupos, né? Cuidando com o trabalho de prevenção aqui dentro do departamento, que hoje a gente já faz mais focado pra criança e pro adolescente, mulher e idoso, que daí iniciariamos também um trabalho na questão da intolerância em geral, né? Que pode ser feito também nas escolas, né? Agora mesmo o filme da Gomes Carneiro também acaba falando sobre a questão da intolerância.

Policial 02: Eu falei pra ela do “Papo de Resposta”. Neste dia 28 eu lembro que eu recebi a ligação aqui, no dia 28 nós estamos com o lançamento do filme que tem como destaque o fato de resposta que na verdade se trata de um filme que relata casos de *bullying* intraescolar, né? Então –

Policial 01: E *bullying* pelas variadas motivações, né? Inclusive a questão LGBT.

Policial 02: Inclusive a LGBT, *bullying* por conta disso. Parece uma ceninha, uma cena, é um curta, né? Ele tem 15 min, mas ele foca bem,

os alunos são os atores, o cineasta utilizou os alunos inclusive pra manusear os instrumentos de filmagem, então eram eles que seguravam o som, eram eles que faziam fotografia enquanto filmava com a objetiva, tudo feito nas mãos dos estudantes também. E tem um momento que os alunos procuram ajuda, a direção chama o DECA, né, nessa sequência, onde o Papo de Responsa faz uma aproximação entre os jovens, faz um diálogo franco e tal, que é essa a alma do projeto, né? É o diálogo entre jovens pra diminuir o índice de violência, de todo tipo de violência, né? Mas o *bullying* que acontece toca essa parte de orientação sexual, dia 28 agora. Eles até poderiam ir, né? Comparecer, dia 28 na parte da manhã no Palácio da Polícia no nosso auditório.

Tamires: *E a senhora tá aqui atualmente no DECA também?*

Policial 02: Sim.

Policial 01: Sim, ela é da divisão de prevenção e educação, ela faz todo trabalho de prevenção e futuramente, se a gente ficasse e ela permanecesse nessa divisão, ela faria a prevenção de todos esses temas, né? Até porque nós não temos um específico na questão da intolerância, né? Hoje a gente trabalha bem focado com os adolescentes no próprio Papo de Responsa, a delegacia da mulher faz muito trabalho de palestras relacionados à mulher, do idoso também tem bastante trabalho e aí o desafio do próximo ano com o novo departamento é fazer um trabalho de prevenção na questão da intolerância porque nós já temos os demais... que vão se interligar, né? Porque os assuntos se interligam, mas agora com o novo departamento vai ser mais focado.

Tamires: *E vocês começaram aqui no DECA nessa gestão?*

Policial 01: Não, eu comecei antes no chefe Emerson.

Tamires: *Em que ano foi?*

Policial 01: Eu to há três anos e... vai fazer quatro em janeiro.

Policial 02: Eu já faz dois anos e três meses.

Policial 01: É, o tempo passa. Eu faço quatro em janeiro, comecei como delegada com um chefe anterior e quando o chefe Emerson assumiu, eu permaneci aqui.

09:04 a 13:25

Tamires: *Uhum. E daí nesses casos que vocês têm visto, assim, com criança e adolescente no DECA, já receberam casos de violência ou mesmo com agressores que envolviam violência contra população LGBT?*

Policial 01: Tem, principalmente adolescentes, né? Mas, assim, como eu te falei, se hoje tu me perguntar a quantificação, é difícil porque eles não são notificados na ocorrência. A gente pode fazer pesquisas, até não tenho nenhuma ocorrência aqui (procurou por uma ocorrência no local da entrevista) é... ã... aqui ó! Outros crimes do ECA. Daqui a pouco as pessoas colocam “Outros Crimes” ou a pessoa não relata, foi agredida e não relata a motivação do que vai ser apurado somente durante o inquérito

Policial 02: Às vezes a pessoa não deseja dizer a motivação.

Policial 01: É, às vezes fica envergonhado e não fala, e o policial não sabe fazer essa abordagem, né? E o que a gente pode fazer também é perguntas –chave pesquisando nesse histórico, isso a gente consegue fazer também.

Policial 02: Histórico é onde se relata o que aconteceu.

Policial 01: Daqui a pouco “homofobia”, daí a pessoa faz pesquisa lá e poucas ocorrências falam em homofobia porque não existe, o ideal seria que existisse a tipificação penal.

Policial 02: Facilitaria e seria direto na tipificação. Eu falei pra elas que quem tem carteira de nome social, na época em que foi implantada, foi estabelecido um código de bandeirinha que apareceria quando o observatório fizesse pesquisa, né? Então o observatório faz a pesquisa e ele vê, por isso que eles conseguiram fazer aquele levantamento num universo dos que têm carteira de nome social.

Policial 01: São pesquisas que dão mais trabalho, né? E é muito importante ter, tu vê a relação, por exemplo, da violência contra a mulher. Quando não tinha a lei Maria da Penha, ela acabava entrando na lesão corporal normal! E hoje ela tem uma lesão corporal específica, né? Eu já trabalhei na delegacia antes da lei Maria da Penha, a delegacia da mulher depois da lei Maria da Penha é outra delegacia, tem um outro olhar, né? Então é bem importante. A delegacia do idoso que eu também trabalhei lá: depois do Estatuto do Idoso, ela teve um outro olhar.

Tamires: *Quando tu ingressou na polícia civil?*

Policial 01: 99. Ela também.

Tamires: *É?* (risada breve)

Policial 01: E... daí então, eu me lembro que quando reinaugurei – que eu vim com a função e reinaugurar a delegacia do idoso, foi logo depois do estatuto. Então assim, sempre se dá uma atenção maior depois de ter uma legislação específica, né, um estatuto...

Policia 02: É, até inclusive no trabalho que eu vejo na “tal” (inaudível), na finalização do trabalho eu fiz uma observação da possibilidade de se ter realmente uma tipificação do crime, né? Que caracterizasse os crimes de ódio específicos pra população LGBT e mais no fim a gente fala também a respeito de toda uma sistemática de acolhimento como a mulher tem, né? Que hoje não tem.

Policia 01: É, e às vezes podem contrariar e dizer: “Ah, daí vão dizer que qualquer coisa é homofobia!”, tem coisas que não são homofobia. Daqui a pouco é um latrocínio, né? Eu tive em situações – que eu trabalhei na delegacia de Porto Alegre – que na verdade era morte em decorrência de um assalto, né? Mas essa é a mesma justificativa que se dava pro feminicídio – durante a investigação a gente vai apurar! E se não for, vamos ver se muda ali a tipificação, né? Feminicídio muitas vezes não é feminicídio: a mulher morreu em decorrência de uma situação de tráfico. Aí não é feminicídio, mas aí se altera depois, né? O importante é que tenha.

Policia 02: Nós queremos chegar na verdade! Então se num primeiro momento não chegou um fato com um tipo de informação, ele vai aprofundar aquilo ali: “Não, não, não é bem assim, tá aqui a prova demonstrando que não”. E depois disso ainda vai passar pelo crivo do Ministério Público, pelo crivo do poder judiciário, né? Então ninguém precisa se preocupar com isso.

Policia 01: Que a gente se preocupou que “Ah, daqui a pouco todo mundo vai botar feminicídio, feminicídio”, mas não, acho que as coisas têm ido, a gente tem acompanhado esses casos, que não tinha também a tipificação. Tem a lei do feminicídio, mas não tinha ainda sido incluída. Aí o chefe incluiu a partir desse ano o feminicídio ali como tipo penal, aí tá facilitando pra gente procurar os dados, né?

Tamires: *No sistema mesmo?*

Policia 01: É, onde tem essa questão do feminicídio.

13:25 a 17:11

Tamires: *E como que vocês acompanharam, assim, essas demandas pra chegar na ideia de criar esse departamento?*

Policia 01: Olha, foi uma ideia do nosso chefe, né? Eu acho que ele foi vendo assim, porque ele me convidou pra ser coordenadora da DEAM, né? Sou coordenadora da delegacia da mulher, mas tu vê assim, eu sou uma pessoa que não tô vinculada com aquele departamento lá, é uma coisa meio, é uma figura estranha dentro da questão administrativa, né? Eu sou coordenadora da DEAM, mas eu não tenho, administrativamente, gerência em relação a delegacia da mulher, é uma questão mais de política essa coordenação da DEAM do que gerência administrativa. Daí então ele foi vendo que as coisas se entrelaçam, né? Tem interesses comuns entre as delegacias e geralmente é uma boa ideia, né?

Tamires: *Uhum. E... desde que tu entrou aqui – enfim, tu também –, no DECA. Como foram? Conseguem lembrar de casos mais emblemáticos que ocorreram com violência contra a população LGBT?*

Policial 01: Não, o que a gente nota muito são casos de lesões corporais, né? Até mesmo quando eu atendi – fui delegada na segunda DP aqui de Porto Alegre no Menino Deus, tive um caso ali bem de repercussão. Uma mulher foi agredida no trânsito, teve um acidente de trânsito –

Tamires: *Uma adolescente?*

Policial 01: Não, uma adulta, uma pessoa adulta, eu trabalhava no Menino Deus, né? Aí sim ela foi agredida pelo fato de ser ã... do público LGBT, não pelo fato do trânsito, né? Foi uma batidinha pouca, bateram os carros, nada que fosse tão grave e ela foi muito agredida pela situação de preconceito, né? Então tem esses casos, tem casos de lesões e a família não aceita, né?

\* Policial 01 atendeu o telefone e Policial 02 ficou falando com Tamires \*

Policial 02: Ameaça também tem muito. Ameaça de vizinhos, assim, falam ameaçando e tal.

Tamires: *Não são organizados, né?*

Policial 02: Não, mas tem estatística.

Tamires: *Tipo, chega a demanda e aí vai pros órgãos específicos?*

Policial 02: É, chegou no Disque 100, eles já repassam. Eles têm uma estatística, mas eu não sei se por assunto, né? Porque tem mulher, tem criança, tem idoso, tem população LGBT, tem deficiente, tem todo, aliás o Disque 100 acolhe todo e qualquer questão. Questão racial, religiosa...

Policial 01: Teria que entrar no site pra saber se eles têm essa estatística, porque eu sei que eles tem tantas denúncias por hora, mas eu não sei se eles têm detalhado por assunto.

Policial 02: Outra coisa, quando eles distribuem, digamos assim, numa das denúncias “Ah, isso, aqui tem criança, tem mulher, tem LGBT”, aí eles botam pra cinco, seis órgãos diferentes e aí fica cada órgão trabalhando no mesmo assunto e a gente não sabe pra quem foi. Também dá um choquezinho ali, mas pelo menos a gente tá trabalhando, jamais fica uma denúncia do Disque 100 sem resposta. É o caso aqui do DECA também, todo um trabalho em cima do que eles pedem no sentido de verificar, mas muitas vezes já, já foi solucionado a tempos, já tá tudo ok, mas ainda tá cheirando a denúncia.

17:11 a 21:49

Policial 01: O novo departamento vai permitir que a gente consiga, tem um setor também, que é o setor de inteligência, mapear essas ocorrências, acompanhar no interior do Estado, né? Ter alguma coisa de referência, né? Que nós vamos começar também engatinhando, né? Não vai ser uma delegacia específica pra isso, mas a gente vai poder acompanhar, fazer essas pesquisas, acompanhar onde estão essas ocorrências, poder dar um apoio, ser uma referência pra alguma Ong que tá com uma situação que queiramos encaminhar. “Ah, vou registrar uma situação lá no interior do Estado” – faz o contato com o novo departamento e a gente faz contato com a delegacia. Por isso que a gente chamou, assim, o que que a gente tem feito: a Estufa Social Cidadã que é aquela reunião que eu te –

Tamires: *Uhum, vocês tão fazendo com todos os movimentos?*

Policial 01: Todos pra ver o que que as pessoas enxergam da polícia civil e qual a dificuldade dessas pessoas com a polícia civil – e a população LGBT é o primeiro atendimento. E eu, o que que eu sinto? É mais o desconhecimento do policial que acaba muitas vezes, por aquele desconhecimento, até passando uma agressividade pra esconder o desconhecimento dele, né? Então a gente viu que a gente vai ter que trabalhar muito nos cursos de capacitação dos policiais, então o novo departamento vem muito pra essas questões de pensar o assunto, de motivar na questão de capacitação, acompanhamento de ocorrências...

Policial 02: Aliás, nós estamos na segunda edição do curso de capacitação do atendimento pros grupos de vulneráveis. A primeira edição já saiu, né? Nós estamos fazendo isso paulativamente.

Policial 01: Que aí a delegada fez uma aula específica sobre esse tema.

Policial 02: Sobre população LGBT, e por sinal é a primeira aula, é a aula de abertura que a gente –

Policial 01: Aí depois teve a delegada Tatiana com a delegacia da mulher, eu falei da criança e do adolescente.

Tamires: *E esse curso de capacitação são vinculados a ACADEPOL?*

Policial 02: Isso, ACADEPOL ministra, nós elaboramos o curso, o projeto -

Policial 01: O projeto ela também que organiza o projeto do curso, escolhe professores e o público a gente abre pra policiais civis, né?

Tamires: *Tá, mas assim, quando se entra na polícia, já tem um curso de formação.*

Policial 01: Na academia de polícia, é, que aí também se fala, inclusive algumas pessoas já dão aula lá no curso, né?

Policial 02: É, tem direitos humanos e dentro da parte de direitos humanos tem a parte de diversidade, idoso, mulher, criança em separado, tu examina as leis. Pena que a carga horária ainda não é, eu sempre preferia uma carga horária gigantesca, claro que não me dão né? (risada) Mas fica um espaço bem bom de trabalho nessa parte.

Policial 01: E depois a gente chama pra capacitação durante o trabalho do policial, né?

Tamires: *Mas essas formações são contínuas ou...*

Policial 01: Sim, diversos assuntos. Cada ano os departamentos elaboram cursos pra academia pra executar, né? São muitos, inclusive as vezes não tem muito público porque são muito cursos né? E aí a gente acaba se interessando por todos, né? Tem desde tiro, inteligência, investigação, ah, olha...

Tamires: *E tem algum incentivo em termos de plano de carreira? Tipo, ah, se fizer o curso...*

Policial 01: É, daí nós temos as promoções, né? O policial entra primeira classe e sai comissário de polícia. O delegado primeira classe sai quarta classe, daí tem a promoção por antiguidade e promoção por reconhecimento e essa tu junta pontos: cursos, mestrado, doutorado, né? Então quem faz curso ganha certificado na academia de polícia e é pontuado depois pra análise da promoção.

Tamires: *E a organização pra essa formação não tem um regramento? Tu faz o curso que tu quer?*

Policial 02: Tem um regramento com a questão da valoração desses títulos...

Policial 01: Tu fala de que quais cursos tu queira fazer?

Tamires: *Digo de regularidade.*

Policial 01: Não, isso nada, não. O que a gente faz aqui, como os assuntos são muito específicos, é abrir vagas, por exemplo, a gente fez, agora tem uma lei nova de depoimento especial pra criança e adolescente. Então a gente fez um curso, a gente abriu vagas obrigatórias para as DPCAs – que são as delegacias da criança e do adolescente – e depois vagas pra listas públicas que qualquer um policial se inscreve. Então a gente abre algumas vagas direcionadas e depois vagas pra listas públicas. Direciona o curso de acordo com o interesse do curso, né? Mas sempre abre também pra listas públicas pra todos os policias participarem, né?

21:49 a 25:19

Tamires: *E nesse novo departamento, vai ter algum tipo de exigência no sentido de trazer até pro atendimento nas delegacias, só pessoas que têm formação?*

Policial 01: Geralmente as pessoas que trabalham nesse tipo de delegacia já tem um perfil diferenciado, né? E a gente coloca eles nesses cursos de capacitação. Na verdade esses cursos são mais interessantes pra quem não são das especializadas porque quem é da especializada acaba já estudando, conhecendo e tem um perfil diferente da delegacia de bairro porque delegacia de bairro muda muito! Policial muda, um dia tem que tá aqui, outro dia tem que tá – aqui no DECA tem gente que começou a vida de policial aqui e tá se aposentando. E isso não tem nas outras delegacias.

Policial 02: Já se aposentaram alguns, já se aposentaram alguns que saíram da academia direto pra cá e se aposentaram. Conta no mínimo 25 anos se são mulheres, 30 anos se são homens.

Policial 01: É que a gente é muito específico então acaba estudando, a gente acaba, tem gente que faz mestrado, doutorado, né? E sem querer a gente acaba trabalhando – tipo eu to trabalhando no da mulher, do idoso, sempre nesse meio, né? Que tu acaba se envolvendo e te enxergam como... nunca te esquecem! (riso breve) Porque as coisas se interligam, né? E a gente acaba se envolvendo e nunca consegue largar, né?

Policial 02: E tem mais: quem vem pra cá, ama. Quem não está aqui, sente medo porque acha muito complexo. As pessoas “Ai, nossa, lá tem umas legislações terríveis pra gente obedecer” (risada breve), o ECA e agora depoimento especial que é pra ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência.

Tamires: *Pois é, isso que eu ia perguntar: será que vai ter ou já tem algum tipo de orientação pra receber essas demandas de violência?*

Policial 01: O que a gente precisava fazer era uma cartilha, a ideia que a gente começou com as reuniões aqui também era fazer uma cartilha. Até a gente começou a fazer a questão das pessoas com deficiência, tem coisas básicas que a gente não sabe! Daí às vezes quer atravessar uma pessoa cega, tu sai tocando na pessoa sem falar pra pessoa que tu tá tocando nela, isso não pode, coisas que a gente não sabe! A própria nomenclatura, um tempo atrás não se podia falar em deficiente físico, né? Era portador de deficiências especiais, agora voltou a nomenclatura de deficiente físico. Então são coisas que a gente poderia colocar numa cartilha básica, questões básicas de né? Isso a gente tá tentando montar, vai ficar pro próximo ano com o novo departamento.

Tamires: *Uhum, sim, agora não tem como saber como vai ser a organização.*

Policia1 01: É, exige um, né, com esse novo departamento eu vou ter outros delegados trabalhando com a gente. Vai ter um delegado pra divisão – eu ou quem ficasse ainda agora depois de dezembro –, vai ficar diretor do departamento e diretor dessas divisões. Um da mulher, um da – aí eles vão poder nos auxiliar mais porque a gente não consegue dar conta de tudo.

Policia1 02: A ideia é descentralizar colocando nas mãos de especialistas, delegados especializados.

Policia1 01: Daqui a pouco eu vou ficar como diretora do departamento, a Sônia vai ficar na intolerância e do idoso. Ela vai focar mais nisso, ela vai tentar elaborar essa cartilha, vai elaborar mais específico sobre a prevenção nesse tema, então esse novo departamento terá novos diretores que auxiliarão nos temas, né? Que hoje a gente não consegue abranger tudo, né?

25:19 a 27:20

Tamires: *E como vocês percebem na polícia, na instituição como um todo, que são recebidas essas demandas?*

Policia1 01: É, pelo o que a gente nota tá tudo sendo muito bem recebido porque é encabeçado também pelo chefe de polícia, isso é muito importante, o chefe dar o aval, né? O próprio programa esse, o Papo de Resposta, foi trazido por ele. Então tudo que tem um respaldo do chefe é importante, né? Que a gente espera que a próxima chefia, que a gente não sabe quem é ainda, continue validando essas questões e nos dando apoio pra gente dar andamento. O departamento tá criado, né? Mas, assim, o amparo a... a valorização é importante, né?

Tamires: *Sim, também precisa de recursos, né? Isso era uma coisa que a [REDACTED] tava comentando comigo, assim, tudo isso, a mudança de todo esse sistema – sistema que eu digo é das ocorrências, dos registros – e do departamento precisa de muito financiamento, de muito recurso e que é superdifícil conseguir.*

Policia1 01: É, mas isso a gente pode também conseguir em Brasília. Por exemplo, com o projeto Papo de Resposta a gente tá tentando conseguir recurso. Então criando essas situações a gente consegue fazer projeto pra recurso, mas tem que ter, né? Porque eu não posso fazer um projeto pro público LGBT se eu não tenho nada que possa apresentar, justificar e apresentar, né? Então com o novo departamento a gente pode pensar nisso também.

\*Telefone tocou mais uma vez e Policia1 01 atendeu. Policia1 02 aproveitou para falar um pouco com Tamires\*

Policia1 02: Logo que se fez esse projeto, se encaminhou pra “tal” (inaudível) que é uma instituição nacional, né? Federal, e aceitaram o nosso projeto. Então vai vir esse dinheiro, mais cedo ou mais tarde virá,

né? E aí a gente vai poder já implementar coisas que tínhamos planejado e não conseguíamos por causa de recursos. Vamos ver.

27:20 a 30:00

Tamires: *Pois é, eu tava comentando com a delegada que eu comecei essa investigação no programa Mediar. Então tem algumas coisas que, né, tem se passado pra uma mediação, nem tudo vira ação penal. Vocês acham que é possível com esse departamento uma interlocução também com outros programas dos órgãos públicos?*

Policial 01: Sim, até porque o Mediar tem ação nas delegacias da mulher, grande parte das delegacias da mulher já tem um programa mediar dentro. Apesar de que na delegacia da mulher é mais difícil de fazer mediação, né? Não dá pra todos os casos fazer mediação.

\*Policial 01 atendeu seu celular que começou a tocar. Policial 02 aproveitou e começou a falar com Tamires novamente\*

Policial 02: Nós estamos com esses programas expandindo cada vez mais. A delegada Sabrina tem trabalhado no litoral com essa questão e quem conhece o trabalho dele sabe como tem dado certo e como ela é super criativa nas mediações. O que a delegada tá falando a respeito da mulher é que é mais difícil tu conseguir uma mediação num casal em conflito, né? A ideia é não deixar passar a parte que diz respeito a nenhum tipo de agressão que aí não pode inclusive ir pro mediar, tem várias circunstâncias que tão sendo oferecidas. E no nosso caso, eu acredito que é apenas um passo de estabelecer um projeto Mediar pra todo departamento porque ao invés de ficar fracionado que nem mulher, idoso, tananana, nós vamos ter um local único onde a gente possa estabelecer a mediação entre as partes, mas isso em hipótese alguma tem a finalidade de deixar uma impunidade em andamento. Tem uma série de circunstâncias que precisam ser obedecidas. Não pode ter havido lesão corporal, tem que ser um momento que está – por exemplo, é muito comum o casal discutir pela questão da divisão de bens. Se fica impossível aquela convivência e gera uma ocorrência, e aí no momento em que tu tem o Mediar tu pode até chamar a presença de um defensor público pra fazer a parte de composição daqueles bens. Então parte civil porque isso não é parte penal, é parte civil, né? Então acho que nos departamentos dos vulneráveis é a mesma coisa, a gente consegue (voltou a Policial 01 à entrevista) – tava falando pra ela que a gente provavelmente será um núcleo único pra todo departamento.

30:00 a 32:05

Tamires: *E no que vocês tem observado na relação dentro da polícia, muita coisa chega nas delegacias que não tem encaminhamento em ação penal?*

Policial 01: Aqui no DECA às vezes, né? Se mistura muito a questão da vara de família com a questão criminal, né? Então muitas vezes vem pessoas pra registrarem pra embasar uma ação civil ou na vara de família.

Tamires: *Sim, só pra ter o documento.*

Policial 01: É, mas a gente faz igual, né? A gente tem feito igual mesmo não sendo crime.

Tamires: *E qual a percepção de vocês em relação a isso? Das pessoas chegarem nas delegacias mesmo com uma demanda que elas sabem que não...*

Policial 01: É, é que na verdade a polícia é um órgão 24 horas, né? Então, assim, é um órgão que cabe sempre recorrer e é difícil realmente as pessoas entenderem o que é criminal, o que não é. Acho que a gente tem a obrigação de informar e encaminhar, né?

Policial 02: Mas é muito comum chegarem com outras finalidades.

Policial 01: As pessoas se lembram da polícia! E acho que a gente tem que valorizar isso, é uma coisa assim que é pessoal, né? Não posso admitir que chegue uma situação que não é nossa e eu não oriente e dar um encaminhamento, né? Certamente alguns colegas dizem “Não, não é da polícia” – mas aí mandam embora e não orientam onde é, né? A gente procura sempre orientar nesse sentido: “Não, isso não é da polícia” e procurar ver o que que é. Ah, é defensoria pública, tem que ir no judiciário.

Policial 02: Às vezes são respostas simples que tu pode auxiliar, pode fazer até um bem bem maior pra imagem da polícia no momento em que tu tá esclarecendo a pessoa, embora não seja um caso relativo a polícia. É uma questão de bom atendimento, por isso que eu e a diretora lutamos muito pra sempre ter um bom atendimento, né? Sempre, de alguma maneira, tentar minimizar aquela dor daquela pessoa que tá te procurando, por alguma razão ela tá te procurando, então tem que dar esse retorno.

32:05 a 38:35

Tamires: *E tu tinha mencionado que tu tá atuando na área de prevenção aqui no DECA?*

Policial 02: Isso, exato, a área de prevenção é da minha responsabilidade.

Tamires: *E daí essa área de prevenção existe em todo departamento?*

Policial 02: Não. Existe no DENARC – uma área de prevenção e educação – e aqui. Desconheço em outros lugares. No DENARC já é uma divisão porque já é composta na hierarquia do DENARC, eu fiquei lá quatro anos também. E aqui é um serviço, como a diretora falou, no momento em que o departamento nos deixa regulamentado, esse serviço que está, digamos, em uma linha de hierarquia, está abaixo da divisão.

Então esse serviço vai se tornar numa divisão, mas são os dois únicos da polícia civil que trabalham com prevenção.

Tamires: *E essa divisão do DENARC, esse serviço aqui são recentes?*

Policial 02: Não, são antigos. Essa parte do serviço de prevenção e educação aqui no Deca sempre houve, mas ele não estava classificado como um serviço até quatro anos atrás. E no DENARC não, a divisão que trabalha nessa área de prevenção e educação existe desde a composição legal do DENARC. Agora não saberia te aproximar exatamente a data que o DENARC foi criado, mas vai pra 20 anos isso aí, então já existia.

Tamires: *E aqui no DECA esse serviço de prevenção tem orientações, assim, pra atuação geral do departamento?*

Policial 02: É, é que na verdade o serviço de prevenção e educação é um serviço que se faz pra fora, né? Então nós temos vários programas e projetos. Um deles é o Mais Garantias que é um programa de toda polícia civil, mas que a gente coordena. É um trabalho de ir até as cidades e se reunir com todas as prestações de serviço do município. Nós vamos e prestamos também os nossos serviços – então é delegacia da mulher, nós levamos a delegacia móvel, nós fazemos a apresentação pras crianças, nós fazemos mini palestras pra idosos, tem historinha de desenho, uma série de atividades que a gente concentra. O último Mais Garantia que nós fizemos foi ali em Santa Cruz do Sul dentro da October Fest, ficamos com um espaço grande, fomos buscados por várias escolas e é um dia só que a gente reúne essas forças sociais pro atendimento do grande público, mas já fizemos em quase toda região metropolitana e esse Mais Garantias é permanente, tá em andamento. Esse é um. O outro é o programa Papo de Resposta, são os dois grande braços que nós temos aqui e que é esse programa que o chefe trouxe do Rio de Janeiro, já tá sendo desenvolvido no Espírito Santo também e que é esse diálogo franco e aberto que eu te falei com a juventude nas escolas públicas, privadas, não importa, onde chamam! A demanda é consolidada após o convite. O convite da escolha chega, nós fazemos contato, ajustamos as datas direitinho e vamos lá fazer o trabalho. Recentemente a gente fez um concurso de redações, elencamos quatro escolas públicas que já tinham recebido serviço do programa. Elas mandaram pra nós, de acordo com edital e coisa e tal, as redações desses alunos, todos pertencentes ao sétimo ano. Chamamos o CEPAV e a CEDUC que corrigiram conosco as redações e chegamos a quatro redações vencedoras. Aí fomos até as escolas, presentiamos pros alunos vencedores, eles tiveram uma matéria na TV Record, grande até, questão de duas semanas atrás. E conseguimos ainda em empresas que a gente consultou que a gente sempre vai lá “Por favor, ajude” – já trata-se de uma promoção, um presentia já que não é pra nós e duas empresas nos doaram: um computador de mesa e dois tablets. Então o primeiro lugar tirou um computador de mesa e as duas escolas restantes que é a segundo e terceiro lugar ganharam o tablet. A quarta colocada – que por sinal fez mais sucesso do que as outras porque foi ela que fez o papel

principal na reportagem da Record – ganhou brindes nossos, nos reunimos e compramos brindes pra ela e um kit escolar, né, camisetas promocionais. Então isso também faz parte da prevenção. Fora isso, nós também recebemos ali alunos universitários que queiram trabalhar algum assunto. Nós acolhemos, a gente faz um trabalho grande de prevenção também no interior através dos policiais capacitados pelo Papo de Reponsa aqui no Deca. Então, lá no interior nós já temos um grande elenco de policiaes especializados. Basicamente é isso, esqueci alguma coisa?

Policiaal 01: *E as reuniões, né, que a gente participa de reuniões.*

Policiaal 02: Sim, as reuniões de representatividade que é justamente isso. Hoje não to no conselho LGBT, mas o Deca é representado do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no FOGAP (Fórum Gaúcho de Aprendizagem Profissional) que é o Fórum de Combate ao Trabalho Infantil, que é a comissão também combate ao trabalho infanto-juvenil. Nós temos ainda a posição no PPCAAM que é os jovens, crianças e adolescentes que sofrem ameaça de morte e ainda tem os fóruns de medidas socioeducativas. Um fórum estadual que são as medidas em meio fechado e o municipal que são as medidas em meio aberto. Aí devo estar esquecendo uma meia dúzia, mas basicamente é esse trabalho que se faz ali no serviço de prevenção e educação.

35:35 até o final

Tamires: *E como vocês resumiriam, assim, os objetivos da criação desse novo departamento?*

Policiaal 01: Padronizar atendimentos, né? Qualificar o atendimento nesse, inicialmente é isso, né? E depois, futuramente é a criação das delegacias porque que vai acontecer? Tem municípios que não tem a possibilidade de criar uma delegacia da mulher, não tem demanda pra criar uma delegacia da mulher e pode ser criado uma delegacia de grupos vulneráveis que vai atender criança e adolescente, mulher, LGBT, questões raciais, permite que se abram delegacias no interior do Estado com um atendimento global onde não seriam abertas porque são cidades pequenas, né? Então inicialmente é mais a questão de ampliar essa questão de padronização, acompanhamento dessas ocorrências, aproximação de Ongs, grupos, e depois a questão mais repressiva daí, né? Com a criação de delegacias. Se começa de uma forma mais de aproximação pra depois criar as delegacias e pra criar delegacias também precisa de policiaes, policiaal capacitado, não dá pra abrir só pra abrir uma porta, né? Tem que abrir e ter espaço pra recursos e policiaes, mas o departamento já vai auxiliar muito pra gente começar a falar sobre o assunto, né?

Tamires: *E acho que criando esses departamentos, enfim, né? Vai proporcionar um melhor acolhimento –*

Policia1 01: Sim, tanto na questão física quanto na de atendimento pra capacitação de policiais, né? Por exemplo o Deca, o Deca é um departamento estadual, a gente tem DPCAS no interior do estado, são 13, mas tem cidade que não tem DPCA, mas a gente orienta esses colegas, onde não tem DPCA, como é que é feito esse tratamento especial. Eles vêm aqui, a gente é uma referência quando se fala de criança e adolescente pra todos os colegas, mesmo não tendo especializado. E vai acabar sendo uma referência nesses outros temas o novo departamento.

Policia1 02: Além da padronização, acho que a gente vai ter um controle maior pra estatística, nós vamos estar fazendo parte de um processo de agrupamento, né? E aqui fica muito descentralizado, como está agora fica descentralizado.

Policia1 01: É, se uma Ong quer um, hoje procura, quer que a gente dê uma atenção em um caso que tá lá no interior, eles vão procurar o chefe de polícia porque eles não têm outra referência. Aí futuramente pode se procurar outro departamento, né?

## APÊNDICE I - ENTREVISTA 9

**Porto Alegre**, Avenida Presidente Franklin Roosevelt, n. 88, bairro Navegantes

**Data:** 27/11/2018

**Local:** Departamento Estadual de Narcóticos (DENARC)

**GRUPO:** Polícia Civil

**IDADE:** 36 anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:** doutorado em Direito em andamento

**PROFISSÃO:** policial civil (3)

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** heterossexual

Tempo	Transcrição
00:00 a 16:30	<p>Policia 03: Que que existe, tá? Tu vai ter aqui a chefia de polícia, o chefe de polícia e aí tu vai ter os departamentos. Então tu vai ter o DECA – vou colocar os que <i>aspas</i> interessam, né? –, o DENARC e mais 10 departamentos pra atender todo RS. Dentro dele, entre esses departamentos que nos interessam, tem o departamento de polícia do interior, departamento de polícia metropolitana. Metropolitana vai atender Canoas e toda região – Esteio, tararã, tararã –, vai atender Novo Hamburgo, São Leopoldo, vai atender Gravataí, Viamão, Alvorada, aquela região, tá? Então região metropolitana mesmo. DPI vai atender todo o interior. Que que acontece? Dentro do DECA tu tem um serviço de prevenção que não é uma divisão, isso aqui são órgãos – eu não sei se tua formação é jurídica?</p> <p>Tamires: <i>Uhum.</i></p> <p>Policia 03: Tá, então é tranquilo, tá? São órgãos. Os órgãos nada mais são do que uma forma de desconcentração administrativa, né? Então é o que a gente tem aqui. E aí nós vamos ter os serviços de prevenção, talvez seja interessante tu saberes isso pra tu, não sei, pra tu conseguir entender o funcionamento, talvez a resposta delas. O serviço de prevenção e aqui nós temos uma divisão como se fosse um órgão criado, né, que é a divisão de prevenção e educação. Como se fosse não, é um órgão criado e o serviço não, o serviço do DECA não é um órgão, é um serviço, ele é como se fosse uma parte de um órgão, percebe? E aqui não, aqui nós temos a criação de um órgão. Então tem um código de órgão, tem lotação de servidores, nesse serviço tu também tem, mas a diferença é que na estrutura ele não é considera um órgão, ele é considerado mais um serviço, mas faz a mesma coisa, mas em regra faz a mesma coisa de educação.</p> <p>Tamires: <i>É, a delegada [REDACTED] me explicou também que lá esse serviço tá vinculado a educação, tem vários projetos</i></p> <p>Policia 03: Exatamente, eles têm os programas mais garantias, eles têm o Papo de Resposta, entre outros. E aqui também tem DEIC, onde o DEIC dentro da DAE – que é a divisão de assessoramento especial -, eles</p>

também têm um serviço de prevenção, de prevenção. Que que acontece? Por que que eu explico isso? Vamo lá. Todos os três departamentos aqui – DECA, DENARC, DEIC – trabalham com, além de outros programas, trabalham juntos com um programa chamado Papo de Resposta, tá? Que é um grande projeto, que é um grande programa que foi implementado na polícia civil a partir de 2016, tá? A partir de 2016. Porém, porque que eu disse que não tem em outros lugares – digo, que eu discordo do não ter em outros lugares? Que que nós fizemos a partir do Papo de Resposta? A gente criou multiplicadores do Papo de Resposta e esses multiplicadores, eles tão atuando no DPI e na DPL. Então se tu fores em Alegrete hoje, tu vai ter um, um... dois, três! Três servidores que tem treinamento pra trabalhar com programa de prevenção no Papo de Resposta.

Tamires: *Mas eles são servidores, são empregados..?*

Policial 03: São servidores, são multiplicadores. Não é uma divisão, não é um órgão. Como órgão só tem no DENARC, DECA e o DEIC, mas aqui são serviços e aqui é uma divisão, a única que é divisão é aqui, mas nós temos multiplicadores do programa Papo de Resposta com curso pela academia de polícia, certificado pela academia de polícia em todo interior. Então nós temos no Alegrete, em Camaquã – até eu tenho um... deixa eu ver onde que eu botei, mas eu acho que eu não tenho aquela lista aqui... ã... tem diversas regionais, até posso te conseguir o número de regionais que a gente tem onde nós vamos ter esse programa. Então aqui e no DPM também, lá em Canoas a gente atende também, mas quem tá lá em Canoas também atende, só não é uma divisão, não é um órgão.

Tamires: *Sim, não tem uma estrutura organizada pra fazer isso.*

Policial 03: Não tem uma estrutura, exato.

Tamires: *O DEIC é Departamento Estadual...*

Policial 03: O DEIC é Departamento Estadual de Investigações Criminais. Então é aquele departamento que vai cuidar das investigações de crimes cibernéticos, meio ambiente, investigação de organizações criminosas relacionadas com roubo de veículos, enfim, trabalha nessas questões mais especializadas.

Tamires: *Uhum. E por que que esses órgãos de prevenção só tão nesses três e não tem estruturas em outros departamentos?*

Policial 03: Dos demais, na verdade isso foi uma opção. Se tu for olhar pro Papo de Resposta no RJ, como é que eles funcionam? Na verdade a gente descentralizou –

Tamires: *É o mesmo projeto?*

Policial 03: É o mesmo projeto, o mesmo programa. Esse programa vem em 2016 a partir do RJ, ele já tem, já existe, já tá implementado no ES e no RS, então três Estados ele já acontece, o pioneiro é o RJ. No RJ como é que ele funciona? Eles fizeram uma central de distribuição, como se fosse isso, tá? Uma central onde eles fazem a organização das palestras e fazem a divisão vinculada a chefia de polícia, como uma forma de tu conseguir em termos de treinamento pra essas pessoas, pra que elas estejam sempre atualizadas com as novas situações que aparecem, com a forma de abordagem, enfim, é mais fácil tu concentrar e ter esses multiplicadores sabendo o que eles estão fazendo, né? Tipo de abordagem que eles tão tratando, enfim, como é que tá funcionando. E também pela questão do *feedback*, né? Isso é fundamental, medida preventiva sem *feedback* não... não funciona. E aí o que que nós optamos por isso? Nós criamos, então, dentro dessa estrutura das três, dos três departamentos especializados como se fosse essa central da chefia de polícia do RJ, só que aqui a gente subdividiu em razão das áreas temáticas porque no RS nós temos uma questão a mais. Nós trabalhamos com o Papo de Resposta com as especializadas do DEIC, então eles falam aqui sobre meio ambiente, eles trabalham a questão dos crimes cibernéticos, eles trabalham outras questões que, por exemplo, no RJ não trabalham de forma específica. Então a gente dividiu pelas áreas temáticas.

Tamires: *E da mesma forma sobre drogas e criança ao mesmo tempo?*

Policial 03: Isso, isso, exatamente. Não que um não possa trabalhar dependendo da demanda da escola. Se a escola nos demandarem “Gostaríamos que vocês trabalhassem a questão da violência escolar, mas também a questão das drogas”. Sem problema, a gente vai fazer isso tranquilamente e vai preparar algo que seja adequado pra isso. Então esse é o objetivo. E aí a ideia foi criar os multiplicadores para que se tivesse no interior um atendimento mais efetivo. A gente também vai para o interior, então a gente atende em Uruguaiana, depois eu posso te passar os dados. Então nós também atendemos o interior.

Tamires: *Mas aí quem é que coordena ou não tem ninguém que coordena esses multiplicadores?*

Policial 03: Sim, sim, a coordenação é feita pelo delegado Adriano junto comigo. São esses dois departamentos aqui que fazem a coordenação. Então nós preparamos o curso de multiplicadores, nós implementamos e executamos junto com a academia de polícia o curso de multiplicadores. Nós fazemos a supervisão deles também. Então tudo funciona a partir desse trabalho central.

Tamires: *E de quanto em quanto tempo tem sido oferecido esse curso?*

Policial 03: Esse curso, nós fizemos o primeiro – acho que já foram... foram 2 cursos, foram 2 ou 3 cursos, posso te confirmar isso, mas nós já temos 60 multiplicadores.

Tamires: *É bastante.*

Policial 03: No nosso universo é. No nosso universo de servidores é.

Tamires: *E o projeto?*

Policial 03: O projeto foi implementado no final de 2016, em outubro de 2016.

Tamires: *Ah, faz pouco tempo.*

Policial 03: Faz pouco tempo. E aí nós priorizamos por fazer o curso pra aquelas pessoas que realmente tivessem interesse - (chegou alguém e conversou com a delegada rapidamente). Então desde 2016 a gente resolveu montar.

Tamires: *E começou no DECA, no DENARC ou no DEIC?*

Policial 03: Junto com o DECA e o DENARC. Eu não tava aqui quando – eu tava na Academia de Polícia, então fui eu que montei o primeiro curso de multiplicadores (risada), então era diretora de ensino da época na academia. E quem tava aqui era o delegado Sávio, então o delegado Sávio e a delegada Adriana foram ao RJ conhecer o programa Papo de Resposta porque eles fizeram, ã, existe uma associação chamada CONCPC – que é o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia. Nesse conselho, o delegado geral do RJ apresentou o programa Papo de Resposta como um programa que estaria dando resultados, enfim, que eles já tinham implementado desde 2014. Então o chefe de polícia que como já era uma iniciativa que tava dando certo, né? Ele entendeu que queria adotar o programa aqui, e o ES já tinha feito isso antes de nós. Então ele trouxe o programa pra cá, conseqüentemente trouxe o criado que é o Beto Chaves, seria fantástico se vocês conseguissem entrevistá-lo. Ele é do RJ, mas enfim, posso ver contatos daqui a pouco se quiserem conversar com ele, é bem interessante o trabalho e as histórias. E aí se resolveu implementar a partir dessa visita, isso final de 2016.

Tamires: *E aí foi tu, a delegada...*

Policial 03: E aí foi o delegado [REDACTED] e a delegada [REDACTED]. E aí nós fizemos um primeiro curso de multiplicadores.

Tamires: *Antes de implementar o projeto?*

Policial 03: Não, depois, já tava implementado, já acontecendo, já acontecendo. E aí iniciou com a delegada Adriana, com o delegado Sávio e com os servidores que já trabalhavam aqui. Então a [REDACTED], a [REDACTED], ainda na época e [REDACTED], a [REDACTED] – então outros servidores que já faziam isso lá.

Tamires: *E aí esses que tavam juntos com esses dois delegados não tiveram capacitação?*

Policia1 03: Tiveram a capacitação lá a partir da visita técnica lá no RJ.

Tamires: *Tu não lembra, assim, quanto tempo, depois que começou, vocês fizeram o primeiro curso?*

Policia1 03: Pois é, te confesso que eu não me lembro. Eu to imaginando que o primeiro curso de multiplicadores ou foi maio ou foi junho de 2017. A gente já tinha um tempo de implementação já, só que as pessoas começaram aderir o projeto da polícia, os servidores policiais nos começaram a demandar – tanto a academia quanto a, a delegada Adriana e o delegado Sávio pra que se fizesse um curso de multiplicadores.

Tamires: *Não só no DENARC e no DECA.*

Policia1 03: Exatamente, exatamente, exatamente. Então urgiu a partir dessa demanda e também da necessidade da gente conseguir atender as regiões.

Tamires: *E antes disso, aqui no DENARC vocês não tinham a divisão de prevenção e educação?*

Policia1 03: Já, já. Isso é um capítulo da novela (risada), esse é um capítulo da novela programa Papo de Resposta.

Tamires: *Que tu vai acompanhando.*

Policia1 03: Que é o que nós fazemos hoje, é no que nós trabalhamos hoje. Então esse é um dos projetos que nós trabalhamos junto com eles, junto com DECA, DENARC, DEIC e os demais multiplicadores. Esse é um projeto desde 2016. A DIP – que é a divisão de prevenção do DENARC –, ela já existe há mais tempo, agora não vou saber dizer quando, tenho que confirmar, mas ela já existe há mais tempo e faz esse trabalho preventivo com a prevenção das drogas há bem mais tempo. Então já tem, enfim, olha pelo menos vou arriscar uns 8 anos. Então já é, nós já somos até conhecidas das escolas, enfim, já temos, enfim, os diretos das escolas de Porto Alegre conheço praticamente todos pessoalmente. Então a gente já tem uma caminha anterior. Que que acontece na DIP, qual é segundo projeto que nós temos que talvez o [REDACTED] tenha comentado, enfim, tá? Que é o projeto Operação Anjos da Lei.

Tamires: *Ah, ele tinha me comentado.*

Policia1 03: Isso, e esse projeto Operação Anjos da Lei, ele vem desde 2011. Então desde 2011 já existe o projeto que trabalha também com as palestras preventivas e tem outras ações. Então um dos exemplos de outras ações é a corrida que nós tivemos no domingo, que foi a corrida

pela prevenção ao uso de drogas relacionada à Operação Anjos da Lei. Então essa corrida é anual... também não sei! Esses tempos eu perguntei pras gurias e eu disse “Gurias, a gente precisa começar a contar” porque as pessoas não contavam quantas corridas tiveram, e aí elas brincavam comigo dizendo “Não, isso aí já existe há muito tempo, já se faz há muito tempo” a corrida, mas antes ela tinha um espectro como polícia, como todo, e agora ela ficou vinculada ao DENARC. E aí nós fazemos sempre, faz três anos já que isso, que eu venho acompanhando, é a segunda corrida que eu faço. Nós fazemos sempre na semana de comemoração do aniversário do departamento, e aí nós integramos a comunidade, uma forma de abrir pra toda comunidade. Nós tivemos lotadas as inscrições que nós abrimos, foi bem legal. Fazemos sempre na redenção e sempre paralelo a isso, a gente faz alguma atividade comunitária no dia da corrida, né? A gente faz alguma atividade de integração da comunidade com algum grupo. Então esse ano a gente optou pra trabalhar com os abrigados, as crianças que estão abrigadas até porque foi um ano que a gente trabalhou com eles também no dia das crianças, né? Fizemos adesivos, fizemos a visitação, enfim, conversamos porque nós temos uma proximidade bem grande com o ministério público, foi uma questão de apadrinhamento afetivo, enfim. Então a gente fez um trabalho paralelo.

Tamires: *E agora vocês tão trabalhando com esses dois projetos?*

Policial 03: O grande guarda-chuva são esses dois, então o Papo de Resposta e o Anjos da Lei.

16:30 a 28:38

Tamires: *E tu acha que em grande parte essas ideia de prevenção são vinculadas às escolas? Atualmente assim...*

Policial 03: Se as escolas encampam isso?

Tamires: *Não, tipo, de como a polícia tem feito mesmo, se boa parte do trabalho tem se voltado a isso de fazer trabalho com as escolas.*

Policial 03: Ah! Com as escolas! ã, sim, mas não só (risada) – a gente começa a falar e começa a perceber “Meu deus, a gente faz tudo isso e nem se dá conta!”. Mas assim, ã, nós não trabalhamos só com escolas, nós atendemos empresas também. Esse ano foi um ano super atípico porque a gente começou a atender outros públicos que começaram a nos demandar e a gente começou a se dar conta que também eram públicos importantes. Eram públicos que daqui a pouco poderia ter um efeito reflexo lá nos adolescentes e por isso a gente começou a atender. Então o nosso público alvo regra são as escolas, até porque a formatação fica mais fácil de fazer o atendimento, de conseguir concentrar o número de pessoas razoável pra ti fazer uma intervenção e ao mesmo tempo tu fazer um trabalho que vá adiante, né? Que tenha um resultado junto com os professores. Então duas coisas a gente começou, dois públicos a gente começou a atender. As empresas nos procuraram, as empresas inclusive

de restaurantes que tinham problema de ausência de trabalho em razão das drogas. As empresas nos relatavam isso e nós íamos lá conversar especialmente naquelas Semanas de Prevenção aos Acidentes de Trabalho. Então eles faziam aquela semana e aí nos convidavam pra fazer o trabalho com eles. A gente tem uma parceria com o projeto PESCAR que a gente atende todo ano, então eles são fiéis, eles são maravilhosos, uma conversa sempre muito boa. A gente tem uma parceria – esse ano nós atendemos grupos de escoteiros. Nós também não atendíamos, não tínhamos a demanda e ela surgiu e a gente começou a atender. ã... os abrigos esse ano foi uma *aspas* público novo que nós começamos a atender por uma demanda do próprio MP, nós acabamos conversando com eles até pra ver a melhor forma de abordagem, o melhor momento que eles tem um turno inverso também, então eles tem uma rotina bem regrada em razão de estarem no abrigo. Então nós optamos por fazer dentro do MP, fizemos lá, eles têm um auditório que é super confortável e aí a gente conseguiu trabalhar com eles em grupos e foi bem bacana. E aí a partir disso nós acabamos montando as nossas ações pra eles, nós fizemos essa escolha. E pro ano que vem – a gente tentou esse ano, mas nós não conseguimos –, buscar os públicos, ã... os públicos dos refugiados. Então trabalhar com a questão da migração, enfim, até pra conhecer um pouco mais esse público, né? Saber quais são as demandas, saber o que que tá acontecendo pra saber no que que a gente pode contribuir, mas a gente não conseguiu ainda, a gente entrou em contato com vários locais, mas a gente não conseguiu organizar esse público pras ações. Então essa foi uma das dificuldades, assim, mas eu acho que pro ano que vem já as coisas já – porque tem um núcleo de atendimento de universidades. E aí a gente tá buscando esse público a partir desses núcleos, só que aí as coisas tão se estruturando.

Tamires: *Sim, não tem uma instituição única que coordena.*

Policial 03: Exatamente, então é um projeto que tá por vir, assim, mas acho que no ano que vem a gente consegue trabalhar alguma coisa. Enfim, não sei se o que eu to falando interessa.

Tamires: *Claro!*

Policial 03: To falando coisas que acho que sejam importantes. ã... ã... então nosso público, na verdade, são, público efetivo, assim, dia-a-dia são as escolas, mas acabou se transformando. Nós também trabalhamos esse ano com algumas instituições, trabalhamos formação das guardas municipais. Então trabalhamos em ciclos de palestras com eles tanto em relação com a questão preventiva – que eles tiveram muito interesse em conhecer e dividir as formas de trabalho, em repensar as formas de trabalho e... foi muito bom, trabalhamos com guarda municipal de Cachoeira, Gravataí, Porto Alegre e Canoas, então foram 4.

Tamires: *Mas isso foi pela divisão do DENARC ou foi pela academia.*

Policial 03: Pela divisão do DENARC.

Tamires: *E aí a atuação que vocês fizeram também um contato com essas instituições, escolas, é com palestras? Ou tem outras atividades?*

Policia 03: Pois é, isso é um dos pontos que – eu assumi aqui em outubro de 2017 quando eu vim pra cá, e uma das questões que nos mobilizava, na verdade, né? Talvez a mim mobilizava um pouco mais, era a questão da gente trabalhar só com o *blá* como eu digo, né? Só com a palestra ou, enfim, só com uma palestra informativa ou um pouco mais quadrado, digamos assim, que fosse mais... não que ela não funcione ou que não seja uma ação importante, né? Toda ação que leva informação, ela é importante, mas a dúvida que nós tínhamos e aquilo que a gente começou a repensar – até pensando com os jovens – se referia até quanto, né, isso tava sendo absorvido ou não. E aí nós começamos a trabalhar com outras formas de intervenção e isso também foi muito trabalhado no curso que nós tivemos no início do ano que o Beto Chaves esteve aqui. E... e eu conversei muito com ele, eu disse “Olha, eu acho que a gente tem que mudar a forma de abordagem, a gente tem que rever isso” tal e tal, e a gente começou a mudar isso, a gente começou a mudar um pouco a cara do tipo de abordagem com os jovens, de realmente transformar em uma prática mais dialógica onde eles conseguem falar, onde eles se sentem a vontade, onde eles – e isso foi uma transformação pra nós. Pra nós eu digo porque quem trabalha com prevenção se apaixonou, né? (riso breve) Mas foi, foi porque a gente começou a perceber que chegava lá, tu começava a falar dos slides e quando vê tu não avaliava outros bilhões de coisas e que eles tinham curiosidade e coisas que eram da rotina e da vida, das vivências deles e que eram importantes pra eles. Naquele momento eles queriam falar sobre isso e ponto. E nós começamos a acompanhar isso, né? E aí nós fizemos algumas reuniões de supervisão nesse sentido – aqui to falando da minha esfera agora, da minha divisão – e aí nós começamos a trabalhar com outras metodologias, outras formas de pensar. E a partir disso a gente começou a buscar outras formações, né? Então eu fiz esse ano a formação nos círculos restaurativos, genericamente do que eles chamam de formação CR, e nós começamos a aplicar essas práticas com eles. Então nós começamos a transformar um pouco nesses cenários de buscar, de aplicar, não digo um círculo restaurativo completo, mas aí, isso nós ainda não conseguimos implementar, de chegar ao ponto de conseguir entrar na escola e implementar. Isso eu fiz não pela divisão, mas fiz pelo Programa Escola Mais Paz junto com as outras colegas. Não sei se tu conhece?

Tamires: *Não.*

Policia 03: É um programa de formação, ã... nossa, tem outros mil programas (risada), mas é um programa de formação de 1.200 multiplicadores de círculos restaurativos nas escolas. Um programa muito legal de conhecer.

Tamires: *Que tá vinculado à polícia civil?*

Policial 03: Não tá vinculado à polícia civil, na verdade nada tinha a ver com a polícia civil. Só que eu fui, a partir do trabalho do Papo de Responsa, nós tivemos uma vinculação com o programa CIPAVE, não sei se tu já ouviste falar.

Tamires: *Já, mas não me lembro.*

Policial 03: Programa CIPAVE se chama Comissão de Prevenção a Violência Escolar, tá? E é parte da Secretaria de Educação – ela tá cansada já de tanta coisa (risada), mas é assim, vamo lá. É um programa da Secretaria de Educação que cria responsáveis pela Prevenção à Violência às escolas, como se fosse aquelas comissões das empresas, tá? Que tem as comissões das empresas que eles criam alguém responsável pela prevenção à violência dentro da empresa. Mesma ideia só que pelo Estado. E aí nós começamos a fazer um trabalho com eles onde eles nos demandavam aqui no DENARC, eles passavam a nos demandar. “Olha, nós tivemos uma questão de violência escolar específica numa determinada escola. Nós queremos que vocês preparem algo específico pra aquele momento” – pra ter um momento com os adolescentes, ter um momento, enfim, com as crianças pra que a gente pudesse trabalhar essas questões. Então a partir disso, a gente começou a direcionar o nosso trabalho também pra aquelas demandas específicas. Então além da agenda normal, nós tínhamos agenda já pré – praticamente a nossa agenda, pra vocês terem uma ideia, ela abre em março e quando abre em março, em agosto ela já praticamente lota. Então nós começamos a organizar essas agendas específicas pra eles. A partir disso, eles nos convidaram – me convidaram, convidaram a divisão – pra fazer a formação de Círculos Restaurativos junto com o Programa Escola Mais Paz e atuar junto com eles e foi aí que começar a aplicar os círculos restaurativos pelo outro programa.

Tamires: *O Programa Escola Mais Paz é do estado?*

Policial 03: É do estado. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Tamires: *E daí esses CR que vocês aplicam, vocês avaliam, assim, dependendo da demanda ou é sempre?*

Policial 03: Não, é isso que eu to te dizendo, esses círculos eu só apliquei por lá, nada a ver com a divisão, é tipo um extra (risada breve), nada a ver com a divisão. Apliquei por lá até porque a gente tem que ter dois facilitadores, tem toda uma metodologia, enfim, tá? O que nós começamos aplicar pela divisão foram algumas práticas dentro do círculo que a gente começou a aplicar durante as ações. Então a gente começou a transformar nossa forma de atuar, só pra entender porque são coisas diferentes

Policial 03: Várias, ã, a gente começou a trabalhar com, a gente já trabalhou com desenhos, a gente já trabalhou com oficinas onde a gente faz com que eles consigam refletir sobre a questão de sentimentos, sobre o que que eles tão pensando, trabalhando principalmente a questão da escuta, né? Ou seja, fazendo com que eles falem, né? Deixando eles falarem o que quiserem, se não quiserem falar também que silenciem, enfim, mas que a gente tenha esse retorno mais dentro da realid – mais contextual, sabe? Um pouco mais focado.

Tamires: *E tu acha que todas essas práticas conseguiram chegar, tipo, em todas as divisões da metropolitana, do interior?*

Policial 03: ã, na verdade, isso é da nossa divisão, isso nasceu aqui em 2018, 2017, final de 2017 com a minha vinda e com esses questionamentos e começa a aflorar aqui dentro.

Tamires: *Todo esse aperfeiçoamento...*

Policial 03: É, isso é uma questão que nós estamos desenvolvendo (risada breve), tinha gente que nunca tinha, tem gente que acha estranho. Nós trabalhamos, por exemplo, tem uma das ações que nós fazemos bastante, trabalhamos só com imagens. E aí começamos a mexer com eles, mobilizá-los, até foi uma das ações que fizemos quando a CEPAV veio pra fazer uma avaliação, eles tinham que fazer uma avaliação, enfim, e foi uma coisa muito legal, funcionou muito bem, muito bem. Trabalhar só com imagens, sem aquela coisa do texto ou a história de construir o texto a partir daquilo que eles enxergam e... e as coisas começaram – é que talvez eu falando, é melhor vendo, né? (risada breve)

Tamires: *Sim, fica meio abstrato.*

Policial 03: É, mas foi bem interessante, assim, foi bem –

Tamires: *Então nem sempre as demandas têm a ver com drogas?*

Policial 03: Não, foi o que eu disse, a gente, às vezes a escola nos chama pra falar de drogas porque a direção entende que seja interessante falar de drogas ou a direção entende que a grande questão a ser resolvida dentro da escola é a questão das drogas, e aí a gente chega lá e os adolescentes querem falar de outras coisas ou a demanda que eles têm de escuta é outras. Vou te dar um exemplo, nós fomos em uma escola, não vou especificar por causa do sigilo, mas nós fomos em uma escola em que nós fomos chamados pra trabalhar a questão das drogas. E nós chegamos lá e a questão toda envolvia a questão disciplinar, eminentemente a questão disciplinar. Aí os professores começaram, os alunos começaram a falar e conversar sobre isso, e eu disse “Gente, vocês tão falando sobre a questão disciplinar”, e aí os professores “É, é isso, jogam bolinha de papel”, não sei o que, era absolutamente isso, questão comportamental, e absolutamente a questão de falta de diálogo. Ou seja, eles não tavam conseguindo conversar e se entender até chegar em algum

ponto. E aí nós começamos a fazer um trabalho com eles, depois fomos lá, fizemos doações de livros porque a biblioteca deles tava fechada, e aí, enfim, né? As coisas melhoraram, tiveram resultados positivos. Então essas questões, às vezes tu vai com um objetivo, mas a demanda que chega lá não é a mesma.

Tamires: *E o que tu tem percebido, assim, que são as principais demandas pra além do debate de drogas? Que é o que vocês propõem né?*

Policia 03: Muito claramente a questão da violência intra familiar, muito, isso aparece muito, muito, muito. Eu tenho chamado atenção não só da questão intra familiar, como a questão do suicídio.

Tamires: *Violência física intra familiar?*

Policia 03: Exatamente, então isso tem aparecido bastante, assim, relatos. E a questão do suicídio.

Tamires: *Suicídio de jovens?*

Policia 03: De jovens. Isso tem sido uma questão bem latente, assim, bem...

Tamires: *Mas com relatos em aberto de demanda de suicídio.*

Policia 03: Relatos em abertos. Nós estivemos em locais em que nós tivemos relatos em abertos. Durante a conversa, enfim, eles trouxeram isso. Claro que isso é uma coisa bem delicada, né? Até te peço pra cuidar esse tipo de dado, mas é uma questão bem, bem... retumbante, digamos assim, porque a gente começa, começa a pensar “Bom, e agora?”.

Tamires: *E assim, pensando que vocês que propõe esse trabalho de levar esse debate dependendo da demanda, tu acha que esses profissionais que tão indo nesses locais tão recebendo formação suficiente pra esses debates?*

Policia 03: Pra, digamos assim, pra manter isso?

Tamires: *É...*

Policia 03: Na verdade, o que que eu penso? Assim, eu acho que o programa em si tem muito a ser aprimorado, né? Eu acho que a gente tem que trabalhar com aperfeiçoamento, tem que buscar pra além das supervisões, ter outros conhecimentos, outras ferramentas pra trabalhar isso. Eu acho que tem que ser aperfeiçoado.

Tamires: *E atualmente, assim, tu tá vinculado ao DENARC, mas também a ACADEPOL?*

Policial 03: Não, não, não. Eu tenho vinculação ao DENARC, ao DENARC.

Tamires: *Pois é, porque o [REDACTED] tinha comentado comigo.*

Policial 03: Ah não, eu fui diretora de ensino da ACADEPOL antes de vir pra cá, e eu fui professora da academia. Eu não to dando aula hoje na academia porque eu não consigo (risada breve), porque eu não dou conta, mas sou professora da academia.

Tamires: *Ah, mas não tá atuando agora?*

Policial 03: Não, não, não. No último ano não.

Tamires: *E aqui na divisão tu é a coordenadora, isso?*

Policial 03: Sim, eu sou a diretora da divisão.

Tamires: *Aham, e como que é a equipe?*

Policial 03: Somos eu, a [REDACTED] e a [REDACTED] (risada breve).

Tamires: *3 pessoas.*

Policial 03: 3 pessoas, super equipe (risada breve). 3 pessoas, 3 pessoas...

Tamires: *E considerando essa demanda que tu relatou, assim, que é bastante coisa, ã... tu não acha que o departamento talvez esteja meio deslocado considerando que tá dentro do DENARC?*

Policial 03: Que que eu penso sobre isso (risada)? Pois é, que que eu penso sobre isso... tem dois olhares, assim, que a gente pode fazer, como eu disse, a ideia de subdividir as matérias é importante porque a gente tem, digamos, departamentos especializados trabalhando de temas especializados – como, por exemplo, o DEIC, né? Talvez os meus servidores não teriam condições de trabalhar com o DEIC com relação ao meio ambiente, com relação a crimes cibernéticos, em relação a questões mais especializadas porque eles vivem no dia-a-dia que nós não vivemos, né? O que que eu penso? Eu Viviane – agora tira o delegada da frente (risada breve), tá? Mas que que eu penso? Eu acredito que se nós tivéssemos uma centralização dentro do programa, isso seria melhor, uma vinculação à própria chefia de polícia como forma também de tornar isso institucional, tá? Isso é o meu pensamento, sempre pensei isso. Acho que sim, acho que nós teríamos que ter uma gestão mais direcionada pra que a gente tivesse, pra que as nossas ações fossem mais coordenadas, percebe? Tu ter ações preventivas e tu ter vários multiplicadores trabalhando ao mesmo tempo fazendo boas ações, mas ações que daqui a pouco não sejam coordenadas, isso... né? Isso pode gerar um prejuízo. Minha opinião pessoal, ponto. Mas, por outro lado, a estratégia é interessante por subdividir a questão das abordagens, né? Então... tem

dois lados, talvez seja isso que a polícia tenha pensado com esse tipo de estratégia.

Tamires: *O programa então não é institucional, ele é de gestão?*

Policial 03: Não, ele é institucional, não corre o risco de acabar, mas o que eu digo é que a gestão dele é subdividida em três outros órgãos, percebe? Ela não é como no RJ vinculada ao instituto de polícia, ela deveria ser na minha opinião.

38:13 a 47:42

Tamires: *E tu tem ideia, assim, do porque esse setor, ou divisão de prevenção não existe em outros departamentos?*

Policial 03: ã, especificamente. Na verdade ela existe no DENARC também, também por uma demanda da própria lei, né? A própria lei de 2006, ela tem um viés repressivo e preventivo. Então a própria lei demanda que existe, embora a DIP seja anterior a ela. Então embora nós já tenhamos a divisão de prevenção da lei 11.343. Que que eu penso sobre isso? Eu acredito que eles, que na verdade eles tenham... como é que eu vou te dizer? É... eu acredito que na verdade eles tenham optado por estar nesses departamentos como uma forma de criar estratégias dentro de departamentos que tenham maior vinculação com esse público – por exemplo o DECA que historicamente também tem esse caráter preventivo e o DENARC em razão da própria lei, né? O DEIC já é uma coisa nova pra ser criado. Então acho que é isso. Eu não sou contra a ideia dos multiplicadores, dentro da estrutura que nós temos de recursos humanos, eu não sou contra a ideia a ideia de ter multiplicadores que façam esse trabalho como uma forma de representação ainda que não se tenha um órgão. Por que que eu te digo isso? Por que eu penso assim: também não me resolve criar o órgão, criar a estrutura orgânica, né, estatal se eu não tiver recursos humanos suficientes. Então percebe que a gente trabalha com a escassez, né? Então tu começa a pensar: bom, então vamos criar vários órgãos de prevenção – um dentro do DPI, um dentro do DPN –, vamos criar vários órgãos de prevenção... e será que esses órgãos vão ter servidores, né, pessoas suficientes pra trabalhar isso. Essa primeira questão, assim, que eu me questiono, né? Pensando numa ideia de planejamento estratégico. E depois também tem a questão do perfil, assim, não vou usar o perfil, mas também tem a questão do... não no sentido de saber trabalhar com isso, mas talvez sim, talvez até a questão do conhecimento, talvez seja um pouco isso.

Tamires: *Do próprio departamento.*

Policial 03: Dos próprios servidores. Servidores é o que eu digo delegados, agentes, enfim, temos que ter pessoas que tenham essas habilidades, né? Que tenham essas habilidades desenvolvidas ou que estejam dispostas a desenvolver essas habilidades.

Tamires: *E tu acha que essas características tão mais presentes no DENARC, DECA e DEIC?*

Policia1 03: Não! Não acho isso até porque a gente vem parar aqui, né? (risada breve) Nós somos direcionados pra cá, mas eu acho que na verdade a gente tem que ter um número de pessoas que tenha essa suficiente, que tenha essa... essa... essas habilidades. Também não adianta criar o órgão e tu não ter pessoas preparadas pra isso. Esse é o meu questionamento, assim, pessoal, né? Dentro do mundo da escassez, será que nós conseguiríamos um número X de pessoas?

Tamires: *E tu tem ideias, assim, desde que tu veio pra cá ou desde que esses programas começaram a ser implementados, do quanto de entidades foram atendidas? Em quantidade?*

Policia1 03: Ba... do Papo ou desde que a DIP veio? Desde que a DIP veio, meu deus, muitos. Ah... do Papo, olha... muitas, muitas, ba. Enfim, dados a gente tem, mas pra eu te precisar eu não consigo, mas muitas, ba. Muitas empresas, muitas. É um volume bem grande.

Tamires: *Vocês chegam a ter, sei lá, ações todas semanas?*

Policia1 03: Nós temos ações todos os dias, todos os dias. Pelo menos uma ação por dia, todos os dias. E as vezes as noites e as vezes final de semana. Todos os dias.

Tamires: *Tá louco.*

Policia1 03: (risada) É que as pessoas pensam, isso eu faço questão de registrar, enfim, e falando pessoalmente. Mas as pessoas pensam, as vezes, que a prevenção não demanda uma energia, ou que ela é ir lá e fazer uma palestrinha, que ela não demanda planejamento, que ela não demanda preparação, que ela não demanda aperfeiçoamento. E isso é uma coisa geral, não to falando especificamente de ninguém, mas as pessoas pensam e eu faço questão de em todos os lugares que eu vou dizer isso, que prevenção demanda energia, prevenção demanda concentração, demanda foco, demanda – porque, afinal de contas, tu tá fazendo uma ação, tu tá entregando muita coisa, né? Assim, emocionalmente falando. Então... não é (risada breve), não é um, exige preparação, planejamento, organização, exige foco, né? Tu não pode simplesmente sair falando em um monte de lugar e é isso e deu, e vai embora e “Ah!” (risada breve). Não funciona assim, tu tem que coordenar as tuas ações, saber quais são as – por isso que eu disse, eu conheço a maioria dos diretores de Porto Alegre. Claro, eu não consigo conhecer todos e nem todos da grande Porto Alegre, mas nós conhecemos a maioria dos diretores de Porto Alegre. Temos reuniões também pela CEPAVE onde nós também trabalhamos com os diretores, então nós não só trabalhamos com os alunos, nós fizemos dois encontros já com os diretores. Claro que não todos, não são todos que vão, tá? Tem alguns que optam por não ir, mas nós vamos lá, apresentamos o que nós

fazemos, nos apresentamos, né? Combinamos algumas coisas, pensamos juntos algumas coisas. O último encontro foi em setembro, eu acho que 30 de setembro lá na secretaria de administração.

Tamires: *E se encontra pra apresentar o serviço, colocar à disposição?*

Policial 03: Isso, e pra gente também refletir sobre alguns pontos, né? Porque o que que a gente tem feito também nas escolas e isso o DECA faz também: nós sempre deixamos um tema de casa, assim, *aspas*, né? Por exemplo, se nós vamos lá trabalhar sobre drogas, a gente já conversa com os professores antes porque eles trabalham algumas coisas em sala de aula. Então a gente tem alguns materiais que a gente disponibiliza pra eles que são nossos e sobre a questão das drogas, então imagina o que um professor de química pode trabalhar falando sobre a questão das drogas, o que um professor de física, enfim. Então a gente já combina com eles, olha, a gente vai trabalhar essa temática, então vocês já vão trabalhando isso em sala de aula. E às vezes a gente chega em sala de aula e eles, ou em uma escola, e eles tão com os trabalhos expostos, assim, as vezes com as crianças também já acontecer de eles colocarem os trabalhos, bem bacana. E aí eles já vão fazendo os *links* com aquilo que a gente tá falando. Agora, por exemplo, quarta-feira vai ter o lançamento de um filme que foi feito em parceria com o ministério público com o programa Papo de Resposta.

Tamires: *Ah, a delegada [REDACTED] comentou.*

Policial 03: Isso, vocês estão convidados. E vai ter uma oficina que eu vou ministrar de tarde que era o que eu tava fazendo (risada breve), que se vocês quiserem participar também depois da primeira parte, não tem problema. A segunda parte é mais planejamento deles, né? Aí é uma coisa mais fechada e acho que a [REDACTED] não vai... enfim. Na quarta-feira no palácio da polícia, ali na João Pessoa, isso. Ele começa às 8hrs e 30min da manhã e a oficina vai ser de tarde. E aí nós optamos por trabalhar com uma oficina pra eles de tarde sobre empatia e assertividade. Então vão vir os representantes, aquele que fazem o Papo de Resposta e a ideia é a gente dar uma, uma, fazer um fechamento do ano, mas ao mesmo tempo dar mais uma mini qualificação, fazer uma supervisão mais dinâmica. Aí vou trabalhar algumas coisas com eles, visitar alguns lugares.

Tamires: *De manhã vocês vão passar esse filme?*

Policial 03: De manhã é o filme, uma apresentação institucional e tem uma palestra com um comunicador que é o [REDACTED], vai falar sobre abordagem pra adolescentes, criança e adolescentes. E... e as formas de abordagem. E aí de tarde nós temos o, o, daí a oficina e depois a oficina de planejamento. Daí pensando nas novas ações, pensando, é.

Tamires: *E depois que vocês vão às escolas, tem algum tipo de retorno do que foi trabalhado?*

Policia 03: Sim, sim, nós temos um, nós temos uma ficha avaliativa no Google Docs que a gente envia pra eles e eles enviam de volta.

Tamires: *Enviam pra escola?*

Policia 03: Enviamos pra escola, pra empresa e pro público atendido e aí nós temos as informações qualitativas ali. O que eles pensam, o que pode ser melhorado, o que pensam da metodologia, o que os alunos pensaram, qual é o *feedback*, enfim.

Tamires: *Mas cada estudante responde ou é instituição?*

Policia 03: A instituição. Nós estamos tentando implementar alguma forma pra eles responderem sem papel, porque o problema é o papel: além do custo, a questão ambiental, né? Então a gente tá tentando achar formas, mas nem todas tem recursos digitais, né? Então tem sido, vou te dizer que tem sido até difícil dos professores preencherem os questionários digitais porque isso foi uma das grandes discussões que nós tivemos. Daí eu disse “Não, mas então continua imprimindo pelo menos pros professores e pros orientadores” porque ai, a internet caía ou não sei o que, enfim, ou alguns que não são ambientados com a questão digital, então... é bem complicado. Mas a gente tem esse *feedback* deles. Coragem, falo demais (risada).

Tamires: *E aqui então são esses dois projetos?*

Policia 03: São esses dois projetos, os dois grandes guarda-chuvas. Como eu disse, tem ações que a gente vai fazendo em paralelo, mas os grandes guarda-chuvas são esses.

Tamires: *E como que tu acha que, assim, de como tá esse diálogo entre os departamentos sobre os projetos?*

Policia 03: Na verdade, ã, nós temos uma agenda unificada, a gente resolveu unificar essa agenda até pra que a gente soubesse onde um vai tá em cada dia, não sei se os guris comentaram isso, mas nós temos essa agenda unificada que é uma agenda que fica via Google, ferramentas do Google também. E ali a gente vai preenchendo e colocando as datas onde nós temos, onde os outros tem. Nós fazemos algumas ações em conjunto, né? Como, por exemplo, a gente vai trabalhar agora no [REDACTED] no dia 29, também DENARC e DECA vão estar lá o dia todo, mas já teve ações conjuntas em vários outros lugares, várias outras escolas. E normalmente nós, nós, ã, fazemos reuniões periódicas pra gente ir conversando. Aí ir se planejando e se organizando. Uma delas foi vai ser essa ação agora do dia 28 pra gente poder fazer o fechamento do ano e pensar nas ações do ano que vem. Então a gente vai fazendo essa organização. Agora, não tem uma padronização, assim, não tem “Ah, tem que fazer assim, tem

que fazer assim”, na verdade até acho positivo. Acho que a gente não tem que ter um engessamento “Ah, mas você só pode falar sobre *bullying*, você só pode falar sobre”, não... aí perde o objetivo, né? Aí daqui a pouco tu vai tá engessando algumas coisas que podem ser...

Tamires: *E desde quando tu trabalha na polícia?*

Policial 03: Eu entrei junto com o Mário, faz 8 anos.

Tamires: *E desde que tu entrou, assim, como tu tem percebido esse trabalho de prevenção?*

Policial 03: Na verdade eu trabalho com prevenção praticamente desde que eu entrei na polícia, mas em setores diferentes. Não só com prevenção, na época eu entrei e trabalhava com delegacias de trânsito, era diretora e a gente trabalhava com a questão da prevenção aos acidentes. ã... só que em paralelo com trabalho pessoal, aí era um pouco diferente porque tem uma divisão super estrita. Depois trabalhei com as delegacias da mulher, por muito tempo fui coordenadora das delegacias da mulher e... depois trabalhei na academia e depois trabalhei aqui. Então sempre tive alguma pontinha vinculada com a questão das estratégias de prevenção, assim, algum, algum tipo de trabalho sendo desenvolvido. Eu acho que a polícia faz muitas ações, algumas até que não são conhecidas, né? Algumas que a gente não consegue dimensionar, eu digo “Gente, as pessoas têm que saber o que tá acontecendo”, projetos interessantes que existem. Por exemplo, em Santana do Livramento existe um projeto que é DPPA na Comunidade. A DPPA são os plantonistas que trabalham, ã, no regime de plantão, então 24hrs e no horário de folga eles fazem atuação na comunidade. Eles trabalham com livros na praça, eles trabalham com palestrar nas escolas, eles fazem um trabalho diferente que eles entram na escola e colocam uma dupla em cada dia na manhã, na tarde, colocam uma dupla em cada sala de aula. Então cada sala de aula trata de um tema, sei lá, violência de gênero, drogas, enfim, né? O que tu quiser. E aí os alunos vão até essas salas, eles entram nessas salas, nas salas que eles querem, entendeu? Então aí, eu quero ouvir sobre isso, eu quero ouvir sobre aquilo e isso é muito legal, assim, foi uma ação que a gente até já planejou pra fazer no dia da responsabilidade social do UniLassalle que nós tivemos lá em Canoas, mas que no fim faltaram salas e aí nós só ficamos só com uma sala e variávamos os temas na mesma sala. Mas aí o objetivo se perde um pouco, né? O ideal é tu ter a porta aberta e o indivíduo ir naquele que ele tem interesse ou que... que ele precisa saber ou que daqui a pouco desperte alguma ideia nele, alguma reflexão, alguma coisa que seja importante. E é um trabalho bem legal que eles tão fazendo. Então assim, são trabalhos que acabam ficando, não digo escondidos, mas são trabalhos que são feitos pela polícia civil como um todo, mas que acabam ficando obscuros.

Tamires: *Tu acha então que existem estratégias de prevenção descentralizadas e sem uma organização institucional, assim?*

Policia 03: Na verdade a gente tem estratégias organizadas como o Papo de Resposta e a Operação Anjos da Lei que são institucionais e tu tem outras que não são, que deveriam ter uma organização. Uma das medidas que se tomou pra isso, pra se buscar essas práticas que são importantes – eu não sei se alguém falou sobre isso, mas talvez seja importante dizer – , foi o resgate de uma ideia super importante que era um edital de boas práticas. Então se criou um edital de boas práticas onde todas as, todos os servidores policiais pudessem incluir aquelas práticas que fossem positivas pra eles, né? E saiu uma lista dentro desse edital onde tá lá algumas ações descentralizadas que existem. Então talvez isso seja um início pra que se consiga reproduzir essas práticas ou pra que se consiga unificá-los ou pra se conseguir pensar, né? Isso é bem interessante de, de, de referir, assim. Então são ações que precisam ter esse, esse, essa reorganização, na verdade, né?

Tamires: *Mas essas ações, elas também são criadas por portarias e...*

Policia 03: Não, depende de cada departamento e de cada região. As institucionalizadas hoje – Programa Mediar que vocês viram um pouco, o Galera do Bem que a [REDACTED] mostrou pra vocês...

Tamires: *Não mostrou... vou conversar com ela.*

Policia 03: O Galera do bem que é fantástico que é a mediação entre pares e... ã... e a Operação Anjos da Lei.

Tamires: *E a Operação Anjos da Lei é essa que tu também coordenada?*

Policia 03: Isso, exatamente. Então são as ações que são programas institucionais. Daí essas outras são descentralizadas. Por exemplo, a delegacia pra mulher também atua, também faz palestras, também faz palestras preventivas, a delegacia da criança e do adolescente, enfim, a delegacia do idoso também tem alguns projetos, então tem várias delegacias que tem projetos.

Tamires: *E essas duas – da Operação Anjos da Lei e essa da... agora esqueci o nome.*

Policia 03: Papo de Resposta?

Tamires: *Papo de Resposta! Tu sabe qual o número das portarias que criaram e tal?*

Policia 03: Ba... me pegou. O número das portarias, ba... isso eu posso ver, pode me mandar que daí eu vejo, que daí eu vejo, eu vejo (começou a procurar sobre essa informação).

Tamires: *Essas informações, se depois tu puder me passar os documentos seria importante.*

Policia1 03: Quais?

Tamires: *O trabalho dessa pesquisa, né, eu passei pela aprovação do Comitê de Ética da universidade, aí eu tive que pegar a assinatura com o Emerson pra poder coletar essas informações junto com a polícia, que é meio que uma co-participação da investigação. Então tenho autorização da chefia pra ter acesso aos dados.*

Policia1 03: Pra ter acesso. Ótimo, tá.

Tamires: *E uma outra coisa só concluir –*

Policia1 03: O ideal, na verdade, é essas portarias vir da DIPLANCO.

Tamires: *DIPLANCO...*

Policia1 03: Isso, da DIPLANCO, até posso te passar um e-mail, até seria bom tu ir conversar com eles porque como são dados e documentos e estatística, tudo isso sai por eles. Na verdade até pela questão hierárquica, né? Deixa eu ver aqui... (voltou a procurar sobre a DIPLANCO).

Tamires: *DIPLANCO significa?*

Delegada: É departamento de planejamento. Divisão de planejamento, desculpa. (Seguiram vendo algumas questões de encaminhamentos após a entrevista como troca de e-mails).

\* Áudio Interrompido \*

## APÊNDICE J – ENTREVISTA 10

**Data:** 27/11/2018

**Local:**

**GRUPO:** Polícia Civil

**IDADE:** anos

**GRAU DE ESCOLARIDADE:**

**PROFISSÃO:** policial civil (4)

**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** heterossexual

**Tempo**

00:00 a 06:26

**Transcrição**

*\* Beep de ligação \* \*

Policial 04: Alô?

Tamires: *Boa tarde, a delegada [REDACTED]?*

Policial 04: É ela.

Tamires: *Oi, é Tamires, tudo bem?*

Policial 04: Oi Tamires, tudo bem, tudo.

Tamires: *A senhora tem um tempo pra falar comigo?*

Policial 04: Tenho sim, podemos falar.

Tamires: *Ah, que bom! A senhora tá em Capão da Canoa?*

Policial 04: Sim, sim, to em Capão.

Tamires: *Ah, tá. O [REDACTED] tinha comentado comigo que a senhora tá alocada aí, né?*

Policial 04: Sim, sim, to alocada aqui já.

Tamires: *Pois é, eu queria fazer algumas perguntas, assim, sobre o Programa Mediar e a sua atuação na implementação do programa também e algumas outras questões. Tem algum problema se eu estiver gravando?*

Policial 04: Não, não, pra mim tá tranquilo.

Tamires: *Tá. Essa pesquisa que eu to fazendo é pra minha dissertação do mestrado e daí eu passei pelo comitê de ética também e eles me pediram pra fazer uma relação também com a polícia civil. Então eu tenho autorização do chefe Emerson pra tá realizando essa pesquisa e*

*também tá coletando esses dados. Então nenhuma informação será salva se a senhora não quiser, mas de resto...*

Policia 04: Não, não, tranquilo! Já tiveram outros trabalhos também, não tem problema.

Tamires: *Ah, é mesmo?*

Policia 04: É. Podemos conversar sem problema.

Tamires: *Eu conversei já com o [REDACTED], com o inspetor [REDACTED] e ele falou comigo que o programa começou com um projeto piloto, né?*

Policia 04: Sim, começou com um projeto piloto em Canoas em 2013.

Tamires: *Ah! E aí vocês fizeram esse projeto piloto e depois ele começou a ser implementado?*

Policia 04: É, na verdade que que – não. Foi assim: nós fizemos um projeto, tá, um esboço de um projeto e quando pronto, submetemos à apreciação do chefe de polícia e pedimos autorização pra implementá-lo. Como piloto, foi no município de Canoas, na terceira delegacia de Canoas onde eu era titular na época. Esse projeto submetido à apreciação, então, do chefe de polícia, tá? Que nos chamou lá e disse que achava válido o projeto, que fazia gosto que ele mesmo fosse. Na época, era o delegado Ramon – hoje nosso vice-governador, né? Que fazia questão que fosse implementado, mas antes disso, como nosso projeto era inspirado num projeto que inspirado desde 2006 em Minas Gerais, ele pediu que a gente então fosse – formou uma equipe que então era eu, o comissário Prates e, na época diretora da (não entendi o que falou aqui, o tempo é 2:50), pediu que nós fôssemos até Minas Gerais pra conhecer o projeto lá e pra trocar ideias, né? E saber um pouco da experiência deles com relação a mediação de conflitos em sede de criminal porque a mediação de conflitos, embora já há um bom tempo esteja em voga, principalmente no direito de família e algumas questões civis, com relação a parte criminal, ela ainda é, existem experiências muito superficiais no mundo inteiro, né? Então nós fomos até MG e quando retornamos, então, implementamos ele na forma de piloto. Quando nós fomos apresentar os resultados depois dos nove meses da implementação do programa, já havia outro chefe de polícia. Na época daí era o delegado que, ã... face os resultados, né, com relação – porque o projeto todo é avaliado com relação a não reincidência das partes, né? E esses resultados foram muito positivos, nós não atingimos o índice nem de 1% de reincidência de um conflito entre as partes e esse índice, já cinco anos depois, né? Depois da implementação e agora já com 49 núcleos em funcionamento, ele nunca chegou a 1% dos casos.

Tamires: *Nunca?*

Policia 04: Nunca, nunca, nenhum núcleo apresentou uma reincidência maior de 1%. Então isso demonstrou até – e isso nós ficamos sabendo posteriormente, né? – que isso demonstrou que o resultado obtido no projeto piloto realmente retratava a realidade que nós viríamos enfrentar com a implementação desse projeto na polícia civil. A partir daí, então, a gente começou, estendemos o programa na Operação Verão naquele ano de 2014, tá? E, aos poucos, fomos fazendo a capacitação, né? Porque daí o chefe [REDACTED] assumiu e, e, e solicitou que a gente fizesse capacitação, isso já era combinado de outro delegado, mas a gente pode levar a cabo isso, né? E começamos a fazer capacitação de policiais e de delegados. E aí ao longo desse período de 2014 até agora, foram inaugurados 49 núcleos de mediação de conflitos no estado.

Tamires: *Em quantas cidades?*

Policia 04: ã... Ai, não tenho o número agora de cabeça, mas o comissário pode te passar. Mas a grande maioria – praticamente são 49, 40 cidades porque são poucas cidades que tem dois núcleos no mesmo local. Acho que só Santa Cruz que tem na DEA e tem um outro núcleo na delegacia, em Porto Alegre que tem a central de TC, tem a delegacia do idoso, tem a delegacia da mulher, ã... é pouquíssimas cidades que tem mais de um núcleo, o resto é praticamente um núcleo por cidade, por delegacia, né?

6:26 a 8:26

Tamires: *Uhum. E quando começou já tinha alguma experiência com mediação de conflitos? Tu e tua equipe.*

Policia 04: Não, na verdade a gente era estudioso, sabe? Era uma matéria que me atraía muito na verdade, eu conheci um pouco do projeto do JECRIM lá de São Paulo, embora eu entendesse que não fosse o ideal naquele momento pra realidade daqui do estado, né? Porque eles faziam – na época, quando nós iniciamos o projeto, nós trabalhávamos única e exclusivamente com mediação de conflito. Nós não fazíamos conflitos de conciliação e o projeto de SP sempre trabalhou com a conciliação, né? Então, ã, por isso que nós nos inspiramos no modelo de Minas Gerais que também trabalhava única e exclusivamente com a mediação. Nós trouxemos hoje esse projeto, tendo em vista já os resultados que obteve o reconhecimento de outras instituições como o ministério público, o poder judiciário, hoje, em alguns casos, né? Nós trabalhamos com a conciliação também.

Tamires: *Hum... e esses casos assim é por demanda das partes ou vocês averiguam?*

Policia 04: Não, são algumas questões pontuais. Por exemplo questões de trânsito, algumas apropriações indébitas, alguns tipos de estelionato onde basicamente não se consegue comprovar a má fé das partes. Tanto é que elas acordam ressarcimento do dano, né? Então nessas questões a gente acaba trabalhando também com a conciliação, ã... mas em parceria

com a mediação, a gente sempre trata a relação – que é o objetivo maior da mediação de conflitos, né – e em alguns casos onde há concordância das partes, a gente resolve nas questões patrimoniais também através da conciliação.

8:26 a 10:43

Tamires: *Uhum, entendi. E como que tem funcionado essa capacitação dos operadores pra trabalhar nessas mediações e conciliações?*

Policia 04: São edições do curso de formação de mediadores que a gente desenvolveu também que ocorre na academia de polícia, né? Normalmente, dentro da nossa possibilidade, a gente estabelece um limite a cada ano, um calendário de cursos. Normalmente um a cada dois meses. Esse ano, infelizmente, a gente não conseguiu fazer tantas edições, esse ano só houveram três edições. E nessas edições a gente faz a capacitação dos delegados e dos agentes mediadores.

Tamires: *Ah, os delegados também...*

Policia 04: Sim, porque cada núcleo é coordenado por um delegado e dois mediadores, e todos os três necessariamente tem que ter o curso de formação.

Tamires: *Ah, entendi. O [REDACTED] tinha comentado comigo que vocês têm aceitado, assim, a participação de mediadores que não são só da polícia.*

Policia 04: Não, na verdade, assim, através de convênios, né? Nós fizemos alguns convênios com algumas universidades, tá? A polícia civil, né? Fez convênio com algumas universidades que têm a mediação de conflitos no seu currículo, né? E então essas pessoas que optam por fazer o estágio no núcleo de mediação, elas passam por uma capacitação EAD e a partir de então, sob a coordenação de um policial formado em mediação, eles cumprem um estágio nos núcleos de mediação, tá? E tivemos também alguns pedidos por parte do judiciário e do poder judiciário de capacitação. Então a gente capacitou alguns mediadores judiciais, capacitamos duas desembargadoras, dois procuradores de justiça, dois promotores, mas isso foi através de solicitação desses órgãos pra conhecer o curso e que foram autorizados pela chefia de polícia.

Tamires: *Sim, é bastante gente, né?*

10:43 a 13:25

Policia 04: Sim.

Tamires: *E como tu resumiria, assim, ã, os princípios que norteiam o programa em todo esse período que tem se desempenhado?*

Policia 04: Olha, o princípio basilar do projeto que a gente desenvolve e da mediação de conflitos como um todo é a voluntariedade das partes, né? A mediação de conflitos nada mais é do que a prevalência da vontade das partes. O que que acontece? Por que que normalmente em decisões

judiciais se tem o índice tão alto de reincidência? Porque as vezes a vontade de um terceiro, que é o julgador, não reflete a necessidade e a vontade das partes naquele conflito. E não raras vezes, tanto o acusado, quanto a vítima, saem descontentes de uma audiência onde um terceiro decidiu, né, o que ele era melhor entre às partes. Então o princípio basilar da mediação é justamente o respeito à vontade das partes. E quem trabalha com mediação sabe que muitas vezes o que as partes decidiram não seria o que eu decidiria ou tu decidiria, mas é o que funciona pra elas porque dentro da realidade delas, dentro do que elas estão dispostas a abrir mão pro convívio pacífico, entendeu? E por isso que os índices de reincidência são tão baixos, porque a mediação de conflito basicamente respeita a vontade das partes.

Tamires: *Sim. A senhora acompanha todas inaugurações de todos os 49 núcleos?*

Policial 04: Olha, no início, eu me fiz presente em todos quando iniciaram as inaugurações dos núcleos, né? Hoje eu procuro me adequar dentro da minha carga horária, enfim, dentro dos meus outros compromissos, né? A chefia de polícia sempre se faz presente na inauguração dos núcleos, quando as delegacias são do interior, do diretor do DPI, quando na capital de gestores do departamento de polícia metropolitana, e... nas vezes em que eu consigo conciliar, eu me faço presente, em outras o comissário se faz presente. Agora no dia 10, nós temos a inauguração do núcleo de canela onde eu vou ter a possibilidade de tá presente e... é assim, dentro dos meus outros tantos compromissos, eu procuro participar de todos.

13:25 a 15:00

Tamires: *E como tem sido feito o acompanhamento desses núcleos? O programa mediar é vinculado a algum departamento específico?*

Policial 04: ã, não. Ele é vinculado – os dados são coletados pela divisão de assessoramento da institucional da polícia, tá? Onde o comissário [REDACTED] foi alocado, e os dados passam por mim, entendeu? A coleta é feita lá, só que, na verdade, eu sou gerente do programa, tá? E eu estabeleço o norte do programa, as diretrizes do programa são estabelecidas através da minha gerência e essa coleta de dados é feita na DAIP. Então os núcleos informam o número de mediações que são feitas bimestralmente, tá? E os índices de reincidência também. E é através dessa coleta que a gente avalia a efetividade do programa.

Tamires: *Sim. E esses dados, eles têm sido divulgados? Eu cheguei a ver que tem uma coisa no anuário da polícia de 2016, mas o de 2017 eu não consegui abrir pelo site, então...*

Policial 04: ã, esses dados, não há problema nenhum em serem divulgados, tu teria que entrar em contato com o comissário porque ele tem – porque, como eu te falei, ele está alocado na DAIP onde centraliza

toda essa questão de números, né, de dados. E ele não teria problema nenhum em te fornecer caso tu tenha interesse.

15:00 a 17:34

Tamires: *Aham... Ah, ele tinha comentado comigo também, o [REDACTED], que um dos primeiros casos tinha sido a demanda de um homem que era homossexual que teve uma demanda que era com algum vizinho, uma briga de vizinho, algum tipo de desentendimento, agora não me lembro ao certo. E essa minha pesquisa também é voltada pras violências contra a população LGBT. Aí eu queria –*

Policial 04: *É, é que o que que acontece, tá? Quando nós iniciamos esse trabalho lá na 3º delegacia de polícia, nós tínhamos um cartório de atendimento a... a... crimes por discriminação. Então atendíamos discriminação religiosa, atendíamos discriminação racial e a discriminação por gênero, né? Então muitos dos casos que a gente atendeu no início desse trabalho estavam vinculados a esse cartório, tá? E esse foi um dos casos que estava nesse cartório de, de... de discriminação, né? E que foi resolvido através da mediação, mas não necessariamente, não há nada que vincule o atendimento nesses grupos, entendeu? Mas como o delito que atende eles é passível de mediação, muitos dos casos foram resolvidos através da mediação.*

Tamires: *Então tem bastante casos, assim, que já passaram?*

Policial 04: *Sim, sim. Hoje, no estado, nós realizamos em torno de umas 2.500, mais eu acho, 2.700 mediações. Em torno disso, não posso te dar o número exato porque eu não tenho aqui comigo agora.*

Tamires: *Sim. E tem como precisar, por exemplo, “Ah, 17%, 20%” quando tem algo relacionado com a violência contra a população LGBT?*

Policial 04: *Eu não sei se esses dados existem lá na DAIP, tu teria que falar com o comissário Prates. Talvez tenha em relação a violência doméstica, talvez haja uma separação com relação a violência doméstica, mas com relação a esses tipos de preconceito, eu acho que não temos esses dados separados não.*

17:34 a 19:40

Tamires: *Sim. E a senhora chega a acompanhar, assim, como acontecem essas formações pra mediações na ACADEPOL?*

Policial 04: *Sim, essas formações são dados por mim e pelo comissário.*

Tamires: *Ah, entendi!*

Policial 04: *O curso foi ministrado por mim e por ele. Nós criamos o curso, nós desenvolvemos o curso e nós aplicamos o curso.*

Tamires: *Entendi. E as diretrizes do curso, ã, tem só coisas relacionadas a mediação e conciliação ou também tem outras relacionadas a debate de gênero, sexualidade, coisas assim?*

Policial 04: Não, não, é curso de formação de mediador. Na verdade a gente faz um apanhado histórico do Direito, né? Até o momento em que estamos, o papel da polícia nesse momento, ã... e daí ingressamos com, com, com conceitos de mediação, de justiça restaurativa, enfim, e depois entramos propriamente dito no programa do mediar, né? E por fim tivemos algumas oficinas pra, pra fortalecer a técnica.

Tamires: *Uhum. Então não existe uma orientação específica sobre esses casos que envolvem negras ou casos –*

Policial 04: Não, na verdade o programa, ele é balizado por tipo de delito, né? Não necessariamente se envolve essas questões de preconceito, enfim. Por exemplo – vou te dar um exemplo –, ã, é permitido a utilização da mediação nos crimes de injúria, tá? Se ela é racial ou se ela é decorrente de homofobia, ou se é uma injúria normal entre vizinhas, por exemplo, isso não interessa, entendeu? Interessa que a técnica possa ser utilizada para o crime de injúria independente da motivação.

19:40 a 23:10

Tamires: *Uhum, entendi. Pois é, conversando com outras pessoas que tão envolvidas na polícia e o Mário que é o meu colega no mestrado, eu acabei ficando sabendo que o DECA tá se transformando no departamento pra atendimento de grupos vulneráveis. Aí eu conversei com a delegada Adriana e com a delegada Sônia e também com a delegada Viviane que é do DENAR que trabalha na divisão de prevenção.*

Policial 04: Sim, sim.

Tamires: *Aí todas elas, assim, fazem relatos em relação a projetos em comum, algumas chegaram a mencionar o programa mediar em algumas questões e tal. A senhora acha que existe um diálogo entre esses setores dentro da polícia?*

Policial 04: Sim, sim, claro que existe! A própria delegada [REDACTED] já é capacitada na mediação de conflitos, a delegada [REDACTED] já tá inscrita pra próxima edição que tiver. Encontrei com ela (com a [REDACTED]) recentemente e ela me disse que nos últimos dois ela tinha outros compromissos e não pôde fazer, mas que no próximo ela pretende, ela vai se agendar. Então elas – a delegada [REDACTED], no verão, trabalhou aqui com a gente e trouxe alguns casos também pra mediação. Então há um diálogo, há um conhecimento do programa, né? E dentro do possível, elas fazem um encaminhamento adequado e são capacitadas pra poder identificar quando cabe a própria mediação e fazer o encaminhamento adequado.

Tamires: *Uhum. E como a senhora percebe, assim, essa, esse empenho da polícia em trazer novas práticas pra dentro da instituição como essas questões de prevenção? Com projetos, o próprio programa mediar... que não tem em todo Brasil.*

Policial 04: *É, essa questão a gente aborda no curso, entendeu? Como eu te falei que a gente fala da evolução do Direito e da polícia até o momento atual, a gente vive um momento social, né, onde a polícia, onde não é mais aceito pela população, pela comunidade, pelas pessoas, uma polícia que tem um papel meramente repressor. Até porque esse papel de polícia meramente repressora tem mostrado que não funciona mais, né? Há um momento em que precisamos trabalhar na prevenção e há um momento em que precisamos dar um segundo olhar, uma segunda chance pra aquele indivíduo que inicia a delinquência, né? Que começa a delinquir. Então eu acho que aí entra o papel do mediador e do programa mediar com relação a esse papel da polícia. É um trabalho de prevenção até porque os números demonstram que a reincidência é extremamente baixa dentro do programa, e é um segundo olhar, né? Uma segunda chance, uma reflexão pra que a pessoa não venha a se envolver com outros fatos criminosos. E eu acho que isso vem ao encontro desse papel que hoje se exige das polícias, né? No mundo inteiro, não só no Brasil.*

Tamires: *Uhum, entendo, é verdade.*

23:10 a 28:50

Tamires: *E como a senhora percebe, assim, do que é importante na abordagem pras mediações e pras práticas que envolvem o programa mediar?*

Policial 04: *Olha, eu acho que a maior dificuldade que a gente tem inicialmente é que eles entendam o programa, entendeu? Que eles entendam qual as vantagens que eles receberam com a adesão ao programa e o que de fato consiste o programa porque muitas vezes muitos chegam aqui achando “Ah, vai ficar por isso mesmo”, entendeu? Quando na verdade não, na verdade é uma oportunidade de reflexão sobre o fato criminoso e o restabelecimento de uma relação que muitas vezes pré-existia e que em algum momento foi abalado e muitas vezes até por um mal entendido, por um momento difícil na vida das pessoas, entendeu? Então eu acho que quando eles entendem que é uma nova oportunidade de decidir sobre suas próprias vidas sem a intervenção de um terceiro, aí que a coisa flui.*

Tamires: *Sim. E nessas abordagens, a senhora acha que esses debates de gênero e de sexualidade que tão vindo bastante à tona, fazem diferença pra encaminhamento dos procedimentos?*

Policial 04: *Sim, fazem muita diferença porque na verdade o que que a gente costuma dizer, né? Um papel não resolve nada, o que resolve é a reflexão, é o entendimento sobre os fatos e é isso que a mediação faz, né? Pra nós, policiais, certamente seria até muito mais fácil elaborar um*

termo circunstanciado e despejar no judiciário, mas qual a consequência que isso tem pras pessoas? Qual o entendimento que elas passam a ter daquele fato? Nenhum. Muitas vezes porque elas não têm oportunidade de refletir, não têm oportunidade de falar, né? Não tem a oportunidade do entendimento, e o programa mediar dá a elas exatamente isso, né? De sentar, refletir sobre o que fez, poder perceber no outro as consequências dos seus atos, né? E a partir dali ter uma nova postura.

Tamires: *Sim. E quando a senhora tava pensando o programa, né? Como que surgiu essa ideia de desenvolver de mediação sendo que a gestão de conflitos de modo geral, no Brasil, é tratada no judiciário, né?*

Policia 04: Sim. Não, é que nós tínhamos um índice muito alto de reincidências. Eu trabalhava numa delegacia bastante conflituosa que atendia um bairro bastante carente lá de Canoas, atendia ali o Guajuviras, e os índices de reincidências que nós tínhamos eram muito altos. ã, nós tínhamos aquilo que nós costumávamos chamar dos clientes da casa, né? Que chegavam na delegacia, faziam o registro de ocorrência, normalmente envolvendo as mesmas pessoas e nós elaborávamos o procedimento, mandávamos para o judiciário. Muitas vezes antes do procedimento chegar no judiciário, elas já estavam ali de novo e a gente começou a perceber que isso se devia em função da falta de oportunidade, como eu te disse, né? Refletir sobre aquele fato, de entender o que aquilo atingia outra pessoa e a partir daí a gente desenvolveu esse trabalho então.

Tamires: *Ah, entendi. Pois é, resumidamente seriam essas as perguntas, a não ser que a senhora queira acrescentar mais alguma coisa, não sei.*

Policia 04: Não, sinceramente agora eu não me recordo de mais nada, mas assim, tu já tem o meu telefone, tu fica bem à vontade quando tu for elaborar a tua tese, o teu... é tua tese de mestrado?

Tamires: *É dissertação.*

Policia 04: Tua dissertação e tu perceber que falta mais alguma coisa, alguma coisa não foi bem entendida, tu fica bem à vontade e pode me ligar a hora que tu precisar!

Tamires: *Ah, eu tinha pedido pro [REDACTED] pra ele me enviar a portaria 168 e ele disse que eu tinha que pedir pra senhora pra ver se a senhora daria autorização por uma questão hierárquica e tal.*

Policia 04: Não, não, tá tranquilo, pode ligar pra ele e dizer que tu conversou comigo e tá autorizado. Aí qualquer coisa ele me manda um whatsapp e eu confirmo. Fica bem tranquila, tá? E se tu precisar dos dados também, pede pra ele que essa questão é com ele mesmo, ele que concentra com o departamento dele, na divisão dele, esses dados.

Tamires: *Sim. Ah, e outra coisa! Como eu tive que passar pelo comite de ética pra fazer as entrevistas e tal, eu precisaria que a senhora assinasse um termo de consentimento, aí eu não sei se de repente eu poderia encaminhar pra senhora por e-mail.*

Policial 04: Tá, pode anotar aí o e-mail, posso falar?

Tamires: *Pode falar.*

(Conversaram um pouco sobre pormenores dos encaminhamentos já transcritos acima e desligaram)

*\* Áudio Interrompido \**

## APÊNDICE K – ENTREVISTA 11

**Data:** 29/11/2018**Local:** Café Cantante**GRUPO:** Venezianos Pub Café**IDADE:** 41 anos**GRAU DE ESCOLARIDADE:** Ensino superior**PROFISSÃO:** empresária**ORIENTAÇÃO SEXUAL:** lésbica

<b>Tempo</b>	<b>Transcrição</b>
00:00 a 12:15	<p>Empresária: Eu falo, falo, falo, falo o dia inteiro! Mas na hora dessas questões assim... eu saio mesmo. <i>La lá lá lá! Lá lá lá lá</i> (risada)</p> <p>Tamires: <i>(risada) Ai ai...</i></p> <p>Empresária: Ai, mas pelo menos agora tem celular, feliz eu fico – pouco te vi e sempre te amei (risada breve). Mas na realidade do Venê, eu, nós presenciamos uma única vez um menino – não era nem um menino, um homem já –, ele saiu do Venê e há algumas quadras dali ele foi agredido. A priori ele foi agredido por ser LGBT. Nos avisaram –</p> <p>Tamires: <i>Na mesma hora?</i></p> <p>Empresária: Sim, tinha um rapaz que tinha saído dali e ele pediu para nos chamar e nós fomos correndo. O [REDACTED] estava tocando, o [REDACTED] parou de tocar porque alguém teria dito para ele e saiu eu, o [REDACTED] e a [REDACTED]. A [REDACTED] abandonou o caixa, a [REDACTED] ficou no caixa, enfim, nós três saímos correndo junto com o segurança que trabalhava para a gente na época e fomos auxiliá-lo. Nós queríamos entender o que tinha acontecido, ele sangrando e aí ele disse que provavelmente era por ele ser LGBT, foi uma agressão gratuita. E essa agressão gratuita, quando ela não está <i>linkada</i> a furto ou roubo e quando – ele no caso, ele mesmo disse “Eu também sou poc” e na época <i>poc</i> não era popular como hoje, poc era purpurina. Ele ficou arrasado. Nós chamamos a ambulância e ele optou por não prestar, não fazer um boletim de ocorrência. Nós queríamos muito que ele fizesse e por isso que eu perguntei antes sobre os dados porque se realmente isso for documentado... as pessoas tem muito receio de chegar em órgãos públicos e virarem chacota dos órgãos públicos.</p> <p>Tamires: <i>Exatamente.</i></p> <p>Empresária: Eu tenho essa sensação. Assim como mulheres por muito tempo – e ainda acontece – ficam com receio quando são vítimas de uma violência sexual, são vítimas de estupro, enfim, ficam constrangidas, os gays também ficam constrangidos com medo de virarem chacota diante do poder público quando era o poder público que deveria abraça-los e prestar tutela judicial. Mas... volto a dizer: nesses anos todos, foi essa vez que nós presenciamos.</p>

Tamires: *Foi a única vez.*

Empresária: Foi a única vez e porque que é estranho?

Tamires: *Faz tempo isso?*

Empresária: Faz uns... te digo que uns 4 anos. E realmente foi a única vez. Antes – e aí eu falo como instituição, logo quando o Venê abriu, foi fundado, ainda nas mãos da nossa [REDACTED] que fundou a casa, havia muito, muito, muito preconceito em relação ao entorno porquê... as pessoas que moravam na região não aceitavam a presença de um bar, de um restaurante que abraçasse a população LGBT. Quando eles perceberam que era isso que acontecia na casa, eles realmente se revoltaram. Não digo todos, mas muitos, isso são histórias que a gente conhece, alguns vizinhos ainda moram lá e tiveram que nos aceitar.

Tamires: *Sim.*

Empresária: Claro, isso são especulações, mas nós temos especulações, só não temos provas disso, temos especulações que inclusive muita dificuldade documental na época para se abrir a casa se deu exatamente por isso.

Tamires: Vocês tiveram dificuldades burocráticas?

Empresária: Sim, na época sim! Por quê? Volto a dizer: especulação. Não se tem provas, mas... falava-se, inclusive dentro dos corredores da prefeitura, que não dava “para liberar uma casa que só vai ter gay e sapatão”, entendeu? Ainda no meio da Cidade Baixa porque na época não existia nada na Joaquim Nabuco, nada! Só tinha o Opinião.

Tamires: Ah! Sim, outra realidade.

Empresária: Outra realidade e era uma região extremamente residencial. Antes do Venê, existia um bar chamado Fly que também era, a população LGBT tinha abraçado o bar, mas ele fechou, a casa ficou desocupada um tempo e aí abriu o Venezianos. O que eu percebo? Que essa onda de Bolsonaro, se antes a gente havia deixado as pessoas com esse preconceito emudecidas, agora, durante uns bons anos, essa onda de Bolsonaro permitiu que essas pessoas falassem de novo. Eu fiquei, digamos, hipoteticamente, de 2002 – antes de Lula, ousou dizer que antes de Lula, eu já ainda com o Fernando Henrique, no final de FHC, com a mudança de século, as pessoas já estavam aceitando essa mudança, entendendo que nós tínhamos, assim como deveres, nós tínhamos direitos – nós gays, LGBTs. E aí depois veio a onda de esquerda mesmo, independente de ser o Lula mais ou menos conservador, mas havia uma política – pública inclusive – que nos respeitava, que culminou nas vitórias que nós conseguimos no Judiciário, que naquela Arena LGBT eu comentei muito isso e é o que nós enxergamos agora. Mas, enfim, essas pessoas todas do entorno, vizinhos, ficaram emudecidas!

Tamires: Quando se instalou o Venê?

Empresária: Depois já porque o Venê foi fundado exatamente em uma época muito difícil, porém, as pessoas já estavam começando a se familiarizar com o direito dos LGBTs. Se nós pensarmos que isso aconteceu em 2000 – o Venê foi fundado em 2000, 18 de janeiro de 2000 –, então o Venê passou por todas essas transições. Ele... as pessoas, nós todos que abraçamos a casa, nós já enfrentamos algumas situações peculiares, volto a dizer, com vizinhança, com pessoas passando na volta. Agressão, a única agressão de fato foi essa com esse rapaz que deve ter acontecido uns 4 anos atrás e que não foi lá no Venê, foi umas duas quadras de lá. Imagínávamos que havia sido uma agressão por homofobia... mas conosco, era isso! Era um... essas conversas, sabe? De pé de ouvido: “Aquele bar só vai gay, sapatão” (espirro) – perdão! “Então por que nós vamos manter, enfim, ou vamos permitir que esse bar continue?” – tinha essa vizinhança que atirava ovos, enfim, sal, faziam de tudo porque não queriam que o público LGBT se instalassem nas suas casas, não queriam ver dois homens se beijando na frente da filha que estava voltando do colégio, não queriam ver duas mulheres de mãos dadas na frente da esposa... mas eles começaram a perceber que era um negócio sério, que as pessoas tratavam quaisquer outras com respeito, não era só o público LGBT, a gente sempre costuma dizer que se vier um evangélico no Venezianos, ele será bem aceito, se vier um Rasta, será bem aceito, porque não é só *gay friendly*, a casa é *friendly*, mas... eles começaram a nos aceitar, perceberam que o negócio era sério, só que tinha aquela dor porque o homofóbico ficou com aquela dorzinha guardada: “Eu tenho que aceitar porque está todo mundo aceitando”, né? – “Eu tenho que aceitar porque eu estou vendo duas bichas se beijando na novela agora”. Então se emudeceram e, hoje, nós percebemos que muitos nos aceitaram nos engolindo, mas não de fato nos respeitando porque agora esses que estavam “tranquilos” com as nossas presenças esses anos todos, começaram a se posicionar dizendo: “Ih, Bolsonaro vem aí, hein? Já vão preparando para ficar tudo brilhando, essa história de beijinho na calçada não vai poder mais! Essa história de mãozinha dada não vai poder mais”.

Tamires: Começaram a ouvir isso e –

Empresária: Sim! Nós começamos a ouvir isso ali na frente! De pessoas que nós nem imaginava!

Tamires: Mas que já tinham visto por ali?

Empresária: Siiim, e que estavam “tranquilas”, aparentemente tranquilas com a nossa presença. Ouvi dizer que já tinham até nos dado legitimidade, haviam percebido que nós não estávamos ferindo os direitos de ninguém, pelo contrário, nós só estávamos fazendo aquilo que é do nosso direito que é a nossa presença, a nossa existência. Dois homens de mãos dadas, duas mulheres de mãos dadas, essa é a nossa existência, isso é a nossa presença. Agora, no entanto, nós começamos a perceber essa alteração de comportamento do nosso entorno... como se aqueles que nos aceitaram esses anos todos, só nos engoliram e agora acham que não precisam nos engolir mais. Isso é uma coisa que nós... percebemos. Muito. E nos machuca muito porque no afinal de contas nós não estamos ferindo os direitos de ninguém. Nada. Nós só estamos existindo. Estamos indo jantar, beber, ouvir, discutir política, nos divertir – e nosso direito de ir e vir e permanecer fica... em

baixo de olhos julgadores, condenadores! Parece que nós estamos voltando para 20 anos atrás.

Tamires:

12:15 a 21:15

Tamires: E quando o Venê surgiu, assim, tu acompanhava? Tu não era dona ainda, né?

Empresária: Não, assim, o Venê surgiu por pela [REDACTED] e pela [REDACTED] e como que elas – isso também são informações que a gente tem nos anais do Venê –

Tamires: Ah, vocês têm, tipo –

Empresária: Sim, nós temos coisas documentadas, histórias. Porque no final da década de 90, os casais gays, eles não tinham muitas opções de diversão... claras! Só escuras que também são opções de diversão, mas elas demandam um certo horário, abriam mais tarde, lugares mais escuros porque as pessoas tinham constrangimento de mostrarem as suas caras. E uma coisa que eu gosto sempre de lembrar era a questão do jantar que para qualquer casal hétero o sair para jantar e o pegar na mão é a coisa mais simples do mundo... para nós LGBTs? Já foi uma coisa muito difícil. Se hoje está mais tranquilo – e está mais tranquilo em alguns lugares, em alguns bairros, em algumas cidades –, vai fazer, vai pegar a mão da tua namorada na cidade que o Bolsonaro teve mais votos em Santa Catarina! Vê se isso é uma coisa fácil, nós estamos falando de 2018. No final da década de 1990, esse cenário era muito mais difícil que é hoje... e como que tu fazia? Queria jantar com a tua namorada em um restaurante e queria poder pegar a mão da namorada, mas não tinha onde fazer isso porque se tu fizesse isso no final da década de 1990, as pessoas todas iam olhar para esse casal: “Ai que nojo! Que horror” – e era muito provável que o garçom chegasse na mesa e dissesse – “Parem com isso se não vocês vão ter que se retirar”. Agora coloca todo esse cenário e junto os dias dos namorados – o que todos os namorados do mundo fazem, gostam de fazer nos dias dos namorados além de... de detalhes pessoais? (risada) Jantar! É uma das datas que os restaurantes ficam mais cheios. Agora os namorados LGBTs não podem comemorar porque se eles não podem qualquer dia fazer assim na mão da namorada ou na mão do namorado, tu imagina no dia dos namorados. Tu entrava em um restaurante e tu era a estrela a brilhar. Todo mundo parava, acabava com o romantismo de todas as mesas: “Olha lá, duas mulheres nos dias dos namorados”. Então aquilo que era... um prazer cotidiano para qualquer outro cidadão, para nós era uma... novela. E o nosso direito de ir e vir e permanecer também ficava coibido porque eu não posso ir em um restaurante como qualquer outro casal que para outro casal heteronormativo é a coisa mais simples do mundo, eu tenho que ficar trancada em casa! Se eu comemorar como qualquer outro casal, eu vou ser julgada, é possível que um dia que tem que ser lindo e romântico o garçom ou o proprietário do local peça para eu me retirar – isso se eu não for agredida verbal e fisicamente. Nesse *inteirim*, neste cenário, a Vera Ardaís e sua companheira, na época, resolveram fundar o Venezianos. E nós sabemos, inclusive, que o Venezianos não foi fundado para ser direcionado à população LGBT, ele foi fundado para receber pessoas e que as

peessoas pudessem ser exatamente o que elas queriam ser na época que elas quisessem ser com as roupas que elas quisessem usar: pessoas! Curiosamente quem tinha essa necessidade era o público LGBT e, por isso, a casa agregou tanta gente. Já na inauguração do Venezianos foi um sucesso, já no primeiro dia e, felizmente, permanece uma casa em funcionamento, podemos agradecer porque continuamos com sucesso nesses 19 anos, mas realmente quando ela foi fundada, ela foi fundada para receber pessoas e as pessoas se sentissem bem exatamente da forma como elas quisessem se sentir. Primeiro dia dos namorados do Venê, a lista de espera foi de quatro horas... “Que bárbaro que eu vou ter um lugar que eu possa jantar bem, que eu possa tomar um espumante e que eu possa beijar o meu namorado – que eu possa beijar o meu namorado! E eu não vou comer lanche ou ter que ficar escondido, eu vou fazer aquilo que quaisquer outros casais querem fazer no dia dos namorados. Quero levar meu companheiro/companheira, quero sentar em uma mesa, quero ser atendida, quero tomar um espumante, quero jantar bem, quero ir para um motel depois feliz da vida e com esse entendimento de dignidade”. Então eu admiro muito toda essa ideia do Venezianos e por isso eu falo de uma maneira apaixonada porque o Venê deu dignidade aos movimentos mais cotidianos da nossa existência de LGBTs em Porto Alegre. Quando ele abriu, o nome era Venezianos Pub e Café – realmente era um café, abria na hora de café, as 5 horas da tarde e era um movimento das pessoas – “Vamos ir lá tomar café no Venê” – dos LGBTs! – “E aqui eu posso tomar, sentar, pedir um café, pedir um salgadinho e beijar o meu namorado”. É que a gente fala, parece uma coisa tão... simples – e é simples, mas as pessoas não viam como simples, não entendiam como simples e até hoje nós percebemos esse movimento. Quando entra alguém que vai para o Venê porque eles disseram que a nossa panqueca de camarão era a melhor do mundo, aí a pessoa vai lá comer a panqueca de camarão e não sabe quem é que frequenta e quem não frequenta porque isso não importa! São pessoas que frequentam, ok, certo? E aí a gente percebe esse movimento. E aí eu, claro, só no interno né: “E aí, ele vai cancelar o pedido ou vai comer? Será que ele vai se importar? Vai se sentir mal?”.

Tamires: E aí vocês ficam acompanhando isso.

Empresária: Claro. Antes, muitas pessoas desistiam do Venê, cancelavam. Hoje, muito menos. Aliás, teve um depoimento desses canais de alimentação, de dicas, e nós achamos muito bonitinho um depoimento sobre aqui. Ela colocou o seguinte: “Sou hétero, não moro perto do Venê e não trabalho perto do Venê” – porque essas são as maiores desculpas, como por exemplo – “Ah, mas como é que tu vai no Venê se tu não é gay”, “Ah, porque eu moro perto, trabalho perto” – mas ela disse – “... Não moro perto e não trabalho perto. Vou no Venê para comer bem, ser bem atendida e por um preço bom”. E, aliás, esse site é para dizer o que a gente come, não tem que importar quem está sentado na mesa ao lado. Não faz a menor diferença! Se eu estou falando em um site de comidas sobre comidas, eu tenho que falar sobre?

Tamires: Comida (risada breve).

Empresária: Comida! Não tem que importar quem é que o fulano que está na mesa do lado “come”, o que importa é o alimento que eu vou me alimentar e aquilo foi realmente muito engraçado. Mas é isso.

21:15 a 35:40 Tamires: Tá, mas as pessoas levantavam e iam embora?

Empresária: Sim, diziam: “Ah, desculpa... eu tenho um compromisso que eu esqueci, vou ter que cancelar” – porque não se sentiam bem por estarem dividindo o mesmo ambiente com casais homossexuais. Isso é muito estranho porque nós LGBTs – e eu falo com lugar de fala – nós sempre fizemos, nosso desejo é poder frequentar outro lugar sem que nossa orientação sexual importe na forma de ser recebido, certo? Em contrapartida, nós, quando estamos do outro lado do balcão, não enxergamos essa diferença. O hétero – eu não consigo entender isso –, mas a verdade é essa: o hétero não tem problema de entrar em lugar nenhum, inclusive em uma casa que atende mais LGBTs porque ele continuará sendo bem atendido da mesma forma. Apesar de ele ter essa facilidade de ir e vir, o hétero optou por muito tempo em não entrar porque ele tinha receio do que ia acontecer ali dentro: um homem vai passar a mão, uma mulher vai dar em cima da minha mulher, como se fosse tudo uma... tudo liberado, tudo um bacanal gigante – e não é! Nós somos exatamente como quaisquer outras pessoas, temos comportamentos idênticos no sentido de convivência social. E... e eles, muitas vezes, recuavam, heterossexuais quando chegavam lá porque tinha uma indicação de prato, vinham jantar e viam dois homens se beijando, duas mulheres fazendo carinho uma na outra. Carinho de mão! Carinho de mão! E pediam para cancelar o prato e sempre com um: “Ai, desculpa! Eu esqueci que tinha um compromisso”. Agora bem menos, agora o pessoal, casais héteros tem ido muito no Venê e sabem de toda dinâmica, enfim, vinham jantar e vão embora, ficava tudo bem, isso não interfere, mas um dia interferiu eee não sei se não voltará! Porque voltando, costurando aquilo que eu tinha dito antes, esses dias, das tantas conversas que a gente tem lá no Venê, eu vi um rapaz, foi muito preciso quando ele me disse uma coisa: “Tu tem que entender, os homofóbicos ficaram realmente dentro do armário durante 16 anos. Eles tiveram que nos aguentar durante alguns anos com a gente se beijando em novela, pegando na mão para caminhar e eles não podiam expressar a raiva porque era feio para eles. A maioria não expressa mais essa raiva, então tu tem que aceitar, mas agora aquela raiva toda que estava dentro do homofóbicos está indo para fora – por isso que o Bolsonaro teve agrado a tantos porque ele disse com raiva aquilo que os outros não podiam dizer”. O rapaz que me disse isso se chama David e ele tem toda a razão, ele realmente tem toda a razão.

Tamires: Sim... mas, assim, no começo, né? Quando não tinha o Venê, já tinha outros espaços que eram vistos como espaços que recebiam vocês LGBTs ou o Venê realmente foi um dos primeiros?

Empresária: Sim. O Venê foi um dos que se mantém. Tem uma casa que se chama Vitrô, o Vitrô é um clássico de Porto Alegre, o Vitrô existe desde a década de 1980 se não em engano, mas o Vitrô tem uma outra leitura. O Vitrô não tinha aquela ideia de restaurante ou de café, ele tinha uma ideia, me parece, mais já de balada e a balada existia, sempre existiu, realmente o Vitrô sempre abraçou o público LGBT, mas o que o Venê trouxe de diferente foi isso, essa possibilidade de sentar em um café e fazer coisas cotidianas. Tanto que o Venê não era uma balada, ele foi se transformando em uma balada no decorrer da sua vida. Ele já nasceu com alvará de 24 horas com a possibilidade de música – que é o que nós

fazemos hoje, continuamos fazendo. O pessoal quando vê nosso alvará: “Mas vocês podem trabalhar 24 horas!” – não me inventa que não tenho condições de ser rave! Imagina, nove horas da manhã eu atendendo (risada breve)

Tamires: (risada)

Empresária: “Mas Ale! Porque a gente não pode entrar depois das 3 horas?” – porque a porta encerra as 3? Simples! Imagina se eu deixasse entrar as 5, eu ia sair daqui as 10 horas da manhã e a gente chega as 7 horas! Não dá, não dá, a “veíinha” não aguenta mais. Então, mas o Venê não nasceu com a ideia de balada, nasceu com a ideia de bar, restaurante e café e aí ele realmente foi se transformando na medida das demandas. E aí sobre as casas, eu não residia em Porto Alegre, mas são coisas que a gente sabe. Se fala muito sobre a existência de um lugar chamado Doce Vício que era um bar que os porto-alegrenses amavam, o público LGBT adorava, W Café e alguns pontos que o pessoal falava bem e gostava muito, mas por N motivos acabaram não se perpetuando, não ficando.

Tamires: E esses eram mais antigos em relação ao Venê?

Empresária: Esses sim, eu acredito que eles sejam contemporâneos, mas... isso eu não vou te dizer com precisão, mas acredito que uns sejam mais antigos, outros contemporâneos na mesma época. Mas o que se manteve de fato foi o Venê que vai chegar a 2 décadas – logo! Se tudo continuar no caminho dos trilhos, chega a 2 décadas. Isso é um fator importante.

Tamires: Quando que começou a trabalhar no Venê.

Empresária: ã... eu comecei a trabalhar, eu não sei (risada), mas já faz um tempo, mas eu já não sei, faz alguns anos já. Eu não tenho muita percepção de datas, assim, pessoal eu não tenho – pior é que é verdade, não tenho mesmo. A [REDACTED] que está lá desde a gestão da Vera Ardaís que fundou a casa. Aliás, tem parte da equipe que está lá desde muito tempo. O André trabalha lá, há muitos anos, ousou dizer que uns 15 anos. Então é engraçado – e eu aprendo muito com eles – porque eles conhecem os hábitos pessoais mesmo de cada um, conhecem a dinâmica. E perceber isso, eu já posso dizer que eu estou há alguns anos. A gente percebe a evolução, a mudança de hábitos, o crescimento, tem umas pessoas que eu comecei a atender com aquele “Completei 18 anos, agora eu posso sair” e hoje as pessoas já são formadas. Olha eu a velha Irene! Mas é! Se formaram, estudaram, moraram fora – e voltam. Quando voltam “Ai que bom! Tá tudo bem? Vocês estão todos aqui?”, e eu “Que bonito, né? Vocês voando no mundo e feliz porque a gente está aqui?” – eles têm uma sensação de Porto Seguro, isso é muito frequente porque tu imagina colocando 19 anos – bom, eu te disse, o Venê vai completar 19 anos agora em 18 de janeiro de 2019. 19 anos? A pessoa que nasceu quando o Venê foi fundado... já pode frequentar a noite, já te desilusões amorosas, já sofreu por amor, já passou no vestibular, sabe-se lá se não está trabalhando, pagando conta, já não entrou a primeira vez no Serasa (risada breve), sabe? Tem uma história de vida toda dessa pessoa que nasceu quando o Venê foi fundado. Então tu imagina a quantidade de histórias que entram naquela esquina. Eu costumo dizer que... no balcão de um bar cabe um mundo porque é um mundo de histórias particulares, é

um mundo geográfico – nós podemos dizer que já atendemos gente do mundo inteiro, de lugares que eu nem imaginava que existissem. Elas vêm a Porto Alegre por milhões de motivo – trabalho, congresso, política, porque elas estão indo para a Argentina e deu problema no voo e pararam em Porto Alegre. O Venê já saiu no *New York Times* por isso! (risada breve) É verdade! Nós temos isso guardado. É... um repórter do *New York Times* estava indo para Buenos Aires, deu problema no voo e eles tiveram que ficar em Porto Alegre. Na época não tinha Uber, ele perguntou para o taxista onde ele podia jantar que fosse frequentado por mais LGBTs, o taxista levou ele para o Venê, ele comeu um risoto, nosso risoto saiu no *New York Times*! Gente, eu digo, que restaurante do Brasil sai no *New York Times* como o melhor risoto de pesto, de manjeriço? Então são coisas que vão sendo costuradas que a gente não imagina. O Venê serve de camarim – a Daniele Mercury quando vem gravar como se estivesse no Pelorinho, gravou no Venê. Então é – Gisele Bündchen já esteve no Venezianos, eu me matei fazendo Pisco Sour porque é um drink mais difícil de fazer. Aí ela desceu, desceu, tirou a peruca e disse: “Foi tu que fez o meu Pisco Sour” – e eu – “Aham... (voz de nervoso)” – “Obrigado, chuchu” – “Aham...” (risada nervosa). Então é um mundo de gente que cabe lá dentro. As questões políticas, a quantidade de acordo que foram firmados lá dentro, a quantidade de candidaturas que se alinharam lá dentro, a quantidade de eleições que começaram a ser construídas lá dentro, a quantidade de amores e desamores que se firmaram lá dentro, a quantidade de lágrimas que se caíram por desavenças amorosas, a quantidade de casamentos. Então é muita história e eu realmente sou uma apaixonada pelo o que eu faço, tu percebe.

Tamires: (risada)

Empresária: É muita história! E é isso que nos faz continuar porque uma hora cansa porque não é só noite – a noite é só a cerejinha do bolo, a noite é só a pontinha do iceberg. O dia? Hã! Eu tenho feito os *stories* do Venê e eu posto a dinâmica do Venê e as pessoas dizem: “Gente, tudo isso a quantidade de manutenção?”, eu digo “Sim!”. Que geladeira que não para de – são 14 geladeiras! Alguma sempre está vazando. É receber mercadoria, são 368 itens! “Como assim?” – Sim! Tem papel higiênico, palito, pimenta, sal – não é só o copo, são 27 tipos de copo! 27 tipos de copo! E tudo tem que ter no estoque. Alguma de vocês já chegou no Venê e pediu alguma coisa no cardápio que não tinha? Entendeu? É porque isso é uma regra da casa: tem no cardápio, tem que ter. Se o fornecedor não entregou, eu vou buscar. Então, às vezes, eu costumo brincar que é sobre Maomé e montanhas, já que eles não nos entregaram, a gente vai buscar, mas é uma dinâmica toda! E cada estabelecimento desses tem um histórico, só que o nosso junta tudo dentro de uma esquina que é o tamanho do Venê – venezinho, não é venezinho por acaso. A gente tem bar que hoje as casas com drinks estão muito em voga, mas há quanto tempo que o Venezianos tem drink? Desde que o Venezianos existiu. Tu entende? Há 20 anos atrás, queria comer um filé mignon com molho de frutas vermelhas na Cidade Baixa, me cita um lugar? O Venê. E jantar até as 3 horas da manhã. (*Toque de telefone tradicional e antigo no fundo*) – depois te ligo, beijo, beijo! Então é muita coisa dentro de um espaço.

35:40 a 46:42

Tamires: Uhum. E das coisas, assim, que tu percebe para fora do Venê, assim, tu encontra resistências?

Empresária: Como, por exemplo?

Tamires: Não sei, dessas coisas que tu mencionou de agora, de pessoas falando, fazendo –

Empresária: ã... mas que tipo – desculpa, eu não te entendi. Pessoas fora de todas as pessoas do mundo?

Tamires: Não, tipo ali na volta do bar.

Empresária: Tá, do entorno, certo. Assim... como eu te disse, a vizinhança, durante muito tempo, nos aceitou. Depois daquele racha inicial – porque no final das contas todos nós temos uma certa resistência a mudança. Quando abre um bar com um monte de bicha e sapatão – que era isso que acontecia –, não queriam ver mesmo! Não queriam ver na sua frente na realidade e não queriam expor os filhos a dois homens de mãos dadas ou a duas mulheres de mãos dadas. A humanidade aparentemente evoluiu e com isso esses movimentos: eles perceberam que o nosso trabalho era sério, que nós não estávamos ali para afrontar ninguém. Nós queríamos, como queremos, ser respeitados pelo o que somos e como cidadãos nós temos direito de ir, vir e permanecer, ir em um restaurante, ir em um café e esse é o meu discurso sempre. Bom... agora, e esse agora vem desde novembro do ano passado, há um ano atrás, nós começamos a perceber olhares – não de todos, evidentemente –, mas alguns olhares de julgamento que nós não imaginávamos. Esses olhares não existiam já há muito tempo. E bandeiras de Bolsonaro e esses comentários: “Ih, agora vocês vão ter que se cuidar, Bolsonaro vem aí, não vai mais dar para ficar de mãozinha na rua” – e essa mesma pessoa passando na rua com um adesivo enorme do Bolsonaro na rua. Como se aquilo fosse ameaçador: “Ó, te cuida, não dá mais para beijar aqui na frente. Vamos se dar o respeito! Querem fazer? Façam escondido. Não tenho nada contra, mas não quero que meu filho veja, não quero que minha mãe, quando vem me visitar, veja.” – e é isso que nós estamos percebendo. Esse movimento todo de extrema direita endossou o que muitas pessoas pensavam, mas estavam, essa... essa revolta toda fechada.

Tamires: Tu acha que essas manifestações afetam a segurança das pessoas que vão no bar ou outro lugar?

Empresária: Nós não podemos ter a ilusão que não. Nós já temos segurança privada, nós já temos uma empresa, pagamos monitoramento de câmeras, nós já temos empresa de monitoramento de carros. Se vocês perceberem, na esquina do Venê vai vão ver a placa mais equipe, certo? Se nós chegarmos na maior parte dos bares da cidade baixa, vocês vão ver quem sabe duas dessas coisas de segurança: uma de monitoramento ou alguém na porta da segurança privada. Nós procuramos ter porque já há muitos anos o Venê era isolado naquela região, hoje já não, tem vários comércios ali, mas antes o Venê era o único, era o Opinião, o Venê e acabou. Toda a rua, na travessa na tinha nada. E optamos por investir – e o investimento é alto – para que nós nos sintamos seguros, sabe? Porque... nós precisamos, nós ficamos uma quarta-feira chuvosa de inverno as três horas da manhã – quem é que está em Porto Alegre na rua? Os vizinhos, em contrapartida,

olha a loucura, apesar de tudo isso, os vizinhos gostam da nossa presença por quê? Porque enquanto o Venê está aberto, não tem assalto, não tem furto, não tem roubo, não tem arrombamento de carro porque tem movimento naquela esquina sempre, tem segurança privada sempre. Alguém já ouviu falar que alguém foi assaltado na esquina do Venê? Entendeu? Que algum carro foi arrombado na esquina do Venê? Não. Agora, os dias que o Venê não está aberto, aliás, teve já um, nós fomos capítulos de uma tese nesse sentido, eu não me lembro de quem precisamente, mas vou ver se eu encontro! São os dados de segurança sobre bares, quando os bares estão abertos, os índices de violência em torno caem tanto que existe furto naquela região? Existe. Quando? Segunda-feira à noite – segunda-feira à noite não tem ninguém naquela volta e aí sim tem furto, arrombamento, roubo.

Tamires: Tu acha que, assim, essas manifestações e essas coisas que tu tem relatado, afetou o público de ir menos na casa ou coisas assim?

Empresária: Na realidade, o que afetou, que nós percebemos, isso em toda Cidade Baixa e eu falo isso conhecendo a Cidade Baixa porque faço parte da associação de bares e comerciantes. No momento que a segurança geral da capital em Porto Alegre começou a virar um fator muito determinante do sair de casa, afetou a noite como um todo porque antes eu poderia ir no bar X na República, ir a pé da República até o Venê, ir do Venê a pé até a Refugiús – que era uma balada incrível que existia aqui em Porto Alegre e fechou. Hoje... se eu não tenho grana para pagar Uber, eu não vou me deslocar por tudo isso a pé, não vou! E não é só por ser LGBT ou não, é por ser um cidadão de Porto Alegre em uma capital que se viu muito desprotegida no direito de ir e vir. Realmente, se eu não tiver grana, eu sempre digo para o pessoal: “Gente, não vai a pé”. Quando tem turista e diz: “Ah, eu estou aqui no hotel X da Lima e Silva, posso ir a pé”, eu digo “Olha... é perigoso”. Ou quando as pessoas saem alcoolizadas: “Ah não! Eu vou a pé!”. Não adianta dizer que é inseguro, eu sempre tenho o melhor argumento: se te levarem, na melhor das hipóteses, só o teu celular, tu imagina ficar sem os teus contatos no final de semana. Mas isso é uma loucura porque a gente não pode caminhar com tranquilidade à noite na nossa cidade, então me parece, eu seria muito demagoga se eu deixasse só para esses movimentos. Uma questão de segurança é como um todo. Se esses movimentos de extrema direita nos afetarão mesmo, nós saberemos a partir de primeiro de janeiro deste ano, primeiro de janeiro de 2019. Por quê? Pela legitimidade que esses movimentos de extrema direita podem ter ou não e isso nós só vamos ver na prática. Nós não vamos nos amedrontar, não vamos recuar, a Parada Livre neste novembro vem para dizer isso, que nós não vamos recuar. Nós podemos ter uma logística diferente, mas não deixaremos de existir, obviamente, e não deixaremos de mostrar a nossa cara. Existem formas e formas de nós exigirmos e mostrarmos os nossos direitos e uma delas é comprovar a nossa existência ao existir nas coisas mais simples e mais cotidianas e aí que eu digo eu todas oportunidades que eu tenho: tomar um café é um direito simplório para muita gente, mas tomar um café na companhia da minha namorada e fazendo carinho na minha namorada, pode ser muito simplório para ti, pode ser um direito muito conquistado e muito lutado por mim. Esses a gente não pode abrir mão. Não. Pode. Abrir. Mão. É na presença – sabe ocupação? Ocupação de lugares públicos, de praças? Ocupação sim. Se nós recuarmos e ficarmos com medo de sairmos, de caminharmos, de irmos no parque, de irmos para noite, aí

sim. Aí nós vamos permitir que eles nos aniquilem. Por isso que nós não podemos recuar. Nós podemos mudar a estratégia, podemos mudar a logística, uma questão de visão geral de como vamos lutar contra esses movimentos de extrema direita, mas não podemos deixar de sair, de existir, de fazer as coisas mais cotidianas sim porque é no cotidiano que a gente vê os nossos direitos.

46:42 a 51:26

Tamires: E tu já passou por alguma situação de hostilidade ou violência que tu tenha tido que resolver de alguma maneira?

Empresária: Uma vez eu... uma vez eu presenciei, mas foi muito rápido e, inclusive, às vezes eu esqueço o nome. Um casal hétero foi no Venê, foi em função de um aniversário e eles reclamaram de um casal de dois meninos que tinham trocado um selinho e eles – olha só! Eles pediram para o garçom chamar a gerência... foi chamada a gerência (risada breve e nervosa) e eles disseram o motivo da reclamação. E eu disse: “Cavalheiro, quem vai chamar a polícia sou eu porque existe, além da Constituição Federal da República, artigo primeiro, inciso terceiro da Constituição Federal da República que fala da dignidade da pessoa humana, existe uma lei municipal que bares e restaurantes precisam obedecer que é respeitar as pessoas na forma como elas são – inclusive, e principalmente neste caso, os LGBTs. Então quem está sendo preconceituoso é o senhor e se o senhor continuar, quem vai fazer um boletim de ocorrência sou eu não contra o casal, mas contra o senhor. Aí a mulher dele começou a gritar, eles pagaram a conta e foram embora. Lá dentro, foi a única vez que eu presenciei além daquele caso que eu te falei.

Tamires: Sim, mas não teve discussão, nada assim?

Empresária: Não, porque ele se deu conta, né? Ele ainda veio com aquela pecha: “Mas que absurdo! Os meninos!” – “Que absurdo é o senhor. Essa é uma atitude que nós não aceitamos” – “Ah, que bom!” – “Não! Não é a dos meninos, é a do senhor!”. Realmente... aliás, lembro dos dois meninos, enfim... de resto, se eu disser que eu já fui diretamente, não, lá dentro não por questões de homofobia, mas é muita petulância fazer isso lá dentro, né? (risada) Mas aconteceu este caso. Tu sabe o que eu digo? Tu te lembra da novela do Félix? Se o Félix ia beijar ou não?

Tamires: Sim, aham.

Empresária: Eu me sinto em uma ilha, em uma bolha porque era uma comoção nacional e eu lembro que na época eu escrevi: eu acho tão estranho porque eu vejo, felizmente, homens se beijando todos os dias, mulheres se beijando todos os dias e para nós é a coisa mais normal do mundo. Aliás! É a coisa mais normal do mundo! E o estranho para nós é essa comoção porque mesmo a pessoa sendo um LGBT, sei lá, ela está na faculdade, tá? Ela está sem namorado, sem *crush*, então ela está indo para uma faculdade que tem poucos LGBTs. Ela vai para a faculdade, pega o ônibus, vai para casa, vai para o super, então, às vezes, mesmo sendo LGBT não convive com LGBTs e não vê em público homens e mulheres se beijando em público, certo? No meu trabalho, eu vejo isso todo dia! Então eu acho realmente a coisa mais natural do mundo e eu não entendo essa comoção ao contrário e eu me sinto em uma bolha, mas é uma bolha porque para nós é tudo

muito natural, entendeu? Porque muito estranho, seria muito afrontoso lá dentro do Venê acontecer isso – aconteceu uma única vez que nós lembramos, mas para nós é tudo muito normal! Aquela comoção nacional para ver se 2 homens vão se beijar! Vê se eu posso imaginar isso. É muito estranho, é estranho a visão deles: tá, qual é o problema mesmo? Não sei.

51:26 a 58:23

Tamires: E o que tu acha, assim, desses outros bares que tem muito mais resistência onde as pessoas acabam sendo hostilizadas, violentadas até.

Empresária: Como assim?

Tamires: O que poderia ser feito?

Empresária: Mas quais bares? Mas, assim, vamos lá! Eu estou com dificuldade de entendimento.

Tamires: Bares héteros, são héteros onde tem mais pessoas héteros com resistência à diferença.

Empresária: Ah! Vamos começar pelo começo. Quando... tu aceita ser chamado de um bar LGBT, de um restaurante LGBT, de uma balada LGBT... tu te sente honrado, mas tu sabe que isso vai acabar com a maior parte de uma possibilidade de clientes, certo? Por que que na maior parte dos botecos não tem música, vocês sabem? Aqui tem música? Nos cafés? Na maior parte das vezes, por que que não se faz? Porque se eu escolho um estilo musical, eu estou dizendo para todas as outras pessoas que não gostam daquele estilo musical que meu estilo musical é esse. Se eu estou em um lugar que não tem música eu consigo atender o Heavy Metal, o evangélico, o gay pop e o sertanejo no mesmo ambiente, certo? Por quê? Porque não tem música. Então eu vou para comer, para beber, para beijar, para me divertir, mas não tenho uma identificação auditiva porque não preciso ter e então eu agrego a todos. Se eu escolho um estilo musical, um sertanejo? O heavy metal não vai ficar na mesa do lado, vai? Vai sair, provavelmente sairá porque o estilo musical não só não é o dele, como agride. Isso eu costumo fazer, esse paralelo, com bares e restaurantes. Se eu abraço, digo realmente que sou LGBT, eu estou dizendo que as pessoas que odeiam LGBT não vão entrar aqui dentro, certo? Por isso que a ligação desses estabelecimentos com o público é muito forte porque quando não tinha lugar nenhum que tu pudesse pegar na mão dela, eu estava aqui. Agora que todos os outros dizem que te aceitam e muitos te aceitam por isso aqui e não porque te respeitam, tu também não vai me deixar, entendeu? É uma troca de respeito porque na merda a gente estava junto, agora a gente vai ficar junto de novo. Que bom que as pessoas nos aceitaram, para todos nós isso é incrível – e por que as pessoas, então, continuam indo no Venê? Te pergunto... entendeu? Porque tem alguma coisa que ainda faz com que as pessoas possam – porque se eu posso jantar em qualquer lugar, antes não podia, mas eu posso jantar em qualquer lugar, por que agora que eu posso eu continuo indo no Venê? É um monte de sentimentos, sabe? “Ah, tem qualidade, porque a comida continua boa, atendimento é bom” – também, mas é uma coisa sentimental que vai além da comida, do atendimento, do preço – a gente percebe isso. Por isso que é uma troca muito forte. Os outros lugares, se os outros lugares entendem a minha dignidade

de pessoa humana como LGBT e existe uma lei municipal que diz que se o lugar não atender bem, ele pode ser rechaçado – se não engano pela SMIC e pode perder seu alvará.

Tamires: É o artigo 150 da lei orgânica.

Empresária: Então... os lugares precisam obedecer a legislação municipal. Eles podem, como diria alguém – se não me engano essa frase é da Glória –, eles podem não me? Mas eles precisam me respeitar. Podem não me suportar, mas eles precisam me respeitar. Me parece isso fundamentalmente. Muitos lugares em contrapartida, e eu também disse isso lá naquela arena, tens alguns lugares, eu disse isso há uns meses atrás, que – eu falei do nego do borel e o nego do borel não tinha nem lançado aquele clipe, lembra que o nego do borel lançou o clipe? Que o pessoal disse: “Ah, que sacanagem, ele nem gosta de gay e fez um clipe como se ele adorasse os gays”. Tem lugares que fingem que nos aceitam e na realidade só querem nosso dinheiro. Presenciei isso com um dono de uma casa aqui de Porto Alegre que disse: “Há-há-há! Trouxa tu que ficou levantando bandeira. Eles gastam comigo!” – entendeu? Não levantou bandeira e ele vai continuar sem levantar, o aceitar para ele é o segurança deixar que duas bichas se beijem, é deixar que duas sapatas se beijar, isso é o máximo que ele pode fazer e ainda tirou onda da minha cara: “Trouxa é tu que levanta bandeira”. Isso foi dito. Então foge muito da nossa alçada saber como que eles poderiam fazer e se querem fazer e nós saberemos desse movimento todo, realmente, no decorrer desses 4 anos, né? Acredito que sim. *Tam-tam-tam* (começou a cantarolar alguma musica de suspense).

58:23 Tamires: (risada breve) E tu acha em todo esse período que o Venê existe, né? Que já é bastante tempo, tu vê algum tipo de mudança em comportamento de quem está lá e procura?

Empresária: Muita, muita, muita gente. Muita! A questão de, no começo, as pessoas ficarem com vergonha de estar em um lugar claro porque as pessoas estavam acostumadas a ficar no escuro, escondidas! E elas chegaram – um lugar que se janta é um lugar claro, né? Tu tem que ver o teu prato. E elas chegavam e viam um lugar claro e viam outras pessoas iguais a elas em um outro lugar claro (risada breve) e aquilo foi uma diferença bárbara. Primeiro elas se sentiam felizes, mas um pouco desconfortáveis porque não estavam acostumadas a mostrar exatamente o que elas eram na frente dos outros! Que é uma... uma coisa – se para nós, às vezes, a gente fica meio assim de dar as mãos na saída do cinema com medo de agressão verbal ou física, né? Imagina isso quase 20 anos atrás! Elas estavam em um lugar que elas podiam ficar juntas e namorar normalmente. Aí foi evoluindo até o momento que a gurizada dessa última geração não entendia tudo aquilo que nós já tínhamos passado: “Como assim!? Â?” – acharam inclusive que já tinham nascido em um mundo que os homossexuais, os bissexuais eram aceitos de uma forma completa e absoluta e que não voltaria atrás nunca! “Não, imagina! No colégio me aceitam, na faculdade me aceitam, eu ando no meu bairro e me aceitam” – e eles imaginavam que nunca isso retrocederia. E nós estamos lá – e eu digo nós porque eu vivo uma militância diária e acompanho militantes que, realmente, eu sempre digo, graças a essas pessoas que dão a cara

a tapa que nós conseguimos manter muitos direitos. Não digo nem conquistar, é manter direitos como cidadãos. E essas coisas basilares, inclusive o direito de casar, provavelmente deixarão de existir da forma como se encontram agora porque não foi construído uma, por uma lei, foi construído por uma jurisprudência e se vier uma jurisprudência que altera a jurisprudência anterior, bom! Nosso direito de casar se esvaiu. Então essa gurizada não tinha noção de tudo que nós já tínhamos passado, tudo que as Ongs brigaram por nós para que nós conseguíssemos andar de mãos dadas. E é muito provável que agora elas sentirão. Ficaram com medo na feira! Na feira na sexta-feira aqui no largo da Epatur, uma coisa muito normal para quem vive no bairro e... eu já vi alguns relatos de clientes nossos que: “Gente, eu estou com medo de ir na feira porque agora o feirante disse ‘E aí, viadinho! Não está com medo agora? Depois do dia primeiro tu vai sentir o que é medo’ ”– e, detalhe, a pessoa que disse sempre atendeu bem ele nesses últimos anos, mas, é aquilo, alguns violentos tinham deixado a violência em um puxadinho e agora vão se libertar. Então existe uma mudança enorme sim. Dizer que ela não existe seria falacioso, mentiroso.

Tamires: Alê, eu acho que é isso! Tá, tá! Antes queria perguntar tua idade.

Empresária: Parou de gravar?

Tamires: Não, mas pode falar.

Empresária: Eu sou de 77 – de tanto dizer que eu tinha 39 anos, eu acreditei, mas eu faço as contas e eu estou com? 41! Mas eu estagnei nos 39 (risada).

Tamires: (risada)

Empresária: Estou com 41.

Tamires: Orientação sexual?

Empresária: Lésbica.

Tamires: É isso!

Empresária: *Tam-tam-tam!* (terminou a entrevista como começou: cantarolando)

*Áudio Interrompido*

## APÊNDICE L - DIÁRIO DE CAMPO

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data: 22/11/2018

Hora início: 10h30min/Hora término: 11h

Local: Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes (DECA), Av. Augusto de Carvalho, 2000 - Praia de Belas, Porto Alegre (RS)

Atividade/Situações vivenciada: Entrevista com delegada de polícia

### **Relato da experiência**

### NOTAS DESCRITIVAS E ANALÍTICAS

Havia sido marcada uma entrevista com a delegada de polícia que está coordenando a transição do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente para Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis - a modificação está se dando conforme a Lei n. 15.120, de 11 de janeiro de 2018, que alterou a legislação de organização básica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul para implantar o departamento. O horário combinado era 10h30min. No caminho em direção ao local, a entrevistada me informou que se atrasaria alguns minutos, em função da participação em uma coletiva de imprensa que tratava de uma operação realizada no dia. Avisei que esperaria no local combinado.

Quando cheguei, fui recebida por outra delegada de polícia que também está acompanhando a transição entre os departamentos. A policial me levou até a sala da chefia, ofereceu café e começamos a conversar sobre sua atuação na instituição: ela revelou que já havia trabalhado com dados sobre violência contra a população LGBT no Estado no ano de 2014, quando esteve trabalhando junto ao Observatório de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul.

Quando a delegada começou a revelar dados que considerei relevantes para a pesquisa, questionei se poderia gravar a conversa, explicando os objetivos da pesquisa e a necessidade de consentimento no fornecimento de dados, convidando-a para participar da entrevista também. Ela prontamente aceitou, colocando-se à disposição com as informações, mas pediu que ainda não se desse início à gravação, para respeitar o princípio de hierarquia de que a delegada chefe ainda não havia chegado.

Diante disso, anotei alguns dados, motivo pelo qual faço esse registro - que antecede a transcrição da entrevista coletiva com as duas delegadas. Para garantir a confidencialidade em relação às participantes da entrevista, vou adotar as expressões “delegada 01” para a que já

havia confirmado a participação na entrevista, e “delegada 02” para a que aceitou o convite na hora.

A delegada 02 revelou, inicialmente, que trabalhou no Observatório de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, no período em que estava desenvolvendo sua pesquisa de mestrado. Em função do cargo, pode ter acesso a informações que o Observatório produzia e que diziam respeito ao seu tema de pesquisa: violência doméstica.

Para coletar alguns dados, também estive em contato com o Instituto Geral de Perícias (IGP) do Estado - momento em que as informações começaram a me interessar. Segundo ela, inúmeras vezes pessoas transexuais chegavam à instituição para a realização de exame de corpo de delito e eram tratadas de maneira vexatória, muito em função identidade da carteira de nome social não corresponder com os dados dos registros oficiais. O mesmo foi relatado em relação a atendimentos nas delegacias de polícia.

A delegada 02 manifestou a impressão de que esses estranhamentos deixaram de ocorrer, na medida que foi promulgado provimento do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a alteração de nomes diretamente junto aos cartórios de registros civis. Para ela, essa foi uma mudança importante no tratamento dado a pessoas transexuais, inclusive facilitando o compartilhamento de dados oficiais entre instituições. Revelou que antes disso, no Observatório, os registros em que era possível determinar a motivação de delitos cometidos por preconceito contra pessoas LGBT continham uma bandeirinha do movimento no canto.

Outro assunto abordado foi a modificação de nome social, à época em que trabalhava na Observatório, de uma pessoa não-binária. A delegada 02 relatou que uma pessoa com características físicas consideradas masculinas (com barba, cabelos não tão longos) fez requisição de carteira de nome social feminino, o que causou espanto para quem atendia a essas demandas, pois geralmente esses pedidos vinham de pessoas que apresentavam características consideradas femininas (tendo passado por procedimentos hormonais, sem barba, etc.).

Esse foi um caso que acompanhei, pois a pessoa que requisitou era estudante da PUCRS na mesma época em que eu também era e nos conhecíamos a partir do movimento estudantil. Logo que a requisição de carteira de nome social foi deferida, houve muitos ataques ao fato, seja de movimentos feministas, seja de movimentos de pessoas transexuais. Apontava-se que a pessoa se aproveitava dos privilégios da leitura social masculina ao mesmo tempo em que usufruía de uma conquista duramente conquistada para a identidade de gênero.

A delegada 02 também relatou que foi procurada, à época, por representantes de movimentos transexuais e travestis para questionar o deferimento do uso de nome social naquele caso. Segundo ela, foi difícil atender a todas as demandas e decidir qual era a melhor

medida a tomar, mas que sua resposta era sempre no sentido de que o uso de nome social era para garantir que a pessoa fosse tratada da maneira como se sentia mais confortável. Ainda, explicou que assim como as pessoas transexuais e travestis tiveram esse direito garantido, outras pessoas em casos um pouco diferentes também teriam acesso a isso.

Enquanto falávamos sobre este assunto, a delegada 01 chegou e foi possível iniciar a gravação da entrevista. A partir daí, todas as informações foram registradas em áudio.

APÊNDICE M - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(INTEGRANTES DA POLÍCIA CIVIL)

**Pesquisa:** Composição de conflitos no Programa Mediar da Polícia Civil: ponderações e possibilidades em relação à violência contra a população LGBT

**Pesquisadora:** Tamires de Oliveira Garcia

**Orientadora:** Renata Almeida da Costa

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle

**Local:**

**Data:**

Este é um convite a participar do desenvolvimento do projeto de pesquisa “Composição de conflitos no Programa Mediar da Polícia Civil: ponderações e possibilidades em relação à violência contra a população LGBT”, cuja responsabilidade é da pesquisadora Tamires de Oliveira Garcia, sob a orientação da Dra. Renata Almeida da Costa.

Serão realizadas entrevistas com o objetivo de obter dados sobre o desenvolvimento do Programa Mediar, da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e também a respeito do atendimento dado ao público LGBT que tem acesso ao programa. A coleta de informações da pesquisa será feita por meio de entrevista com gravação de áudio, cujo roteiro encontra-se com a pesquisadora e à disposição do(a) entrevistado(a).

As entrevistas serão realizadas em um local sugerido pelo(a) entrevistado(a), que seja um espaço acolhedor, silencioso e reservado para possibilitar um maior conforto ao participante.

Havendo o risco de constrangimento e cansaço das pessoas entrevistadas, registra-se que podem ser realizadas pausas durante a conversa, bem como é opcional responder ou não cada pergunta. Não há nenhum custo envolvido na concessão da entrevista.

Para maiores esclarecimentos é possível contatar a pesquisadora, pelo telefone (51) 99607-3036, ou e-mail [og.tamires@gmail.com](mailto:og.tamires@gmail.com). Ainda, outras dúvidas podem ser sanadas com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade La Salle, cujo e-mail é [cep.unilasalle@unilasalle.edu.br](mailto:cep.unilasalle@unilasalle.edu.br) ou com a professora Renata Almeida da Costa, no e-mail [renata.costa@unilasalle.edu.br](mailto:renata.costa@unilasalle.edu.br).

É assegurada ao participante total liberdade para a recusa na concessão da entrevista ou para retirar o consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalidade alguma e sem prejuízo.

A participação nesta pesquisa é voluntária e será garantida a confidencialidade em relação à identidade dos participantes da pesquisa. Esse termo é entregue em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e a outra com o sujeito que concedeu a entrevista.

As entrevistas serão transcritas para a utilização na dissertação de mestrado da pesquisadora e posteriormente as gravações serão inutilizadas, podendo o escrito ser divulgado e publicado. Os resultados alcançados pela investigação podem ser úteis na melhoria dos programas aplicados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul no atendimento de demandas de violência vindas da população LGBT.

---

Entrevistada(o)

---

Entrevistadora

**APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPOS LGBT)**

**Pesquisa:** Composição de conflitos no Programa Mediar da Polícia Civil: ponderações e possibilidades em relação à violência contra a população LGBT

**Pesquisadora:** Tamires de Oliveira Garcia

**Orientadora:** Renata Almeida da Costa

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle

**Local:**

**Data:**

Este é um convite a participar do desenvolvimento do projeto de pesquisa “Composição de conflitos no Programa Mediar da Polícia Civil: ponderações e possibilidades em relação à violência contra a população LGBT”, cuja responsabilidade é da pesquisadora Tamires de Oliveira Garcia, sob a orientação da Dra. Renata Almeida da Costa.

Serão realizadas entrevistas com o objetivo de obter dados sobre a militância, perspectivas de sexualidade e violência contra a população LGBT no Brasil. A coleta de informações da pesquisa será feita por meio de entrevista com gravação de áudio, cujo roteiro encontra-se com a pesquisadora e à disposição do(a) entrevistado(a).

As entrevistas serão realizadas em um local sugerido pelo(a) entrevistado(a), que seja um espaço acolhedor, silencioso e reservado para possibilitar um maior conforto ao participante.

Havendo o risco de constrangimento e identificação das pessoas entrevistadas, registra-se que os nomes não serão divulgados, de modo a não acarretar nenhum dano. Além disso, cumpre registrar também a possibilidade de reviver situações sensíveis e traumáticas, sendo opcional ao participante não responder questão que não se sinta confortável. Por fim, ressalta-se que não há nenhum custo envolvido na concessão da entrevista.

Para maiores esclarecimentos é possível contatar a pesquisadora, pelo telefone (51) 99607-3036, ou e-mail [og.tamires@gmail.com](mailto:og.tamires@gmail.com). Ainda, outras dúvidas podem ser sanadas com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade La Salle, cujo e-mail é [cep.unilasalle@unilasalle.edu.br](mailto:cep.unilasalle@unilasalle.edu.br) ou com a professora Renata Almeida da Costa, no e-mail [renata.costa@unilasalle.edu.br](mailto:renata.costa@unilasalle.edu.br).

É assegurada ao participante total liberdade para a recusa na concessão da entrevista ou para retirar o consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalidade alguma e sem prejuízo.

A participação nesta pesquisa é voluntária e será garantida a confidencialidade em relação à identidade dos participantes da pesquisa. Esse termo é entregue em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e a outra com o sujeito que concedeu a entrevista.

As entrevistas serão transcritas para a utilização na dissertação de mestrado da pesquisadora e posteriormente as gravações serão inutilizadas, podendo o escrito ser divulgado e publicado. Os resultados alcançados pela investigação podem ser úteis na melhoria dos programas aplicados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul no atendimento de demandas de violência vindas da população LGBT.

---

Entrevistada(o)

---

Entrevistadora